



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1245

Quinta-feira - 23 de Maio de 2013

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce	1
Antônio Carlos	10
Arroio Trinta	10
Ascurra	11
Atalanta	11
Bela Vista do Toldo	12
Biguaçu	12
Braço do Trombudo	19
Caçador	20
Camboriú	24
Campo Alegre	42
Campos Novos	45
Canoinhas	46
Capinzal	47
Chapadão do Lageado	54
Concórdia	55
Coronel Freitas	60
Coronel Martins	62
Corupá	64
Curitibanos	76
Faxinal dos Guedes	76
Fraiburgo	77
Garopaba	80
Garuva	80
Gaspar	85
Guaramirim	86
Herval d'Oeste	87
Ibiam	95
Imbituba	96
Iomerê	105
Ipumirim	105
Irineópolis	106
Itaiópolis	107
Itapiranga	107
Itapoá	111
Joaçaba	115
Lages	121
Lebon Regis	123
Luzerna	126
Macieira	136
Maravilha	136
Marema	136
Massaranduba	155
Meleiro	157
Navegantes	158
Nova Trento	159
Palhoça	160
Palmitos	174
Papanduva	174

Pinheiro Preto	176
Porto União	180
Rio do Sul	181
Santa Rosa do Sul	185
São Bento do Sul	186
São Domingos	188
São João do Sul	189
São Lourenço do Oeste	189
São Pedro de Alcântara	190
Schroeder	196
Siderópolis	213
Timbé do Sul	227
Timbó	230
Três Barras	233
Turvo	237
Videira	238
Xavantina	239

Associações

EGEM	239
------------	-----

Consórcios

AGIR	239
CIGA	243
CINCO	244
CIS/AMURES	244

Água Doce

CÂMARA MUNICIPAL

Decreto Legislativo N.º 001/2013 de 03/01/2013 DECRETO LEGISLATIVO

N.º 001/2013 DE 03/01/2013

"NOMEIA TESOUREIRO, DELEGA PODERES E FIXA NORMAS PARA MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA DE VALORES EM INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS EM NOME DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE - SANTA CATARINA".

Helioberto Marcel Ramos _Fino, Presidente do Poder Legislativo Municipal de Água Doce - Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial em conformidade com os incisos I e II, artigo 36 da Lei Orgânica deste Município:

DECRETA:

Artigo 1.º Os recursos financeiros do Poder Legislativo do Município de Água Doce,

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, n° 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Estado de Santa Catarina, serão realizados pelo Presidente, senhor Helioberto Marcel Ramos _Fino, CPF sob nº 560.163.879 91, o qual fica autorizado a realizar as transações bancárias descritas no parágrafo único deste artigo.

Parágrafo Único. São os seguintes os poderes conferidos por força do presente DECRETO:

- I - Solicitar saldos e extratos;
- II - Sustar/Contra ordenar cheques;
- III - Cancelar cheques;
- IV - Baixar cheques;
- V - efetuar pagamentos por meio eletrônico;
- VI - Efetuar transferências por meio eletrônico;
- VII - Solicitar saldos/extratos;
- VIII - Emitir Comprovantes;
- IX - Efetuar transferências para mesma titularidade-meio eletrônico;
- X - Abrir Contas de depósito;
- XI - Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- XII - Encerrar contas de depósito;
- XIII - Consultar obrigações do débito direto autorizado;
- XIV - Requisitar talonários de cheques;
- XV - Efetuar transferências/pagamentos por qualquer meio;
- XVI - Emitir cheques;
- XVII - Retirar cheques devolvidos;
- XVIII - Demais procedimentos que se fizerem necessários.

Artigo 2.º Os poderes elencados no parágrafo único do artigo anterior, efetivar-se-ão obrigatoriamente mediante duas assinaturas, sendo uma do Presidente do Poder Legislativo e a outra do Tesoureiro, nomeado por força do artigo 3º deste DECRETO.

Artigo 3.º Fica nomeado como Tesoureiro do Poder Legislativo do Município de Água Doce, Estado de Santa Catarina, o Funcionário Efetivo, Odin Gustavo Mendes Corrêa Rocha, ocupante do cargo de Técnico Legislativo Administrativo, inscrito no CPF sob nº 015.101.309 85, ao qual é delegado os poderes constantes do parágrafo único do artigo 1º deste DECRETO, sempre em conjunto com o Presidente do Poder Legislativo.

Artigo 4.º As movimentações bancárias de que trata esse Decreto, refere-se à conta corrente nº 7917 - 0, Agência 0207 0, Banco do Brasil de Água Doce - Santa Catarina, vinculada ao Poder Legislativo deste Município, inscrito no CNPJ sob nº 04.405.472/0001.

Artigo 5.º Determina ainda, que todas as movimentações financeiras que se referirem à conta declinada no artigo anteriores, serão sempre realizadas em conjunto, com as assinaturas de Helioberto Marcel Ramos _Fino, na qualidade de Presidente do Poder Legislativo do Município de Água Doce, e do Tesoureiro nomeado, Odin Gustavo Mendes Corrêa Rocha.

Artigo 6º. O presente DECRETO, poderá ser alterado se necessário, sempre que presente a ordem pública.

Artigo 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 8º. Revogam - se as disposições em contrário.

Poder Legislativo do Município de Água Doce,
03 de janeiro de 2013
HELIOBERTO MARCEL RAMOS _FINO
PRESIDENTE

Registrado e Publicado no Mural do Poder Legislativo do Município de Água Doce - SC em 03-01-2013

Decreto Nº 002/2013 - de 20 de Fevereiro de 2013
DECRETO Nº 002/2013 - DE 20 DE FEVEREIRO DE 2013
CONSTITUI COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES PARA O EXERCÍCIO DE 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HELIOBERTO MARCEL RAMOS _FINO, Presidente do Poder Legislativo Luiz Bedin do Município de Água Doce-Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no art. 51 da Lei nº 8.666/93 de 21/06/93 com suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1.º Fica nos termos do § 4º, do artigo 51 da Lei nº 8.666/93 de 21/06/93, constituída a Comissão Permanente de Licitação do Poder Legislativo Municipal Luiz Bedin de Água Doce, para o exercício de 2013, composta pelos seguintes membros:

I - Odin Gustavo Mendes Corrêa Rocha, brasileiro, solteiro, servidor público efetivo da Câmara Municipal de Vereadores de Água Doce - SC, residente e domiciliado neste Município, CPF nº 015.101.309-85;

II - Nilza Aparecida Mendes, brasileira, casada, servidora pública efetiva da Câmara Municipal de Vereadores de Água Doce - SC, residente e domiciliada neste Município, CPF nº 501.934.659-49;
III - Joana Viêra, brasileira, solteira, servidora pública comissionada da Câmara Municipal e Vereadores de Água Doce - SC, residente e domiciliada neste Município, CPF nº 089.907.889-35.

Parágrafo único: A presidência da Comissão Permanente de Licitações será exercida pelo senhor Odin Gustavo Mendes Corrêa Rocha, e a secretária será a senhora Nilza Aparecida Mendes.

Art. 2.º A Comissão Permanente de Licitações executará suas atribuições em estrita obediência à Lei Federal n. 8666, de 21 de junho de 1993 e seus serviços têm prioridade sobre quaisquer outros.

Art. 3.º A Comissão de Licitações poderá ser representada no curso da sessão de licitações por no mínimo três membros.

Art. 4.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Água Doce,
20 de fevereiro de 2013.
HELIOBERTO MARCEL RAMOS _FINO
Presidente

Resolução N. 057/2013 de 29 de Abril de 2013

RESOLUÇÃO N. 057/2013 DE 29 DE ABRIL DE 2013
"REVOGA A RESOLUÇÃO Nº 037/2011 DE 28-12-2011, A QUAL: BAIXA NORMAS QUANTO AO USO DA CÂMERA DIGITAL SONY W570 16.1 MP, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Helioberto Marcel Ramos _Fino, Presidente Do Poder Legislativo Luiz Bedin do Município - SC, no uso de suas atribuições legais e em especial o disposto na Lei Orgânica Municipal e no inciso II, artigo 30 da Resolução nº 017/2005 de 13-12-2005 e demais normas legais aplicáveis à matéria, baixa a seguinte,

RESOLUÇÃO:

Artigo 1.º Fica revogada como revogada está a Resolução nº 037/11 de 28-12-2011, a qual: " BAIXA NORMAS QUANTO AO USO DA CÂMERA DIGITAL SONY W570 16.1 MP, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Artigo 2º. Determina ainda que, a Câmera Digital SONY W570 16.1 MP, fique à disposição dos senhores vereadores, na sede do Poder Legislativo Luiz Bedin, deste Município.

Artigo 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º Revogam se as disposições em contrário.

Água Doce, 06 de maio de 2013
HELIOBERTO MARCEL RAMOS _FINO
Presidente

Registrada e Publicada na Secretaria do Poder Legislativo do Município de Água Doce - SC , em 06-05-2013

JOANA VIÊRA
Secretária da Presidência

Resolução N. 058/2013 de 08 de Maio de 2013

RESOLUÇÃO N. 058/2013 DE 08 DE MAIO DE 2013

“CRIA A BIBLIOTECA DO PODER LEGISLATIVO LUIZ BEDIN DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE - SANTA CATARINA”

Helioberto Marcel Ramos _Fino, Presidente do Poder Legislativo do Município de Água Doce - SC, de acordo com o disposto na Lei Orgânica e na Resolução nº 017/2005 de 13-12-2005 , denominada de Regimento Interno. Faz saber que foi aprovada e ele promulga a seguinte:

RESOLUÇÃO:

Artigo 1.º Fica criado no âmbito do Poder Legislativo Luiz Bedin do Município de Água Doce - Santa Catarina, a “BIBLIOTECA DO LEGISLATIVO MUNICIPAL”, a qual tem sua sede no prédio onde funciona os trabalhos da câmara.

Artigo 2.º Fazem parte do acervo da BIBLIOTECA que ora estamos criando, todos os livros, revistas e periódicos que já sejam do Poder Legislativo Luiz Bedin, e também os que forem recebidos por doação , ou que venham serem adquiridos.

Artigo 3.º Obrigatoriamente pertencem a Biblioteca do Poder Legislativo Luiz Bedin, todos os documentos oficiais, entre eles Projeto de Lei, Leis, Projetos de Lei Parlamentar, Resoluções, Decretos, Indicações, Moções e outros que façam parte da história e que devam ser preservados.

Artigo 4.º A organização da BIBLIOTECA, que está sendo criada ficará sobre a responsabilidade dos funcionários do Poder Legislativo Luiz Bedin, sendo que todas as obras que compõem o acervo bibliográfico, será devidamente catalogado e lançado no patrimônio.

Artigo 5.º O nome da BIBLIOTECA, será objeto de Projeto de Lei Parlamentar, a ser apresentado posteriormente, após aprovação do presente Projeto de Resolução.

Artigo 6.º.As despesas decorrentes com a execução da presente Resolução, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal, parte destinada ao Poder Legislativo.

Artigo 7º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 8.º Revogam-se as disposições em contrário.

Água Doce, 08 de maio de 2013
HELIOBERTO MARCEL RAMOS _FINO

Presidente

Registrada e Publicada na Secretaria do Poder Legislativo do Município de Água Doce - SC , em 08-5-2013

JOANA VIÊRA
Secretária da Presidência

Resolução N. 059/2013 de 21 de Maio de 2013

RESOLUÇÃO N. 059/2013 DE 21 DE MAIO DE 2013

“ALTERA DIA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO PODER LEGISLATIVO LUIZ BEDIN DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE - SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

Helioberto Marcel Ramos _Fino, Presidente do Poder Legislativo do Município de Água Doce - SC, de acordo com o disposto no inciso II, artigo 36 da Lei Orgânica e na Resolução nº 017/2005 de 13-12-2005 , denominada de Regimento Interno, e ,

Considerando que no dia 27-05-2013, às 19:00 horas, estará sendo realizada Audiência Pública, para discussão e deliberação do Orçamento Regionalizado , na cidade de Joaçaba, onde os vereadores devem se fazer presente:

Considerando, que por decisão do Plenário de comum acordo com a Mesa Diretora, ficou decidido que a sessão ordinária , que seria realizada dia 27-05-2013, deveria ser transferida.

RESOLVE:

Artigo 1.º Que a sessão ordinária do Poder Legislativo do Município de Água Doce - Santa Catarina, marcada no Calendário das Sessões para o dia 27-05-2013, será realizada dia 24-05-2013 (sexta feira), às 19:00 horas.

Artigo 2.º Determino que a Secretaria da Presidência, comunique a todos os senhores vereadores, informando o dia e o horário que será realizada a sessão acima estabelecida.

Artigo 3.º.As despesas decorrentes com a execução da presente Resolução, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal, parte destinada ao Poder Legislativo.

Artigo 4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Água Doce, 21 de maio de 2013
HELIOBERTO MARCEL RAMOS _FINO
Presidente

Registrada e Publicada na Secretaria do Poder Legislativo do Município de Água Doce - SC , em 21-05-2013.

JOANA VIÊRA
Secretária da Presidência

Portaria 001/2013

PORTARIA Nº 001/2013 - DE 01 DE FEVEREIRO DE 2013

“NOMEIA PARA O CARGO EM COMISSÃO SECRETÁRIA DA PRESIDÊNCIA DO QUADRO DE PESSOAL DO Poder Legislativo do Município de Água Doce, FUNCIONÁRIA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

HELIOBERTO MARCEL RAMOS, Presidente do Poder Legislativo do Município de Água Doce SC, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica

do Município, Regimento Interno e combinado com a Resolução nº 016/10 de 18/05/10, Lei Complementar nº 065/2010 de 18/05/2010, e Resolução nº 035/2011 de 12/12/2011 e demais normas legais aplicáveis à matéria,

Resolve:

Artigo 1º. Nomear para o cargo de comissão Secretária da Presidência, Nível CC - 1, Anexo III da Resolução nº 016/10 de 18/05/10 e Lei Complementar nº 065/2010 de 18/05/2010, a senhora JOANA VIÊRA, brasileira, solteira, CPF sob nº 089.907.889-35, identidade nº 5.708.545 SSP/SC, residente e domiciliada na Rua Amália Heberle, 111, na cidade de Água Doce -SC.

Artigo 2º. Comunique-se ao Departamento de Contabilidade do Poder Legislativo, para que proceda os atos necessários a inclusão da funcionária ora nomeada.

Artigo 3º As despesas decorrentes com a execução desta portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal, parte destinada ao Poder Legislativo, vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Água Doce, 01 de fevereiro de 2013

HELIOBERTO Marcel Ramos

Presidente da Câmara Municipal de Água Doce - SC

Registrado e Publicado na Secretaria do Poder Legislativo do Município de Água Doce SC, 01/02/2013

Portaria 002/2013

PORTARIA N.º 002/2013 DE 25 DE MARÇO DE 2013

ATRIBUI FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDOR EFETIVO QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Helioberto Marcel Ramos _Fino, Presidente do Poder Legislativo Luiz Bedin do Município de Água Doce SC, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Orgânica Municipal, Resolução nº 017/05 de 13-12-2005, denominado Regimento Interno do Poder Legislativo, Resolução nº 016/2010 de 18-5-2010, Lei Complementar nº 065/10 de 18-5-10 combinado com a Lei Complementar nº 015/99 de 28-12-1999, denominada de Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Água Doce, Resolução n.º 035/2011 - de 12 de dezembro de 2011, em especial o Artigo 35 e parágrafo único da Resolução n. 055/2012 de 22 de março de 2013, e demais normas legais aplicáveis à matéria;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Legislativo nº 001/2013 de 3-1-2013, o qual: "nomeia tesoureiro, delega poderes e fixa normas para movimentação bancária de valores em instituições bancárias em nome do Poder Legislativo do Município de Água Doce - Santa Catarina";

CONSIDERANDO, que o servidor efetivo Odin Gustavo Mendes Corrêa Rocha, desempenha as funções de Chefe da Tesouraria, por força do Decreto, acima citado, exercendo as funções com zelo, responsabilidade e dedicação,

RESOLVE:

Artigo 1.º Atribuir a função gratificada de Chefe de Departamento de Tesouraria, ao servidor estável do Poder Legislativo Luiz Bedin do Município de Água Doce Senhor ODIN GUSTAVO MENDES CORRÊA ROCHA, CPF sob n.º 015.101.309 85 e RG n. 3.154.570, ocupante do cargo de provimento efetivo Técnico Legislativo Administrativo, Nível CE- 02 (Nível 21), com direito a percepção do

adicional da função em seu vencimento, conforme preceitua o Artigo 35 e parágrafo único da Resolução n. 055/2012 de 22 de março de 2013, calculado sobre o vencimento básico, que serão pagos independente de qualquer outros benefícios anteriormente adquiridos.

Artigo 2.º As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações orçamentárias próprias do Orçamento Municipal, parte destinada ao Poder Legislativo, vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 3.º Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação.

Artigo 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Água Doce, 25 de março de 2013

HELIOBERTO MARCEL RAMOS _FINO

Presidente da Câmara Municipal de Água Doce - SC

Registrada e Publicada na Secretaria do Poder Legislativo do Município de Água Doce em 25-3-13

JOANA VIÊRA

Secretária da Presidência

Extrato de Contrato N.º 005/2013 ao Contrato de Prestação de Serviço N.º 005/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE - SC

EXTRATO DE CONTRATO N.º 005/2013 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 005/2013

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE.

CONTRATADA: EMPRESA MARIO C. F. SERAFIN ME - JORNAL CIDADELA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS PARA PUBLICAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.

PAGAMENTO: O PODER LEGISLATIVO PAGARÁ O VALOR POR CM COLUMA, DE ACORDO COM AS PUBLICAÇÕES FEITAS NO MÊS.

PREÇO: R\$ 0,92 (NOVENTA E DOIS CENTAVOS)

SIGNATÁRIOS: HELIOBERTO MARCEL RAMOS _FINO PELA CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE E MÁRIO C.F. SERAFIN, PELA CONTRATADA.

VIGÊNCIA: O CONTRATO TERÁ VIGÊNCIA DE 9 (NOVE) MESES, INICIADO EM 01/03/2013 E TERMINANDO EM 31/12/2013.

Extrato de Contratos

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE - SC

EXTRATO DE CONTRATO N.º 006/2013 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO RADIOFÔNICOS

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE.

CONTRATADA: RÁDIO TROPICAL FM

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RADIOFÔNICOS, PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO.

PAGAMENTO: MENSAL.

PREÇO: R\$ 1.700,00 (UM MIL E SETECENTOS REAIS)

SIGNATÁRIOS: HELIOBERTO MARCEL RAMOS _FINO PELA CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE E FERNANDO LOPES DE LIMA, PELA CONTRATADA.

VIGÊNCIA: O CONTRATO TERÁ VIGÊNCIA DE 8 (OITO) MESES, INICIADO EM 01/04/2013 E TERMINANDO EM 31/12/2013.

Extrato de Termo Aditivo N.º 001/2013 ao Contrato de Prestação de Serviço N.º 003/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE - SC

EXTRATO DE TERMO ADITIVO N.º 001/2013 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 003/2013

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE.

CONTRATADA: EMPRESA RÁDIO TROPICAL FM.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RADIOFÔNICOS PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS E PROPOSIÇÕES DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE.

PAGAMENTO: MENSAL.

PREÇO: 1.450,00 (UM MIL QUATROCENTOS E CINQUENTA REAIS).

SIGNATÁRIOS: HELIOBERTO MARCEL RAMOS _FINO PELA CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE E FERNANDO LOPES DE LIMA, PELA CONTRATADA.

VIGÊNCIA: O CONTRATO TERÁ VIGÊNCIA DE 01/03/13 A 01/04/13.

Extrato de Termo Aditivo N.º 002/2013 ao Contrato de Prestação de Serviço N.º 002/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE - SC

EXTRATO DE TERMO ADITIVO N.º 002/2013 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 002/2013

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE.

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA.

OBJETO: LOCAÇÃO DOS SISTEMAS DE CONTABILIDADE PÚBLICA, FOLHA DE PAGAMENTO, COMPRAS E LICITAÇÕES, E PATRIMÔNIO PÚBLICO.

PAGAMENTO: O PAGAMENTO SERÁ EFETUADO TODO DIA PRIMEIRO DO MÊS SUBSEQUENTE A LOCAÇÃO DOS SISTEMAS.

PREÇO: R\$ 2.220,00 (DOIS MIL DUZENTOS E VINTE REAIS).

SIGNATÁRIOS: HELIOBERTO MARCEL RAMOS _FINO PELA CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE, E ILSE CRISTINA DE SOUZA - BETHA SISTEMAS LTDA, PELA CONTRATADA.

VIGÊNCIA: O CONTRATO TERÁ VIGÊNCIA DE 3 (TRÊS) MESES, INICIADO EM 03/01/2013 E TERMINANDO EM 31/03/2013.

Extrato de Termo Aditivo N.º 003/2013 ao Contrato de Prestação de Serviço N.º 002/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE - SC

EXTRATO DE TERMO ADITIVO N.º 003/2013 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 002/2013

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE.

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA.

OBJETO: LOCAÇÃO DOS SISTEMAS DE CONTABILIDADE PÚBLICA, FOLHA DE PAGAMENTO, COMPRAS E LICITAÇÕES E PATRIMÔNIO PÚBLICO.

PAGAMENTO: O PAGAMENTO SERÁ EFETUADO TODO DIA PRIMEIRO DO MÊS SUBSEQUENTE A LOCAÇÃO DOS SISTEMAS.

PREÇO: R\$ 2.220,00 (DOIS MIL DUZENTOS E VINTE REAIS).

SIGNATÁRIOS: HELIOBERTO MARCEL RAMOS _FINO PELA CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE, E ILSE CRISTINA DE SOUZA - BETHA SISTEMAS LTDA, PELA CONTRATADA.

VIGÊNCIA: O CONTRATO TERÁ VIGÊNCIA DE 1 (UM) MÊS, INICIADO EM 01/04/2013 E TERMINANDO EM 01/05/2013.



O Poder Legislativo

Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

www.ciga.sc.gov.br**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Balancete Financeiro Abril 2013
BALANCETE FINANCEIRO ABRIL 2013

Santa Catarina
CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE
 Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Abril/2013

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
		Despesa Orçamentária	46.159,52
		Despesas exceto Intra-orçamentárias	46.159,52
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	34.945,78
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.113,74
		INVESTIMENTOS	1.100,00
Receita Extra - Orçamentária	94.320,72	Despesa Extra - Orçamentária	46.621,06
DEPOSITOS	3.294,20	DEPOSITOS	3.561,54
CONSIGNACOES	3.294,20	CONSIGNACOES	3.561,54
PREVIDENCIA SOCIAL	2.831,23	PREVIDENCIA SOCIAL	2.831,23
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	462,97	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	462,97
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	46.159,52	OUTROS CONSIGNATARIOS	267,34
OBRIGACOES A PAGAR	46.159,52	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	43.059,52
FORNECEDORES	11.213,74	OBRIGACOES A PAGAR	43.059,52
PESSOAL A PAGAR	28.702,90	FORNECEDORES	8.113,74
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	6.242,88	PESSOAL A PAGAR	28.702,90
INTERFERENCIAS ATIVAS	44.867,00	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	6.242,88
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	44.867,00		
REPASSE RECEBIDO	44.867,00		
Saldos anteriores	8.177,14	Saldos atuais	9.717,28
BANCO C/ MOVIMENTO	10.180,07	BANCO C/ MOVIMENTO	9.717,28
BANCOS C/ VINCULADAS	-2.002,93	BANCOS C/ VINCULADAS	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	102.497,86	Total	102.497,86

AGUA DOCE, 22/05/2013

 HELIOBERTO MARCEL RAMOS
 PRESIDENTE CPF Nº 560.163.879-91

 NILZA APARECIDA MENDES
 CONTADORA CRC/SC Nº 016635/O-7

Balancete Financeiro Fevereiro 2013

BALANCETE FINANCEIRO FEVEREIRO 2013

**Santa Catarina****CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE**

Demonstrativo das Diárias Concedidas

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Fevereiro

Página: 1/1

Nº NE	Data	Valor	Beneficiário	Localidade Destino	Motivo Viagem	Período Viagem	Qtde Diárias
25	26/02/13	936,00	HELIOBERTO MARCEL RAMOS	FLORIANOPOLIS SC	PARTICIPAR DO XI CONGRESSO CATARINENSE DE MUNIC	26/02/2013 à 28/02/2013	2,00
Valor Total:		936,00					

Balancete Financeiro Janeiro 2013
BALANCETE FINANCEIRO JANEIRO 2013

Santa Catarina
CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Janeiro/2013

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
		Despesa Orçamentária	38.467,56
		Despesas exceto Intra-orçamentárias	38.467,56
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	36.810,60
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.656,96
Receita Extra - Orçamentária	87.178,59	Despesa Extra - Orçamentária	42.196,10
DEPOSITOS	3.844,03	DEPOSITOS	3.844,03
CONSIGNACOES	3.844,03	CONSIGNACOES	3.844,03
PREVIDENCIA SOCIAL	3.027,57	PREVIDENCIA SOCIAL	3.027,57
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	816,46	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	816,46
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	38.467,56	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	38.352,07
OBRIGACOES A PAGAR	38.467,56	OBRIGACOES A PAGAR	38.352,07
FORNECEDORES	1.656,96	FORNECEDORES	1.656,96
PESSOAL A PAGAR	30.234,59	PESSOAL A PAGAR	30.234,59
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	6.576,01	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	6.460,52
INTERFERENCIAS ATIVAS	44.867,00		
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	44.867,00		
REPASSE RECEBIDO	44.867,00		
Saldos anteriores	0,00	Saldos atuais	6.514,93
BANCO C/ MOVIMENTO	0,00	BANCO C/ MOVIMENTO	8.556,93
BANCOS C/ VINCULADAS	0,00	BANCOS C/ VINCULADAS	-2.042,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	87.178,59	Total	87.178,59

AGUA DOCE, 31/01/2013

 HELIOBERTO MARCEL RAMOS
 PRESIDENTE CPF Nº 560.163.879-91

 NILZA APARECIDA MENDES
 CONTADORA CRC/SC Nº 016635/O-7

Balancete Financeiro Março de 2013
BALANCETE FINANCEIRO MARÇO 2013

Santa Catarina
CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Março/2013

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
		Despesa Orçamentária	51.396,09
		Despesas exceto Intra-orçamentárias	51.396,09
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	36.919,27
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14.476,82
Receita Extra - Orçamentária	99.673,87	Despesa Extra - Orçamentária	61.236,36
DEPOSITOS	3.410,78	DEPOSITOS	3.526,73
CONSIGNACOES	3.410,78	CONSIGNACOES	3.526,73
PREVIDENCIA SOCIAL	2.760,15	PREVIDENCIA SOCIAL	2.760,15
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	383,29	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	766,58
OUTROS CONSIGNATARIOS	267,34	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	57.709,63
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	51.396,09	OBRIGACOES A PAGAR	57.709,63
OBRIGACOES A PAGAR	51.396,09	FORNECEDORES	14.688,02
FORNECEDORES	14.476,82	PESSOAL A PAGAR	28.056,78
PESSOAL A PAGAR	28.056,78	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	14.964,83
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	8.862,49		
INTERFERENCIAS ATIVAS	44.867,00		
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	44.867,00		
REPASSE RECEBIDO	44.867,00		
Saldos anteriores	21.135,72	Saldos atuais	8.177,14
BANCO C/ MOVIMENTO	21.135,72	BANCO C/ MOVIMENTO	10.180,07
BANCOS C/ VINCULADAS	0,00	BANCOS C/ VINCULADAS	-2.002,93
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	120.809,59	Total	120.809,59

AGUA DOCE, 31/03/2013

 HELIOBERTO MARCEL RAMOS
 PRESIDENTE CPF Nº 560.163.879-91

 NILZA APARECIDA MENDES
 CONTADORA CRC/SC Nº 016635/O-7

Antônio Carlos

PREFEITURA

Lei Nº 1.431/2013

LEI Nº 1.431/2013

Autoriza o Poder Executivo Municipal a aderir ao Programa BADESC CIDADES II e tomar empréstimo junto ao BADESC - AGÊNCIA DE FOMENTO DE SANTA CATARINA S/A e dá outras providências.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso das suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa BADESC CIDADES II.

Art. 2º A adesão ao Programa BADESC CIDADES II propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de Revitalização Urbana, compreendendo; Calçadas, Cicloviás, Iluminação Pública, Pavimentação das Estradas Municipais, bem como, Recuperação da Casa Hoffmann Ludvig.

Art. 3º Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC - Agência de Fomento de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa BADESC CIDADES II, até o montante de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

Parágrafo único - Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, até o limite do valor do financiamento.

Art. 4º Para dar continuidade ao Programa BADESC CIDADES II, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subsequentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5% (cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa de juros de longo prazo - TJLP, ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 7º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 21 de maio de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Lei Legislativa

LEI LEGISLATIVA Nº 172/2013

Concede revisão geral de que trata o artigo 37, inciso X, da Constituição Federal e reajuste no vencimento dos servidores, diretores e assessores da Câmara de Vereadores de Antônio Carlos/SC e dá outras providências.

A Mesa Diretora do Poder Legislativo Municipal, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica concedida revisão geral de que trata o art. 37, inciso X, da Constituição Federal, no percentual de 7,22% (sete vírgula vinte e dois pontos percentuais), no vencimento dos Servidores, Diretor Geral, Secretário Administrativo e Assessor Jurídico da Câmara de Vereadores de Antônio Carlos/SC e nos proventos de aposentadoria e pensão, no que couber, correspondente à inflação acumulada no período de abril de 2012 a março de 2013, medida pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor apurada pelo IBGE.

Art. 2º Fica concedido reajuste de 39,90% (trinta e nove vírgula noventa pontos percentuais) no vencimento dos Servidores, Diretor Geral, Secretário Administrativo e Assessor Jurídico da Câmara de Vereadores de Antônio Carlos/SC e nos proventos de aposentadoria e pensão, no que couber, incidente sobre o valor já revisado pelo art. 1º desta LEI.

Art. 3º As despesas resultantes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias constantes da Lei Orçamentária Anual para 2013.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 07 de maio de 2013.

EDSON LAIR DECKER
Presidente

Lei sancionada e publicada no dia 09 de maio de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Arroio Trinta

PREFEITURA

Decreto Nº 1535, de 21 de Maio de 2013.

DECRETO Nº 1535, de 21 de maio de 2013.

Convoca a Etapa Preparatória Municipal da 5ª Conferência Nacional das Cidades, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA-SC, no uso de suas atribuições legais, considerando o Decreto Estadual nº 6231, de 16 de outubro de 2012 e a Resolução Normativa nº 14 de 06 de junho de 2012, do Conselho Nacional das Cidades,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a Etapa Preparatória Municipal da 5ª Conferência Nacional das Cidades, a ser realizada na data de 21 de junho de 2013, sob a coordenação de JOÃO MARCOS FERRONATO.

Art. 2º A Etapa Preparatória Municipal da 5ª Conferência Nacional das Cidades terá como tema: "Quem muda a cidade somos nós: Reforma Urbana já!"

Art. 3º A Etapa Preparatória Municipal da 5ª Conferência Nacional das Cidades será presidida pelo Prefeito Municipal ALCIDIR FELCHILCHER e no seu impedimento, pelo Controlador Interno, Sr. JOÃO MARCOS FERRONATO.

Art. 4º O Coordenador da Conferência expedirá resolução, definindo e aprovando o Regimento da Etapa Municipal elaborado pelas entidades componentes do Conselho Municipal da Cidade.

Parágrafo Único. O regimento disporá sobre a organização e funcionamento da Etapa Preparatória Municipal da 5ª Conferência Nacional das Cidades, inclusive sobre o processo democrático de escolha dos seus delegados, devendo conter data, local e pauta.

Art. 5º As despesas com a realização da Etapa Preparatória Municipal da 5ª Conferência Nacional das Cidades correrão por conta de recursos orçamentários do próprio Município.

Art. 6º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Arroio Trinta - SC, 21 de maio de 2013.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

Ascurra

PREFEITURA

Edital de Carta Convite 30-2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA
EDITAL DE CARTA CONVITE N. 30/2013

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que fará no dia 05/06/2013 às 10h00min horas, EDITAL DE CARTA CONVITE, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE CONSULTORIA TÉCNICO/ ADMINISTRATIVA/ CONTÁBIL, conforme Edital. Maiores Informações e cópia do Edital poderão ser solicitadas na Prefeitura Municipal de Ascurra, no horário de expediente, e pelo site www.ascurra.sc.gov.br

Ascurra, 23 de maio de 2013.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Edital de Pregão 31/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA
EDITAL DE PREGÃO N.31/2013

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que fará no dia 10/06/2013 às 10h00min horas, PREGÃO PRESENCIAL, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, OBJETIVANDO A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS, conforme Edital. Maiores Informações e cópia do Edital poderão ser solicitadas na Prefeitura Municipal de Ascurra, no horário de expediente, e pelo site www.ascurra.sc.gov.br

Ascurra, 23 de maio de 2013.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Atalanta

PREFEITURA

Pregão Presencial Nº 09/2013 - Registro de Preços

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2013 - REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Atalanta, do Estado de Santa Catarina, torna público que realizará licitação na modalidade pregão Presencial nº 9702/09/2013, para o seguinte objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE FRAUDAS GERIÁTRICAS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA NO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Julgamento: Menor Preço Por Item. Abertura dia 07 de junho de 2013 às 10:00 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital junto ao departamento de Compras Licitações, no horário normal de expediente, à Av. XV de novembro 1030, na cidade de Atalanta, ou pelo fone (47)3535-0101.

Atalanta, 22 de maio de 2013.

TARCISIO POLASTRI

Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 10/2013 - Registro de Preços

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2013 - REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Atalanta, do Estado de Santa Catarina, torna público que realizará licitação na modalidade pregão Presencial nº 9702/10/2013, para o seguinte objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE MÃO DE OBRA DE PEDREIRO E SERVENTE DE PEDREIRO PARA MANUTENÇÃO DOS DIVERSOS DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA. Julgamento: Menor Preço Por Item. Abertura dia 07 de junho de 2013 às 15:00 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital junto ao departamento de Compras Licitações, no horário normal de expediente, à Av. XV de novembro 1030, na cidade de Atalanta, ou pelo fone (47)3535-0101.

Atalanta, 22 de maio de 2013.

TARCISIO POLASTRI

Prefeito Municipal



PEGASO
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

Audiência Pública CONVITE

O Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, tem a honra em convidar toda a população Belavistense para a Audiência Pública, para prestação de contas do 1º Quadrimestre de 2013, à realizar-se no dia 28 de maio de 2013 às 17:00 hs na Câmara de Vereadores de Bela Vista do Toldo.

Desde já agradece e conta com a participação de toda comunidade.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

Decreto Nº 35/2013

DECRETO Nº 035/2013 DE: 15 DE MARÇO DE 2013.
Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3275/2012 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 13, da Lei Municipal nº 3334/2012 - Lei Orçamentária para 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2013, Lei Municipal nº 3334/2012:

02. GABINETE DO PREFEITO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0201.04.122.0001.2002	Manutenção do Gabinete do Prefeito	1.000,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	1.000,00
	SUPLEMENTA:	
4.4.90.00/0.1.00.000000	Investimentos	1.000,00

10. SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E TRANSPORTES

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1001.26.782.0007.2078	Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Transporte	127,69
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	127,69
	SUPLEMENTA:	
3.1.91.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	127,69

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 15 de março de 2013.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

MARIVALDE INÊZ KONS
Escriturária

Portaria Nº 1689 de 20 de Maio de 2013

PORTARIA nº 1689 de 20 de maio de 2013
Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), NOMINATO MOREIRA CAMPOS, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse NOMINATO MOREIRA CAMPOS, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO ESPECIALISTA II (GINECOLOGISTA), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 20 horas semanais, no período de 01/01/2013 a 31/12/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/01/2013.

Biguaçu, 20 de maio de 2013.

Portaria Nº 1691 de 20 de Maio de 2013

PORTARIA nº 1691 de 20 de maio de 2013
Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), FRANZ WILLY NIETSCHE CRUZ, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse FRANZ WILLY NIETSCHE CRUZ, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada conforme escala de plantão, no período de 01/01/2013 a 31/12/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/01/2013.

Biguaçu, 20 de maio de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1692 de 20 de Maio de 2013

PORTARIA nº 1692 de 20 de maio de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), KAROLINE BORBA SOARES, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse KAROLINE BORBA SOARES, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada conforme escala de plantão, no período de 01/01/2013 a 31/12/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/01/2013.

Biguaçu, 20 de maio de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1693 de 20 de Maio de 2013

PORTARIA nº 1693 de 20 de maio de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), DANIEL COLLISELLI, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse DANIEL COLLISELLI, para desempenhar as funções do cargo não provido de MOTORISTA SOCORRISTA DO SAMU, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 30 horas semanais, no período de 31/05/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 31/05/2013.

Biguaçu, 20 de maio de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1694 de 20 de Maio de 2013

PORTARIA nº 1694 de 20 de maio de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), PRISCILA HOFFMANN, e dá

outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse PRISCILA HOFFMANN, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/06/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 01/06/2013.

Biguaçu, 20 de maio de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1695 de 20 de Maio de 2013

PORTARIA nº 1695 de 20 de maio de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) GUILHERME AUGUSTO RAMALHO E OLIVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) GUILHERME AUGUSTO RAMALHO E OLIVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, com jornada conforme escala de plantão, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 22/04/2013 a 22/04/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 22/04/2013.

Biguaçu, 20 de maio de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1696 de 20 de Maio de 2013

PORTARIA nº 1696 de 20 de maio de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) ANA MARA DO NASCIMENTO DE MAIA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ENFERMEIRO DA FAMÍLIA, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ANA MARA DO NASCIMENTO DE MAIA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ENFERMEIRO DA FAMÍLIA, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 14/05/2013 a 14/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 14/05/2013.

Biguaçu, 20 de maio de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1697 de 20 de Maio de 2013

PORTARIA nº 1697 de 20 de maio de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) LAYS MEYER, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ENFERMEIRO DA FAMÍLIA, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) LAYS MEYER, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ENFERMEIRO DA FAMÍLIA, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 03/06/2013 a 03/09/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/06/2013.

Biguaçu, 20 de maio de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1698 de 20 de Maio de 2013

PORTARIA nº 1698 de 20 de maio de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) CRISTIANE SPOHR CHIESA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de FISIOTERAPEUTA, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CRISTIANE SPOHR CHIESA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de FISIOTERAPEUTA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 13/05/2013 a 13/05/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/05/2013.

Biguaçu, 20 de maio de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1699 de 20 de Maio de 2013

PORTARIA nº 1699 de 20 de maio de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) MARIA ZELI DUARTE, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARIA ZELI DUARTE, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 23/04/2013 a 23/04/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 23/04/2013.

Biguaçu, 20 de maio de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1700 de 20 de Maio de 2013

PORTARIA nº 1700 de 20 de maio de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) PAMELLA VALQUIRIA FERREIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) PAMELLA VALQUIRIA FERREIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 09/05/2013 a 09/05/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 09/05/2013.

Biguaçu, 20 de maio de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1701 de 20 de Maio de 2013

PORTARIA nº 1701 de 20 de maio de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), VANESSA BRUGEMANN DOS SANTOS, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse VANESSA BRUGEMANN DOS SANTOS, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/05/2013 a 31/07/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/05/2013.

Biguaçu, 20 de maio de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1702 de 20 de Maio de 2013

PORTARIA nº 1702 de 20 de maio de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), TANIA FERREIRA VICENTE CERQUEIRA LIMA DE CAMARGO, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse TANIA FERREIRA VICENTE CERQUEIRA LIMA DE CAMARGO, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada conforme escala de plantão, no período de 01/01/2013 a 31/12/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/01/2013.

Biguaçu, 20 de maio de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1703 de 20 de Maio de 2013

PORTARIA nº 1703 de 20 de maio de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JÉSSICA MARIA COSTI, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse JÉSSICA MARIA COSTI, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada conforme escala de plantão, no período de 01/01/2013 a 31/12/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/01/2013.

Biguaçu, 20 de maio de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1704 de 20 de Maio de 2013

PORTARIA nº 1704 de 20 de maio de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de

natureza temporária, do (a) funcionário (a), EMERSON EVERALDO SOARES, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse EMERSON EVERALDO SOARES, para desempenhar as funções do cargo não provido de MOTORISTA I, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada conforme escala de plantão, no período de 08/05/2013 a 01/06/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 08/05/2013.

Biguaçu, 20 de maio de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1705 de 20 de Maio de 2013

PORTARIA nº 1705 de 20 de maio de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), SIRLEI DE SIQUEIRA, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse SIRLEI DE SIQUEIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 07/05/2013 a 07/07/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 07/05/2013.

Biguaçu, 20 de maio de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1706 de 20 de Maio de 2013

PORTARIA nº 1706 de 20 de maio de 2013

Concede demissão ao (a) Servidor (a) Cássio Kadri Monteiro, ocupante do cargo temporário de Médico da Família, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder demissão ao (a) servidor (a) Cássio Kadri

Monteiro, detentor do cargo de provimento temporário de Médico da Família, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 20/05/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 20/05/2013.

Biguaçu, 20 de maio de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1707 de 20 de Maio de 2013

PORTARIA nº 1707 de 20 de maio de 2013

Demite ao (a) Servidor (a) Clecilda Corrêa de Matos, ocupante do cargo temporário de Técnico em Enfermagem, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Demitir ao (a) servidor (a) Clecilda Corrêa de Matos, detentor do cargo de provimento temporário de Técnico em Enfermagem, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01/05/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/05/2013.

Biguaçu, 20 de maio de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1708 de 20 de Maio de 2013

PORTARIA nº 1708 de 20 de maio de 2013

Demite ao (a) Servidor (a) Regiane Maria Livramento, ocupante do cargo temporário de Escriturário, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Demitir ao (a) servidor (a) Regiane Maria Livramento, detentor do cargo de provimento temporário de Escriturário, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 09/05/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 09/05/2013.

Biguaçu, 20 de maio de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1709 de 20 de Maio de 2013

PORTARIA nº 1709 de 20 de maio de 2013

Demite ao (a) Servidor (a) Ana Maria Flor da Silva, ocupante do cargo temporário de Agente Comunitário de Saúde, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Demitir ao (a) servidor (a) Ana Maria Flor da Silva, detentor do cargo de provimento temporário de Agente Comunitário de Saúde, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 24/05/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 24/05/2013.

Biguaçu, 20 de maio de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1710 de 20 de Maio de 2013

PORTARIA nº 1710 de 20 de maio de 2013

Demite ao (a) Servidor (a) Amauri Lauri de Souza, ocupante do cargo temporário de Motorista I, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Demitir ao (a) servidor (a) Amauri Lauri de Souza, detentor do cargo de provimento temporário de Motorista I, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 24/05/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 24/05/2013.

Biguaçu, 20 de maio de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1711 de 20 de Maio de 2013

PORTARIA nº 1711 de 20 de maio de 2013

Demite ao (a) Servidor (a) Osvaldo Geraldino de Amorim, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal), na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Demitir ao (a) servidor (a) Osvaldo Geraldino de Amorim, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal), na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 24/05/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 24/05/2013.

Biguaçu, 20 de maio de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1712 de 20 de Maio de 2013

PORTARIA nº 1712 de 20 de maio de 2013

Demite ao (a) Servidor (a) Telma Barbosa, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal), na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Demitir ao (a) servidor (a) Telma Barbosa, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal), na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 24/05/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 24/05/2013.

Biguaçu, 20 de maio de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1713 de 21 de Maio de 2013

PORTARIA nº 1713 de 21 de maio de 2013

Torna sem efeito a portaria nº 1579/2013, que exonerava o servidor Gabriel Anselmo Cardoso, do cargo comissionado de Diretor de Projetos da Secretaria de Saúde, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a portaria nº 1579 de 03 de maio de 2013, que exonerava o servidor Gabriel Anselmo Cardoso, do cargo comissionado de Diretor de Projetos da Secretaria de Saúde, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 06/05/2013.

Art. 2º Volta a vigorar a Portaria nº 561 de 14 de fevereiro de 2013, que nomeia o servidor para exercer o cargo em comissão de Diretor de Projetos da Secretaria de Saúde.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/05/2013.

Biguaçu, 21 de maio de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1714 de 21 de Maio de 2013

PORTARIA nº 1714 de 21 de maio de 2013

Nomeia José Augusto Schmitz, para exercer o cargo em comissão de Assistente Técnico, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, José Augusto Schmitz, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Assistente Técnico, nível CC-4, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 06/05/2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/05/2013.

Biguaçu, 21 de maio de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1716 de 21 de Maio de 2013

PORTARIA nº 1716 de 21 de maio de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) BÁRBARA CORDEIRO DE LIMA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) BÁRBARA CORDEIRO DE LIMA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, com jornada conforme escala de plantão, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 29/04/2013 a 29/04/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 29/04/2013.

Biguaçu, 21 de maio de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1717 de 21 de Maio de 2013

PORTARIA nº 1717 de 21 de maio de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) FÁBIO SATAKE GONÇALVES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) FÁBIO SATAKE GONÇALVES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, com jornada conforme escala de plantão, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 08/05/2013 a 28/09/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 08/05/2013.

Biguaçu, 21 de maio de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1718 de 21 de Maio de 2013

PORTARIA nº 1718 de 21 de maio de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) JOCELY MARTINEZ LOPES OLIVAN, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JOCELY MARTINEZ LOPES OLIVAN, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir

de 10/05/2013 a 10/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/05/2013.

Biguaçu, 21 de maio de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1719 de 21 de Maio de 2013

PORTARIA nº 1719 de 21 de maio de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ROGÉRIO MARTINS, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse ROGÉRIO MARTINS, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM PLANTONISTA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada conforme escala de plantão, no período de 01/05/2013 a 01/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/05/2013.

Biguaçu, 21 de maio de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1720 de 21 de Maio de 2013

PORTARIA nº 1720 de 21 de maio de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), NILA APARECIDA PEREIRA DOS SANTOS, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse NILA APARECIDA PEREIRA DOS SANTO, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 30 horas semanais, no período de 13/05/2013 a 31/05/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/05/2013.

Biguaçu, 21 de maio de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1721 de 21 de Maio de 2013

PORTARIA nº 1721 de 21 de maio de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), INESSA SOLEK TEIXEIRA, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse INESSA SOLEK TEIXEIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de ODONTÓLOGO DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/06/2013 a 10/06/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 01/06/2013.

Biguaçu, 21 de maio de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1722 de 21 de Maio de 2013

PORTARIA nº 1722 de 21 de maio de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ALBERT ENZWEILER, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse ALBERT ENZWEILER, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/06/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 01/06/2013.

Biguaçu, 21 de maio de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 1723 de 21 de Maio de 2013

PORTARIA nº 1723 de 21 de maio de 2013

Demite ao (a) Servidor (a) José Francisco Machado, ocupante do cargo temporário de Vigia, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Demitir ao (a) servidor (a) Ana Maria Flor da Silva, detentor do cargo de provimento temporário de Vigia, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 25/05/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 25/05/2013.

Biguaçu, 21 de maio de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado Para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de Natureza Temporária, do (a) Funcion

Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), NATHALIA TAVARES GOMES, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse NATHALIA TAVARES GOMES, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada conforme escala de plantão, no período de 01/01/2013 a 31/12/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/01/2013.

Biguaçu, 20 de maio de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado Para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de Natureza Temporária, do (a) Funcion

Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), NATHALIA TAVARES GOMES, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse NATHALIA TAVARES GOMES, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da

Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada conforme escala de plantão, no período de 01/01/2013 a 31/12/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/01/2013.

Biguaçu, 20 de maio de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Pregão Presencial 5/2013 FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 7/2013

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 5/2013 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público para conhecimento dos interessados que as 09:00 horas do dia 14.06.2013, estará selecionando a melhor proposta para Registro de Preço para aquisição de material médico hospitalar visando atendimento aos munícipes. Maiores informações na Prefeitura Municipal pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 20 de maio de 2013.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal.

Extrato de Contrato 20/2013

EXTRATO DE CONTRATO 20/2013

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: Raquel Streese MEI

CNPJ: 17.594.111/0001-76, sito a Rua Getúlio Vargas, 1750. Centro, Cidade de Trombudo Central/SC.

Objeto: Prestação de serviços especializados em dança nos estilos jazz, ballet clássico, dança de rua, dança do ventre.

Vigência: 31.12.2013

Data da assinatura: 16.05.2013

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 21/2013

EXTRATO DE CONTRATO 21/2013

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E



APERFEIÇOAMENTO DO CIDADÃO

CNPJ: 05.120.235/0001-30, sito a Rua Acadêmico Nilo Marchi, 157.

Centro, Cidade de Rio do Sul/SC.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria a piscicultores.

Vigência: 31.12.2013

Data da assinatura: 17.05.2013

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal

Caçador

PREFEITURA

Portaria Nº 22.651

PORTARIA Nº 22.651 de 14 de maio de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 124, § 3 da Lei Complementar nº 056/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, conversão em dinheiro de licença prêmio, a que fazem jus, por motivos pessoais, especificando código, nome, cargo, secretaria de lotação, conversão e período de aquisição, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Sec.	Conv.	Período Aquis.
599	Ademir Novais dos Santos	Motorista	030	1/3	05/10/03 a 05/10/08
1126	Soeli Aparecida da Silva	Professora	016	1/3	31/12/01 a 31/12/06

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, 14 de maio de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

Prefeito Municipal.

Portaria Nº 22.658

PORTARIA Nº 22.658, de 14 de maio de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, em conformidade com o art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do município de Caçador, mais o previsto no art. 42 da Lei Complementar nº 7, de 27/12/1999,

RESOLVE:

REDUZIR a CARGA HORÁRIA das Servidoras Públicas Municipais abaixo relacionadas, da Secretaria de Educação, especificando código, nome, cargo, carga horária antiga, carga horária atual e data inicial:

Código	Nome	Cargo	c.h. antiga	c.h. atual	A contar de
--------	------	-------	-------------	------------	-------------

12254	Ana Paula Spuldaro Peretto	Professora de Artes	24	22	06/05/13
12339	Aline Colla Hahn	Professora	37	27	01/05/13

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 14 de maio de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

Prefeito Municipal.

ALDONIR ANCIUTI

Secretário de Educação

Portaria Nº 22.659

PORTARIA Nº 22.659, de 14 de maio de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências

RESOLVE:

PRORROGAR os contratos por tempo determinado das Servidoras Públicas Municipais a seguir relacionadas, especificando: código, nome, referência, cargo, carga horária, local de atuação, motivo da contratação e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Ref	CH	Atuação	Razão	Período
12632	Itamira Gonçalves	Servente	1.5	44	Batalhão Polícia Militar	VV Ana Maria Constani, lic trat de saúde	02/05/13 a 16/05/13
12447	Soeli de Souza Batista	Servente	1.5	44	EMEB Pierina Santin Perret	VV Marinice Ap Chaves, a Lic trat de saúde	27/04/13 a 27/10/13

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 14 de maio de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

Prefeito Municipal.

ALDONIR ANCIUTI

Secretário de Educação

Portaria Nº 22.660

PORTARIA Nº 22.660, de 14 de maio de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, em conformidade com o art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do município de Caçador, mais o previsto no art. 42 da Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos profissionais do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA dos Servidores Públicos Municipais da Secretaria de Educação, abaixo

relacionados, especificando: código, nome, cargo, carga horária antiga, carga horária atual, local e período da alteração:

Nome	Cargo	CH atual	Para	Local	Período
Mariane Navroski	Professora de Artes	18	20	EMEB Walsin Nunes Garcia, Vaga Excedente, face a redução de a CH de outra servidora	08/05/2013 a 20/12/2013
Mauro Rodrigues	Professor	20	40	Lab de Informática EMEB Tabajara, Vaga Transitória (Projeto)	13/05/13 a 20/12/13
Vanessa de Fátima Rocha	Professora	24	40	8h EMEB Tabajara (Projeto Futsal) 8h EMEB Ir. Venâncio José (Projeto Futsal)	a contar de 22/04/13

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 14 de maio de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

ALDONIR ANCIUTI
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO

Portaria Nº 22.661

PORTARIA Nº 22.661, de 17 de maio de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art 1º ALTERAR a Portaria nº 22.405, de 22 de fevereiro de 2013, no que se refere à Servidora Andressa Angelita Nunes, ocupante do cargo de professora de Ed. Infantil, com relação ao local de atuação que passa a ser EMEB Profª Maria Luiza Barbosa, vaga Excedente, face ao remanejamento de outra servidora.

Art 2º ALTERAR, A PEDIDO, A CARGA HORÁRIA da referida servidora de 40 para 20 horas, a contar de 13/05/2013.

Art 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, 17 de maio de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal.

ALDONIR ANCIUTI
Secretário de Educação.

Portaria Nº 22.662

PORTARIA Nº 22.662, de 17 de maio de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art 1º ALTERAR a Portaria nº 22.473 de 13 de março de 2013, no que se refere a Servidora Adriana Raquel Dias, ocupante do cargo de professora de Ed. Infantil, com relação ao local da atuação que passa a Ser EMEB Ulysses Guimarães, vaga excedente, face ao

remanejamento de outra servidora.

Art 2º ALTERAR A CARGA HORÁRIA da referida servidora de 20 para 40 horas, a contar de 13/05/2013.

Art 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, 17 de maio de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal.

ALDONIR ANCIUTI
Secretário de Educação.

Portaria Nº 22.663

PORTARIA Nº 22.663, de 17 de maio de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

R E S O L V E:

CONTRATAR, por tempo determinado, as pessoas a seguir relacionadas, para atuarem junto às Unidades de Ensino da Secretaria de Educação, especificando: nome, cargo, referência, carga horária, atuação, motivo e período da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref	CH	Atuação	Razão	Período
Adeline Aparecida Ferrasso	Professora Ed. Infantil	1.3/A	40	CMEI Educar é Tudo	VV Deisy Roberta Polli, Lic. Trat. Saúde	08/05/2013 a 20/05/2013
Leila Lucimar Gonçalves	Professora de 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Alto Bonito	VV Juliana Padilha Mazzotti, Lic. Trat. Saúde	10/05/2013 a 09/06/2013
Tatiane Aparecida Polo	Professora de 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Henrique Julio Berger	VV Eliane Cavalheiro Cachinski, disposição da SME	20/05/2013 a 20/12/2013
Ivonete Ribeiro Alves Carneiro	Professora de Ed. Infantil	1.3/A	40	CMEI Pierina Adami	VV Elisangela Bartel, Lic. Prêmio	14/05/2013 a 11/06/2013
Rodrigo Cavalett	Professor de Ed. Física e Projetos Esportivos	1.3/A	30	10h EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa 10h EMEB Pd. José Chamot 10h EMEB Henrique Julio Berger	Vaga Transitória (Projetos Esportivos- Tênis de Mesa)	16/05/2013 a 20/12/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 17 de maio de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.

Portaria Nº 22.664

PORTARIA Nº 22.664, de 17 de maio de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências

RESOLVE:

PRORROGAR os contratos por tempo determinado dos Servidores Públicos Municipais a seguir relacionados, especificando: código, nome, cargo, carga horária, local de atuação, motivo da contratação e período, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	CH	Local Atuação	Motivo	Período
12632-Itamira Gonçalves		Servente da Educação	44	Batalhão da polícia Militar	VV Ana Maria Constantini, Lic Trat. Saúde	17/05/2013 a 15/07/2013.
12438-Vania Camargo dos Santos		Merendeira	44	CMEI Pierina Adami	VV Daniela Monteiro, Lic Trat. Saúde	15/05/2013 a 10/11/2013.
12555-Fernanda Conceição dos Santos		Servente da Educação	44	EMEB Alcides Tombini	VV Conceição Aparecida Ribas da Silva, Lic. Prêmio	04/05/2013 a 01/08/2013.
12439- Celi-na Aparecida de Souza Trindade-		Merendeira Escolar	44	EMEB Pierina Santin Perret	Vaga Excedente, face a aposentadoria da Servidora Dolvina Maseroli Locatelli	5/05/2013 a 20/12/2013.
12341- Kris-nha Serena Zuanazzi-		Professor de Ed. Física	30	EMEB Morada do Sol	VV Marcos Adelmo dos Reis, em gozo de Lic. Prêmio,	20/05/2013 a 17/08/2013
12.643- Lu-ana Cristina Ramos-		professora de séries Iniciais	20	EMEB Alto Bonito	VV Tatiane Polo, em gozo de férias	18/05/2013 a 14/06/2013
12553- Silvana Solle Antunes-		Auxiliar de Creche e Berçário	40	CMEI Sini-nho	VV Vanderléia de Cássia Fernandes Campos, Lic. Sem vencimentos	04/05/2013 a 20/12/2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 17 de maio de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal.

ALDONIR ANCIUTI
Secretário de Educação

Portaria Nº 22.665

PORTARIA Nº 22.665, de 17 de maio de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições

legais, nos termos do art. 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

ALTERAR a Portaria nº 22.473 de 13 de março de 2013, que contratou diversos servidores para atuar junto às Unidades de Ensino da Secretaria de Educação, no que se refere a Servidora Filomena Maiberg da Rosa Belli, código 12498, ocupante do cargo de professora, carga horária de 20 (vinte) horas semanais na EMEB Henrique Julio Berger, com relação a data fim, que passa a ser 17/05/2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, 17 de maio de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal.

ALDONIR ANCIUTI
Secretário de Educação.

Aviso de Licitação - PR 40 - 2013 - Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2013
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.

OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE HERBICIDAS, FUNGICIDAS, ADUBOS E OUTROS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DO HORTO FLORESTAL (Produção de viveiro de mudas frutíferas) ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 11/06/2013.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 11/06/2013.
Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos no site do Município de Caçador: cacador.sc.gov.br ou pessoalmente na avenida Santa Catarina, 195, e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 21 de Maio de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO,
Prefeito Municipal

Aviso Licitação PR 22-2013 Saúde

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO
Solicitar este Edital pelo e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br

EDITAL: Pregão Presencial nº 22/2013 - FMS
TIPO: Menor Preço Por Item

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇOS DE CRIAÇÃO E CONFECÇÕES DE MATERIAL DE PUBLICIDADE, PLACAS, ADESIVOS, BANNERS, FAIXAS, PLOTAGENS, OUTDOORS, CARTAZES E FOLDERS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ENTREGA DOS ENVELOPES: 14:00 Horas do Dia 10/06/2013.
ABERTURA DOS ENVELOPES: 14:05 Horas do Dia 10/06/2013.
Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Coord. de Licitações e Contratos do Fundo Municipal de Saúde, Site Rua Brasília, 1.111, e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, das 13:00 às 19:00 horas ou pelo site www.cacador.sc.gov.br

Caçador, 21 de maio de 2013.
REJANE SERAFINI
Secretária Municipal de Saúde

Aviso Licitação PR 23-2013 Saúde

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Solicitar este Edital pelo e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br

EDITAL: Pregão Presencial nº 23/2013 - FMS

TIPO: Menor Preço Por Item

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS DESTINADOS A UNIDADE SANITÁRIA

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14:00 Horas do Dia 11/06/2013.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14:05 Horas do Dia 11/06/2013.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Coord. de Licitações e Contratos do Fundo Municipal de Saúde, Sítio Rua Brasília, 1.111, e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, br, das 13:00 às 19:00 horas ou pelo site www.cacador.sc.gov.br

Caçador, 21 de maio de 2013.

REJANE SERAFINI

Secretária Municipal de Saúde

Contrato Administrativo Nº 08/2013 - FMAS 1º Aditamento

Contrato Administrativo nº 08/2013 - FMAS 1º Aditamento ao Contrato Administrativo nº 08/2012, Prorroga Prazo, pelo período de 12 (doze) meses sem reajuste, Referente ao processo licitatório nº 08/2012 Pregão Presencial Nº 03/2012, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE ACESSO A INTERNET, COM INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO EM DIVERSOS SETORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Contratado CONECT INFORMÁTICA LTDA, CNPJ sob o nº 82.889.882/0001-52, com sede na cidade de Caçador/SC, Prazo de validade 12 meses.

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	12	MESES	ACESSO A INTERNET VIA RÁDIO E UM LINK DE 2.000 KB E IP FIXO REAL COM MANUTENÇÃO- SEDE DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- END: AV. SANTA CATARINA, 513, CENTRO	306,2233	3.674,68
2	12	MESES	ACESSO A INTERNET VIA RÁDIO E UM LINK DE 2.000 KB E IP FIXO REAL COM MANUTENÇÃO- SEDE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA- END: RUA ADELMIR PRESSANTO, 264, CENTRO	306,2246	3.674,70
3	12	MESES	ACESSO A INTERNET VIA RÁDIO E UM LINK DE 1.000 KB E IP FIXO REAL COM MANUTENÇÃO- SEDE DO CREAM- END: RUA VICTOR BAPTISTA ADAMI, 89, CENTRO	259,4083	3.112,90

4	12	MESES	ACESSO A INTERNET VIA RÁDIO E UM LINK DE 600 KB E IP FIXO REAL COM MANUTENÇÃO- SEDE DO CRAS- MARTELLO END: RUA ALBERTO ZANATTA, 210, BAIRRO MARTELLO	138,1464	1.657,76
5	12	MESES	ACESSO A INTERNET VIA RÁDIO E UM LINK DE 600 KB E IP FIXO REAL COM MANUTENÇÃO- SEDE DO CRAS- GIOPO- END: RUA SALOMÃO GIOPO CARNEIRO, 283, BAIRRO GIOPO	138,1464	1.657,76
6	12	MESES	AUTENTICAÇÃO DE ACESSO ADSL PARA CONSELHO TUTELAR- END: AV. SANTA CATARINA- PRÉDIO MITRA DIOCESANA- CENTRO	15,3496	184,20
TOTAL GERAL					13.962,00

CÂMARA MUNICIPAL**Edital de Audiência Pública Nº 03/2013.**

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA nº 03/2013.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Caçador convida toda a sociedade civil organizada com atuação e sede no Município de Caçador, bem como os demais munícipes, a participar de AUDIÊNCIA PÚBLICA, no âmbito da COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTAS DO MUNICÍPIO, que se realizará no dia 05 de junho de 2013, às 19h30min, no Plenário Osvaldo José Gomez, sítio à Rua Fernando Machado, 139, com a finalidade de discutir o Projeto de Lei nº 030/2013, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Município de Caçador para o exercício de 2014.

Caçador, em 21 de maio de 2013.

CARLOS EVANDRO LUZ,
Presidente da CMC.RICARDO PELEGRINELLO,
Presidente da CFOCM.**IPASC****Portaria N.º 595, de 17 de Maio de 2013.**

PORTARIA n.º 595, de 17 de maio de 2013.

Encerra benefício de aposentadoria de NELSON BAPTISTA DALLAGNOL.

O Diretor Presidente e a Diretora Administrativa do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/06,

RESOLVEM:

Art. 1.º - Encerrar o pagamento do benefício de aposentadoria do Servidor inativo NELSON BAPTISTA DALLAGNOL, Matrícula 398,



por motivo do seu falecimento ocorrido no dia 13 de maio de 2013, com efeitos a contar da data de falecimento.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 17 de maio de 2013.

ALCEDIR FERLIN

DIRETOR PRESIDENTE.

ELIETE CATARINA D'AGOSTINI

DIRETORA ADMINISTRATIVA.

Portaria Nº 596, de 21 de Maio de 2013.

PORTARIA nº 596, de 21 de maio de 2013.

Dá nova redação à Portaria nº 262, de 13/01/2009, que aposenta Alcides Correa.

O Diretor Presidente e a Diretora Administrativa do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições, que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 093/2006, nos termos da alínea "b", inciso III, § 1º, do art. 40, da Constituição Federal, com a redação da Emenda Constitucional nº 41/2003, atendendo ao Processo nº APE-10/00416043, do TCE/SC,

Resolvem:

Art. 1º O art. 1º da Portaria nº 262, de 13/01/2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Concede aposentadoria por idade ao Servidor Público Municipal ALCIDES CORREA, portador do CPF nº 626.843.299-15, CI 10/R 2.113.055, PIS nº 10681690167, a partir de 13 de janeiro de 2009, nos termos do art. 40, § 1º, inciso III, alínea "b" da Constituição Federal, com a redação da Emenda Constitucional nº 41/2003, matrícula nº 236 na atividade, ocupante do cargo efetivo de Servente I, Referência 5, lotado na Secretaria de Infra Estrutura, passando à matrícula nº 3.177, no IPASC, com proventos proporcionais de 95,67%, calculados sobre o valor da última remuneração de contribuição de R\$ 1.034,72, inferior ao valor da média dos salários de contribuição de R\$ 1.056,69, resultando no valor de benefício inicial de R\$ 990,01, e sem paridade."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Portaria nº 553, de 26/11/2012.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 21 de maio de 2013.

ALCEDIR FERLIN

Diretor Presidente

ELIETE CATARINA D'AGOSTINI

Diretora Administrativa

Camboriú

PREFEITURA

Decreto N.º 1.633/2013

DECRETO N.º 1.633/2013

Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Camboriú e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Constituição da República Federativa do Brasil, pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA fundamenta suas ações na competência que lhe confere os artigos 204 e 227 da Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988 e na Lei Municipal n.º 2.372 de 27 de outubro de 2011, que dispõe sobre a política de proteção integral da criança e do adolescente no Município de Camboriú;

CONSIDERANDO que a Assembleia Geral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA, realizada no dia 25 de abril de 2013, elegeu novos membros para a composição do referido conselho;

CONSIDERANDO que o art. 8º da Lei Municipal n.º 2.372 estabelece que os representantes governamentais serão indicados pela Chefe do Poder Executivo, assim como o artigo 13 da citada Lei estabelece que os subsequentes processos de renovação dos representantes não Governamentais serão de responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para exercer a função de Conselheiro Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em Camboriú, formado por representantes de órgãos governamentais e não governamentais, na forma que segue.

§ 1º Membros representantes de Organizações não Governamentais:

I - representantes da Associação Beneficente Razão de Viver:

a) titular: Jean Américo Prado Braz;

b) suplente: Sérgio Roberto da Silva.

II - representantes da Associação de Pais e Atletas de Futebol de Campo da Cidade de Camboriú e Região "Guri Bom de Bola":

a) titular: Valtecir Benevenuti;

b) suplente: Rubens Pereira Filho.

III - representantes da Associação Lar Maternal Bom Pastor:

a) titular: Samuel Oliveira de Souza;

b) suplente: Afafe S. Sharif.

IV - representantes do Grupo Escoteiro Terra do Vale:

a) titular: Adriano da Silva;

b) suplente: Adenir Rebello.

V - representantes da Associação Kadiz Esporte e Lazer:

a) titular: Altair Kadiz dos Santos;

b) suplente: Estela de Oliveira.

VI - representantes da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Camboriú:

a) titular: Natália Moscon;

b) suplente: Rubia Costa da Silva.

VII - representantes da Associação Beneficente Torre Forte:

a) titular: Ana Maria Silvério de Miranda;

b) suplente: Valter Dionízio Rosa.

VIII - representantes da Pastoral da Criança:

- a) titular: Vilmar José Peixe;
b) suplente: Ana Lúcia Paiva de Oliveira.

§ 2º Membros representantes das Organizações Governamentais:**I - representantes da Secretaria Municipal de Educação:**

- a) titular: Ivete Aparecida Ferreira;
b) suplente: Maurina Linhares.

II - representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

- a) titular: Márcia Regina Freitag;
b) suplente: Fabíola Rigo da Cruz.

III - representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social:

- a) titular: Andressa Corrêa dos Santos Bueno;
b) suplente: Mari Stela de Oliveira Gervasio.

IV - representantes da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano:

- a) titular: Nelizete de Borba Carvalho de Lima;
b) suplente: Carina Goulart Wazner.

V - representantes da Procuradoria-Geral do Município:

- a) titular: Jameston Powala de Moura;
b) suplente: Felipe Bittencourt Wolfram.

VI - representantes dos Programas Sociais:

- a) titular: Denise Janaina Brezolim Santiago;
b) suplente: Adriana da Silva.

VII - representantes das Escolas Estaduais:

- a) titular: Aline Yara Bianco de Sampaio;
b) suplente: Marian Elisabeth de Sampaio.

VIII - representantes das Escolas Federais:

- a) titular: Nelza de Moura;
b) suplente: Neusa Denise Marques.

Art. 2º Os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente exercerão suas funções com base nas competências que lhes são atribuídas pela atual legislação municipal, atendendo o que estabelece a legislação federal e as recomendações do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 3º Os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente são eleitos para exercer o mandato referente ao biênio 2013 a 2015.

Art. 4º Os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente não serão remunerados, sendo os serviços prestados considerados de relevância social.

Art. 5º Fica revogado o Decreto n.º 1.276 de 10 de junho de 2011.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,
Em, 16 de maio de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA
Secretário M. de Administração

II 1/13 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
INEXIGÊNCIA LICITATÓRIA Nº. 001/2013 - PMC

Data: 21/05/2013

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA CONserto DE CATERPILLAR MOTONIVELADORA 120H, SÉRIE 5FM02333.

Valor total: R\$: 8.694,87 (Oito Mil Seiscentos e Noventa e Quatro Reais e Oitenta e Sete Centavos)

Secretaria: Obras e Serviços Urbanos

Contratado: PARANA EQUIPAMENTOS S/A

Embasamento legal: artigo 25, inciso "I", da lei Federal 8666/1993.

Camboriú, 21 de Maio de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

PR 14/13 - FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 014/2013-FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TONERS E CARTUCHOS (ORIGINAIS) PARA USO NAS IMPRESSORAS DAS UNIDADES DE SAÚDE, VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, PROGRAMA DST/AIDS, SAMU E FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 13:00 horas do dia 06 (Seis) de Junho de 2013, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 21 de Maio de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

PR 25/13 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 025/2013-PMC

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DO PRÉDIO DO PAÇO MUNICIPAL, PALCO E PRAÇA DAS FIGUEIRAS.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 05 (Cinco) de Junho de 2013, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 21 de Maio de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Termo de Errata PR 11/13 - FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

TERMO DE ERRATA

PREGÃO PRESENCIAL 011/2013-FMS

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o edital do Pregão Presencial 011/2013 - FMS, tendo como objeto a "AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA O CUMPRIMENTO DE AÇÕES JUDICIAIS CONSTANTES NA REQUISIÇÃO DE COMPRAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.", sofreu a seguinte alteração:

Foi alterada a descrição do item 6.8.1 da cláusula 6, do Edital.

- onde lê-se: 6.8.1 - Apresentar Autorização de Fornecimento da ANVISA nos itens cabíveis.

- leia-se: 6.8.1 - Apresentar Autorização de Fornecimento da ANVISA nos itens cabíveis e cópia do Alvará Sanitário do Município conforme Resolução da ANVISA para distribuidora.

Desta maneira, fica prorrogada a data de abertura das propostas e documentações para o dia 10/06/2013 as 13h00min.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Camboriú SC, 21 de Maio de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Retificação da Lei Complementar N.º 055/2013

Retificação da Lei Complementar n.º 055/2013

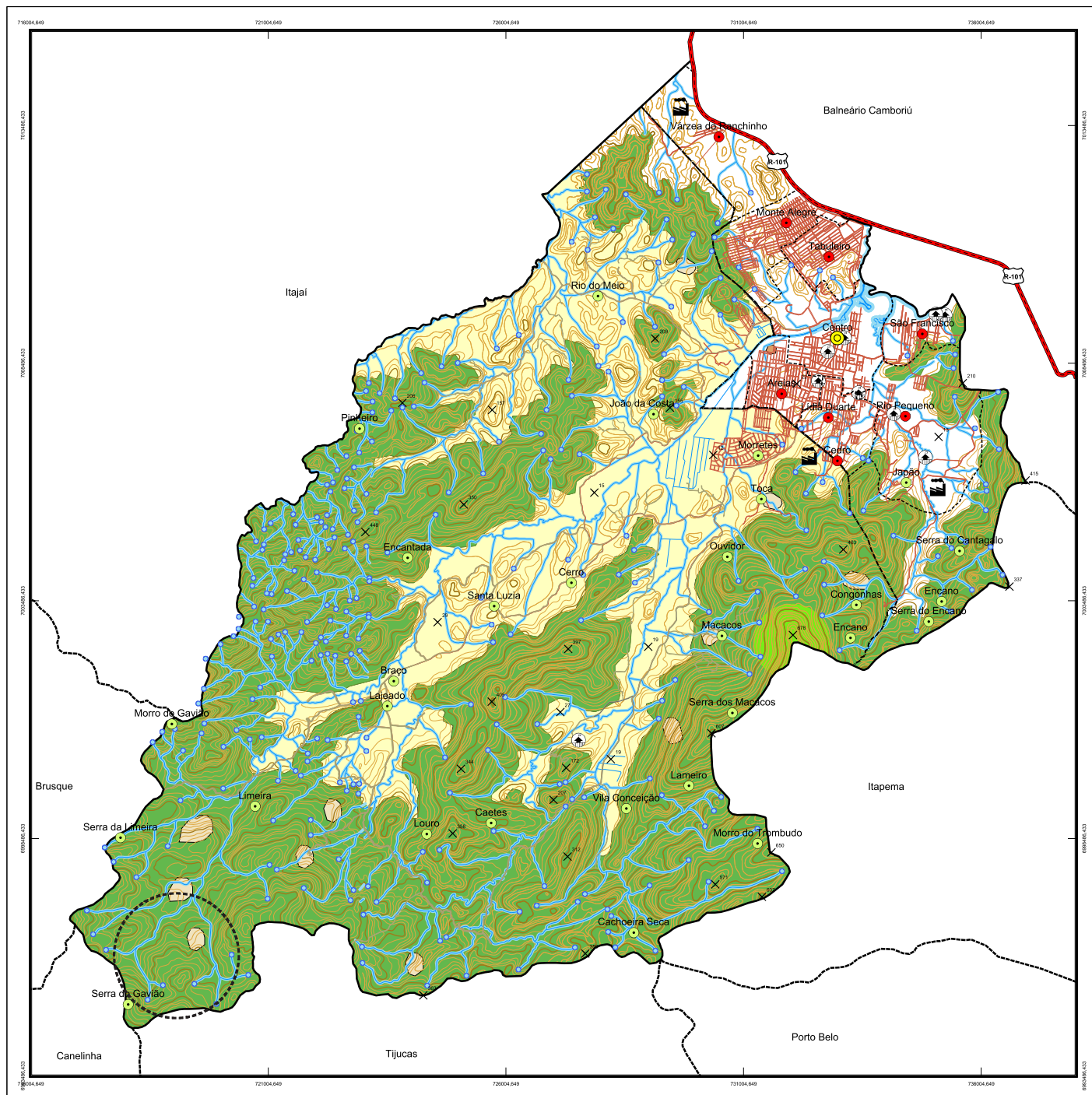
Considerando a ausência dos anexos da Lei Complementar n.º 055/2013, publicada no dia 13/05/2013, edição n.º 1.237, págs. 28 a 47, do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, incluem-se os anexos denominados como Apêndice A, Apêndice B, Apêndice C, Apêndice D e Apêndice E, conforme segue:

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,

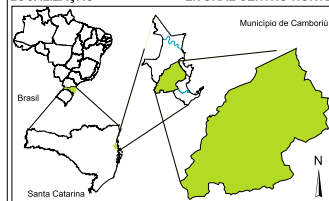
Em, 21 de maio de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

**LEGENDA**

- Área de Preservação Permanente
 - Parque Pico da Pedra
 - Sítio Arqueológico - Sambaqui
 - Pedreiras
 - Produção Agrícola
 - Área de Preservação Permanente dos Cursos D'água
 - Área de Preservação Permanente das Nascentes
 - Área de Preservação Ambiental do Morro do Gavião
 - Indústria
 - Patrimônio Cultural
 - Centro Histórico
- Palácio Antônio Maria
 Casa dos Garcia
 Casa das Linhares
 Casa Antônio de Almeida
 Casa D. Isaura
 Prefeitura Camboriú
 E.E. Prof. José Soares
- Casa Benito Anselmo
 Prefeitura Municipal
 Praça das Figueiras
 Arquitetura Industrial
 Igreja do Divino Espírito Santo
 Centro Santo Antônio

LOCALIZAÇÃO

ESCALA 1:50.000

PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR

DATUM: WGS 1984 ZONA 22S

equidistância das curvas de nível: 20 metros.

Meridiano Central 51° W.GR.

LITORAL CENTRO-NORTE

- Limite Intermunicipal
- Limite Municipal
- Limite Localidade/ Rural
- Limite Localidade/ Bairros
- BR - 101
- Via Urbana
- Via Rural
- Centro Urbano
- Localidade Urbana
- Localidade Rural
- Curso d'água
- Corpo d'água
- Curvas de Nível
- Cotas



Plano Diretor de Desenvolvimento
Territorial do Município de Camboriú-SC

APÊNDICE A

Mapa da Estratégia de Qualificação Ambiental

Fonte dos Dados:

Base cartográfica digitalizada a partir das folhas topográficas do IBGE 1:50.000: SG-22-Z-D-I-1 - Brusque; SG-22-Z-D-I-2 - Camboriú; SG-22-Z-B-V-1 - Itajaí; SG-22-Z-D-II-1 - Balneário Camboriú. Limites municipais Gerco 1:50.000 - Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro de Santa Base de dados.

Execução:

Marco Antonio Lenzi Duarte, Raiza Morastoni, Lucas Noel de Farias, Michele Carla Staniszuk, Viviane Sgorla, Carla Rossana Krug, Carlos Eduardo de Souza, Marina G. Mele, Galvão Loureiro Filho, Nedio Xavier Pinheiro Júnior.

Consultoria:

UNIVAL - Curso de Arquitetura e Urbanismo.
 Laboratório de Ecologia Urbana e Geoprocessamento.
 Francisco dos Anjos, Luciana Budag, Luciana Noronha, Rafaela Vieira.



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
 Secretaria Municipal de Planejamento Urbano

Cedro
Centro
Areias
Tabuleiro
Rio Pequeno
Monte Alegre
São Francisco
Várzea do Ranchinho

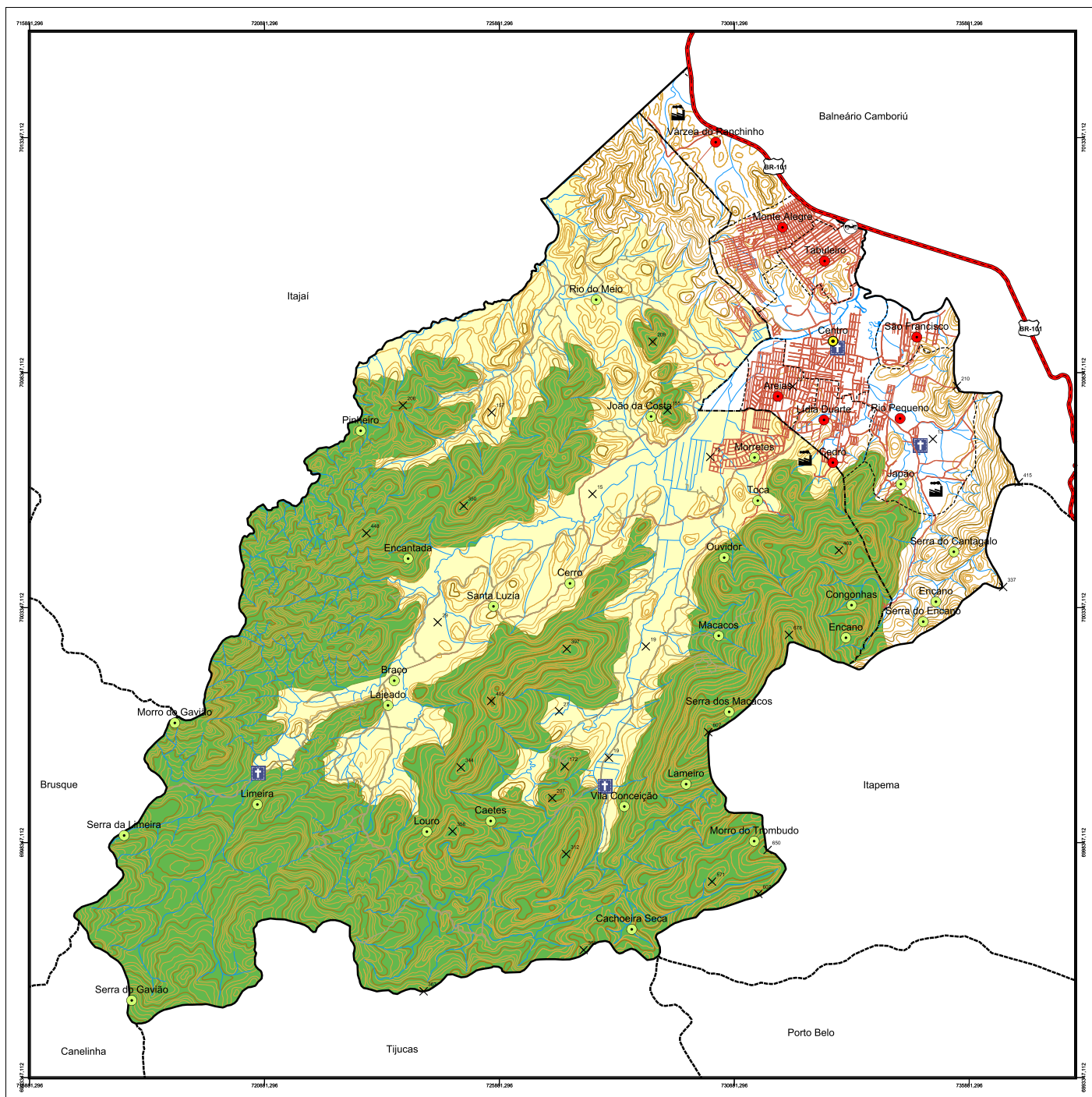
12
15
19
22
13
29
19
27
209
206
172
207
157 155
210
415
448
350
463
337
397
678
405
344
607
358
312
571
650
607
350
363

Itajaí
Brusque Itapema
Tijucas
Canelinha Porto Belo
Balneário Camboriú
Toca
Braço
Japão
Cerro
Louro
Caetes
Encano
Encano
Lajeado
Limeira
Ouvidor
Macacos

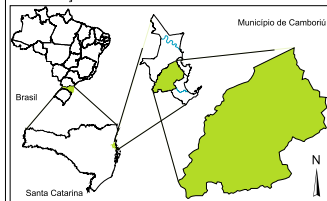
Cedro
Centro
Areias
Tabuleiro
Rio Pequeno
Monte Alegre
São Francisco
Várzea do Ranchinho

12
15
19
22
13
29
19
27
209
206
172
207
157 155
210
415
448
350
463
337
397
678
405
344
607
358
312
571
650
607
350
363

Itajaí
Brusque Itapema
Tijucas
Canelinha Porto Belo
Balneário Camboriú
Toca
Braço
Japão
Cerro
Louro
Caetes
Encano
Encano
Lajeado
Limeira
Ouvidor
Macacos

**LEGENDA**

- Turismo Ecológico
- Cooperativas Agrícolas
- Turismo Religioso
- Indústria

LOCALIZAÇÃO

ESCALA 1:50.000
 PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR
 DATUM: WGS 1984 ZONA 22S
 equidistância das curvas de nível: 20 metros.
 Meridiano Central 51° W.G.R.

LITORAL CENTRO-NORTE**CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS**

- Limite Intermunicipal
- Limite Municipal
- Limite Urbano/ Rural
- Limite Localidades/ Bairros
- BR - 101
- Via Urbana
- Via Rural
- Centro Urbano
- Localidade Urbana
- Localidade Rural
- Curso d'água
- Corpo d'água
- Curvas de Nível
- Cotas



**Plano Diretor de Desenvolvimento
 Territorial do Município de Camboriú-SC**

APÊNDICE B

Mapa da Estratégia de Desenvolvimento Sócio-Econômico

Fonte de Dados:

Base cartográfica digitalizada a partir das folhas topográficas do IBGE 1:50.000:
 SC-22-Z-D-I-1 - Brusque; SC-22-Z-D-II-2 - Camboriú; SC-22-Z-E-V-4 - Itajaí;
 SC-22-Z-D-II-1 - Balneário Camboriú. Limites municipais Gerco 1:50.000 -
 Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro de Santa Catarina.

Execução:

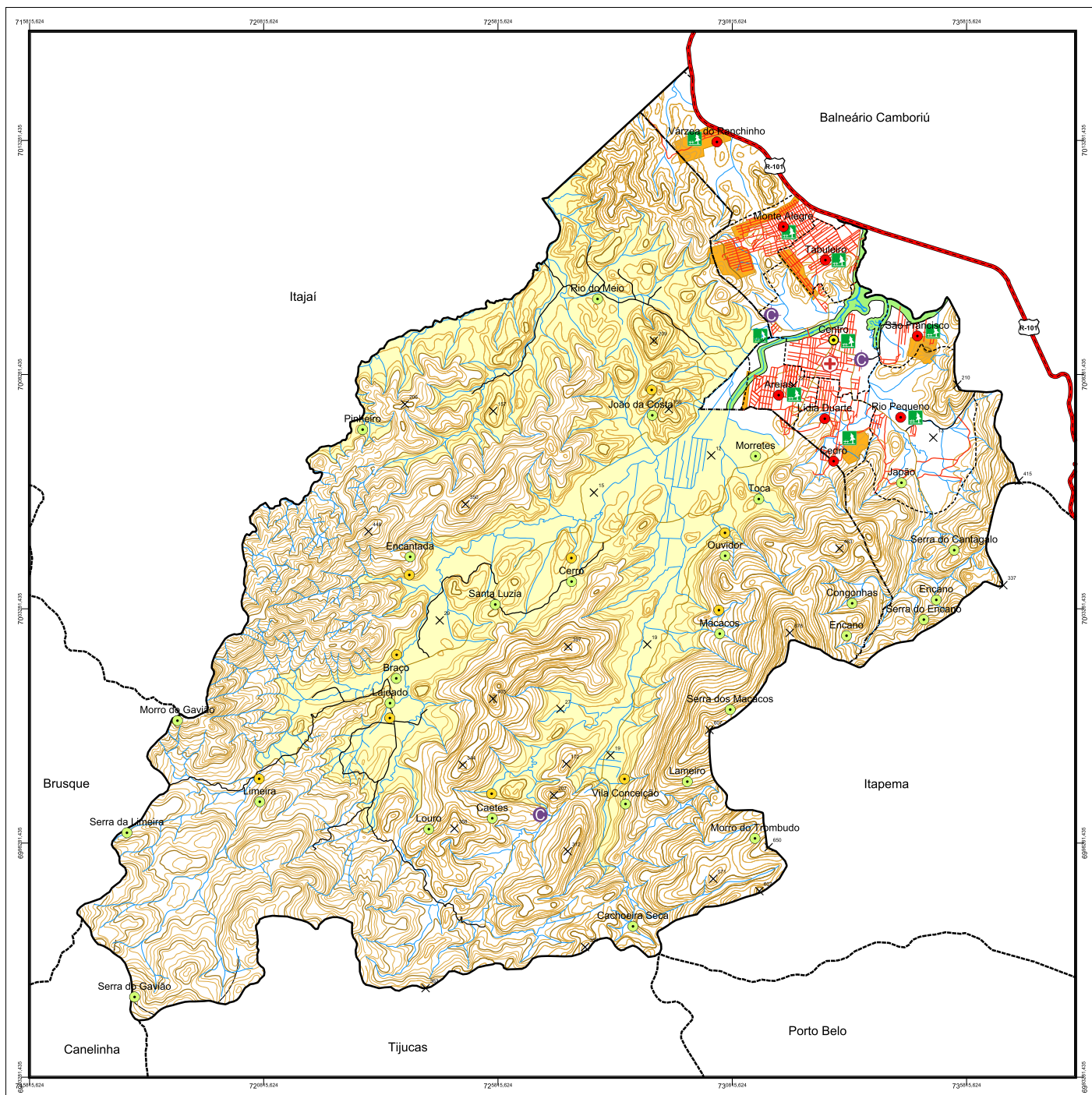
Marco Antonio Lenzi Duarte, Raiza Morastoni, Lucas Noel de Farias, Michele
 Carla Staniczuk, Viviane Sgorla, Carla Rosane Krug, Carlos Eduardo de Souza,
 Marina G. Melere, Galvão Loureiro Filho, Nedio Xavier Pinheiro Junior.

Consultoria:

UNIVAL - Curso de Arquitetura e Urbanismo.
 Laboratório de Ecologia Urbana e Geoprocessamento.
 Francisco dos Anjos, Luciana Budag, Luciana Noronha, Rafaela Vieira.



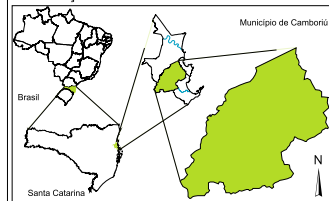
Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
 Secretaria Municipal de Planejamento Urbano



LEGENDA

- Parque Rio Camboriú
- Produção Agrícola e Turismo Rural
- Regularização Fundiária
- Centralidades Rurais
- Equipamentos de Lazer
- Hospital
- Cemitério a ser requalificado

LOCALIZAÇÃO



LITORAL CENTRO-NORTE

ESCALA 1:50.000

PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR
DATUM: WGS 1984 ZONA 22S
equidistância das curvas de nível: 20 metros.
Meridiano Central 51° W.G.R.

CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

- Limite Intermunicipal
- Limite Municipal
- Limite Urbano/ Rural
- Limite Localidades/ Bairros
- BR - 101
- Via Urbana
- Via Rural
- Centro Urbano
- Localidade Urbana
- Localidade Rural
- Curso d'água
- Corpo d'água
- Curvas de Nível
- Cotas



Plano Diretor de Desenvolvimento
Territorial do Município de Camboriú-SC

APÊNDICE C

Mapa da Estratégia de Estruturação Urbana e Habitação

Fonte de Dados:

Base cartográfica digitalizada a partir das folhas topográficas do IBGE 1:50.000:
SG-22-Z-D-II-1 - Brusque; SG-22-Z-D-II-2 - Camboriú; G-22-Z-B-V-4 - Itajaí;
SG-22-Z-D-II-2/III-1 - Balneário Camboriú. Limites municipais Gerco 1:50.000 -
Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro de Santa Catarina. Base de dados.

Execução:

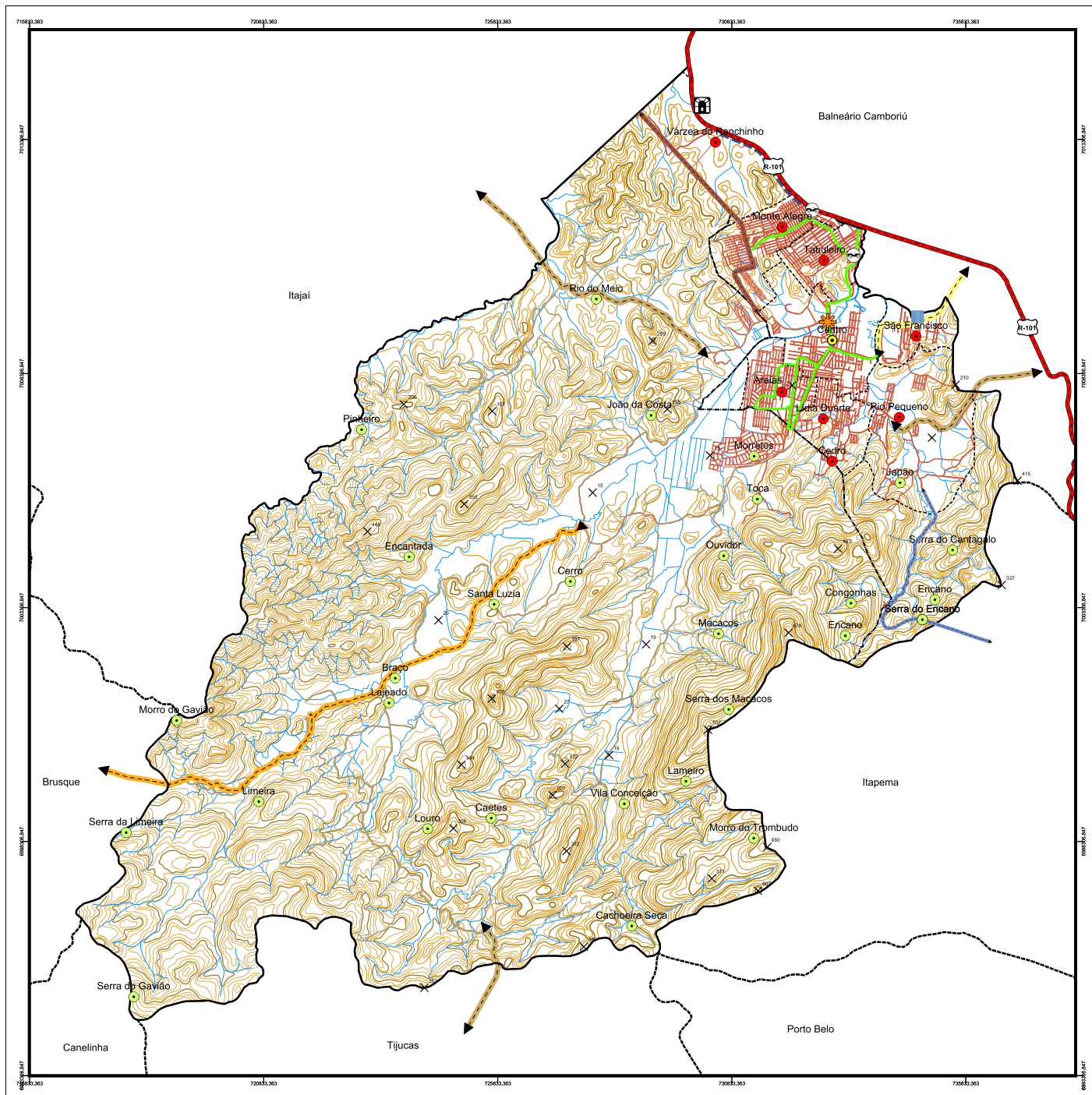
Marco Antonio Lenzi Duarte, Raiza Morastoni, Lucas Noel de Farias, Michelle
Carla Sianizuki, Viviane Sgorla, Carla Rosana Krug, Carlos Eduardo de Souza,
Marina G. Melere, Galvão Loureiro Filho, Nedio Xavier Pinheiro Junior.

Consultoria:

UNIVALI - Curso de Arquitetura e Urbanismo.
Laboratório de Ecologia Urbana e Geoprocessamento.
Francisco dos Anjos, Luciana Budag, Luciana Noronha, Rafaela Vieira.



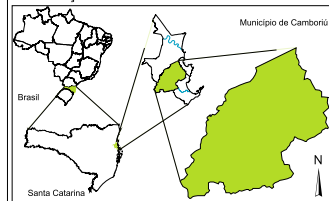
Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
Secretaria Municipal de Planejamento Urbano



LEGENDA

- Túnel BR-101
- Entrada acesso principal
- Ponte Bairro São Francisco
- Terminal Urbano Integrado
- Sistema Ciclovário
- Acesso Principal
- Acesso a cidade de Brusque
- Acesso as cidades de Itajaí, Bañeário Camboriú e Tijucas
- Acesso a Itapema
- Acesso a Bañeário Camboriú
- Acesso ao Conde Vila Verde e Várzea do Ranchinho

LOCALIZAÇÃO



LITORAL CENTRO-NORTE

ESCALA 1:50.000

PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR
DATUM: WGS 1984 ZONA 22S
equidistância das curvas de nível: 20 metros.
Meridiano Central 51° W.G.R.

CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

- Limite Intermunicipal
- Limite Municipal
- Limite Urbano/ Rural
- Limite Localidade/ Bairros
- BR - 101
- Via Urbana
- Via Rural
- Centro Urbano
- Localidade Urbana
- Localidade Rural
- Curso d'água
- Corpo d'água
- Curvas de Nível
- Cotas



Plano Diretor de Desenvolvimento
Territorial do Município de Camboriú-SC

APÊNDICE D

Mapa da Estratégia de Mobilidade Urbana

Fonte de Dados:

Base cartográfica digitalizada a partir das folhas topográficas do IBGE 1:50.000:
SG-22-Z-D-II-1 - Brusque; SG-22-Z-D-II-2 - Camboriú; G-22-Z-B-V-4 - Itajaí;
SG-22-Z-D-II-2III-1 - Bañeário Camboriú. Limites municipais Gerco 1:50.000 -
Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro de Santa. Base de dados.

Execução:

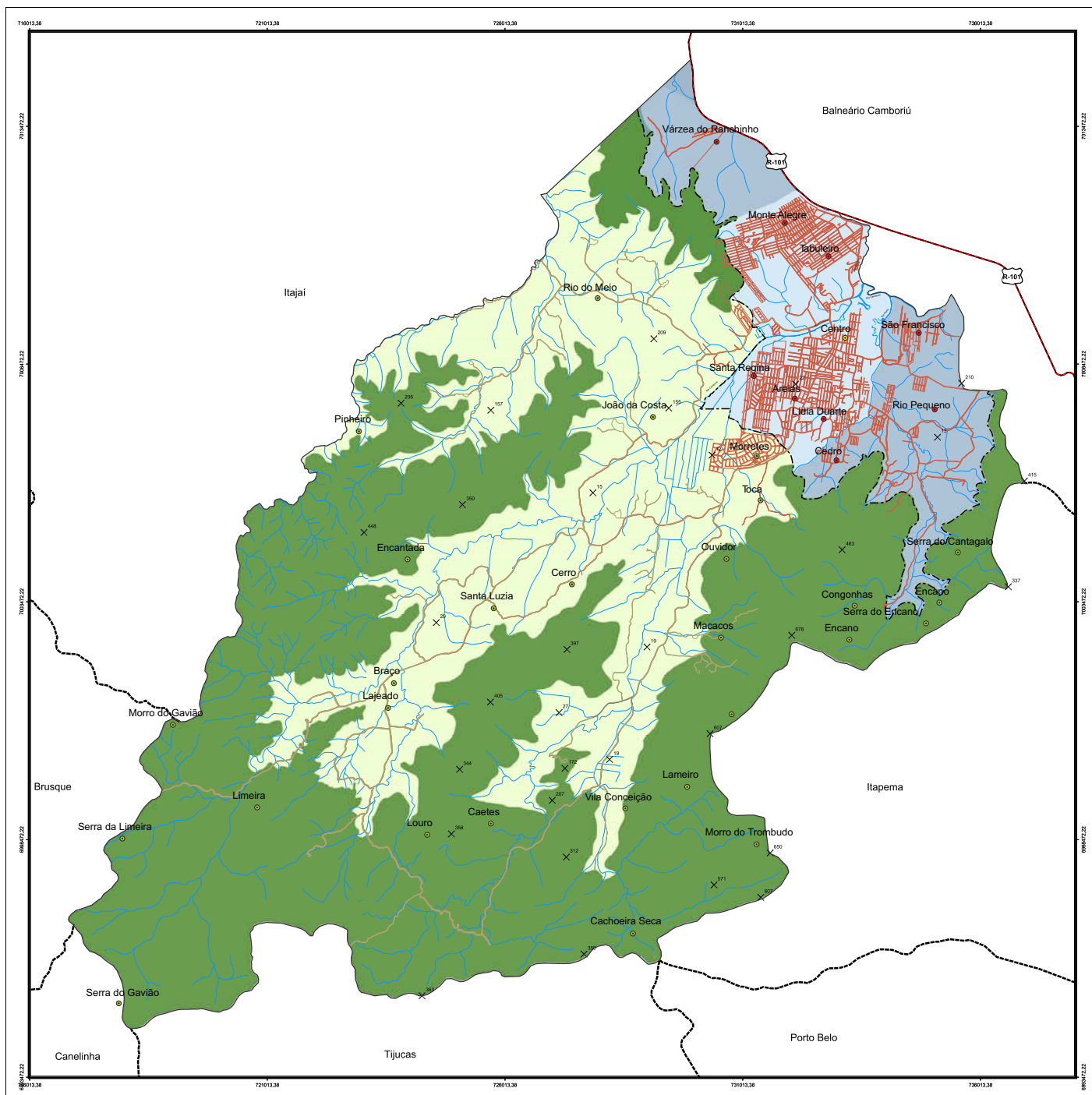
Marco Antonio Lenzi Duarte, Raiza Morastoni, Lucas Noel de Farias, Michele
Carla Stanizuk, Viviane Sgorla, Carla Rosana Krug, Carlos Eduardo de Souza,
Marina G. Melera, Galvão Loureiro Filho, Nédio Xavier Pinheiro Junior.

Consultoria:

UNIVALI - Curso de Arquitetura e Urbanismo.
Laboratório de Ecologia Urbana e Geoprocessamento.
Francisco dos Anjos, Luciana Budag, Luciana Noronha, Rafaela Vieira.



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
Secretaria Municipal de Planejamento Urbano



LEGENDA

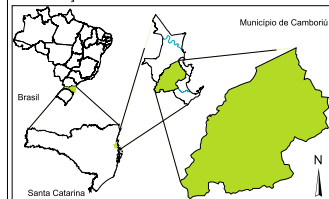
Macrozona Urbana

- Setor Consolidado
- Setor em Consolidação

Macrozona Rural

- Setor de Produção Agrícola
- Setor de Proteção Ambiental

LOCALIZAÇÃO



ESCALA 1:50.000

PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR
DATUM: WGS 1984 ZONA 22S
equidistância das curvas de nível: 20 metros.
Meridiano Central 51° W.G.R.

CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

- Limite Intermunicipal
- Limite Municipal
- Limite Urbano/ Rural
- Limites Bairros
- BR - 101
- Via Urbana
- Via Rural
- Centro Urbano
- Bairro
- Localidade Rural
- Curso d'água
- Corpo d'água
- Curvas de Nível
- Cotas



Plano Diretor de Desenvolvimento
Territorial do Município de Camboriú-SC

APÊNDICE E

Mapa do Macrozoneamento

Fonte de Dados:

Base cartográfica digitalizada a partir das folhas topográficas do IBGE 1:50.000:
SG-22-Z-D-II-1 - Brusque; SG-22-Z-D-II-2 - Camboriú; SG-22-Z-B-V-4 - Itajaí;
SG-22-Z-D-II-2/III-1 - Balneário Camboriú. Limites municipais Gerco 1:50.000 -
Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro de Santa Catarina. Base de dados.

Execução:

Marco Antonio Lenz Duarte, Raiza Morastoni, Lucas Noel de Farias, Michelle
Carla Stanicuk, Viviane Sgorla, Carla Rosana Krug, Carlos Eduardo de Souza,
Marina G. Melero, Galvão Loureiro Filho, Nedio Xavier Pinheiro Junior.

Consultoria:

UNIVALI - Curso de Arquitetura e Urbanismo.
Laboratório de Ecologia Urbana e Geoprocessamento.
Francisco dos Anjos, Luciana Budag, Luciana Noronha, Rafaela Vieira.



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
Secretaria Municipal de Planejamento Urbano

Editais de Autuação Pelo Cometimento de Infração de Transito Nº 194 - 575 - 578 - 580 - 581 - 584 - 590/2009 **Edital de Autuação**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO **DE TRÂNSITO Nº 194 575/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

PIAcA	Auto dE InfrAção	Código dA InfrAção / DEsdobrAmEnto	DAtA dA InfrAção	EnquAdrAmEnto
AJW8549	55955220B	5460/0	03/07/2009	181 * IX
ATB6600	55958707B	5045/0	26/06/2009	162 * V
BMV6403	55956278B	6599/2	20/06/2009	230 * V
LXE4485	55958640B	6920/0	23/06/2009	233
LXV5213	55958472B	6599/2	08/06/2009	230 * V
LXV5213	55958475B	5061/0	08/06/2009	163 c/c 162 * I
LYF6519	55955214B	6599/2	12/06/2009	230 * V
MAD0621	55958639B	6920/0	23/06/2009	233
MBT5976	55956265B	6912/0	19/05/2009	232
MCO5069	55958024B	6912/0	28/06/2009	232
MDI7057	55958477B	5967/0	24/06/2009	203 * V
MDO8273	55958709B	6599/2	02/07/2009	230 * V
MDO8273	55958710B	6726/1	02/07/2009	230 * XVIII
MFR6715	55958679B	5819/2	02/07/2009	193
MGZ6704	55958226B	5010/0	02/06/2009	162 * I
MGZ6704	55958227B	5061/0	02/06/2009	163 c/c 162 * I
MKL3990	55957574B	5010/0	29/06/2009	162 * I
MKL3990	55957575B	6599/2	29/06/2009	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
 OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIÚ/SC, 14 DE MAIO DE 2013

RODRIGO CORONHA
 DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 194 578/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADS3034	55958803B	6599/2	08/07/2009	230 * V
AKD5578	55958271B	5010/0	06/07/2009	162 * I
ASL0222	55957190B	5819/2	15/06/2009	193
ATB6600	55958650B	6920/0	07/07/2009	233
LXV5213	55958473B	5010/0	08/06/2009	162 * I
LXV5213	55958474B	6912/0	08/06/2009	232
LZE7987	55958677B	6610/2	26/06/2009	230 * VII
MAP7456	55957326B	5185/1	03/07/2009	167
MBP5002	55957327B	5045/0	03/07/2009	162 * V
MBP5002	55957328B	6556/1	03/07/2009	230 * I
MBP8704	55958646B	6920/0	07/07/2009	233
MBU1703	54121365B	6920/0	07/07/2009	233
MCI9973	55957576B	6599/2	03/07/2009	230 * V
MCI9973	55957577B	5010/0	03/07/2009	162 * I
MDH1183	55958721B	6726/1	06/07/2009	230 * XVIII
MDH1183	55958722B	5835/0	06/07/2009	195
MDW1577	55958901B	6912/0	04/07/2009	232
MEN4654	55957194B	5819/2	15/06/2009	193
MER0227	55958482B	6602/0	30/06/2009	230 * VI
MER0227	55958483B	6556/1	30/06/2009	230 * I
MER0227	55958484B	6637/2	30/06/2009	230 * IX
MFL3341	55955946B	6599/2	29/06/2009	230 * V
MFR6715	55955948B	5878/0	03/07/2009	199
MGW3820	55958643B	6920/0	07/07/2009	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 14 DE MAIO DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 194 580/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

PIAcA	Auto dE InfrAção	Código dA InfrAção / DEsdobrAmEnto	DAtA dA InfrAção	EnquAdrAmEnto
LXY7067	55958398B	5452/1	16/07/2009	181 * VIII
MAT5243	55542650B	6599/2	28/06/2009	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBÓRIU/SC, 14 DE MAIO DE 2013

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLÍCIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 194 581/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

PIAcA	Auto dE Infração	Código dA Infração / DEsdobrAmEnto	DAtA dA Infração	EnquAdrAmEnto
ADI2272	55958632B	6920/0	23/06/2009	233
ADS3034	55958804B	5061/0	08/07/2009	163 c/c 162 * I
ADS3034	55958805B	5010/0	08/07/2009	162 * I
LWV5050	55958399B	6599/2	16/07/2009	230 * V
LWV5050	55958400B	5525/0	16/07/2009	181 * XV
LZM2937	55956382B	5169/1	30/05/2009	165
MBU9568	55957325B	5010/0	03/07/2009	162 * I
MCN1749	55955930B	6599/2	06/06/2009	230 * V
MCW3985	55956280B	5045/0	24/06/2009	162 * V
MEM2247	55958397B	6726/1	13/06/2009	230 * XVIII
MGC5722	55958386B	6556/5	03/06/2009	230 * I
MGC5722	55958387B	6726/1	03/06/2009	230 * XVIII
MGC5722	55958388B	6912/0	03/06/2009	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 14 DE MAIO DE 2013

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 194 584/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

PIAcA	Auto dE Infração	Código dA Infração / DEsdobrAmEnto	DAtA dA Infração	EnquAdrAmEnto
AIB9636	54121379B	6920/0	20/08/2009	233
BTJ6526	55958026B	5010/0	26/07/2009	162 * I
BTJ6526	55958027B	5274/1	26/07/2009	175
BTJ6526	55958029B	5169/1	26/07/2009	165
BTJ6526	55958030B	5118/0	26/07/2009	164 c/c 162 * I
CML7752	55958277B	6599/2	21/08/2009	230 * V
CVY4778	55958767B	5622/2	06/08/2009	182 * VI
IHR7925	55958729B	6599/2	02/08/2009	230 * V
ILB5242	55541232B	6920/0	20/08/2009	233
JTS6268	55956970B	5045/0	26/08/2009	162 * V
LXK2214	55957616B	5010/0	02/08/2009	162 * I
LXM6032	55958390B	5010/0	09/06/2009	162 * I
LXM6032	55958391B	5061/0	09/06/2009	163 c/c 162 * I
LXM6032	55958392B	6912/0	09/06/2009	232
LXZ1865	55958035B	6599/2	11/08/2009	230 * V
LYE4905	55956289B	5452/3	27/08/2009	181 * VIII
LYH4707	55958905B	6599/2	29/07/2009	230 * V
LYM0498	55958769B	6599/2	07/08/2009	230 * V
LYQ1571	55958907B	5231/2	04/08/2009	172
LYU3983	55958963B	5835/0	01/08/2009	195
LYU3983	55958964B	6076/0	01/08/2009	210
LYU3983	55958965B	5819/1	01/08/2009	193
LYU3983	55958966B	5738/0	01/08/2009	186 * II
LYU3983	55958967B	5738/0	01/08/2009	186 * II
LYU3983	55958968B	6599/2	01/08/2009	230 * V
LZG9859	55958734B	5010/0	10/08/2009	162 * I

LZG9859	55958735B	6599/2	10/08/2009	230 * V
LZG9859	55958736B	6912/0	10/08/2009	232
MAJ5362	55958274B	5185/1	21/08/2009	167
MBR7043	55957475B	6912/0	08/08/2009	232
MBR7043	55957476B	6599/2	08/08/2009	230 * V
MBV9359	55958737B	6050/1	11/08/2009	208
MCX1961	55958733B	5274/2	08/08/2009	175
MCZ6645	55958285B	6599/2	26/08/2009	230 * V
MDL9783	54121370B	6920/0	23/07/2009	233
MEN0275	55957587B	6599/2	21/08/2009	230 * V
MEU6624	55958740B	5010/0	14/08/2009	162 * I
MEU6624	55958741B	6599/2	14/08/2009	230 * V
MEV8692	55959051B	6556/1	22/08/2009	230 * I
MEW4952	55958278B	5010/0	21/08/2009	162 * I
MEX2122	55958431B	5010/0	20/08/2009	162 * I
MFJ4623	55958923B	5169/1	21/08/2009	165
MFR1838	55958774B	5819/2	12/08/2009	193
MFR6715	55956827B	6653/1	12/08/2009	230 * XI
MFR6715	55956828B	6602/0	12/08/2009	230 * VI
MFR6715	55956829B	6610/2	12/08/2009	230 * VII
MFR6715	55958988B	5835/0	13/08/2009	195
MFR6715	55958989B	5738/0	13/08/2009	186 * II
MFR6715	55958990B	5274/1	13/08/2009	175
MFR6715	55958991B	6653/1	13/08/2009	230 * XI
MFR6715	55958992B	6602/0	13/08/2009	230 * VI
MFR6715	55958993B	6610/2	13/08/2009	230 * VII
MFR6715	55958994B	7030/2	13/08/2009	244 * I
MFR6715	55958999B	6602/0	21/08/2009	230 * VI
MGD3202	54121389B	6920/0	20/08/2009	233
MGD9858	55958446B	5452/3	30/08/2009	181 * VIII
MGJ5263	55959053B	6050/1	22/08/2009	208
MGR8991	55958742B	5010/0	14/08/2009	162 * I
MGX3141	55958778B	5819/2	12/08/2009	193
MJN6910	55958924B	6599/2	21/08/2009	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 14 DE MAIO DE 2013

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLÍCIA





ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 194 590/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BHI6643	54118561B	5568/0	14/11/2004	181 * XIX
BPI3943	55959469B	6920/0	30/09/2009	233
LXF7680	55959502B	5169/1	25/09/2009	165
LXT0048	55799168A	5452/0	19/11/2004	181 * VIII
LXW6553	55959102B	7048/1	29/08/2009	244 * II
LXW6553	55959103B	6858/0	29/08/2009	231 * VII
LYR6698	55959109B	5274/1	04/09/2009	175
LYR6698	55959110B	6610/2	04/09/2009	230 * VII
LYR6698	55959111B	5258/3	04/09/2009	174
LYR6698	55959112B	6637/1	04/09/2009	230 * IX
LYR6698	55959113B	6637/2	04/09/2009	230 * IX
LYU9070	55799169A	5568/0	19/11/2004	181 * XIX
LZE6560	55799171A	5568/0	20/11/2004	181 * XIX
LZH3229	55957332B	5010/0	31/08/2009	162 * I
LZH3229	55957333B	5118/0	31/08/2009	164 c/c 162 * I
LZU5109	55959657B	5010/0	30/09/2009	162 * I
LZU5109	55959658B	5118/0	30/09/2009	164 c/c 162 * I
MAA7429	55799170A	5452/0	19/11/2004	181 * VIII
MAU4410	55959556B	6599/2	28/09/2009	230 * V
MAU4410	55959557B	6912/0	28/09/2009	232
MAU4410	55959558B	5169/1	28/09/2009	165
MBF8966	55959219B	6599/2	26/09/2009	230 * V
MBI2844	54118354B	7048/0	18/11/2004	244 * II
MBJ4030	55959474B	6920/0	30/09/2009	233
MBZ3014	54118356B	7099/0	18/11/2004	244 * VII
MBZ3014	54118356B	7366/0	18/11/2004	252 * VI

MCN7312	54118357B	7030/0	19/11/2004	244 * I
MCO5929	55959019B	5061/0	26/09/2009	163 c/c 162 * I
MCR6742	55959457B	5010/0	17/09/2009	162 * I
MCR6742	55959458B	6912/0	17/09/2009	232
MCR6742	55959459B	5061/0	17/09/2009	163 c/c 162 * I
MCX0996	55957341B	6866/1	05/09/2009	231 * VIII
MDF4811	55958933B	7048/1	29/08/2009	244 * II
MDP4032	55958866B	6599/2	25/09/2009	230 * V
MGN1653	55958777B	5819/2	12/08/2009	193
MGN1690	55958979B	6653/1	09/08/2009	230 * XI
MGO6674	55956387B	6548/2	07/09/2009	229
MGO6674	55958940B	5525/0	07/09/2009	181 * XV
MII0760	55959301B	6653/1	10/09/2009	230 * XI
MII0760	55959466B	6920/0	30/09/2009	233
MKM3590	55959428B	5010/0	04/10/2009	162 * I
MKM3590	55959429B	5061/0	04/10/2009	163 c/c 162 * I
MKM3590	55959430B	5835/0	04/10/2009	195
MKM3590	55959431B	5274/2	04/10/2009	175
MLV9100	55956296B	5525/0	31/08/2009	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBÓRIU/SC, 14 DE MAIO DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLÍCIA

Campo Alegre

PREFEITURA

Decreto Nº 7.773 de 16 de Maio de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.773 DE 16 DE MAIO DE 2013

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seus Artigos 299 e 300 e Inciso VI; e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar, o Sr. PAULO RICARDO DA COSTA LOPES ao cargo público de Médico I, Registro no Sistema Sob nº 955256, Categoria Funcional: ANS - Atividades de Nível Superior, com provimento de Caráter Temporário - Regime Jurídico: Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 039 de 12 de dezembro de 2006.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006/2002, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 039 de 12 de Dezembro de 2006, é o de Nível 6 Sub-Nível 61 referência A, no valor de R\$ 2.767,38 (dois mil setecentos e sessenta e sete reais e trinta e oito centavos) com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, além de 50% (cinquenta por cento) do valor da hora à título de Gratificação Especial Médica, pelo período de 06 de maio de 2013 a 06 de novembro de 2013, ou até a Homologação do Concurso Público e Convocação dos aprovados.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Sr. PAULO RICARDO DA COSTA LOPES, em 1º lugar no Processo Seletivo Simplificado nº 005/2013, homologado pelo Decreto nº 7.749 em data de 06 de maio de 2013.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativo a 06 de maio de 2013.

Art.5º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",

16 de maio de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 16/05/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.774 de 22 de Maio de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.774 DE 22 DE MAIO DE 2013

DISPÕE SOBRE RESCISÃO A PEDIDO DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Decreta:

Art.1º) Rescindir a pedido o Contrato o Temporário firmado com a Srª. BRUNA FERNANDA DARGA DE OLIVEIRA, no cargo público de Professor IV, na função de Professor de Inglês, Registro no Sistema nº 955200, a partir de 22 de maio de 2013.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,

22 de maio de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH

Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/05/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.775 de 22 de Maio de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.775 DE 22 DE MAIO DE 2013

TRANSFERE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO O IMÓVEL QUE ESPECIFICA E, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Considerando, a solicitação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, com o objetivo de instalar sua sede e demais órgãos, com o intuito de otimizar os seus serviços em prol da melhoria no atendimento aos munícipes, centralizando assim, as suas instalações em um único local - no imóvel da antiga "EMEB - Antonio Domingos Corrêa", paralisada pelo Decreto Municipal nº 7.018 de 08 de maio de 2012, em razão da nucleação da Rede Municipal de Ensino Fundamental;

Considerando, que a Secretaria Municipal de Educação oficializou a disposição de ceder o referido imóvel, à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, para implantar sua nova sede e demais órgãos, que estarão todos próximos a sede da Agroindústria Municipal, que por sua vez facilitará aos produtores rurais para resolução de seus interesses;

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, com fulcro no Inciso VII do Art. 71 da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Fica transferido da Secretaria Municipal de Educação, o seguinte Bem Imóvel: antiga sede da "EMEB - ANTONIO DOMINGOS CORREA", Código do INEP nº 420.988-31, localizado na Rua Ernesto Afonso Scheide, nº 132, Bairro Belo Horizonte neste Município de Campo Alegre/SC.

Parágrafo único: O bem imóvel de que trata o caput deste Artigo

destinar-se-á à implantação da nova sede da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, e demais de órgãos de sua competência.

Art.2º) O prazo da Permissão de Uso do referido bem imóvel pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, será por período indeterminado.

Art.3º) As despesas decorrentes com a manutenção e conservação, do bem imóvel descrito no Art. 1º deste Decreto, serão custeadas por conta das Dotações dos Orçamentos vigentes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
22 de maio de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
22/05/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.776 de 22 de Maio de 2013

Gabinete do Prefeito
DECRETO Nº 7.776 DE 22 DE MAIO DE 2013
INSTITUI PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de Abril de 1990; Decreta:

Art.1º) Institui PONTO FACULTATIVO nas Repartições Públicas Municipais, ressalvadas as necessidades de serviços de cada Secretaria Municipal, Departamento e suas respectivas Divisões, no dia 31 de Maio de 2013 (sexta-feira), voltando com expediente normal no dia 03 de junho de 2013 (segunda-feira).

Art.2º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
22 de maio de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
22/05/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.975 de 22 de Maio de 2013

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 9.975 DE 22 DE MAIO DE 2013
DISPÕE SOBRE CESSÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Art. 75 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Ceder o Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público Agente Administrativo II, PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR, Matrícula Funcional nº 000237, Registro no Sistema sob nº 697100, para auxiliar nos serviços da Delegacia da Polícia Civil no Município de Campo Alegre/SC.

Parágrafo único: a cessão de que trata o caput deste Artigo será por 60 (sessenta) dias a partir de 22 de maio de 2013.

Art.2º) A remuneração do Servidor cedido ficará com ônus do Município de Campo Alegre/SC, não tendo qualquer vínculo empregatício com a Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
22 de maio de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
22/05/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.976 de 22 de Maio de 2013

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 9.976 DE 22 DE MAIO DE 2013
AUTORIZA A MOVIMENTAR AS CONTAS DE TITULARIDADE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE "PREFEITURA MUNICIPAL".

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 71, inciso VII da Lei Orgânica Municipal; RESOLVE:

Art.1º) Designar os responsáveis pela Movimentação das Contas Correntes de titularidade do Município de Campo Alegre - "PREFEITURA MUNICIPAL", a Secretária Municipal de Finanças MARIA ELIANE FRIEDRICH, CPF/MF nº 382.609.569-34 e a Chefe do Serviço de Contabilidade, ADRIANA APARECIDA PYKOSZ RUSZACK, CPF/MF nº 638.521.609-87.

Parágrafo único: A autorização de que trata o caput deste Artigo são as seguintes: emitir cheques; abrir contas de depósito; autorizar cobrança; receber, passar recibo e dar quitação; solicitar saldos e extratos; requisitar talonários de cheques; retirar cheques devolvidos; endossar cheque; efetuar transferências/pagamentos/sustar/contra-ordenar cheques; cancelar cheques; baixar cheques; efetuar resgates/aplicações financeiras; cadastrar; alterar e desbloquear senhas; efetuar saques - conta corrente; efetuar saques - poupança; efetuar transferências e pagamentos por meio eletrônico e encerrar contas de depósito.

Art.2º) Esta Portaria em tra em vigor a partir de 23 de maio de

2013, data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 9.918 de 01 de abril de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
22 de maio de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
23/05/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decisão Final Em Recurso Administrativo - (JPG COMPACTADO)

Errata - Aviso de Licitação - Pregão (Presencial) Nº 61/2013

ERRATA. Corrige-se a publicação do dia 22/05/2013, DOM/SC, p. 107, sendo correto:

"- Data, horário e local para início da realização da sessão pública do pregão: dia 05/06/2013, às 10 horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC", conforme abaixo:

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO (presencial) Nº 61/2013

O objeto da licitação consiste na aquisição de larvicida biológico para aplicação em rios e córregos para combate ao inseto borrachudo, conforme segue:

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Valor Unitário (estimado)	Valor Total (estimado)
01	08	Galão	Larvicida biológico feito a partir dos cristais protéicos produzidos pela bactéria bacillus thuringiensis variedade israelensis, concentração 1,6% suspensão aquosa concentrada. Galão com 10 litros. Validade 24 meses.	650,00	5.200,00

- Critério julgamento: MENOR PREÇO UNITÁRIO.

- Data, horário e local para início da realização da sessão pública do pregão: dia 05/06/2013, às 10 horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

- Data, horário e local para a entrega dos envelopes com a documentação e propostas: até as 9 horas e 45 minutos, do dia 05/06/2013, no protocolo da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

- As despesas oriundas da contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Entidade: 1 – Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 13.00 – Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental; Unidade: 13.01 – Serviço de Saneamento Ambiental; Função: 17 – Saneamento; Subfunção: 541 – Preservação e Conservação Ambiental; Programa – 90 – Controle do Borrachudo (SIMULIUM PERTINAX); Projeto: 2.137 – Manutenção do Programa de Combate ao Borrachudo;

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo (código reduzido 301), Valor estimado = R\$ 5.200,00).

- Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

- Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site www.campoalegre.sc.gov.br, no ícone "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 61/2013".

- A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre, 20 de maio de 2013.

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Intimação Ref. TP 48/2013

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Processo Licitatório nº 48/2013 - Tomada de Preços

Mandado de Intimação n. 04/2013

A Secretária da Comissão Permanente de Licitação do Município de Campo Alegre-SC, através dos poderes conferidos, manda que em cumprimento ao presente, EFETUE-SE A INTIMAÇÃO da licitante a seguir relacionada para que tenha ciência da Decisão Administrativa da Comissão de Licitação e Decisão Final pela Autoridade Superior (acompanhada de Parecer Jurídico) aos recursos interpostos pelas empresas Sadenco Sul Americana de Engenharia e Comércio Ltda, CNPJ 00.166.929/0001-95 e Eletro Comercial Energiluz Ltda, CNPJ 09.008.659/0001-69, conforme documentos em anexo. Intima-se ainda quanto a data para o prosseguimento da sessão de abertura do envelope da proposta comercial da empresa habilitada, que será as 10 horas do dia 24 de maio de 2013, no prédio da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, Centro, Campo Alegre-SC.

Destinatário

- Eletro Comercial Energiluz Ltda, Rua Abelardo Manoel Peixer, 70, Barreiros, São José-SC, CEP. 88.110-055, Tel/fax: (48) 3211-7070, A Sra. Andreia Cristina Gorges Schmitt, representante legal c/c: Sr. Fernando Sattes Trentin, procurador.

Campo Alegre, 21 de maio de 2013.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Comissão Permanente de Licitação

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Processo Licitatório nº 48/2013 - Tomada de Preços

Mandado de Intimação n. 05/2013

A Secretária da Comissão Permanente de Licitação do Município de Campo Alegre-SC, através dos poderes conferidos, manda que em cumprimento ao presente, EFETUE-SE A INTIMAÇÃO da licitante a seguir relacionada para que tenha ciência da Decisão Administrativa da Comissão de Licitação e Decisão Final pela Autoridade Superior (acompanhada de Parecer Jurídico) aos recursos interpostos pelas empresas Sadenco Sul Americana de Engenharia e Comércio Ltda, CNPJ 00.166.929/0001-95 e Eletro Comercial Energiluz Ltda, CNPJ 09.008.659/0001-69, conforme documentos em anexo. Intima-se ainda quanto a data para o prosseguimento da sessão de abertura do envelope da proposta comercial da empresa habilitada, que será as 10 horas do dia 24 de maio de 2013, no prédio da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, Centro, Campo Alegre-SC.

Destinatário

- Sadenco Sul Americana de Engenharia e Comércio Ltda, Rua Dom Jaime Câmara, 66, 10º andar, Centro, Florianópolis-SC, CEP. 88.015-120,
Tel/fax: (48) 3028-2222,
Ao Sr. Pedro Alberto de Miranda Santos, representante legal
c/c: Sra. Patrícia Ana Mascarelo Berkembrock, procuradora.

Campo Alegre, 21 de maio de 2013.
LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Comissão Permanente de Licitação

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Processo Licitatório nº 48/2013 - Tomada de Preços
Mandado de Intimação n. 06/2013

A Secretária da Comissão Permanente de Licitação do Município de Campo Alegre-SC, através dos poderes conferidos, manda que em cumprimento ao presente, EFETUE-SE A INTIMAÇÃO da licitante a seguir relacionada para que tenha ciência da Decisão Administrativa da Comissão de Licitação e Decisão Final pela Autoridade Superior (acompanhada de Parecer Jurídico) aos recursos interpostos pelas empresas Sadenco Sul Americana de Engenharia e Comércio Ltda, CNPJ 00.166.929/0001-95 e Eletro Comercial Energiluz Ltda, CNPJ 09.008.659/0001-69, conforme documentos em anexo. Intima-se ainda quanto a data para o prosseguimento da sessão de abertura do envelope da proposta comercial da empresa habilitada, que será as 10 horas do dia 24 de maio de 2013, no prédio da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, Centro, Campo Alegre-SC.

Destinatário

- Quark Engenharia Ltda Me, Rua Gothard Kaesemodel, 732, Anita Garibaldi, Joinville-SC, CEP. 89.203-400,
Tel/fax: (47) 3439-4100
Ao Sr. Hoylson Trevisol, representante legal
c/c: Sra. Vanessa Carine Miehe Cando, procuradora.

Campo Alegre, 21 de maio de 2013.
LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Comissão Permanente de Licitação

Campos Novos

PREFEITURA

Decreta Ponto Facultativo Na Administração Pública Municipal

DECRETO Nº 6.737/2013 DE 22/05/2013

DECRETA PONTO FACULTATIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

NELSON CRUZ, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Campos Novos,

DECRETA

Art. 1º - Fica decretado "Ponto Facultativo" o dia 31/05/2013 (sexta-feira) na sede da Prefeitura Municipal, Secretarias, Fundações e Autarquia, permanecendo em funcionamento os serviços essenciais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 22 de maio de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Resolução FUNDEMA N.º 001/2013 de 21/05/2013

RESOLUÇÃO FUNDEMA N.º 001/2013 DE 21/05/2013

APROVA LISTAGEM DAS ATIVIDADES CONSIDERADAS POTENCIALMENTE CAUSADORAS DE DEGRADAÇÃO AMBIENTAL DE IMPACTO LOCAL PARA FINS DO EXERCÍCIO DA COMPETÊNCIA DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL MUNICIPAL

CONSIDERANDO a necessidade de se criar uma listagem das atividades Consideradas Potencialmente Causadoras de Degradação Ambiental;

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUNDEMA, por deliberação da maioria de seus membros e tendo em vista o disposto na Lei municipal nº 3.563/2010, Estatutos da FUNDEMA, aprovados através do Decreto Municipal nº 6.142/2010 e Resolução do CONSEMA nº 14/2012 e Resolução do CONSEMA nº 22/2013;

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar a listagem de Atividades Consideradas Potencialmente Causadoras de Degradação Ambiental com Impacto Local e respectivos estudos ambientais, conforme Anexo I da presente Resolução.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Campos Novos, 21 de maio de 2013.

SILVIO HENRIQUE DE ALMEIDA LOPES SOBRINHO

Diretor Superintendente FUNDEMA

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

ANEXO I

LISTAGEM DAS ATIVIDADES CONSIDERADAS POTENCIALMENTE CAUSADORAS DE DEGRADAÇÃO AMBIENTAL COM IMPACTO LOCAL E RESPECTIVOS ESTUDOS AMBIENTAIS - NÍVEL III

00 - EXTRAÇÃO DE MINERAIS

00.01.0 - Pesquisa mineral de qualquer natureza com uso de guia de utilização.

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: M Solo: M Geral: M
Porte: AU(1) = 2000: grande (RAP)
Os demais: médio (RAP)

00.10.00 - Lavra a céu aberto com desmonte por explosivo.
Pot. Poluidor/Degradador: Ar: G Água: P Solo: M Geral: G
Porte: PA

Aviso de Licitação - TP 09/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2013

O Município de Campos Novos SC, através do Prefeito Municipal



Nelson Cruz, torna público que fará realizar no dia 10 de junho de 2013 às 15h00min, na Sala de Licitações da Prefeitura, Tomada de Preços do Tipo Menor Preço Global, tendo como objeto a Contratação de empresa para execução de obras de pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, sinalização horizontal e vertical e passeios em paver nas ruas: Frei Rogério, Elizio José Biolchi, Pedro Carlos Stefan, Germano Foppa e recapeamento na rua Rodolfo Matos, conforme especificações do projeto básico. Programa Planejamento Urbano Pavimentação - Contrato Nº 1001.537-68/2012- Ministério Das Cidades.

O Edital está amparado na Lei de Licitações nº 8666/93 e suas alterações posteriores e encontra-se a disposição no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura localizada na Rua Expedicionário 323, Centro, Campos Novos SC - Setor de Compras.

Campos Novos, 23 de maio de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal.

Canoinhas

PREFEITURA

Decreto Nº. 001/2013 - FME

DECRETO Nº. 001/2013

"HOMOLOGA INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/FME/2013"

RICARDO PEREIRA MARTIN, Presidente da Fundação Municipal de Esportes, nomeado através da Portaria nº 481/2008, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 3.869/2005, Resolve:

HOMOLOGAR

Art. 1º - Ficam homologadas as inscrições do processo seletivo visando à contratação temporária de Professores/Técnicos, previsto no Edital nº 001/FME/2013, conforme abaixo relacionado.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario

Canoinhas/SC, 20 de maio de 2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

RICARDO PEREIRA MARTIN
Presidente da FME

Este decreto foi registrado e publicado na Fundação Municipal de Esportes em 20/05/2013.

Estado de Santa Catarina
Município de Canoinhas
Edital de Processo Seletivo nº. 001/FME/2013.

QUADRO DE INCRITOS POR VAGAS

Tênis de Campo (20 horas)

Nº	Nome	CPF
02	Marcelo Darci Borges Muniz	806.722.139-15

Ginástica (30 horas)

Nº	Nome	CPF
03	Ana Carla Sampaio Artner	066.240.859-40
04	Carla Regina Figura	008.133.009-08
05	Ana Paula Rodrigues	203.182.179-07

Futebol de Salão (40 horas)

Nº	Nome	CPF
01	Fabiano Poffo	843.191.009-72
06	Marcos Gonçalves de Souza	200.593.918-80

Resolução Nº 08/2013 - CMAS

RESOLUÇÃO Nº 08/2013

Dispõe aprovação e destinação dos recursos oriundos do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) referente aos Benefícios Eventuais.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Canoinhas (SC), no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos referentes ao cofinanciamento dos Benefícios Eventuais, proveniente do FEAS, no valor de R\$ 18.379,73.

Parágrafo Único. Os Benefícios Eventuais referem-se às provisões suplementares e provisórias, prestadas ao cidadão e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

Art. 2º Os recursos serão destinados ao custeio de Benefícios Eventuais para a provisão de auxílio funeral, situações de vulnerabilidade temporária e/ou de calamidade pública;

Art. 3º Os recursos cofinanciados de que trata esta resolução não poderão ser aplicados em itens referentes à órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentadura, dentre outros; cadeiras de roda, muletas, óculos, e outros itens inerentes à área da saúde, como medicamentos, pagamento de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município, transporte de doentes, leite, dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoa que tenha necessidade de uso, conforme expresso na Resolução nº 39 do CNAS.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 17 de maio de 2013

KARINA VIEIRA CARVALHO

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Publicação de Aviso de Anulação do Edital de Pregão Presencial Nº 31/2013

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 49/2013

PREGÃO PRESENCIAL N.º 31/2013

AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna público a anulação do Pregão Presencial n.º 31/2013, que tem por objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE PODA DE REBAIXAMENTO DE ÁRVORES SOB FIAÇÃO ELÉTRICA EXISTENTE AO LONGO DAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO. Motivo: Processo cancelado para lançamento posterior. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA. Informações de Segunda a Sexta-feira, período das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 15h30min, fone (47) 321-7705.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Aviso de Anulação do Edital de Pregão Presencial Nº Funrebompm 01/2013

FUMREBOMPM DE CANOINHAS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 2/2013
PREGÃO PRESENCIAL N.º 1/2013
AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna público a anulação do Pregão Presencial n.º 1/2013, que tem por objeto: REGISTRO DE PREÇOS DE HORAS DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVO E CORRETIVA DOS VEÍCULOS DO CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR. Motivo: Processo cancelado para lançamento posterior. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA. Informações de Segunda a Sexta-feira, período das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 15h30min, fone (47) 321-7705.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito / Presidente do Fundo

Publicação de Aviso de Anulação do Pregão Presencial Nº 21/2013

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 30/2013
PREGÃO PRESENCIAL N.º 21/2013
AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna público a anulação do Pregão Presencial n.º 21/2013, que tem por objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE 01 EMPRESA PARA ANTEDER 23 ESCOLAS (URBANAS E RURAIS) E 13 CEIS (URBANOS) PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO E CONCERTO DE FOGÃO INDUSTRIAL, FOGÃO 4 BOCAS, FREEZER E GELADEIRA, MÁQUINA DE LAVAR ROUPA E CENTRÍFUGA. Motivo: Processo cancelado para lançamento posterior. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA. Informações de Segunda a Sexta-feira, período das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 15h30min, fone (47) 321-7705.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Aviso de Anulação do Edital de Pregão Presencial Nº 35/2013

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 59/2013
PREGÃO PRESENCIAL N.º 35/2013
AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições

legais, torna público a anulação do Pregão Presencial n.º 35/2013, que tem por objeto: REGISTRO DE PREÇOS DE HORAS DE SERVIÇOS MECÂNICOS, DESTINADOS AOS CAMINHÕES E ÔNIBUS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS. Motivo: Processo em duplicidade. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA. Informações de Segunda a Sexta-feira, período das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 15h30min, fone (47) 321-7705.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Aviso de Anulação do Edital de Pregão Presencial Nº FMAS 02/2013

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROCESSO LICITATÓRIO N.º FMAS 02/2013
PREGÃO PRESENCIAL N.º FMAS 02/2013
AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna público a anulação do Pregão Presencial n.º FMAS 02/2013, que tem por objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA DO MICROÔNIBUS AGRAL PLACAS MHN 5177 N.º 109. Motivo: Processo licitado pelo órgão Prefeitura de Canoinhas. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA. Informações de Segunda a Sexta-feira, período das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 15h30min, fone (47) 321-7705.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito / Presidente do Fundo

Capinzal

PREFEITURA

Lei 3.067/2013

LEI Nº 3.067, DE 22 DE MAIO DE 2013.

Concede revisão geral anual sobre as remunerações dos servidores públicos municipais e revisão geral parcial sobre os subsídios dos agentes políticos municipais.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Concede revisão geral anual de 7,16 % (sete vírgula dezesseis por cento), previsto no inciso X do art. 37 da Constituição Federal, pela aplicação do índice apurado pelo INPC-IBGE, acumulado no período de maio de 2012 a abril de 2013, sobre os vencimentos dos cargos, contratos temporários e empregos públicos do Poder Executivo da Administração Direta e Indireta e do Poder Legislativo do Município de Capinzal, bem como aos servidores inativos e pensionistas, cujos benefícios tenham sido concedidos com fundamento no direito à paridade entre vencimentos e proventos.

Art. 2º Concede revisão geral parcial de 2,66% (dois vírgula sessenta e seis por cento) previsto no inciso X do art. 37 da Constituição Federal, pela aplicação do índice apurado pelo INPC-IBGE, acumulado no período de janeiro de 2013 a abril de 2013, sobre os subsídios dos agentes políticos municipais, Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e Vereadores.

Art. 3º As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão à conta de dotações previstas no orçamento vigente no Município de Capinzal.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial, surtindo seus efeitos a contar de 1º de maio de 2013.

Capinzal, SC, 22 de maio de 2013

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicada a presente Lei na data supra.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN

Secretário da Administração e Finanças

ANEXO I

ANEXO I DA LC – 129/2009

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO (CC)

GRUPO DE CARGOS EM COMISSÃO (CC)	NÍVEL	VENCIMENTO (R\$)
Assessor Jurídico	CC 6	8.308,09
Secretário Municipal		
Coordenador Administrativo	CC 5	6.527,92
Assessor	CC 4	3.427,91
Diretor		
Chefe de Gabinete	CC 3	2.648,20
Chefe de Divisão		
Secretário executivo de Gabinete	CC 2	1.760,14
Chefe de Departamento		
Intendente Distrital	CC 1	1.384,11

ANEXO II

ANEXO I DA LC – 129/2009

FUNÇÕES DE CHEFIA (FC)

GRUPO DAS FUNÇÕES DE CHEFIA	NÍVEL	REMUNERAÇÃO (R\$)
Secretário Municipal		
Coordenador Administrativo	FC 7	1.368,91
Assessor	FC 6	1.206,12
Diretor		
Chefe de Gabinete	FC 5	1.120,08
Chefe de Divisão	FC 4	952,19
Chefe de Departamento		
Secretário Executivo de Gabinete	FC 3	832,07
Chefe de Setor		
Intendente Distrital	FC 2	416,02
Acúmulo de Função	FC 1	240,02

ANEXO III

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E FUNÇÕES DE CHEFIA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA
LC – 129/2009

ANEXO III-A

GABINETE DO PREFEITO

GABINETE DO PRE-FEITO	QTDE/CARGO	NÍVEL
Assessor Jurídico	01	CC – 6
Coordenador Administrativo	01	CC – 5
Assessor de Controle e Manutenção	01	CC – 4
Chefe de Gabinete	01	CC – 3
Diretor de Comunicação Social	01	CC – 3
Diretor do PROCON	01	CC – 3
Diretor do Sistema de Controle Interno	01	CC – 3
Secretária Executiva de Gabinete	01	CC – 2
Chefe da Divisão de Controle de estoques	02	CC – 2
Chefe do Departamento de Controle e Manutenção	01	CC – 1
Chefe do Departamento de Imprensa	01	CC – 1
Intendente Distrital de Alto Alegre	01	CC – 1

ANEXO III-B

GABINETE DO VICE-PREFEITO
LC – 129/2009

GABINETE DO VICE-PREFEITO	QTDE/CARGO	NÍVEL
Chefe de Gabinete	01	CC – 3

ANEXO IV

SECRETARIAS MUNICIPAIS

ANEXO IV-A

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LC – 129/2009

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	QTDE/CARGO	NÍVEL
Secretário da Administração e Finanças	01	CC – 5
Diretor Contábil	01	CC – 3
Diretor Financeiro	01	CC – 3
Diretor de Orçamento	01	CC – 3
Diretor de Recursos Humanos	01	CC – 3
Diretor de Licitações	01	CC – 3
Diretor de Fiscalização Tributária	01	CC – 3
Chefe do Departamento de Licitações	01	CC – 1

ANEXO IV-B

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
LC – 129/2009

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	QTDE/CARGO	NÍVEL
----------------------------	------------	-------

Secretário de Planejamento	01	CC – 5
Assessor de Planejamento e Projetos	01	CC – 4

ANEXO IV-C

SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
LC – 129/2009

SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	QTDE/CARGO	NÍVEL
Secretário da Agricultura e Meio Ambiente	01	CC – 5
Diretor da Agricultura e Meio Ambiente	01	CC – 3
Chefe do Departamento de Meio Ambiente	01	CC – 1
Chefe do Departamento de Atendimento ao Produtor	01	CC - 1

ANEXO IV-D
LC – 129/2009

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	QTDE/CARGO	NÍVEL
Secretário de Desenvolvimento Econômico	01	CC – 5
Diretor de Fomento a Empreendimentos (EFECAP)	01	CC – 3
Chefe do Departamento da Indústria e Comércio	01	CC – 1
Chefe do Departamento de Turismo e Eventos	01	CC – 1
Chefe do Departamento de Manutenção do Parque de Exposições	01	CC – 1

ANEXO IV-E

SECRETARIA DA SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
LC – 129/2009

SECRETARIA DA SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	QTDE/CARGO	NÍVEL
Secretário da Saúde e Desenvolvimento Social	01	CC – 5
Diretor Administrativo	01	CC – 3
Diretor de Saúde	01	CC – 3
Diretor de Desenvolvimento Social	01	CC – 3
Chefe do Departamento de Transportes	01	CC – 1
Chefe do Departamento do Centro de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente (CECON)	01	CC – 1
Chefe do Departamento do Abrigo Casa Lar	01	CC – 1

Chefe do Departamento de Vigilância Sanitária e Saneamento	01	CC – 1
Chefe do Departamento de Desenvolvimento Social	01	CC – 1

ANEXO IV-F

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
LC – 129/2009

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	QTDE/CARGO	NÍVEL
Secretário da Educação, Cultura e Esportes	01	CC – 5
Diretor Administrativo	01	CC – 3
Diretor de Ensino	01	CC – 3
Diretor de Cultura	01	CC – 3
Chefe do Departamento de Transportes Escolar	01	CC – 1

ANEXO IV-G

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
LC – 129/2009

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	QTDE/CARGO	NÍVEL
Secretário de Infraestrutura	01	CC – 5
Diretor de Urbanismo	01	CC – 3
Diretor de Infraestrutura Rural	01	CC – 3
Diretor de Engenharia e Obras Públicas	01	CC – 3
Diretor de Habitação	01	CC – 3
Diretor de Trânsito e Transportes	01	CC – 3
Chefe do Departamento Administrativo	01	CC – 1
Chefe do Departamento de Transporte Coletivo	01	CC – 1
Chefe do Departamento de Desenvolvimento Comunitário	01	CC – 1
Chefe do Departamento de Manutenção da Área de Lazer	01	CC – 1
Chefe do Departamento da Fábrica de Artefatos de Cimento	01	CC – 1

ANEXO VI

CARGO: Professor

ÁREA DE ATUAÇÃO: Professor I e Professor II

GRUPO	NÍVEL	HABILITAÇÃO	CLASSE	REFERÊNCIA
Magistério	Nível Especial 1	Ensino Médio (Normal)	1 a 3	A, B, C, D, E
Magistério	Nível 1	Licenciatura Plena	4 a 6	A, B, C, D, E
Magistério	Nível 2	Pós – Graduação	7 a 9	A, B, C, D, E

ANEXO VII

QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

GRUPO OCUPACIONAL	ÁREA DE ATUAÇÃO	FUNÇÃO	CLASSE	REFERÊNCIA
Magistério	Professor I	Educação Infantil 1.ª a 4.ª série		
		Educação de Jovens e Adultos	1 a 9	A a E
		Orientador Educacional	1 a 9	A a E
		Coordenador Pedagógico	4 a 9	B a E
		Pedagógico	4 a 9	B a E
Magistério	Professor II	5.ª a 8.ª série		
		Educação de Jovens e Adultos		
		Orientador Educacional	4 a 9	A a E
		Coordenador Pedagógico	4 a 9	B a E

ANEXO VIII

GRATIFICAÇÃO DE DIRETOR

FUNÇÃO GRATIFICADA	NÍVEL	VALOR DA GRATIFICAÇÃO
Diretor de Centro de Educação Infantil	Conforme enquadramento na tabela do anexo X	De acordo com o artigo 24 da LC 045/2000 (Plano de Carreira do Magistério)
Diretor do Conjunto das Escolas do Interior		
Diretor das Unidades Escolares de Ensino Fundamental		

ANEXO XII

TABELA DE VENCIMENTOS DE QUE TRATA A LEI COMPLEMENTAR 079/2004
(FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES)

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO (CC)

SETOR	GRUPO DE CARGOS EM COMISSÃO (CC)	QTDE/CARGO	VALOR (R\$)
FME	Superintendente Geral	01	2.648,20
	Superintendente de Administração e Finanças	01	1.059,28
	Superintendente Técnico	01	1.059,28

QUADRO DE PESSOAL DA FME
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVOVENCIMENTO/HABILITAÇÃO
CONFORME A TABELA (ANEXO V - FME)
DO QUADRO GERAL DE PESSOAL DO MUNICÍPIO

SETOR	CARGO	QTDE/CARGO	CARGA HORÁRIA
-------	-------	------------	---------------

FME	Técnico de Atividades Desportivas	08	40hs
-----	-----------------------------------	----	------

Lei 3.068/2013

LEI Nº 3.068, DE 22 DE MAIO DE 2013.

Concede aumento real de remuneração aos servidores ativos, inativos e pensionistas do quadro geral do Poder Executivo do Município de Capinzal.

Prefeito Municipal DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte LEI:

Art. 1º Concede aumento real de remuneração de 0,84% (zero vírgula oitenta e quatro por cento) aos servidores ativos, inativos e pensionistas do quadro geral do Poder Executivo do Município de Capinzal sobre os vencimentos pagos no mês de abril de 2013, de acordo com os Anexos I, II, III, IV e V que fazem parte integrante da presente LEI.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão à conta de dotações previstas no orçamento vigente do Poder Executivo do Município de Capinzal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial, surtindo seus efeitos a contar de 1º de maio de 2013.

Capinzal, SC, 22 de maio de 2013

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicada a presente Lei na data supra.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN

Secretário da Administração e Finanças

Lei 3.069/2013

LEI Nº 3.069, DE 22 DE MAIO DE 2013.

Concede aumento real dos vencimentos e funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do quadro geral do SIMAE, Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto.

Prefeito Municipal DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte LEI:

Art. 1º Concede aumento real dos vencimentos e funções gratificadas de 0,84% (zero vírgula oitenta e quatro por cento) aos servidores ativos e inativos do quadro geral do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto - SIMAE, sobre os vencimentos pagos no mês de abril de 2013, de acordo com as tabelas de vencimentos de cargos de provimento efetivo e funções gratificadas anexas, que fazem parte integrante da presente LEI.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão à conta de dotações previstas no orçamento vigente do SIMAE.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial, surtindo seus efeitos a contar de 1º de maio de 2013.

Capinzal, SC, 22 de maio de 2013

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicada a presente Lei na data supra.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN
Secretário da Administração e Finanças

Lei 3.070/2013

LEI Nº 3.070, DE 22 DE MAIO DE 2013.

Concede aumento real de 2,50% (dois vírgula cinquenta por cento) sobre a remuneração dos Servidores constantes do quadro Geral do Plano de Cargos e Salários e Função Gratificada do Poder Legislativo de Capinzal.

Prefeito Municipal DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte LEI:

Art. 1º Concede aumento real de 2,50% (dois vírgula cinquenta por cento) sobre a remuneração dos Servidores Públicos do Poder Legislativo de Capinzal, incidentes sobre os vencimentos do mês de abril de 2013.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta das dotações previstas no orçamento do Poder Legislativo de Capinzal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a contar de 1º de maio de 2013.

Capinzal, SC, 22 de maio de 2013

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicada a presente Lei na data supra.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN

Secretário da Administração e Finanças

Decreto 056/2013

DECRETO Nº 056, DE 22 DE MAIO DE 2013.

Aprova remembramento na forma que especifica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, em consonância com a Lei Complementar nº 140, de 1º de junho de 2011, que dispõe sobre o Código de Parcelamento de Solo Urbano do Município de Capinzal;

CONSIDERANDO a escritura pública e compra e venda firmada entre Andreoni Jr. Construções e Empreendimentos Ltda. e os proprietários dos imóveis das matrículas nº 21.254, nº 21.255, nº 21.256;

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o remembramento das áreas a seguir especificadas em que é requerente a Andreoni Jr. Construções e Empreendimentos Ltda, inscrita no CNPJ nº 85.131.860/0001-17, com sede na Rua Jose Zortea, Capinzal - SC, de propriedade de Alzira Dorini Pelizzaro, inscrita no CPF nº 494.164.059-49, Valmir Pelizzaro, inscrito no CPF nº 185.928.480.91, Angela Maria Dorni Baretta inscrita no CPF nº 458.313.439-87, Anito Baretta Primo, inscrito no CPF nº 219.569.529-34, Antonio Primo Coeli inscrito no CPF nº 021.415.319-34, Gessi Coeli inscrita no CPF nº 894.688.139-91, Avelino Dorini Primo inscrito no CPF nº 160.802.629-91, Bianca Soares Dorini inscrita no CPF nº 380.619.668-08, Dirce Dorini Bida inscrita no CPF nº 250.312.289-20, Luiz Francisco Dorini inscrito no CPF nº 015.157.578-97 e Marcio Geraldo Dorini inscrito no CPF nº 513.674.839-72:

I - Lote nº 17, quadra "D" do loteamento Benjamin Dorini, com

área de 631,35 m² (seiscentos e trinta e um vírgula trinta e cinco metros quadrados), situados na Rua Projetada "C", nesta cidade, registrado na Serventia de Registro de Imóveis desta Comarca, sob matrícula nº 21.254, livro nº 2 BK, folha 024;

II - Lote nº 18 quadra "D" do loteamento Benjamin Dorini, com área de 445,91 m² (quatrocentos e quarenta e cinco vírgula noventa e um metros quadrados), situados na Rua Projetada "B", nesta cidade, registrado na Serventia de Registro de Imóveis desta Comarca, sob matrícula nº 21.255, livro nº 2 BK, folha 024;

III - Lote nº 19, quadra "D" do loteamento Benjamin Dorini, com área de 447,55 m² (quatrocentos e quarenta e sete vírgula cinquenta e cinco metros quadrados), situados na Rua Projetada "B", nesta cidade, registrado na Serventia de Registro de Imóveis desta Comarca, sob matrícula nº 21.256, livro nº 2 BK, folha 025.

Paragrafo único. Os três imóveis citados no caput deste art. 1º, ficam remembrados nos termos da Planta Topográfica, Memorial Descritivo e demais documentos anexos, que fazem parte integrante do presente Decreto, mantidos os ônus eventualmente existentes e/ou constantes nas certidões representadas, na forma a seguir especificada:

I - Área do Terreno matrícula nº 21.254. 631,35m²;
II - Área do Terreno matrícula nº 21.255. 445,91 m²;
III - Área do Terreno matrícula nº 21.256 447,55 m²;
IV - A área total unificada - Lote nº 17 da Quadra nº 531 . . . 1.524,81 m²

Art. 4º Dentro do prazo de cento e oitenta (180) dias, a contar desta data, os requerentes/proprietários, pela via legal, submeterão o remembramento para registro no Ofício de Registro de Imóveis de Capinzal, na forma da legislação vigente.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal - SC, 22 de maio de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN

Secretário da Administração e Finanças

Portarias

PORTARIA Nº. 620, DE 22 DE MAIO DE 2013

Contrata servidor por tempo determinado, na forma que especifica.

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme o disposto na Lei nº. 2.178, de 23 de dezembro de 1999, resolve:

Art. 1.º Fica contratada, pelo período de 22 de maio a 13 de dezembro de 2013, Rubyany Brandão Savaris, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº.146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Escola Municipal Viver e Conhecer, em substituição a servidora Lucia Regina Dias Bevilaqua que se encontra afastada para tratamento de saúde.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data supra.

Capinzal - SC, em 22 de maio de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o teor da presente portaria na data supra.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN
Secretário da Administração e Finanças

FMASC - Processo Licitatório Nº 3/2013 - Pregão Eletrônico Nº 3/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 3/2013
Pregão Eletrônico Nº 3/2013

OBJETO: Aquisição fracionada de gêneros alimentícios, material de higiene e limpeza, para manutenção das atividades do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI desenvolvidas nos Centros de Convivências Comunitários - CECON e CCC de Vila União, para o ano de 2013, com recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS.

ENTREGA E ABERTURA: através do site <https://www.cidadecompras.com.br>, Propostas e Documentos até as 08:30 horas, para abertura às 08:35 horas do dia 13/06/2013.

MENOR PREÇO UNITÁRIO

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço <https://www.cidadecompras.com.br>
Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.
No sítio: www.capinzal.sc.gov.br
HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.
TELEFONE Nº (0XX49)3555-8719, FAX Nº (0XX49)3555-8744.

Capinzal, 23 de Maio de 2013.
MARIA DAGMAR WOLFF SURDI
Pregoeira

FMASC - Processo Licitatório Nº 4/2013 - Pregão Eletrônico Nº 4/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 4/2013
Pregão Eletrônico Nº 4/2013

OBJETO: Aquisição fracionada de gêneros alimentícios, material de higiene e limpeza e gás de cozinha, para Assistência a Criança e ao Adolescente atendidos no projeto CECON, para o ano de 2013, recursos próprios.

ENTREGA E ABERTURA: através do site <https://www.cidadecompras.com.br>, Propostas e Documentos até as 08:30 horas, para abertura às 08:35 horas do dia 14/06/2013.

MENOR PREÇO UNITÁRIO

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço <https://www.cidadecompras.com.br>
Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.
No sítio: www.capinzal.sc.gov.br
HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.
TELEFONE Nº (0XX49)3555-8719, FAX Nº (0XX49)3555-8744.

Capinzal, 23 de Maio de 2013.
MARIA DAGMAR WOLFF SURDI
Pregoeira

FMSC - Processo Licitatório Nº 23/2013 - Pregão Eletrônico Nº 5/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 23/2013
Pregão Eletrônico Nº 5/2013

OBJETO: Aquisição de material ambulatorial, de consumo e permanente, para uso da Secretaria de Saúde, durante o ano de 2013, recursos da Vigilância Epidemiológica, recursos próprios e da atenção básica..

ENTREGA E ABERTURA: através do site <https://www.cidadecompras.com.br>, Propostas e Documentos até as 08:30 horas, para abertura às 08:35 horas do dia 17/06/2013.

MENOR PREÇO UNITÁRIO

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço <https://www.cidadecompras.com.br>
Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.
No sítio: www.capinzal.sc.gov.br
HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.
TELEFONE Nº (0XX49)3555-8719, FAX Nº (0XX49)3555-8744.

Capinzal, 23 de Maio de 2013.
MARIA DAGMAR WOLFF SURDI
Pregoeira

PMC - Processo Licitatório Nº 84/2013 - Pregão Presencial Nº 35/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 84/2013
Pregão Presencial Nº 35/2013

OBJETO: Contratação de empresa especializada para locação de 55 (cinquenta e cinco) equipamentos (multifuncionais laser e impressora laser) e manutenção/assistência técnica de 07 (sete) copiadoras e impressoras de propriedade do município para uso de todas as Secretarias Municipais do Poder Executivo para o ano de 2013, recursos próprios.

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 09:00 horas, para abertura às 09:05 horas do dia 10/06/2013.

MENOR PREÇO GLOBAL

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, Rua Carmello Zoccolli, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br
HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.
TELEFONE Nº (0XX49)3555-8719, FAX Nº (0XX49)3555-8744

Capinzal, 23 de Maio de 2013.
PAULO RONALDO WAMES
Pregoeiro

PMC - Processo Licitatório Nº 85/2013 - Pregão Presencial Nº 36/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 85/2013
Pregão Presencial Nº 36/2013

OBJETO: Contratação de empresa especializada para Locação de 03 centrais Telefônicas para o uso do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, Secretaria de Educação Cultura e Esportes e Secretaria de Saúde, recursos próprios.

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 09:00 horas, para abertura às 09:05 horas do dia 11/06/2013.

MENOR PREÇO GLOBAL

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, Rua Carmello Zocolli, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0XX49)3555-8719, FAX Nº (0XX49)3555-8744

Capinzal, 23 de Maio de 2013.

PAULO RONALDO WAMES

Pregoeiro

PMC - Processo Licitatório Nº 88/2013 - Pregão Presencial Nº 37/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 88/2013

Pregão Presencial Nº 37/2013

OBJETO: Aquisição de peças e serviços para recuperação da moto-niveladora 12H/2003 Caterpillar ano 2003 série 6N032403, chassi CAT0012HHA8MN00940 da Secretaria de Infraestrutura, garantia das peças e mão de obra de 6 meses, recursos próprios.

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 09:00 horas, para abertura às 09:05 horas do dia 12/06/2013.

MENOR PREÇO GLOBAL

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, Rua Carmello Zocolli, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0XX49)3555-8719, FAX Nº (0XX49)3555-8744

Capinzal, 23 de Maio de 2013.

PAULO RONALDO WAMES

Pregoeiro

PMC - Processo Licitatório Nº 89/2013 - Pregão Presencial Nº 38/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 89/2013

Pregão Presencial Nº 38/2013

OBJETO: Aquisição de materiais para demarcação viária (tinta branca, amarela, preta, solvente, tinta para meio fio branca e amarela), para execução de pintura de sinalização horizontal e vertical, eixos, bordas, faixas de pedestre, estacionamento e meio fio em vias públicas do perímetro urbano do município, recursos próprios.

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 09:00 horas, para abertura às 09:05 horas do dia 13/06/2013.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, Rua Carmello Zocolli, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0XX49)3555-8719, FAX Nº (0XX49)3555-8744

Capinzal, 23 de Maio de 2013.

PAULO RONALDO WAMES

Pregoeiro

PMC - Processo Licitatório Nº 90/2013 - Pregão Presencial Nº 39/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 90/2013

Pregão Presencial Nº 39/2013

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução da manutenção de redes do sistema de iluminação pública do município de Capinzal e aquisição de materiais elétricos e peças para substituição, recursos próprios.

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 09:00 horas, para abertura às 09:05 horas do dia 14/06/2013.

MENOR PREÇO GLOBAL

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, Rua Carmello Zocolli, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0XX49)3555-8719, FAX Nº (0XX49)3555-8744

Capinzal, 23 de Maio de 2013.

PAULO RONALDO WAMES

Pregoeiro

PMC - Processo Licitatório Nº 91/2013 - Pregão Presencial Nº 40/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 91/2013

Pregão Presencial Nº 40/2013

OBJETO: Aquisição de duas Ensiladeiras para as atividades desenvolvidas pela Secretaria de Agricultura, recursos próprios.

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 09:00 horas, para abertura às 09:05 horas do dia 17/06/2013.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, Rua Carmello Zocolli, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0XX49)3555-8719, FAX Nº (0XX49)3555-8744

Capinzal, 23 de Maio de 2013.

PAULO RONALDO WAMES

Pregoeiro

PMC Contrato 0150/2013

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 0150/2013

Pregão Presencial Nº 33/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 74/2013

CONTRATANTE: Município de Capinzal

CONTRATADA: INDUSTRIA DE ARTEF DE CIMENT. J. C. BRES

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de produtos de artefatos de cimento (tubos de concreto 20cm30cm/40cm/60cm/80cm/100cm e meio fio), para utilização da Secretaria de Infraestrutura, na execução de drenagem pluvial em ruas a serem pavimentadas, conserto de tubulações já existente, conserto de boca de lobo, conserto em boeiros em estradas vicinais e conserto de passeio públicos, recursos próprios.

VALOR R\$: 67.160,00

VIGÊNCIA: 16/05/2013 ate 31/12/2013

PMC Contrato 0151/2013

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 0151/2013

Pregão Presencial Nº 33/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 74/2013

CONTRATANTE: Município de Capinzal

CONTRATADA: VERDE VALE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - M

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de produtos de artefatos de cimento (tubos de concreto 20cm30cm/40cm/60cm/80cm/100cm e meio fio), para utilização da Secretaria de Infraestrutura, na execução de drenagem pluvial em ruas a serem pavimentadas, conserto de tubulações já existentes, conserto de boca de lobo, conserto em boeiros em estradas vicinais e conserto de passeio públicos, recursos próprios.

VALOR R\$: 14.615,00

VIGÊNCIA: 16/05/2013 ate 31/12/2013

PMC Contrato 0152/2013

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 0152/2013

Pregão Presencial Nº 34/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 75/2013

CONTRATANTE: Município de Capinzal

CONTRATADA: ALF MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP

OBJETO: Aquisição de materiais de construção e ferramentas, para execução de diversas atividades relacionadas a Secretaria de Infraestrutura como: consertos, limpezas, reformas, reparos na área de lazer Dr. Arnaldo Favorito, rodoviária municipal, praças municipais, cemitérios e capelas municipais, manutenção de limpezas de ruas e avenidas, passeios publicos, estradas interioranas, conserto, limpeza e confecção de boca de lobo, reformas de passeios públicos danificados, recursos próprios.

VALOR R\$: 65.828,94

VIGÊNCIA: 17/05/2013 ate 31/12/2013

PMC Contrato 0153/2013

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 0153/2013

Pregão Presencial Nº 34/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 75/2013

CONTRATANTE: Município de Capinzal

CONTRATADA: GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA EPP

OBJETO: Aquisição de materiais de construção e ferramentas, para execução de diversas atividades relacionadas a Secretaria de Infraestrutura como: consertos, limpezas, reformas, reparos na área de lazer Dr. Arnaldo Favorito, rodoviária municipal, praças municipais, cemitérios e capelas municipais, manutenção de limpezas de ruas e avenidas, passeios publicos, estradas interioranas, conserto, limpeza e confecção de boca de lobo, reformas de passeios públicos danificados, recursos próprios.

VALOR R\$: 22.922,16

VIGÊNCIA: 17/05/2013 ate 31/12/2013

SIMAE**Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº Cao/17/2013**

Pregão Presencial Nº CAO/17/2013

Processo Licitatório Nº CAO/0198/2013

OBJETO DA LICITAÇÃO: Aquisição de materiais e reagentes, destinados à Estação de Tratamento de Água.

TIPO: Menor Preço Por Item.

PRAZO PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: Até às 09:00 horas, do dia 11 de junho de 2013.

LOCAL: Escritório do SIMAE, sito a Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000.

O edital poderá ser retirado no escritório do SIMAE, com a comissão de licitação, solicitado pelo e-mail material@simaecao.com.br ou pelo site do SIMAE www.simaecao.sc.gov.br.

Maiores esclarecimentos poderão ser prestados no escritório do SIMAE, sito à Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000, ou pelo fone (049) 3555-1107, com a comissão de licitação das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas.

Capinzal/SC, 23 de maio de 2013.

FRANCIELI A. DA ROSA

Pregoeira

Chapadão do Lageado**PREFEITURA****Extrato de Edital do Processo Licitatório Nº 60/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 60/2013 - PM

PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2013 - PM

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 05 de junho de 2013, às 08:30, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é selecionar a proposta mais vantajosa para a aquisição de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS, visando atender a demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 08h00min às 13h00min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado (SC), 23 de maio de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 1/2013- FMS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2013- FMS
Obras e Serviços de Engenharia

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra em regime de empreitada por preço máximo unitário (material e mão de obra), para execução de pintura e troca de telhado no Posto de Saúde do Bairro Jardim, execução de pintura e adequações de instalações elétricas no Posto de Saúde do Bairro Cristal, execução de pintura e adequações das instalações de água pluvial e instalações elétricas no Posto de Saúde do Bairro Petrópolis e execução da rampa de acesso e demais adequações do acesso ao Posto de Saúde do Distrito de Tamanduá, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 05/06/2013.
Abertura: dia 06/06/2013 às 08h30min.
Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 22 de maio de 2013.
ALESSANDRO VERNIZE
Gestor do FMS

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 2/2013- PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2013- PMC
Obras e Serviços de Engenharia

Objeto: Contratação de empresa para execução de obra comum, em regime de empreitada global (material e mão de obra), para a confecção e instalação de guarda-corpos, corrimões e escoras de árvores, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 10/06/2013.
Abertura: dia 11/06/2013 às 14h00min.
Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 22 de maio de 2013.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 60/2013- PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2013- PMC

Objeto: Seleção de empresa do ramo de seguros para firmar contrato de seguro para máquinas, veículos e motocicletas, da frota da Prefeitura Municipal de Concórdia conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.
Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 10/06/2013.
Abertura: dia 11/06/2013 às 08h30min.
Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 22 de maio de 2013.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 61/2013- PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2013- PMC

Objeto: Contratação de empresa para fabricação e instalação de móveis sob medida para a Escola Básica Municipal Giuseppe Sette, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.
Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 07/06/2013.
Abertura: dia 10/06/2013 às 08h30min.
Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 22 de maio de 2013.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação Nº 2/2013 - Fmc

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA - FMC
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE
LICITAÇÃO Nº 2/2013 - FMC

A Superintendente da Fundação Municipal de Cultura - FMC, torna público que ratificou o ato do Senhor José Alberto Mazocco, Chefe de Departamento, que declarou Dispensável a licitação, nos termos do Inciso II, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, inscrição de candidata no concurso Miss Santa Catarina 2013, a qual foi escolhida em seleção aberta à todas as munícipes, a senhorita Maria Gabriele Oliveira Cordeiro, com base na Lei Municipal nº 4.399 de 5 de abril de 2012, em favor da empresa TÚLIO CESAR CORDEIRO ME, no valor total de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais).

Concórdia, SC, 21 de maio de 2013.

SANDRA MARA ROMAN

Superintendente FMC

Extrato do Resultado do Sorteio Público - Concorrência Nº 2/2013 - PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

CONCORRÊNCIA Nº 2/2013 - PMC

EXTRATO DO RESULTADO DO SORTEIO PÚBLICO

Objeto: contratação de agência de publicidade e propaganda para prestação de serviços profissionais de publicidade aos Fundos e Fundações e IPRECON, do município de Concórdia, conforme disposições constantes no §1º do artigo 37 da Constituição Federal, Lei Federal 12.232/2010.

Em cumprimento ao disposto no artigo 10, § 4º da Lei Federal nº 12.232/2010, torna-se público o resultado do sorteio público para escolha dos nomes que comporão a subcomissão técnica julgadora das propostas do certame licitatório em epígrafe.

1. Profissionais do corpo funcional da Prefeitura Municipal de Concórdia:

a) Silviomar Bernardi

2. Profissionais que não mantém vínculo funcional ou contratual com a Prefeitura Municipal de Concórdia:

a) Luís Carlos Muller Schaurich

b) Simone Vieira Sarmento

SUPLENTE

1. Profissionais do corpo funcional da Prefeitura Municipal de Concórdia:

a) Gina Catarina Pontes Porto Villas Boas Souza

2. Profissionais que não mantêm vínculo funcional ou contratual com a Prefeitura Municipal de Concórdia:

a) Analu Slongo

b) Nanachara Carolina Sperb

Os membros da subcomissão técnica sorteados deverão iniciar os trabalhos de julgamento das propostas técnicas a partir do encerramento da sessão pública de recebimento dos Envelopes 01, 02, 03 e 04 e abertura dos Envelopes 01 e 03, no dia 13 de junho de 2013, às 08h30min.

Concórdia, SC, 22 de maio de 2013.

CAMILA CRISTINA M. V. NOGUEIRA

Presidente CPL

Editais de Notificação - Salário Educação

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

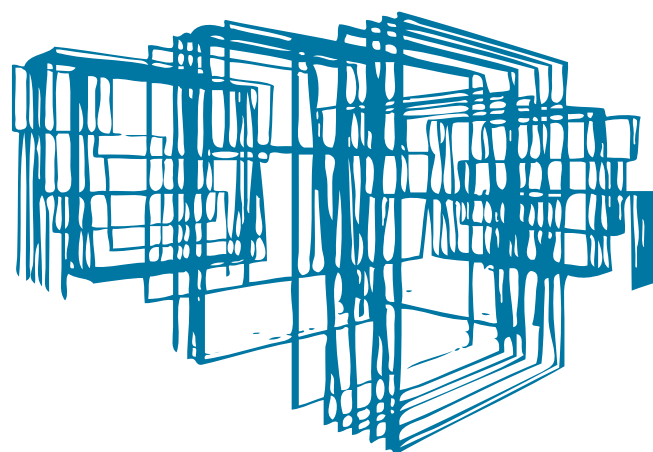
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do SALÁRIO EDUCAÇÃO, no valor de R\$ 201.631,62 (duzentos e um mil seiscentos e trinta e um reais e sessenta e dois centavos).

Concórdia SC, 21 de maio de 2013.

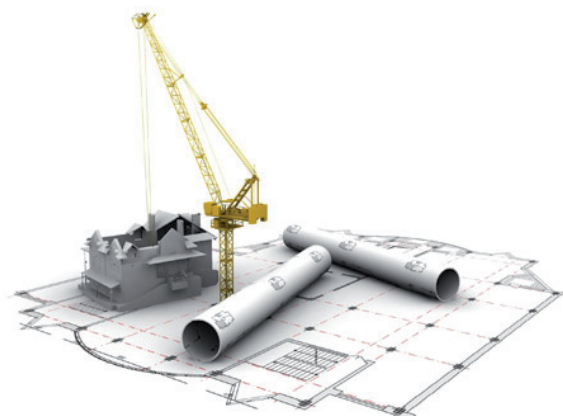
JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças



Programa de Gestão de Obras

**Análise de projetos e obras em alto nível:
sistema mais inteligente, amigável e eficiente**



**Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil**

www.ciga.sc.gov.br

Errata - Anexo XIV Execução Orçamentária - 2º Bimestre

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Abril de 2013 / Bimestre Março-Abril

LRF, Art. 48 - Anexo 14

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS	Março à Abril	Até Abril
Previsão Inicial da Receita	160.199.430,00	160.199.430,00
Previsão Atualizada da Receita	160.199.430,00	160.199.430,00
Receitas Realizadas	32.474.311,02	55.521.806,23
Déficit Orçamentário	0,00	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores	0,00	1.182.172,43

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS	Março à Abril	Até Abril
Dotação Inicial	160.199.430,00	160.199.430,00
Créditos Adicionais	5.534.277,43	5.534.277,43
Dotação Atualizada	165.733.707,43	165.733.707,43
Despesas Empenhadas	21.391.877,97	69.556.973,09
Despesas Liquidadas	22.728.904,72	37.792.755,62
Superávit Orçamentário	0,00	17.729.050,61

DESPESA POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Março à Abril	Até Abril
Despesas Empenhadas	21.391.877,97	69.556.973,09
Despesas Liquidadas	22.728.904,72	37.792.755,62

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até Abril
Receita Corrente Líquida	143.990.505,44

RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Março à Abril	Até Abril
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias Realizadas (I)	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)	3.771.687,70	4.951.267,18
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)	988.811,71	1.763.306,63
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	2.782.875,99	3.187.960,55

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta fixada no anexo de metas fiscais da LDO (a)	Resultado apurado Até Abril(b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal	915.000,00	(9.518.445,61)	(1.040,27)
Resultado Primário	(3.284.088,00)	16.322.394,67	(497,01)

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Canc. Até Abril	Pag. Até Abril	Saldo a pagar
Por Poder e Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	368.579,21	0,00	271.613,96	96.965,25
Poder Executivo	368.579,21	0,00	271.613,96	96.965,25
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	3.479.944,94	144.229,90	2.300.527,39	1.035.187,65
Poder Executivo	3.468.912,54	144.229,90	2.289.494,99	1.035.187,65
Poder Legislativo	11.032,40	0,00	11.032,40	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	3.848.524,15	144.229,90	2.572.141,35	1.132.152,90

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Valor Apurado Até Abril	% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até Abril
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	6.989.531,85	25,00	24,03
Mín. Anual de 60% do FUNDEB na Rem. do Magis. com Educ. Infan. e Ens. Fundam.	6.206.410,99	60,00	73,75



MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Abril de 2013 / Bimestre Março-Abril

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL	Valor Apurado Até Abril	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	1.719.175,33	21.412.237,03

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos				
Receitas Previdenciárias (IV)	6.527.502,43	3.323.948,71	930.823,48	9.266,72
Despesas Previdenciárias (V)	2.774.373,67	4.117.010,81	5.536.034,47	2.765.851,76
Resultado Previdenciário (IV - V)	3.753.128,76	(793.062,10)	(4.605.210,99)	(2.756.585,04)

RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DO RECURSOS	Valor Apurado Até Abril	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	13.263,39	316.736,61
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	330.000,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIDORES PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até Abril	Limite Constitucional Anual	
		%Mínimo a Aplicar Exer.	% Aplicado Até Abril
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	5.313.723,02	15,00	18,27

Fonte: Sistema Atende.Net - IPM, **Unidade Responsável** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Data Emissão: 20/mai/2013 **Hora de emissão:** 08h e 00m

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Ordenador da Despesa

ELIZA TEBALDI BORSATTI
Contadora
CRC/SC 028226/O-9

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLE
Controlador Interno

CÂMARA MUNICIPAL**Lei Nº 4.510, de 19 de Abril de 2013.**

LEI Nº 4.510, DE 19 DE ABRIL DE 2013.

Partes vetadas pelo Prefeito Municipal e mantidas pela Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia, do Projeto que transformou na Lei nº 4.510, de 19 de abril de 2013 que "Dispõe sobre a criação do Sistema Municipal de Registro de Câncer - SISCAN, no Município de Concórdia.", nas partes referentes ao parágrafo único do art. 4º e do art. 7º.

O Presidente da Câmara Municipal de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores manteve, e eu, nos termos do § 8º do art. 45 da Lei Orgânica do Município, promulgo as seguintes partes da Lei nº 4.510, de 19 de abril de 2013: "Art. 4º

Parágrafo único. O Executivo Municipal adotará as providências necessárias junto aos serviços privados, associados ou não, ao Sistema Único de Saúde - SUS, para viabilizar a notificação de que trata o caput deste artigo.

Art. 7º O Executivo Municipal, através do órgão competente, fará ampla divulgação sobre a existência e importância do SISCAN."

Câmara Municipal de Concórdia, 22 de maio de 2013.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Presidente

Decreto Legislativo Nº 2.556, de 21 de Maio de 2013.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.556, DE 21 DE MAIO DE 2013.

Atualiza o subsídio do Prefeito e do Vice-Prefeito do Município de Concórdia.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, em face da Lei Complementar nº 637 de 15.05.2013 e de conformidade com o art. 4º da Lei nº 4.427 de 22.06.2012,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica atualizado em 2,05% (dois vírgula cinco pontos percentuais) o subsídio do Prefeito e do Vice-Prefeito do Município de Concórdia, com efeitos retroativos a 1º de abril de 2013:

I - o subsídio mensal do Prefeito passa a ser de R\$ 12.590,85 (doze mil e quinhentos e noventa reais e oitenta e cinco centavos);
II - o subsídio mensal do Vice-Prefeito passa a ser de R\$ 6.295,43 (seis mil e duzentos e noventa e cinco reais e quarenta e três centavos).

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 21 de maio de 2013.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Presidente

ARLAN GULIANI

1º Secretário

Decreto Legislativo Nº 2.557, de 21 de Maio de 2013

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.557, DE 21 DE MAIO DE 2013

Atualiza o subsídio de Secretário Municipal do Município de Concórdia.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, em face da Lei Complementar nº 637 de 15.05.2013 e de conformidade com o art. 3º da Lei nº 4.428 de 22.06.2012,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica atualizado em 2,05% (dois vírgula cinco pontos percentuais) o subsídio de Secretário Municipal do Município de Concórdia, passando a ser de R\$ 5.922,82 (cinco mil e novecentos e vinte e dois reais e oitenta e dois centavos), com efeitos retroativos a 1º de abril de 2013.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 21 de maio de 2013.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Presidente

ARLAN GULIANI

1º Secretário

Decreto Legislativo Nº 2.558, de 21 de Maio de 2013

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.558, DE 21 DE MAIO DE 2013

Atualiza os subsídios dos Vereadores do Poder Legislativo Municipal de Concórdia.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, em face da Lei Complementar nº 637 de 15.05.2013 e de conformidade com o art. 9º da Lei nº 4.426 de 22.06.2012,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica atualizado em 2,05% (dois vírgula cinco pontos percentuais) os subsídios dos Vereadores da Câmara Municipal de Concórdia, passando a ser de R\$ 4.898,95 (quatro mil e oitocentos e noventa e oito reais e noventa e cinco centavos), com efeitos retroativos a 1º de abril de 2013.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 21 de maio de 2013.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Presidente

ARLAN GULIANI

1º Secretário

Resolução Nº 376, de 21 de Maio de 2013.

RESOLUÇÃO Nº 376, DE 21 DE MAIO DE 2013.

Constitui comissão para acompanhar a demonstração prática dos sistemas integrados de gestão pública, referente ao Edital de Tomada de Preços nº 002/2013 da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia; dá outras providências.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:

Art. 1º Constituir comissão para acompanhar a demonstração prática dos sistemas integrados de gestão pública, referente ao Edital de Tomada de Preços nº 002/2013 da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia.

Parágrafo único. A comissão auxiliará a Comissão de Licitação da Câmara durante a demonstração prática dos sistemas ofertados pela empresa classificada em primeiro lugar no certame, para verificação do atendimento do objeto do Edital.

Art. 2º Designar os servidores Delair M. S. Dallegrave - Contador, Elenice Zitta - Agente Legislativo e o senhor Vanderlei Roberto Peccinini - Contador da AMAUC, para comporem a comissão.

Art. 3º A Comissão de acompanhamento emitirá parecer juntamente com a Comissão de Licitação para decisão quanto ao atendimento do objeto constante do Edital, após a demonstração prática dos sistemas que ocorrerá às 14 horas do dia 28 de maio de 2013, no Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de

Concórdia.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 21 de maio de 2013.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Presidente

ARLAN GULIANI

1º Secretário

Extrato Convite 03/2013

CONVITE Nº 03/2013

PROCESSO Nº 05/2013

OBJETO: Aquisição de materiais de expediente e processamento de dados, para as atividades da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia.

TIPO: Menor Preço Por Item

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: até às 10 horas do dia 10.06.2013

INÍCIO DA SESSÃO: dia 10.06.2013, às 14 horas

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site: WWW.cvc.sc.gov.br

Quaisquer informações poderão ser obtidas na Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia, situado à Rua Leonel Mosele, 96 - Centro, de segunda a sexta-feira, das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h, ou pelo fone (49) 3441 2524.

Concórdia SC, 20 de maio de 2013.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Presidente

Coronel Freitas

PREFEITURA

Ata de Registro de Preços

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

Ata de Registro de Preços Nº 07/2013

Objeto: Registro de Preços - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Validade da Ata: 12 meses

A Prefeitura Municipal de Coronel Freitas através do seu Prefeito Municipal Sr. Mauri José Zucco, através de processo licitatório na modalidade Pregão Presencial Registro de Preços, resolve registrar os preços das seguintes empresas:

LOTE 01

QUANT	UNI	ESPECIFICAÇÃO	EMPRESA	VALOR UN	CLASSIF
250	UN	BASE PARA RELE FOTO-ELÉTRICO C/ RELE	LYSING COM. ATACADISTA MAT.ELÉTRICOS	4,7463	1º
60	UN	REFLETOR C/BRAÇO P/ ILUMINAÇÃO PÚBLICA E-27	LYSING COM. ATACADISTA MAT.ELÉTRICOS	39,3091	1º

300	UN	LÂMPADA VAPOR SÓDIO 400W E-40 IMP.	LYSING COM. ATACADISTA MAT.ELÉTRICOS	20,9026	1º
600	UN	LÂMPADA VAPOR SÓDIO 70W E-27	LYSING COM. ATACADISTA MAT.ELÉTRICOS	12,0581	1º
200	UN	REATOR VAPOR METÁLICO/SÓDIO 400W	LYSING COM. ATACADISTA MAT.ELÉTRICOS	93,8701	1º
500	UN	REATOR VAPOR SÓDIO 70W	LYSING COM. ATACADISTA MAT.ELÉTRICOS	44,891	1º
70	UN	LÂMPADA FLUORESCENTE 110W X 2,40M HO	LYSING COM. ATACADISTA MAT.ELÉTRICOS	13,1292	1º
80	UN	LÂMPADA FLUORESCENTE 20W X 60 CM	LYSING COM. ATACADISTA MAT.ELÉTRICOS	3,0661	1º
300	UN	REATOR ELETRÔNICO 2 X 20	LYSING COM. ATACADISTA MAT.ELÉTRICOS	14,5247	1º
200	UN	REATOR ELETRÔNICO 2 X 40 W	LYSING COM. ATACADISTA MAT.ELÉTRICOS	14,5247	1º
400	UN	LÂMPADA FLUORESCENTE 20 W	LYSING COM. ATACADISTA MAT.ELÉTRICOS	7,5965	1º
400	UN	LÂMPADA FLUORESCENTE 25 W	LYSING COM. ATACADISTA MAT.ELÉTRICOS	8,0682	1º
20	UN	CALHA COMERCIAL 2 X 20W	LYSING COM. ATACADISTA MAT.ELÉTRICOS	7,9109	1º
40	UN	CALHA COMERCIAL 2 X 40 W	LYSING COM. ATACADISTA MAT.ELÉTRICOS	14,2397	1º
40	UN	CALHA COMERCIAL 2 X 110W	LYSING COM. ATACADISTA MAT.ELÉTRICOS	37,9726	1º
60	UN	REATOR ELETRÔNICO 2 X 110 W	LYSING COM. ATACADISTA MAT.ELÉTRICOS	44,3013	1º
60	UN	MINI SOQUETE FLUORESCENTE RET. MÓVEL	LYSING COM. ATACADISTA MAT.ELÉTRICOS	1,8967	1º
60	UN	MINI SOQUETE FLUORESCENTE RET. FIXO	LYSING COM. ATACADISTA MAT.ELÉTRICOS	1,8967	1º

400	UN	LÂMPADA FLUORESCENTE 40 W X 1,20 CM	LYSING COM. ATACADISTA MAT.ELÉTRICOS	3,0661	1º
LOTE 02					
03	UN	POSTE P/ PADRÃO 8/200	ELÉTRICA CAVALLI LTDA. EPP	515,86	1º
10	UN	ELETRODUTO 2	ELÉTRICA CAVALLI LTDA. EPP	12,85	1º
04	UN	ELETRODUTO ¾	ELÉTRICA CAVALLI LTDA. EPP	3,7246	1º
03	UN	CAIXA PADRÃO METÁLICA TRIFÁSICO	ELÉTRICA CAVALLI LTDA. EPP	89,9499	1º
10	UN	DIJUNTOR TRIFÁSICO 50 A	ELÉTRICA CAVALLI LTDA. EPP	43,7644	1º
10	UN	ARMAÇÃO 1-1	ELÉTRICA CAVALLI LTDA. EPP	9,684	1º
10	UN	ISOLADOR RONDANA 72-72	ELÉTRICA CAVALLI LTDA. EPP	3,5384	1º
10	UN	PARAFUSO ½ - 200	ELÉTRICA CAVALLI LTDA. EPP	3,6315	1º
20	UN	ARRUELA QUADRADA 32 X 32	ELÉTRICA CAVALLI LTDA. EPP	0,4656	1º
10	UN	CURVA 2 180	ELÉTRICA CAVALLI LTDA. EPP	5,4938	1º
20	UN	LUVA PLÁSTICA 2	ELÉTRICA CAVALLI LTDA. EPP	1,1174	1º
10	UN	BRAÇADEIRA DUPLO T	ELÉTRICA CAVALLI LTDA. EPP	11,1739	1º
10	UN	ARRUELA DE ALUMÍNIO 2	ELÉTRICA CAVALLI LTDA. EPP	1,3967	1º
10	UN	ARRUELA DE ALUMÍNIO ¾	ELÉTRICA CAVALLI LTDA. EPP	0,4656	1º
30	UN	FITA AÇO 3/4X0.8 X 1M C/ PRES.	ELÉTRICA CAVALLI LTDA. EPP	1,3967	1º
04	UN	HASTE TERRA ½ - 2.00	ELÉTRICA CAVALLI LTDA. EPP	17,1333	1º
04	UN	PRESILHA P/ HASTE TERRA	ELÉTRICA CAVALLI LTDA. EPP	1,3967	1º
LOTE 03					
300	MT	FIO COBRE 16MM	FAVARETTO MAT.CONST. LTDA.	5,31,59	1º
400	MT	CABO QUADRI- PLEX ALUMÍNIO 4 X 16MM	FAVARETTO MAT.CONST. LTDA.	5,1204	1º

20	UN	CONECTOR CUNHA C/ CAPA 35 MM	FAVARETTO MAT.CONST. LTDA.	6,845	1º
04	UN	CONECTOR SAPATA 35 MM	FAVARETTO MAT.CONST. LTDA.	2,7824	1º
10	UN	FITA ISOLANTE 20 MTS	FAVARETTO MAT.CONST. LTDA.	3,3336	1º
04	UN	VEDAROSCA 18 X 25M	FAVARETTO MAT.CONST. LTDA.	3,4669	1º
04	CX	MASSA P/ CALAFETAR 350 GRS	FAVARETTO MAT.CONST. LTDA.	3,7159	1º
05	UN	CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO 24 DIJUNTORES C/BAR.EXT.	FAVARETTO MAT.CONST. LTDA.	175,1254	1º
06	UN	DIJUNTOR TRIFÁSICO 40 A	FAVARETTO MAT.CONST. LTDA.	43,9503	1º
40	UN	DIJUNTOR MONOFÁSICO 30 A	FAVARETTO MAT.CONST. LTDA.	7,1028	1º
35	UN	DIJUNTOR MONOFÁSICO 15 A	FAVARETTO MAT.CONST. LTDA.	7,1028	1º
40	UN	CAIXA P/CONDULETE ¾	FAVARETTO MAT.CONST. LTDA.	3,6981	1º
40	UN	ADAPTADOR CONDULETE ¾	FAVARETTO MAT.CONST. LTDA.	0,2667	1º
50	UN	TOMADA DE EMBUTIR	FAVARETTO MAT.CONST. LTDA.	3,7247	1º
1000	MT	MANGA CORRUGADA ¾ REFORÇADA	FAVARETTO MAT.CONST. LTDA.	0,8801	1º
LOTE 04					
250	UN	BRAÇADEIRA TIPO D ¾	FAVARETTO MAT.CONST. LTDA.	0,2932	1º
600	UN	BUCHAS 08 P/ GESSO	FAVARETTO MAT.CONST. LTDA.	0,2528	1º
600	UN	PARAFUSO 4.0 X 30	FAVARETTO MAT.CONST. LTDA.	0,2923	1º
500	MT	FIO COBRE FLEXÍVEL 16 MM	FAVARETTO MAT.CONST. LTDA.	4,7322	1º
150	UN	MANGUEIRA CORRUGADA 1.1/4	FAVARETTO MAT.CONST. LTDA.	1,4852	1º
04	UN	CAIXA DE PASSAGEM 40 X 40 X 12	FAVARETTO MAT.CONST. LTDA.	27,6507	1º
6500	MT	FIO COBRE 2,5 MM	FAVARETTO MAT.CONST. LTDA.	0,6478	1º
3000	MT	FIO COBRE FLEXÍVEL 4 MM	FAVARETTO MAT.CONST. LTDA.	1,0665	1º

20	UN	DIJUNTOR MONOFÁSICO 20 A	FAVARETTO MAT.CONST. LTDA.	6,3992	1º
100	UN	ELETRODUTO 1	FAVARETTO MAT.CONST. LTDA.	3,6736	1º
80	UN	LUVA PLÁSTICA 1	FAVARETTO MAT.CONST. LTDA.	0,2607	1º
200	UN	BRAÇADEIRA TIPO D 1	FAVARETTO MAT.CONST. LTDA.	0,5846	1º
50	UN	CAIXA PARA CONDULETE 1	FAVARETTO MAT.CONST. LTDA.	5,5143	1º
50	UN	ADAPTADOR PARA CONDULETE 1	FAVARETTO MAT.CONST. LTDA.	0,6083	1º
20	UM	TAMPA CEGA PARA CONDULETE	FAVARETTO MAT.CONST. LTDA.	1,975	1º
10	UN	FITA ISOLANTE 20 MTS	FAVARETTO MAT.CONST. LTDA.	2,931	1º
500	MT	FIO FLEXÍVEL 10 MM	FAVARETTO MAT.CONST. LTDA.	2,9784	1º
500	MT	FIO FLEXÍVEL 6 MM	FAVARETTO MAT.CONST. LTDA.	1,5642	1º
04	UN	CAIXA DE PASSAGEM 40 X40	FAVARETTO MAT.CONST. LTDA.	27,6507	1º
LOTE 05					
2500	UN	CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA REFERENTE A SUBSTITUIÇÃO DE LÂMPADAS E RELÊS	ELÉTRICA CAVALLI LTDA.	19,4084	1º
2500	UN	CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA REFERENTE A SUBSTITUIÇÃO DE REATORES	ELÉTRICA CAVALLI LTDA.	25,5374	1º
2500	UN	CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA REFERENTE A SUBSTITUIÇÃO DE SUPORTES E CONECTORES	ELÉTRICA CAVALLI LTDA.	21,0542	1º

Coronel Freitas - SC, 22 de Maio 2013.
MAURI JOSÉ ZUCCO
 Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

Lei Municipal Nº 595 de 21 de Maio de 2013.

LEI MUNICIPAL Nº 595 DE 21 DE MAIO DE 2013.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a aderir ao Programa BADESC CIDADES II e tomar empréstimo junto ao BADESC - AGÊNCIA DE FOMENTO DE SANTA CATARINA S/A e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins/SC, Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores decreta e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa BADESC CIDADES II.

Art. 2º - A adesão ao Programa BADESC CIDADES II propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de Aquisição de máquinas para a Secretaria de Obras e Transportes.

Art. 3º - Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC - Agência de Fomento de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa BADESC CIDADES II, até o montante de R\$ 500.000,00(Quinhentos mil reais).

Parágrafo único - Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, até o limite do valor do financiamento.

Art. 4º - Para dar continuidade ao Programa BADESC CIDADES II, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subseqüentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º - Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5% (cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa de juros de longo prazo - TJLP, ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins /SC
 em 21 de maio de 2013.
DIRCEU FAVRETTO
 Prefeito Municipal

Lei Nº 597 de 21 de Maio de 2013

LEI Nº 597 DE 21 DE MAIO DE 2013

ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 5º E SEUS PARÁGRAFOS DA LEI MUNICIPAL 497, DE 07 DE ABRIL DE 2009.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 94 da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, FAZ SABER a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º. O artigo 5º e seus parágrafos da Lei Municipal 497 de 07 de abril de 2009 que Cria o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FHIS e institui o Conselho Gestor do FHIS, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º O Conselho Gestor é órgão de caráter deliberativo e será composto por representantes de entidades públicas e privadas, bem como de segmentos da sociedade ligados à área de habitação, tendo como garantia o princípio democrático de escolha de seus representantes e a proporção de ¼ (um quarto) das vagas aos representantes de movimentos populares.

§ 1º A composição, as atribuições e o regulamento do Conselho Gestor poderão ser estabelecidos pelo Poder Executivo.

§ 2º A Presidência do Conselho-Gestor do FHIS será escolhida entre seus membros.

§ 3º Os membros do Conselho serão designados por decreto do poder executivo Municipal, garantindo-se a paridade entre representantes do poder público e sociedade civil, constituído por, no mínimo, 8 membros.

§ 4º O presidente do Conselho-Gestor do FHIS exercerá o voto de qualidade.

§ 5º Competirá à Secretaria Municipal de Assistência Social proporcionar ao Conselho Gestor os meios necessários ao exercício de suas competências.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins
em, 21 de maio de 2013.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Lei Nº. 596, de 21 de Maio de 2013.

LEI Nº. 596, DE 21 DE MAIO DE 2013.
DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER aos habitantes do Município, que a Câmara de Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover Revisão Geral Anual dos vencimentos dos servidores públicos municipais, prevista no artigo 183 da Lei Complementar Municipal nº. 005, de 14 de abril de 2003, e art. 37, inciso X, da Constituição Federal, na ordem de 7,17% (sete vírgula dezessete por cento), referente ao INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), acumulado no período compreendido entre os meses de Março de 2012 a Março de 2013, a partir do mês de Maio de 2013.

Art. 2º Fica também autorizado ao Poder Executivo Municipal a conceder 0,80% (zero virgula oitenta por cento) de reajuste salarial (ganho real), aos Servidores Públicos Municipais, a partir do mês de Maio de 2013.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins,
em 21 de maio de 2013.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal.

Decreto Nº. 119 de 20 de Maio de 2013.

DECRETO Nº. 119 DE 20 DE MAIO DE 2013.
DECRETA PONTO FACULTATIVO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo item VI e XL do artigo 94 da Lei Orgânica do Município de 28/10/1994, resolve:

DECRETAR:

Art. 1º Fica estabelecido Ponto Facultativo, no dia 31 de maio de 2013 em todas as repartições Públicas Municipais, em virtude do feriado de Corpus Cristi no dia 30 de maio de 2013.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 20 de maio de 2013.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Chefe de Gabinete

Decreto Nº. 120, de 20 de Maio de 2013.

DECRETO Nº. 120, DE 20 DE MAIO DE 2013.
NOMEIA RESPONSÁVEIS PELO REGIME DE ADIANTAMENTO DE RECURSOS PARA COBRIR DESPESAS URGENTES DO MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal Nº 236/2003, pelos artigos 28 e 44 da Resolução do Tribunal de Contas Nº 16/94, pelos artigos 65 e 68 da Lei 4.320, e pelo artigo 7º do ato das Disposições Organizacionais Transitórias da Lei Orgânica Municipal do Município, e pelos § 3º e 4º do artigo 40, § 3º e 4º do artigo 47, artigo 48 e 54 da Lei nº 234/2003, resolve;

NOMEAR:

Art. 1º Responsáveis pelo Regime de Adiantamento de Recursos para cobrir despesas urgentes relacionadas ao Fundo Municipal de Saúde - FUNSAU os Servidores Fabiane Knispel Burato - Diretora de Departamento de Saúde Preventiva e Mareci Angelo Trento - Motorista, para efetuarem pagamentos de despesas consideradas urgentes, nos termos de Legislação em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir do dia 20 de maio 2013.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário em especial ao decreto nº. 016 de 07 de janeiro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 20 de maio de 2013.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Chefe de Gabinete

Corupá

PREFEITURA

Extrato do Contrato Administrativo Nº 034/2013

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 034/2013

Processo de licitação nº 040/13

Dispensa de Licitação no 013/13

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: FEY PROBST & BRUSTOLIN ADVOCACIA, sociedade de advogados registrada na OAB/SC sob n. 1.660/2010, inscrita no CNPJ sob n. 12.244.848/0001-45, localizada à Rua Esteves Júnior, 50, sala 307, Centro, CEP 88015-130, Florianópolis/SC.

Objeto: O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços advocatícios pertinentes à recuperação de recursos financeiros relativos ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), retidos indevidamente pelo Estado de Santa Catarina em função da criação de fundos estaduais que afetam a arrecadação do ICMS, portando diminuindo o montante de recursos que deveriam ser destinados ao FUNDEB e, por conseguinte, diminuindo os repasses deste fundo ao Município de Corupá-SC.

Valor do Contrato: A remuneração do contratado dar-se-á exclusivamente por meio de honorários de sucumbência, configurando contrato ad exitum (risco puro).

Data da Assinatura: 20/03/2013

Data da Vigência: O presente contrato terá vigência até o desfecho do respectivo processo.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Ata de Registro de Preços Nº 093/2013

EXTRATO DO CONTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 093/2013

Processo de licitação nº 046/13

Pregão Presencial no 023/13

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: MERCADO BERTINA LTDA-EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 83.122.291/0001-18 e inscrição Estadual nº 252.194.268, estabelecida na Roberto Seidel, 1137 - Centro, Município de Corupá, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Registro de preços para eventuais aquisições parceladas de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDIMENTO DE FAMÍLIAS COM VULNERABILIDADE SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, PARTICIPANTES DOS PROGRAMAS DO CRAS, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

Valor do Contrato: R\$ 29.508,90 (Vinte e Nove Mil e Quinhentos e Oito Reais e Noventa Centavos).

Data da Assinatura: 07/05/2013

Data da Vigência: 07/05/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Ata de Registro de Preços Nº 094/2013

EXTRATO DO CONTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 094/2013

Processo de licitação nº 053/13

Pregão Presencial no 026/13

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: JARAGUÁ EVENTOS ESPORTIVOS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 14.708.136/0001-65, situada a Rua Otto Georg, nº 185 - Centro - Jaraguá do Sul/SC, CEP 89.260-700.

Objeto: Registro de Preços consiste para eventual contratação de empresa especializada em Arbitragem desportiva, para efetuar serviços de arbitragem com auxiliares e mesários, para realização dos jogos do calendário esportivo da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo, Esporte e Lazer do Município de Corupá, conforme as especificações e quantidades de cada item constante no Anexo I que acompanha este edital.

Valor do Contrato: R\$ 72.000,00 (Setenta e Dois Mil Reais).

Data da Assinatura: 10/05/2013

Data da Vigência: 10/05/2014

Extrato do Contrato Ata de Registro de Preços Nº 095/2013

EXTRATO DO CONTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 095/2013

Processo de licitação nº 054/13

Pregão Presencial no 027/13

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: ASTOR AMBROSIO ARENHARDT ERBES-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 15.187.682/0001-60 e inscrição Estadual nº 256.664.242, estabelecida na Rua 1 de Maio S/N, Centro - CEP 89.278-000, Município de Corupá, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Registro de Preços consiste para eventual aquisição parcelada de troféus e medalhas destinadas a premiações do Calendário Esportivo da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo, Esporte e Lazer do Município de Corupá, conforme as especificações e quantidades de cada item constante no Anexo I que acompanha este edital.

Valor do Contrato: R\$ 20.000,00 (Vinte Mil Reais).

Data da Assinatura: 10/05/2013

Data da Vigência: 10/05/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 092/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 092/2013

Processo de licitação nº 055/13

Carta Convite no 003/13

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: BIOSEGMA SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 17.768.747/0001-97, estabelecida na Rua Henrique Schwarz, 525 - CENTRO, Município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia ambiental, análise técnica e planejamento.
Valor do Contrato: R\$ 38.400,00 (Trinta e Oito Mil e Quatrocentos Reais ano).

Data da Assinatura: 09/05/2013

Data da Vigência: 31/12/2013

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 096/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 096/2013

Processo de licitação nº 064/13

Dispensa de Licitação 018/13

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: GRÁFICA E EDITORA CORREIO DO POVO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 08.945.050/0001-53, situada a Av. Pref. Waldemar Grubba, 1400, CEP - 89256-500 - Município de Jaraguá do Sul - Estado de Santa Catarina.

Objeto: Contratação de empresa jornalística para distribuição de exemplares para alunos do ensino fundamental do município - para a prática do projeto de aprendizagem e leitura.

Valor do Contrato: R\$ 6.720,00 (Seis Mil e Setecentos e Vinte Reais).

Data da Assinatura: 30/04/2013

Data da Vigência: 31/12/2013

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 097/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 097/2013

Processo de licitação nº 065/13

Dispensa de Licitação 019/13

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: AUTO MECÂNICA NICOLUZZI LTDA-EPP, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 03.041.430/0001-40, situada a Rua Carlos Hardt, 688 - Água Verde, CEP 89.254-580, Município de Jaraguá do Sul - Estado de Santa Catarina.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE OFICINA MECÂNICA ESPECIALIZADA EM COMÉRCIO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS COM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL DE CORUPÁ-SC.

Valor do Contrato: R\$ 3.456,68 (Três Mil Quatrocentos e Cinquenta e Seis Reais e Sessenta e Oito Centavos).

Data da Assinatura: 14/05/2013

Data da Vigência: 31/12/2013

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 098/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 098/2013

Processo de licitação nº 066/13

Dispensa de Licitação 020/13

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: ELIANETE CYNARA MOGLICH NART - ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 02.817.027/0001-05, Inscrição Estadual nº 254.715.290, situada a Rod. BR-280 - KM 56 - Centro, CEP 89.270-000, Município de Guaramirim - Estado de Santa Catarina.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE OFICINA MECÂNICA ESPECIALIZADA EM COMÉRCIO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS COM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE CAMINHÕES DA FROTA MUNICIPAL DE CORUPÁ-SC.

Valor do Contrato: R\$ 5.196,00 (Cinco Mil Cento e Noventa e Seis Reais).

Data da Assinatura: 15/05/2013

Data da Vigência: 31/12/2013

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 099/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 099/2013

Processo de licitação nº 067/13

Dispensa de Licitação 021/13

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: ROBERTO LUIS HACKBARTH ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 16.782.108/0001-13, situada na Rua Dr. Francisco Antonio Piccione S/N, Seminário, CEP 89.278-000, Município de Corupá - Estado de Santa Catarina.

Objeto: Contratação de Empresa para realizar a Limpeza e Manutenção de Trevos e Praças do Município de Corupá.

Valor do Contrato: R\$ 7.500,00 (Sete Mil e Quinhentos Reais).

Data da Assinatura: 16/05/2013

Data da Vigência: 31/12/2013

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 100/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 100/2013

Processo de licitação nº 068/13

Dispensa de Licitação 022/13

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: METAQUÍMICA LABORATÓRIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 05.164.697/0001-50, Inscrição Estadual Isento, situada a Rua Argentina, 33 - Bairro Centro, CEP 89251-260, Município de Jaraguá do Sul - Estado de Santa Catarina.

Objeto: Contratação de Laboratório para Análise de água dos poços de monitoramento e da lagoa de decantação do aterro controlado de Corupá-SC.

Valor do Contrato: R\$ 5.439,20 (Cinco Mil e Quatrocentos e Trinta e Nove Reais e Vinte Centavos).

Data da Assinatura: 16/04/2013

Data da Vigência: 31/12/2013

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

www.ciga.sc.gov.br

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: CORUPA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.467/0001-70

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A ABRIL DE 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

CVA: 2013052208023600702634

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

CAMPO	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
1	RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	42.261.482,00	42.261.482,00	6.138.900,59	14,53	10.945.263,19	25,90	31.316.218,81
2	RECEITAS CORRENTES	33.000.682,00	33.000.682,00	5.261.539,90	15,94	9.750.115,36	29,55	23.250.566,64
3	RECEITA TRIBUTÁRIA	4.876.050,00	4.876.050,00	1.300.190,52	26,66	1.524.671,16	31,27	3.351.378,84
4	Impostos	3.056.400,00	3.056.400,00	1.019.060,69	33,34	1.222.118,52	39,99	1.834.281,48
5	Taxas	1.204.650,00	1.204.650,00	278.635,10	23,13	297.061,14	24,66	907.588,86
6	Contribuição de Melhoria	615.000,00	615.000,00	2.494,73	0,41	5.491,50	0,89	609.508,50
7	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	220.000,00	220.000,00	33.692,80	15,31	68.453,77	31,12	151.546,23
8	Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	220.000,00	220.000,00	33.692,80	15,31	68.453,77	31,12	151.546,23
10	Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	RECEITA PATRIMONIAL	209.500,00	209.500,00	32.765,88	15,64	55.755,19	26,61	153.744,81
12	Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Receitas de Valores Mobiliários	209.500,00	209.500,00	32.765,88	15,64	55.755,19	26,61	153.744,81
14	Receitas de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	RECEITA AGROPECUÁRIA	27.500,00	27.500,00	4.192,94	15,25	4.928,36	17,92	22.571,64
20	Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Outras Receitas Agropecuárias	27.500,00	27.500,00	4.192,94	15,25	4.928,36	17,92	22.571,64
23	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28	RECEITA DE SERVIÇOS	1.770.000,00	1.770.000,00	318.065,31	17,97	620.535,09	35,06	1.149.464,91
29	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	25.101.132,00	25.101.132,00	3.461.635,95	13,79	7.285.720,22	29,03	17.815.411,78
30	Transferências Intergovernamentais	24.213.132,00	24.213.132,00	3.417.443,17	14,11	7.210.420,67	29,78	17.002.711,33
31	Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Transferências de Convênios	888.000,00	888.000,00	44.192,78	4,98	75.299,55	8,48	812.700,45

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: CORUPA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.467/0001-70

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A ABRIL DE 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

CVA: 2013052208023600702634

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

35	Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
36	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	796.500,00	796.500,00	110.996,50	13,94	190.051,57	23,86	606.448,43
37	Multas e Juros de Mora	381.600,00	381.600,00	38.329,64	10,04	77.826,29	20,39	303.773,71
38	Indenizações e Restituições	16.000,00	16.000,00	18.616,00	116,35	18.616,00	116,35	-2.616,00
39	Receita da Dívida Ativa	326.400,00	326.400,00	52.878,05	16,20	89.433,60	27,40	236.966,40
40	Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Receitas Correntes Diversas	72.500,00	72.500,00	1.172,81	1,62	4.175,68	5,76	68.324,32
42	RECEITAS DE CAPITAL	9.260.800,00	9.260.800,00	877.360,69	9,47	1.195.147,83	12,91	8.065.652,17
43	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	4.110.000,00	4.110.000,00	356.379,68	8,67	356.379,68	8,67	3.753.620,32
44	Operações de Crédito Internas	4.110.000,00	4.110.000,00	356.379,68	8,67	356.379,68	8,67	3.753.620,32
45	Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
46	ALIENAÇÃO DE BENS	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
47	Alienação de Bens Móveis	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
48	Alienação de Bens Imóveis	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
49	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
50	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.900.800,00	4.900.800,00	516.443,90	10,54	831.200,82	16,96	4.069.599,18
51	Transferências Intergovernamentais - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52	Transferências de Instituições Privadas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	Transferências do Exterior - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	Transferências de Pessoas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
56	Transferências de Convênios - Rec. Capital	4.900.800,00	4.900.800,00	516.443,90	10,54	831.200,82	16,96	4.069.599,18
57	Transferências para o Combate à Fome - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
58	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	50.000,00	50.000,00	4.537,11	9,07	7.567,33	15,13	42.432,67
59	Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
60	Dívida Ativa Prov. da Amortiz. de Emp. e Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
61	Receitas de Capital Diversas - Rec. Capital	50.000,00	50.000,00	4.537,11	9,07	7.567,33	15,13	42.432,67
62	RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
63	SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I+II)	42.261.482,00	42.261.482,00	6.138.900,59	14,53	10.945.263,19	25,90	31.316.218,81
64	OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
65	Operações de Crédito Internas - Ref.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66	Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67	Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	Operações de Crédito Externas - Ref.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
69	Mobiliária - Créd. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: CORUPA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.467/0001-70

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A ABRIL DE 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

CVA: 2013052208023600702634

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

70	Contratual - Créd. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	42.261.482,00	42.261.482,00	6.138.900,59	14,53	10.945.263,19	25,90	31.316.218,81
72	DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-	-
73	TOTAL (VII) = (V+VI)	42.261.482,00	42.261.482,00	6.138.900,59	14,53	10.945.263,19	-	-
74	SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	110.875,71	-	-	79.231,86	-	-
75	Superávit Financeiro	-	110.875,71	-	-	79.231,86	-	-
76	Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (f-g)
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre.	Até o Bimestre. (g)	% (g/f)	
77	DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	42.261.482,00	370.939,01	42.632.421,01	5.761.515,48	10.549.134,96	5.555.865,77	9.247.218,42	21,69	33.385.202,59
78	DESPESAS CORRENTES	29.040.084,00	284.294,37	29.324.378,37	5.462.918,14	9.874.140,95	5.216.760,60	8.615.983,27	29,38	20.708.395,10
79	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.850.056,00	-47.666,00	13.802.390,00	2.281.189,26	4.517.653,93	2.284.356,98	4.512.252,68	32,69	9.290.137,32
80	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	150.000,00	0,00	150.000,00	20.911,45	42.390,56	20.911,45	42.390,56	28,26	107.609,44
81	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.040.028,00	331.960,37	15.371.988,37	3.160.817,43	5.314.096,46	2.911.492,17	4.061.340,03	26,42	11.310.648,34
82	DESPESAS DE CAPITAL	12.721.398,00	86.644,64	12.808.042,64	298.597,34	674.994,01	339.105,17	631.235,15	4,93	12.176.807,49
83	INVESTIMENTOS	12.221.398,00	86.644,64	12.308.042,64	99.008,36	320.363,51	139.516,19	276.604,65	2,25	12.031.437,99
84	INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
85	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	500.000,00	0,00	500.000,00	199.588,98	354.630,50	199.588,98	354.630,50	70,93	145.369,50
86	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	500.000,00	0,00	500.000,00	-	-	-	-	-	-
87	RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-
88	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
89	SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII+IX)	42.261.482,00	370.939,01	42.632.421,01	5.761.515,48	10.549.134,96	5.555.865,77	9.247.218,42	21,69	33.385.202,59
90	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
91	Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	Dívida Mobiliária - Dív. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	Outras Dívidas - Dív. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X+XI)	42.261.482,00	370.939,01	42.632.421,01	5.761.515,48	10.549.134,96	5.555.865,77	9.247.218,42	21,69	33.385.202,59
98	SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	1.698.044,77	-	-
99	TOTAL (XIV) = (XII+XIII)	42.261.482,00	370.939,01	42.632.421,01	5.761.515,48	10.549.134,96	5.555.865,77	10.945.263,19	-	-

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: CORUPA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.467/0001-70

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A ABRIL DE 2013/BIMESTRE MARÇO -ABRIL

CVA: 2013052208023600702634

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

CAMPO	ATO DECLARATÓRIO	DATA DA PUBLICAÇÃO	MEIO DA PUBLICAÇÃO (Diário Oficial, Edital, etc)
100	Os abaixo-assinados declaram que publicaram o relatório cujos dados encontram-se resumidos neste demonstrativo, conforme determina o art. 48 da Lei Compl. nº 101/00, na data e meio indicados a seguir	22 DE MAIO DE 2013	MURAL DA PREFEITURA

Obs.: Contas intra-orçamentárias, inclusive os cálculos previstos nos cabeçalhos, deverão ser preenchidos manualmente pelo ente da Federação.

Fonte: RREO 2º BIMESTRE 2013

Nota:

CORUPA, 22/05/2013

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL
CPF.: 381.110.559-00

LUANA TALITA ROCHA
DIRETORA
CRC.: sc-030262/O-2

VALQUÍRIA MICHALACK
CONTROLADORA GERAL
CPF.: 04388005916

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: CORUPA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.467/0001-70

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A ABRIL DE 2013/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

CVA: 2013052208023600702634

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

CAMPO	CÓDIGO	FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a-b)
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre.	Até o Bimestre. (b)	% (b/total b)	%. (b/a)	
1		DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	42.261.482,00	42.632.421,01	5.761.515,48	10.549.134,96	5.555.865,77	9.247.218,42	100,00	21,69	33.385.202,59
2	00001	Legislativa	1.100.000,00	1.100.000,00	187.115,61	330.086,47	187.115,61	330.086,47	3,57	30,01	769.913,53
3	01031	Ação Legislativa	1.100.000,00	1.100.000,00	187.115,61	330.086,47	187.115,61	330.086,47	3,57	30,01	769.913,53
4	01032	Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	00002	Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	02061	Ação Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	02062	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	00003	Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	03091	Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	03092	Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	00004	Administração	5.461.600,00	5.461.600,00	705.869,31	1.156.968,02	510.223,61	887.766,02	9,60	16,25	4.573.833,98
12	04121	Planejamento e Orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	04122	Administração Geral	5.411.600,00	5.411.600,00	704.519,31	1.150.619,62	507.875,21	885.017,62	9,57	16,35	4.526.582,38
14	04123	Administração Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	04124	Controle Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	04125	Normatização e Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	04126	Tecnologia da Informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	04127	Ordenamento Territorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	04128	Formação de Recursos Humanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	04129	Administração de Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	04130	Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	04131	Comunicação Social	50.000,00	50.000,00	1.350,00	6.348,40	2.348,40	2.748,40	0,03	5,50	47.251,60
23	00005	Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	05151	Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	05152	Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	05153	Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	00006	Segurança Pública	886.000,00	886.000,00	4.434,11	13.713,20	5.461,17	11.971,26	0,13	1,35	874.028,74
28	06181	Policciamento	35.000,00	35.000,00	4.434,11	13.713,20	5.461,17	11.971,26	0,13	34,20	23.028,74
29	06182	Defesa Civil	851.000,00	851.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	851.000,00
30	06183	Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31	00007	Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	07211	Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	07212	Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	00008	Assistência Social	795.000,00	795.000,00	86.467,81	183.038,14	127.206,76	170.538,41	1,84	21,45	624.461,59
35	08241	Assistência ao Idoso	25.000,00	25.000,00	5.019,00	7.156,00	2.882,00	2.882,00	0,03	11,53	22.118,00
36	08242	Assistência ao Portador de Deficiência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
37	08243	Assistência à Criança e ao Adolescente	280.000,00	280.000,00	4.918,21	9.107,45	6.526,22	6.966,49	0,08	2,49	273.033,51
38	08244	Assistência Comunitária	490.000,00	490.000,00	76.530,60	166.774,69	117.798,54	160.689,92	1,74	32,79	329.310,08

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: CORUPA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.467/0001-70

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A ABRIL DE 2013/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

CVA: 2013052208023600702634

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

39	00009	Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40	09271	Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	09272	Previdência do Regime Estatutário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42	09273	Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43	09274	Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44	00010	Saúde	6.133.432,00	6.373.270,40	1.157.827,33	2.341.609,85	1.342.429,45	2.157.503,81	23,33	33,85	4.215.766,59	
45	10301	Atenção Básica	6.059.432,00	6.299.270,40	1.145.271,90	2.328.279,34	1.331.114,90	2.145.414,18	23,20	34,06	4.153.856,22	
46	10302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
47	10303	Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
48	10304	Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
49	10305	Vigilância Epidemiológica	74.000,00	74.000,00	12.555,43	13.330,51	11.314,55	12.089,63	0,13	16,34	61.910,37	
50	10306	Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
51	00011	Trabalho	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	
52	11331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	11332	Relações de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	11333	Empregabilidade	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	
55	11334	Fomento ao Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
56	00012	Educação	13.048.500,00	13.115.013,90	1.693.644,88	3.276.785,48	1.652.386,62	3.007.188,22	32,52	22,93	10.107.825,68	
57	12361	Ensino Fundamental	9.830.500,00	9.830.500,00	1.322.638,98	2.451.784,78	1.275.605,23	2.236.390,74	24,18	22,75	7.594.109,26	
58	12362	Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
59	12363	Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
60	12364	Ensino Superior	25.000,00	25.000,00	4.548,62	8.890,21	4.548,62	8.890,21	0,10	35,56	16.109,79	
61	12365	Educação Infantil	2.800.000,00	2.866.513,90	296.422,55	714.075,35	308.464,88	697.860,14	7,55	24,35	2.168.653,76	
62	12366	Educação de Jovens e Adultos	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	
63	12367	Educação Especial	50.000,00	50.000,00	449,10	728,34	449,10	728,34	0,01	1,46	49.271,66	
64	12306	Alimentação e Nutrição	293.000,00	293.000,00	69.585,63	101.306,80	63.318,79	63.318,79	0,68	21,61	229.681,21	
65	00013	Cultura	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	
66	13391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67	13392	Difusão Cultural	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	
68	00014	Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
69	14421	Custódia e Reintegração Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70	14422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	14423	Assistência aos Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	00015	Urbanismo	9.804.100,00	9.868.686,71	1.296.625,21	2.124.804,99	1.099.929,98	1.635.809,73	17,69	16,58	8.232.876,98	
73	15451	Infra-Estrutura Urbana	3.858.800,00	3.923.364,22	370.559,42	435.225,60	370.559,42	435.225,60	4,71	11,09	3.488.138,62	
74	15452	Serviços Urbanos	5.945.300,00	5.945.322,49	926.065,79	1.689.579,39	729.370,56	1.200.584,13	12,98	20,19	4.744.738,36	
75	15453	Transportes Coletivos Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
76	00016	Habitação	140.000,00	140.000,00	9.355,00	10.555,00	4.260,96	4.260,96	0,05	3,04	135.739,04	
77	16481	Habitação Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
78	16482	Habitação Urbana	140.000,00	140.000,00	9.355,00	10.555,00	4.260,96	4.260,96	0,05	3,04	135.739,04	
79	00017	Saneamento	1.839.650,00	1.839.650,00	292.201,65	422.107,20	291.858,77	421.246,00	4,56	22,90	1.418.404,00	
80	17511	Saneamento Básico Rural	1.839.650,00	1.839.650,00	292.201,65	422.107,20	291.858,77	421.246,00	4,56	22,90	1.418.404,00	

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: CORUPA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.467/0001-70

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A ABRIL DE 2013/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

CVA: 2013052208023600702634

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

81	17512	Saneamento Básico Urbano	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
82	00018	Gestão Ambiental	71.200,00	71.200,00	3.448,14	3.448,14	3.448,14	3.448,14	0,04	4,84	67.751,86
83	18541	Preservação e Conservação Ambiental	71.200,00	71.200,00	3.448,14	3.448,14	3.448,14	3.448,14	0,04	4,84	67.751,86
84	18542	Controle Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
85	18543	Recuperação de Áreas Degradadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
86	18544	Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
87	18545	Meteorologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
88	00019	Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
89	19571	Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90	19572	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
91	19573	Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92	00020	Agricultura	922.000,00	922.000,00	71.247,14	148.286,94	69.567,86	126.653,99	1,37	13,74	795.346,01
93	20601	Promoção da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	20602	Promoção da Produção Animal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	20603	Defesa Sanitária Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	20604	Defesa Sanitária Animal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	20605	Abastecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	20606	Extensão Rural	922.000,00	922.000,00	71.247,14	148.286,94	69.567,86	126.653,99	1,37	13,74	795.346,01
99	20607	Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100	00021	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
101	21631	Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
102	21632	Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
103	00022	Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
104	22661	Promoção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
105	22662	Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
106	22663	Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
107	22664	Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
108	22665	Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
109	00023	Comércio e Serviços	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00
110	23691	Promoção Comercial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
111	23692	Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
112	23693	Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
113	23694	Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
114	23695	Turismo	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00
115	00024	Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
116	24721	Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
117	24722	Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
118	00025	Energia	250.000,00	250.000,00	18.410,04	48.789,78	21.034,52	48.789,78	0,53	19,52	201.210,22
119	25751	Conservação de Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
120	25752	Energia Elétrica	250.000,00	250.000,00	18.410,04	48.789,78	21.034,52	48.789,78	0,53	19,52	201.210,22
121	25753	Combustíveis Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
122	25754	Biocombustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: CORUPA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.467/0001-70

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A ABRIL DE 2013/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

CVA: 2013052208023600702634

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

123	00026	Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
124	26781	Transporte Aéreo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
125	26782	Transporte Rodoviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
126	26783	Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
127	26784	Transporte Hidroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
128	26785	Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
129	00027	Desporto e Lazer	420.000,00	420.000,00	14.368,82	91.920,69	20.441,89	44.934,57	0,49	10,70	375.065,43
130	27811	Desporto de Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
131	27812	Desporto Comunitário	420.000,00	420.000,00	14.368,82	91.920,69	20.441,89	44.934,57	0,49	10,70	375.065,43
132	27813	Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
133	00028	Encargos Especiais	700.000,00	700.000,00	220.500,43	397.021,06	220.500,43	397.021,06	4,29	56,72	302.978,94
134	28841	Refinanciamento da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
135	28842	Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
136	28843	Serviço da Dívida Interna	650.000,00	650.000,00	220.500,43	397.021,06	220.500,43	397.021,06	4,29	61,08	252.978,94
137	28844	Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
138	28845	Outras Transferências	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
139	28846	Outros Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
140	28847	Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
141		RESERVA DE CONTINGÊNCIA	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
142		RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
143		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
144	00001	Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
145	00002	Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
146	00003	Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
147	00004	Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
148	00005	Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
149	00006	Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
150	00007	Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
151	00008	Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
152	00009	Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
153	00010	Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
154	00011	Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
155	00012	Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
156	00013	Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
157	00014	Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
158	00015	Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
159	00016	Habituação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160	00017	Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
161	00018	Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
162	00019	Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
163	00020	Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
164	00021	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: CORUPA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 83.102.467/0001-70

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A ABRIL DE 2013/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

CVA: 2013052208023600702634

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

165	00022	Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
166	00023	Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
167	00024	Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
168	00025	Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
169	00026	Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
170	00027	Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
171	00028	Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
172		TOTAL (III) = (I + II)	42.261.482,00	42.632.421,01	5.761.515,48	10.549.134,96	5.555.865,77	9.247.218,42	100,00	21,69	33.385.202,59

Obs.: Contas intra-orçamentárias, inclusive os cálculos previstos nos cabeçalhos, deverão ser preenchidos manualmente pelo ente da Federação.

Fonte: RREO 2º BIMESTRE 2013

Nota:

CORUPA, 22/05/2013

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL
CPF.: 381.110.559-00

LUANA TALITA ROCHA
DIRETORA
CRC.: sc-030262/O-2

VALQUÍRIA MICHALACK
CONTROLADORA GERAL
CPF.: 04388005916

Curitibanos

PREFEITURA

Edital de Pregão Presencial Nº 113/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 113/2013

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para aquisição de torneiras e mictórios para reposição da Rodoviária Municipal e Terminal Urbano do Município; e, torneiras de mesa e válvulas automáticas para mictório, para uso na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer. Conforme Anexo I deste Edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 14/06/2013, no Protocolo Central desta Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 16:00 horas do dia 14/06/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 no horário de expediente (13:00 as 19:00) e/ou na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 15 de Maio de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

DIEGO SEBEM WORDELL
Pregoeiro

Edital de Pregão Presencial Nº 116/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 116/2013

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie; com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração para aquisição de materiais de higiene e limpeza para a manutenção da Secretaria de Administração, durante o ano de 2013, conforme Anexo I deste Edital. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 14/06/2013, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 14/06/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no setor de Licitações e Contratos. O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 20 de Maio de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

DIEGO SEBEM WORDELL
Pregoeiro

Edital de Pregão Presencial Para Registro de Preço Nº 19/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 19/2013

O Fundo Municipal de Assistência Social de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para aquisição de objetos de cama, mesa e banho para manutenção da Casa de Proteção Infante Juvenil e no Abrigo Temporário Municipal. Conforme Anexo I deste Edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 18/06/2013, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizado qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 14:00 horas do dia 18/06/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 17 de Maio de 2013.

JOÃO CARLOS MARTINS DOS SANTOS
Presidente do Fundo

DIEGO SEBEM WORDELL
Pregoeiro

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

Pregão Presencial Nº 0018/2013.

Estado De Santa Catarina. Município De Faxinal Dos Guedes. Aviso De Licitação. Modalidade: Pregão Presencial nº 0018/2013. Processo licitatório nº: 0052/2013. Objeto: Aquisição de forma parcelada de filtros e óleos lubrificantes destinados a máquinas e veículos do setor de obras e transportes do município de Faxinal dos Guedes. Data do recebimento: 07/06/2013 as 09h 00min. Data da Abertura: 07/06/2013 as 09h 15min. Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a sexta feira em horário comercial do depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 50 - Centro - fone (49) 3436 - 4300. Amparo legal: Leis 8.666/93, 10.520/02 e suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 21 de maio de 2013.

EDEGAR GIORDANI,
Prefeito Municipal.

Tomada de Preço Nº 0005/2013.

Estado De Santa Catarina. Município De Faxinal Dos Guedes. Aviso De Licitação. Modalidade: Tomada de Preço nº 0005/2013. Processo licitatório nº: 0051/2013. Objeto: Contratação de empresa especializada para recuperação parcial de máquinas da secretaria de infraestrutura do município de Faxinal dos Guedes,

incluindo peças e mão de obra. Data do recebimento: 11/06/2013 as 09h00min. Data da Abertura: 11/06/2013 as 09h15min. Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a sexta feira em horário comercial do depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 50 - Centro - fone (49) 3436 - 4300. Amparo legal: Leis 8.666/93 e suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 21 de maio de 2013.

EDEGAR GIORDANI,

Prefeito Municipal.

Extrato de Contrato Contrato Nº. 0031/2013

Estado De Santa Catarina Município De Faxinal Dos Guedes Extrato De Contrato Contrato nº. 0031/2013 Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes Contratado: Adeval bike Papelaria e bazar Ltda ME Objeto: Aquisição de forma parcelada de materiais para artesanato e tecidos destinados a casa da criança e peti Valor: R\$ 7.339,05 (sete mil trezentos e trinta e nove reais e cinco centavos) Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0009/2013, na Modalidade Tomada de Preços nº 0005/2013.

Faxinal dos Guedes, SC, em 08 de maio de 2013.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal.

Extrato de Contrato Contrato Nº. 0037/2013

Estado De Santa Catarina Município De Faxinal Dos Guedes Extrato De Contrato Contrato nº. 0037/2013 Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes. Contratado: Objetiva comercio de equipamentos Ltda ME Objeto: Aquisição de forma parcelada de materiais para artesanato e tecidos destinados a secretaria de assistência social, Cras, abrigo municipal e grupo de idosos. Valor: R\$ 4.091,35 (quatro mil noventa e um reais e trinta e cinco centavos) Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0010/2013, na Modalidade Tomada de Preços nº 0006/2013.

Faxinal dos Guedes, SC, em 09 de maio de 2013.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal.

Extrato de Contrato Contrato Nº. 0038/2013

Estado De Santa Catarina Município De Faxinal Dos Guedes Extrato De Contrato Contrato nº. 0038/2013 Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes. Contratado: Pégasus atacadista Ltda ME Objeto: Aquisição de forma parcelada de materiais para artesanato e tecidos destinados a secretaria de assistência social, Cras, abrigo municipal e grupo de idosos Valor: R\$ 3.355,70 (três mil trezentos e cinquenta e cinco reais e setenta centavos) Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0010/2013, na Modalidade Tomada de Preços nº 0006/2013.

Faxinal dos Guedes, SC, em 09 de maio de 2013.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal.

Extrato de Supressão de Valor Contrato: 0044/2010 Primeiro Termo de Supressão

TEstado De Santa Catarina Município De Faxinal Dos Guedes Extrato De Supressão De Valor Contratante: Município de Faxinal dos Guedes Contratada: Irmãos Zanatta & Cia Ltda Objeto:

Contratação de empresa para execução de unidades residenciais num loteamento popular com 33 unidades habitacionais, sendo 31 unidades residências normais com área individual de 46,14 m² e 02 unidades residências adaptadas com área individual de 48,14m², incluindo mão de obra e material, através de edificação de alvenaria a serem edificadas no município de Faxinal dos Guedes. Número do Contrato: 0044/2010 Primeiro Termo de supressão: Fica suprimido o valor de R\$ 4.259,57 (quatro mil duzentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e sete centavos). Amparo Legal: O Instrumento Contratual é Originário do Processo Licitatório nº 0018/2010na Modalidade Tomada De Preço N.º 0001/2010 do Município de Faxinal dos Guedes, e, com base na Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes.

Faxinal dos Guedes, SC, em 06 de maio de 2013.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal.

Fraiburgo

PREFEITURA

Decreto Nº 0173/2013

DECRETO Nº 0173, DE 22 DE MAIO DE 2013.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2176 de 28 de Fevereiro de 2013.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2013 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), nas seguintes dotações:

07.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

07.02 - Cultura

13.392.0014.2.030 - Manutenção das Festividades do Município

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas 0.3.0200 (260) R\$ 30.000,00

Total R\$ 30.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2012, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 22 DE MAIO DE 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1545/2013

PORTARIA N.º 1.545, DE 22 DE MAIO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições

legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0010 de 16 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e conforme comunicação interna n.º 073/2013, da Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CIDINEI MARCONDES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 813.980.349-91, contratado em caráter temporário na função de OPERADOR DE TRATOR DE PNEU, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04 de junho de 2013 até 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de maio de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1546/2013

PORTARIA N.º 1.546, DE 22 DE MAIO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0010 de 16 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e conforme comunicação interna n.º 073/2013, da Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de VILMAR DE LIMA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 482.054.789-53, contratado em caráter temporário na função de OPERADOR DE TRATOR DE PNEU, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04 de junho de 2013 até 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de maio de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI

Secretário de Administração e Planejamento

Aviso do Pregão Presencial Nº 0080/2013-PMF Rp 0047

Aviso do Pregão Presencial nº 0080/2013 - PMF

Registro de Preços Nº 0047/2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratação futura de empresa do ramo na prestação de serviços de foto, filmagem e edição para atendimento aos Eventos a serem realizados no Município de Fraiburgo no período de junho a dezembro de 2013. Validade da Ata de Registro de Preços: junho a dezembro de 2013. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 06.06.2013. Abertura:

às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 22 de maio de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

Decreto Nº 0174/2013

DECRETO Nº 0174, DE 22 DE MAIO DE 2013.

DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0024, DE 29 DE ABRIL DE 2013.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica divulgada a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0024 de 29 de abril de 2013, conforme lista anexa.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Fraiburgo, SC, 22 DE MAIO DE 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI

Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0024 DE 29 DE ABRIL DE 2013

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente Epidemiológico** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Epidemiológico**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
				Tempo Serviço	Cursos Área	Cursos Outras Áreas	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	7	DAIANE CRISTINA FURLAN	23	1	10	5	2	NÃO	7/11/1988
2	1	JOSINEI PINTO FERREIRA	16	0	4	5	0	NÃO	14/7/1989
3	2	MARIELLE CAROLINE DAROL DE MELO	7	0	0	0	2	NÃO	8/1/1989
4	5	PATRICIA APARECIDA VACARI	7	0	0	0	0	NÃO	13/6/1994
5	4	ERONDINA DOS SANTOS	2	0	0	2	2	NÃO	29/12/1975
6	6	ANA PAULA DA SILVA FERREIRA	1	0	0	1	2	NÃO	5/10/1985
7	3	SIDNEI BORGES	1	0	0	1	0	NÃO	1/9/1991



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0024 DE 29 DE ABRIL DE 2013

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Médico Clínico Geral -** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Médico Clínico Geral - ESF (Estratégia de Saúde da Família)**

Critérios de Desempate

Disciplina: Médico Clínico Geral - ESF (Estratégia de Saúde da Família)				1º	2º	3º	4º	5º	6º
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Especializ ação	Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	1	ERNESTO HIROYUKI IIDA	10	0	10	0	0	NÃO	23/6/1988

Decreto Nº 0175/2013

DECRETO Nº 0175, DE 22 DE MAIO DE 2013.

DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0026, DE 15 DE MAIO DE 2013.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica divulgada a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0026 de 15 de maio de 2013, conforme lista anexa.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Fraiburgo, SC, 22 DE MAIO DE 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI

Secretário de Administração e Planejamento

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0026 DE 15 DE MAIO DE 2013****Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**Cargo: **Psicólogo** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**Código: **1** Área de Atuação: **Geral**Disciplina: **Psicólogo***Critérios de Desempate*

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Pós Grad.	Cursos Área	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	2	IVETE CORREA FRAGOSO SAVIAN	25	15	5	0	NÃO	24/5/1966
2	1	HEIDI APARECIDA DE BARROS KOGICOVSCY	20	15	4	0	NÃO	4/3/1987
3	3	ALESSANDRA CARDOSO	13	0	5	0	NÃO	9/8/1971
4	6	JARCANE ZANON	12	0	5	0	NÃO	31/5/1988
5	4	CAROLINA FUMAGALLI TASCA	10	0	5	1	NÃO	26/8/1983
6	7	THAÍSE LILIAN GROTH	4	0	3	0	NÃO	19/1/1988
7	5	MAIARA DE CASSIA BOLZANI	0	0	0	0	NÃO	24/3/1990

Decreto Nº 0176/2013

DECRETO Nº 0176, DE 22 DE MAIO DE 2013.

DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0025, DE 15 DE MAIO DE 2013.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica divulgada a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0025 de 15 de maio de 2013, conforme lista anexa.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Fraiburgo, SC, 22 DE MAIO DE 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI

Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0025 DE 15 DE MAIO DE 2013

Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordenação Crescente pelo Nome do Candidato

Cargo: **Farmacêutico Bioquími** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **1** Área de Atuação: **Geral**
Disciplina: **Farmacêutico Bioquímico**

Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Motivo
7	LAURA COSTA CURTA		Não cumpre com pré-requisito do edital



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0025 DE 15 DE MAIO DE 2013

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Farmacêutico Bioquímico** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Farmacêutico Bioquímico**

Critérios de Desempate

					1º	2º	3º	4º	5º
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Pós Grad.	Cursos Área	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento	
1	6	ALESSANDRA DEVENS	18	10	4	0	NÃO	13/1/1981	
2	8	HENRY CELSO MACHADO MACIEL	9	0	4	0	NÃO	31/7/1981	
3	2	RUDINEI GERLACH	7	0	6	2	NÃO	22/9/1979	
4	4	JÉSSICA TAÍSA BACK	6	0	4	0	NÃO	16/1/1990	
5	3	ALINE FANTIN GRANDO	4	0	4	0	NÃO	1/6/1988	
6	1	TACIANE MITTANCK	0	0	0	1	NÃO	25/1/1987	
7	5	KLEBIANA FREITAS	0	0	0	0	NÃO	14/4/1988	

CÂMARA MUNICIPAL**Decreto Legislativo Nº 17/2013**

HOMOLOGA TERMO DE CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO E A COMPANHIA DE DANÇAS MILLENNIUM.

PAULO SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica homologado o convênio entre o MUNICÍPIO DE FRAIBURGO e a COMPANHIA DE DANÇAS MILLENNIUM, para promover e difundir a arte através da dança urbana e demais elementos a toda comunidade; realizar aulas de dança e proporcionar estudos artísticos, visando inclusão social por meio de aulas práticas e teóricas, objetivando assim a inserção de novos profissionais no roteiro nacional de competições de dança, bem como divulgando o potencial do município de Fraiburgo, mediante a concessão no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), em 09 (nove) parcelas mensais de R\$1.500,00 (um mil e quinhentos reais) no período de abril a dezembro/2013.

Art. 2º. As despesas com a execução do convênio correrão por conta da dotação orçamentária específica da Prefeitura Municipal, nos seguintes elementos de despesa:

Órgão 07.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade 07.02 - CULTURA

Funcional 13.392.0014.2.029 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS

Elemento 3.3.50.00 - Transferências à Instituições Privadas sem fins lucrativos

Dotação 102

Recurso 1.500,00

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, 21 de maio de 2013.

PAULO CÉSAR de OLIVEIRA SANTOS

Presidente

ADILSON JOSÉ DIAS

Gestor Público Legislativo

Garopaba**PREFEITURA****Aviso de Licitação Pe039/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 039/2013

O Município de Garopaba, através do Fundo Municipal de Saúde Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, através de sistema de registro de preços, pretendendo a contratação de empresa para execução parcelada de serviços de manutenção de equipamento odontológicos. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sítio www.cidadecompras.com.br até as 14h00min do dia 07/06/2013.

A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 07/06/2013, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br. O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 17 de maio de 2013.

PAULO SERGIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal em exercício

Extrato de Ata de Registro de Preço Nº38/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PRFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 38/2013

PMG

Ata nº. 38/2013; Processo nº. 103/2013; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA Contratada: DALMIR RIBEIRO & CIA LTDA ME; VERA LUCIA ESPINDOLA MOREIRA ME; SILVA & SILVA ESTRUTURAS METALICAS LTDA ME; Objeto: locação de tendas, coberturas e arquibancadas, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Garopaba. Valor: R\$156.460,00; Data da Assinatura: 23/05/2013.

Garuva**PREFEITURA****Portaria Nº 353/2013**

PORTARIA Nº. 353, de 10 de maio de 2013

"DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO VERTICAL DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, POR NÍVEL DE FORMAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009.

RESOLVE:

ART. 10. - Aprovar a progressão vertical por nível de formação, da servidora VERA LUCIA MOTTA.

PARAGRAFO ÚNICO - A servidora fica enquadrada na Carreira Professor, Classe III, referência "A".

ART. 20. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior são devidas a partir desta competência.

ART. 30. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

Portaria Nº 354/2013

PORTARIA Nº. 354, de 10 de maio de 2013

"DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO VERTICAL DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, POR NÍVEL DE FORMAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009.

RESOLVE:

ART. 10. - Aprovar a progressão vertical por nível de formação, da servidora VIVIANE DA SILVA BOEING THOMSEN.

PARAGRAFO ÚNICO - A servidora fica enquadrada na Carreira Professor, Classe III, referência "A".

ART. 20. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior são devidas a partir desta competência.

ART. 30. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria Nº 355/2013

PORTARIA Nº. 355, de 10 de maio de 2013

"DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO VERTICAL DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, POR NÍVEL DE FORMAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009.

RESOLVE:

ART. 10. - Aprovar a progressão vertical por nível de formação, do servidor HELOY TOMAZ SANTOS PEREIRA.

PARAGRAFO ÚNICO - O servidor fica enquadrado na Carreira Professor, Classe III, referência "A".

ART. 20. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior são devidas a partir desta competência.

ART. 30. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria Nº 356/2013

PORTARIA Nº. 356, de 10 de maio de 2013

"DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO VERTICAL DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, POR NÍVEL DE FORMAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009.

RESOLVE:

ART. 10. - Aprovar a progressão vertical por nível de formação, da servidora SUELEN VEIGA DOS SANTOS.

PARAGRAFO ÚNICO - A servidora fica enquadrada na Carreira Professor, Classe III, referência "A".

ART. 20. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior são devidas a partir desta competência.

ART. 30. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria Nº 357/2013

PORTARIA Nº. 357, de 10 de maio de 2013

"DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO VERTICAL DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, POR NÍVEL DE FORMAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009.

RESOLVE:

ART. 10. - Aprovar a progressão vertical por nível de formação, da servidora EVA APARECIDA DA ROCHA LIMA.

PARAGRAFO ÚNICO - A servidora fica enquadrada na Carreira Professor, Classe III, referência "A".

ART. 20. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior são devidas a partir desta competência.

ART. 30. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria Nº 358/2013

PORTARIA Nº. 358, de 10 de maio de 2013

"DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO VERTICAL DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, POR NÍVEL DE FORMAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009.

RESOLVE:

ART. 10. - Aprovar a progressão vertical por nível de formação, do servidor HEITOR GROCHOSKI MATIAS.

PARAGRAFO ÚNICO - O servidor fica enquadrado na Carreira Professor, Classe III, referência "A".

ART. 20. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior são devidas a partir desta competência.

ART. 30. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria Nº 359/2013

PORTARIA Nº. 359, de 13 de maio de 2013

"DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO VERTICAL DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, POR NÍVEL DE FORMAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009.

RESOLVE:

ART. 10. - Aprovar a progressão vertical por nível de formação, da servidora JANICE BUDAL.

PARAGRAFO ÚNICO - A servidora fica enquadrada na Carreira Professor, Classe III, referência "A".

ART. 20. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior são devidas a partir desta competência.

ART. 30. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria Nº 360/2013

PORTARIA Nº. 360, de 13 de maio de 2013

"DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO VERTICAL DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, POR NÍVEL DE FORMAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009.

RESOLVE:

ART. 10. - Aprovar a progressão vertical por nível de formação, da servidora BÁRBARA TAMARA LYZ ANNY STONOGA.

PARAGRAFO ÚNICO - A servidora fica enquadrada na Carreira Professor, Classe III, referência "A".

ART. 20. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior são devidas a partir desta competência.

ART. 30. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria Nº 364/2013

PORTARIA Nº. 364, de 15 de maio de 2013

Estabelece normas para uso da Internet e Tecnologia da Informação no âmbito da Administração Pública Direta, do Município de Garuva/SC, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Garuva estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação mediante os considerados abaixo estabelece que:

Considerando a necessidade de segurança dos equipamentos de

tecnologia da informação;

Considerando a necessidade de segurança das informações da Prefeitura Municipal;

Considerando a necessidade de melhor utilização da banda da rede da Prefeitura Municipal;

Considerando a necessidade de busca de eficiência e produtividade no serviço público;

RESOLVE:**CAPÍTULO I****DA UTILIZAÇÃO**

Art. 1º O presente regulamento visa estabelecer normas para uso da Internet e Tecnologia da Informação no âmbito da Administração Pública direta do Município de Garuva/SC.

§1º A utilização destes recursos está relacionada às funções dos usuários e prestação de serviços das Unidades Administrativas da Prefeitura Municipal de Garuva.

§2º Integram as Unidades Administrativas, todas as Secretarias, Departamentos, Divisões, Setores, Seções e demais níveis hierárquicos existentes no âmbito da administração pública direta do Município de Garuva.

§3º Cabe ao Departamento de Informática da Secretaria Municipal de Administração possibilitar o acesso à Internet, a partir da rede municipal, somente de forma identificada através de código de identificação (nome de usuário) e senha, além do controle e monitoramento dos acessos individuais.

§4º O Departamento de Informática bloqueará, periodicamente, o acesso aos sites enquadrados na categoria do art. 13 desta Portaria, através de equipamentos de Tecnologia da Informação da Prefeitura Municipal de Garuva.

§5º Em casos que, por motivos de serviço, exista a necessidade de acesso a sites ou utilização de aplicativos enquadrados na categoria referida no parágrafo anterior, deverá ser solicitada permissão de acesso ao Departamento de Informática com a respectiva justificativa, através de requerimento assinado pelo Prefeito Municipal ou Secretário Municipal de Administração.

§6º O Departamento de Informática ao disponibilizar aos usuários acesso à internet, informará, por escrito, a política de uso da internet e Tecnologia da Informação, no momento do recebimento do código de identificação e senha, mediante assinatura, da qual não se poderá alegar o seu desconhecimento.

CAPÍTULO II**DOS USUÁRIOS**

Art. 2º São considerados usuários autorizados para utilização da internet através da rede municipal todos os servidores públicos municipais, efetivos ou comissionados, além dos estagiários.

§1º Compete ao Departamento de Informática, após autorização da autoridade superior do órgão onde se encontra lotada o servidor, a concessão de autorizações de acesso ao que se refere o "caput" deste artigo, salvo àquelas de caráter especial ou por tempo determinado, que deverá ser previamente autorizados pelo Prefeito Municipal ou Secretário Municipal de Administração.

§2º Compete ao superior hierárquico informar ao Departamento de Informática os casos de remanejamento, aposentadoria, demissão ou exoneração do usuário do respectivo órgão, para cancelamento da conta de acesso à rede, senha e outros tipos de autorização.

CAPÍTULO III**DAS RESPONSABILIDADES INDIVIDUAIS**

Art. 3º O usuário é inteiramente responsável pelo uso de sua conta de acesso à rede, senha e outros tipos de autorização, que são de uso individual e intransferível, e não podem ser compartilhados com terceiros.

Art. 4º O usuário é totalmente responsável por ações indevidas que venham a ser efetuadas a partir de sua conta de acesso à rede, caso alguém obtenha o acesso a sua conta.

Art. 5º Nenhum membro da comunidade de usuários pode, sob quaisquer circunstâncias, usar os equipamentos de tecnologia da informação da Prefeitura Municipal de Garuva, para assuntos particulares ou de interesses privados, não podendo, da mesma forma, utilizar tais equipamentos para:

I - difamar, caluniar ou molestar outras pessoas;

II - indisponibilizar recursos computacionais de forma intencional;

Parágrafo único. A inobservância das regras previstas neste artigo é considerada infração de natureza grave, punível na forma do art. 15 deste regulamento.

CAPÍTULO IV DO ACESSO ÀS INFORMAÇÕES

Art. 6º O acesso especial a senhas, informações ou outros privilégios só podem ser usados para o exercício de tarefas oficiais, como supervisão e administração das redes.

Art. 7º Informações obtidas por meio de direitos especiais e privilégios devem ser tratados como privativas e totalmente confidenciais pelos administradores de rede, que responderão por qualquer uso indevido.

Art. 8º O Departamento de Informática, após autorização do Prefeito Municipal ou Secretário Municipal de Administração, suspenderá os privilégios dos usuários de acesso aos recursos computacionais, que venham infringir o disposto nos arts. 11 e 12 desta Portaria, em relação ao uso das redes e computadores sob sua responsabilidade.

Parágrafo único. O Departamento de Informática deverá comunicar, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, à autoridade superior do órgão onde se encontra lotado o usuário, sobre a suspensão referida neste artigo, para que seja concedido ao usuário o prazo de 15 (quinze) dias para, querendo, apresentar justificativa.

Art. 9º É facultado aos administradores de rede o acesso a todos os equipamentos ligados à rede, de forma a ser possível a realização de procedimentos de auditoria, controle, manutenção e segurança que se fizerem necessários.

Parágrafo Único: Para fins do disposto neste artigo, são considerados administradores o Prefeito Municipal e o Secretário Municipal de Administração.

Art. 10. Os usuários não podem utilizar qualquer software ou outro dispositivo para interceptar ou decodificar senhas ou similares.

CAPÍTULO V DA CLASSIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES

Art. 11. É considerado como infração de natureza leve, o empréstimo de código de identificação e de senhas a terceiros sem a autorização prévia dos administradores.

Parágrafo único. Sendo do interesse da administração, o uso de site de notícias, pesquisa e serviços é aceitável, desde que autorizado pelo superior hierárquico e desde que seu uso não comprometa o uso de Banda da rede, nem perturbe o bom andamento dos trabalhos.

Art. 12. É considerado como infração de natureza grave:

I - criar ou propagar vírus, de qualquer natureza, de forma intencional;

II - danificar serviços e arquivos;

III - destruir ou estragar intencionalmente equipamentos, software ou dados pertencentes à Prefeitura Municipal de Garuva ou a terceiros;

IV - obter acesso a sites de conteúdo impróprio ou tentar e/ou realizar acessos a qualquer recurso não autorizado;

V - instalação de software não autorizado;

VI - divulgar informações confidenciais e/ou privilegiada, do qual tenha acesso em razão das funções desempenhadas.

Art. 13. São considerados sites impróprios para acesso, através da infra-estrutura de informática da Prefeitura Municipal de Garuva, àqueles com o seguinte conteúdo:

I - nudez total ou parcial;

II - atos sexuais;

III - pornografia;

IV - erotismo;

V - terminologia de baixo calão;

VI - violência;

VII - racismo;

VIII - satanismo e ocultismo;

IX - material ilegal ou dados que levem a condutas ilegais;

X - cassinos e jogos de azar;

XI - sites de hacker`s;

XII - salas públicas de conversação on-line (chat);

XIII - Orkut, Facebook ou qualquer rede de relacionamento e similares;

XIV - rádios, vídeos e entretenimento (novelas, minisséries, fofocas, etc);

XV - mensagens instantâneas;

XVI - uso de atalhos para participação em sorteios, prêmios, etc;

XVII - outros de natureza imprópria, de acordo com a natureza do serviço.

CAPÍTULO VI DAS PENALIDADES

Art. 14. Penalidades Nível I (leve): As leves serão tratadas pelo Departamento de Informática, comunicando a infração à autoridade competente para advertência do usuário, por escrito.

Art. 15. Penalidade Nível II (reincidências e grave): A reincidência de penalidade de nível leve, ou a constatação de infração grave, será comunicada à autoridade competente, para fins de suspensão temporária de até 30 (trinta) dias, ou permanente de privilégios de acesso à internet.

§1º Caso as infrações às normas de segurança impliquem também em falta disciplinar, o assunto será objeto de apuração e solução mediante a aplicação das normas existentes na Prefeitura Municipal de Garuva, de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Garuva.

§2º As sanções impostas não isentam o infrator de outras cominações legais.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. Toda estrutura da Administração Pública Direta deverá observar as disposições do presente regulamento, sob pena de incorrer nas penalidades previstas.

Art. 17. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria Nº 365/2013

PORTARIA Nº 365, de 15 de maio de 2013.

“DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO a solicitação de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS

COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário JOSIANE EDNA PEREIRA, inscrita no CI-RG 2.515.502 e CPF 714.214.249-91, na função de Professora Nível II, por 40 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 16 de maio de 2013.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria Nº 366/2013

PORTARIA Nº. 366, de 16 de maio de 2013.

DISPÕE SOBRE A POSSE DE SERVIDOR NOMEADO PELA PORTARIA 246/2013, EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGANICA MUNICIPAL E PORTARIA 431/2010 DE 02/07/2010;

RESOLVE:

Art. 1o. Dar posse, no cargo de Técnico em Segurança do Trabalho, o Senhor Odirlei Magri, CPF nº 007.433.119-14, RG nº 3.969.582- SSP/SC, com lotação destinada à Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças por 220 (duzentos e vinte) horas mensais.

Parágrafo Único - O servidor acima empossado terá como base salarial o início da carreira Técnico, Classe I, Referência “A”.

Art. 2o. O servidor ora empossado, passa a ser regido em sua carreira funcional pelos preceitos da LC 001/98 e LC 45/09, bem como demais regulamentos vigentes, que tratam dos servidores públicos municipais.

Art. 3o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria Nº 367/2013

PORTARIA Nº. 367, de 16 de maio de 2013

“DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CONSIDERANDO, a Comunicação Interna nº 271/2013;

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e Leis Municipais Complementares, 01/98 de 02/03/98 e 45/09 de 15/10/2009;

RESOLVE:

ART. 1o. - Alterar a carga horária semanal de 40 horas para 30 horas do servidor ARUAN LOPES CONSTANTINO, na Escola Municipal Tancredo de Almeida Neves, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de Maio de 2013.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria Nº 368/2013

PORTARIA Nº. 368, de 16 de maio de 2013

Designa membros para a Comissão Organizadora da VIII Bananinfest e XX Festa do Colono, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação vigente,

RESOLVE:

Art. 1º Designar membros para comporem a Comissão Organizadora da VIII Bananinfest e XX Festa do Colono.

Art. 2º A Comissão será constituída pelos seguintes membros:
Representante da Secretaria Municipal de Estratégias Rurais:
Aroldo Acordi
Marcia Maria Ferreira

Representante do Gabinete do Prefeito
Luis Carlos Behlau Weber

Representante da Secretaria Municipal de Educação
Adriane Beatriz Moecke Galando
Mileidy Scheffen

Representante da Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo
Fabio Sozin
Cristiane Luiza Salazar Garcia
Robson Kuhnen
Ademir Luiz Bueno

Representante da Secretaria Municipal de Saneamento Básico:
Gabriel Palandi
Jean Carlos Gonçalves
Representante da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças:
José Carlos Schutz
Christine Zwettler Teixeira

Representante da Secretaria Municipal de Saúde
Vagner Casagrande

Representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico:
Christian Neubrand

Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação:
Vanessa Mariling Backes Nagel

Representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura:
Lourival Schmidt

Representantes da Camara de Vereadores:
Luciany Eliza Miranda Piske Boeing
Sheyla Cristina Chaves

Representantes da Associação dos Produtores Rurais:
Mario Friedemann Junior
Adolar Froehlich

Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:
Ronald Roder

Parágrafo único: A comissão será presidida pelo Sr. Aroldo Acordi, tendo como Vice-Presidente o Sr. Luis Carlos Behlau Weber.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Errata Portaria Nº 332/2013

ERRATA DE PUBLICAÇÃO ATO
PORTARIA 332/2013

A Prefeitura Municipal de Garuva - Santa Catarina, pelo Gabinete do Prefeito, informa que fica desconsiderada a Publicação da Portaria nº 332/2013 de 03/05/2013, que foi editada por equívoco. A Portaria nº 332/2013 foi substituída pela Portaria nº 367/2013 de 16/05/2013.

Garuva, 16 de maio de 2013.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

Decreto Nº 5.484, de 20 de Maio de 2013.

DECRETO Nº 5.484, DE 20 DE MAIO DE 2013.
DECLARA VACÂNCIA DE CARGO EM DECORRÊNCIA DE APOSENTADORIA DA SERVIDORA ELISABETH VITENCOURT.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base no artigo 45, inciso IV da Lei Municipal no 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1o. Fica declarada, a partir de 13 de maio de 2013, a vacância do cargo de provimento efetivo de Merendeira/Servente, da servidora ELISABETH VITENCOURT, lotada com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência de aposentadoria concedida pelo INSS.

Art. 2o. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 13/05/2013.

Gaspar, 20 de maio de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Extrato do Contrato Nº SAF-31/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-31/2013
Vigência: 10/05/2013 Vencto.: 10/05/2015 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: Aquisição de computadores interativos para as Escolas Municipais, por Adesão à Ata de Registro de Preço do Pregão Eletrônico nº 72/2011/FNDE/MEC, conforme Termo de Compromisso PAR nº 3647/2012, Ofício nº 10912/2012 - CGARC/DIRAD/FNDE e Ofício nº 1464/2012. Contratado: DARUMA TELECOMUNICACOES E INFORMATICA S/A (45.170.289/0001-25). Valor total: R\$ 78.475,00 (setenta e oito mil, quatrocentos e setenta e cinco reais).

Gaspar/SC, 10 de maio de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Terceiro Aditivo do Contrato Nº FME 1/2011

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE GASPAR/SC
EXTRATO DO TERCEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº FME 1/2011
Vigência: 30/04/2013. Vencto.: 31/12/2013. Pregão nº.: 30/2011. Órgão contratante: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES. Objeto: serviços de vigilância patrimonial com monitoramento eletrônico de imagens para segurança predial. Contratado: CASVIG CATARINENSE DE SEGURANCA E VIGILÂNCIA LTDA (83.719.963/0001-77). Valor total: R\$ 8.874,90 (oito mil, oitocentos e setenta e quatro reais, e noventa centavos).

Gaspar/SC, 30 de abril de 2013.

RENATO CESAR ZIMMERMANN

Diretor-Presidente da FME

SAMAE

Aviso do Pregão Presencial Nº 21/2013 - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão nº.21/2013

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de madeiras e materiais de construção em geral.

A ENTREGA DOS ENVELOPES contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços da licitante deverá ocorrer até as 08:45 horas do dia 11/06/2013.

A ABERTURA DOS ENVELOPES ocorrerá no dia 11/06/2013 às 09:00 horas; cuja sessão estará aberta à participação de todos os interessados.

As licitantes interessadas em participar do certame, poderão obter a íntegra do Edital, diariamente, durante o horário de expediente, junto ao Departamento de Compras do SAMAE - Gaspar; ou no site: www.samaegaspar.com.br

Gaspar (SC), em 17 de maio de 2013.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

Extrato do Contrato Nº 10/2013 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

-EXTRATO CONTRATOS / 2013

Número do contrato: 10/2013

Data vigência: 17/05/2013

Data vencimento: 31/08/2013

Número da Licitação: 15/2013 - Modalidade: Pregão

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: HEXIS CIENTÍFICA S/A. - CNPJ/CPF do contratado: 53.276.010/0001-10

Objeto: Aquisição de equipamentos a serem utilizados nos laboratórios físico-químicos.

Valor: R\$ 3.200,00 (três mil, duzentos reais).

Gaspar (SC), em 17 de maio de 2013.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

Extrato do Contrato Nº 11-2013 - SAMAE
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

- EXTRATO CONTRATOS / 2013

Número do contrato: 11/2013

Data vigência: 17/05/2013

Data vencimento: 31/08/2013

Número da Licitação: 15/2013 - Modalidade: Pregão

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: DIGICROM ANALÍTICA LTDA. - CNPJ/CPF do contratado: 60.160.546/0001-31.

Objeto: Aquisição de equipamentos a serem utilizados nos laboratórios físico-químicos..

Valor: R\$ 10.900,00 (dez mil, novecentos reais).

Gaspar (SC), em 17 de maio de 2013.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

Guaramirim**PREFEITURA****Errata Edital Rp 34/2013 - PMG**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE COMPRAS

ERRATA DO EDITAL

Edital: Pregão - 34/2013

Tipo : Menor Preço - por item

Objeto : CONTRATAÇÃO DE HORAS MÁQUINAS E CAMINHÕES PARA O SETOR DE INFRAESTRUTURA

Justificativa: Devido a alterações na descrição e número dos itens deste edital, altera-se a data e o horário da entrega dos envelopes, do credenciamento e da abertura do processo licitatório para: Dia: 06 de junho de 2013

Horário: 09:00 horas

GUARAMIRIM (SC), 22/05/2013.

LAURO FROHLICH

Prefeito Municipal

Extrato Contrato 15/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DE CONTRATO 15/2013

Processo de Licitação: 098/2012 -PMG.

Modalidade: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia

Tipo: Menor Preço Global.

Objeto: Contratação de empresa especializada em engenharia para a construção de ponte de concreto sobre o rio putanga, com extensão de 28 metros, no município de Guaramirim e Massaranduba. Projeto Badesc Cidades.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o no 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Contratada: BTN CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o no 01.756.004/0001-67 estabelecida na Rua Rolf Colin, n.º 60 sala 02, America, Joinville - SC

Valor do Contrato: R\$ 587.542,85 (Quinhentos e oitenta e sete mil e quinhentos e quarenta e dois reais e oitenta e cinco centavos)

Data da Assinatura: 21/05/2013 Vigência: 11/10/2013.

GUARAMIRIM (SC), 21/05/2013.

LAURO FRÖHLICH

Prefeito Municipal

Extrato Primeiro Termo Aditivo

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO PRIEMIRO TERMO ADITIVO CONTRATO 34//2012-PMG

Processo de Licitação: 53/2012.

Modalidade: Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia.

Tipo: Menor Preço Global.

Objeto da Licitação: Contratação de empresa para a execução da obra de terraplanagem, drenagem, pavimentação asfáltica e sinalização viária da Rua Guilherme Tomelim - Bairro Caixa D'água com extensão de 2.528,60 metros. Programa Badesc Cidades.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o no 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Contratada: Pavilan Pavimentação Ltda, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.620.927/0001-12, estabelecida na estabelecida na Rua Anélio Nicocelli, n.º 1720, Bairro Figueirinha, no município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Resumo do aditivo: a) prorrogar o prazo de execução da obra até 30/11/2013. b) prorrogar o prazo de vigência do contrato até 31/12/2013.

Data da Assinatura: 06/05/2013 Vigência 31/12/2013

GUARAMIRIM (SC), 06/05/2013.

LAURO FRÖHLICH

Prefeito Municipal

Retificação Extrato Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

RETIFICAÇÃO EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO 25/2011

NO EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO 25/2011, PUBLICADO NO DOM/SC EDIÇÃO Nº 1169 DE 31/01/2013 F. 624, ONDE LÊ-SE DATA DE ASSINATURA 02/01/2013 VIGÊNCIA 01/06/2013, LEIA-SE DATA DE ASSINATURA 02/01/2013 VIGÊNCIA 01/07/2013.

GUARAMIRIM (SC), 22/05/2013.

LAURO FRÖHLICH

Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

Lei Nº 2.986/2013.

LEI Nº 2.986/2013.

DÁ NOVA REDAÇÃO AO INCISO II DO ARTIGO 2º, DA LEI Nº 1.968/2001, QUE REFORMULA ARTIGOS DA LEI Nº 1.610/1995, QUE CONSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - CMH E CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - FMH DE HERVAL D'OESTE (SC).

NELSON GUINDANI, Prefeito do Município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:
Art. 1º. O Inciso II do artigo 2º, da Lei nº 1.968/2001, que reformula artigos da Lei nº 1.610/1995, que constitui o Conselho Municipal de Habitação - CMH e cria o Fundo Municipal de Habitação - FMH de Herval d'Oeste (SC), passa a vigorar com a seguinte redação:

()

Art. 2º. ()

II - Representação não governamental

- a) 03 (três) representantes das Associações de Moradores;
- b) 01 (um) representante do Sindicato de Trabalhadores Rurais;
- c) 01 (um) representante de Entidades Patronais.

()

Art. 2o. Os demais artigos, parágrafos, incisos e alíneas da Lei nº. 1.968/2001 permanecem inalterados.

Art. 3o. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 21 de maio de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito

Lei Nº 2.987/2013.

LEI Nº 2987/2013.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC) A CELEBRAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E CULTURAL UNIÃO HERVALENSE.

O PREFEITO MUNICIPAL, Faço saber a todos os habitantes do Município de Herval d'Oeste (SC), que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica O Município de Herval d'Oeste autorizado a celebrar convênio com a ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E CULTURAL UNIÃO HERVALENSE, objetivando a cooperação mútua entre os convenientes na manutenção, conservação, operação e exploração da cantina e do espaço físico da "Cancha de Bolão Municipal Ernesto Mascarello" localizada neste Município.

Parágrafo único. O convênio oriundo da presente Lei não importará em transferência de recursos financeiros entre os convenientes.

Art. 2º. As obrigações das partes convenientes serão as seguintes:

I - Pelo Município de Herval d'Oeste:

- a) organizar e determinar o objeto do convênio e fiscalizar permanentemente a sua prestação;

- b) intervir na prestação do objeto do convênio nos casos e condições previstos em lei;
- c) zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, cientificando a Associação para as devidas regularizações;
- d) fiscalizar a prestação do serviço através dos fiscais autorizados pela Prefeitura de Herval D'Oeste;
- e) estimular a racionalização e melhoria no serviço;
- f) informar as determinações sobre a execução dos serviços, inclusive os horários de ocupação das dependências da Cancha de Bolão através de autorizações impressas;
- g) fornecer energia elétrica e água em todas as dependências da Cancha de Bolão;
- h) nos eventos realizados pela Administração Pública, fornecer os materiais necessários para manutenção e limpeza.

II - Pela Associação Esportiva e Cultural União Hervalense:

- a) cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e as cláusulas do convênio;
- b) prestar contas da gestão dos serviços à Prefeitura e aos usuários, sempre que solicitado pela Administração Pública;
- c) zelar pela integridade dos bens vinculados à prestação de serviço, bem como segurá-los adequadamente e cumprir a legislação pertinente à atividade;
- d) atender as recomendações da Prefeitura Municipal para a melhoria dos serviços prestados;
- e) não permitir a prática, nas dependências da Cancha de Bolão, de qualquer modalidade de jogos de azar;
- f) fornecimento, por sua conta e risco, do pessoal e dos materiais e mercadorias necessários para a execução do objeto do convênio;
- g) pagamento dos salários do pessoal diretivo e empregado, encargos sociais e previdenciários vigentes ou que venham a ser criados, não respondendo o Município perante fornecedores e terceiros, inclusive órgãos arrecadadores de encargos sociais e outros tributos, nem assumindo qualquer responsabilidade por multas, salários, contribuições sociais, ou acidentes de qualquer natureza decorrentes da exploração da Unidade, devendo a mesma responder e gerir as atividades por sua conta e risco;
- h) limpeza, coleta de lixo, e higiene sanitária da Unidade que explorará, mantendo limpas todas as suas dependências, sendo de inteira responsabilidade da Associação os serviços de limpeza e materiais de higiene e limpeza a serem usados no espaço;
- i) explorar de forma privativa a cantina do local, nos horários de utilização e com horário de atendimento mínimo de segunda à sexta-feira, das 17h às 23h, bem como, nos demais eventos realizados pela Administração Pública Municipal de Herval D'Oeste;
- j) praticar, na venda de produtos atinentes ao ramo, preços de mercado para a espécie, sob pena de regulamentação pela Administração Pública Municipal;
- k) adequar móveis e utensílios para a prestação dos serviços, visando ao bem estar, conforto e segurança dos usuários;
- l) respeitar e fazer respeitar as normas e procedimentos de segurança e saúde a qualquer tempo oriundas ou exigidas pela Administração Pública Municipal;
- m) ligar e desligar as lâmpadas dos recintos da Cancha de Bolão;
- n) zelar pelo patrimônio em uso;
- o) devolver ao final do convênio o espaço recebido, nas mesmas condições e no mesmo estado de conservação, ressalvada a depreciação natural dos bens;
- p) não permitir a fixação de moradia no recinto, sob qualquer hipótese;
- q) realizar as adequações necessárias à exploração da atividade da cantina existente na Cancha de Bolão, às suas expensas, sob supervisão da Prefeitura de Herval d'Oeste;
- r) vedar a venda de aguardente em dose ou litro nas dependências da Cancha de Bolão, e, em nenhuma hipótese, vender bebida alcoólica para menores de 18 anos;
- s) disponibilizar, no mínimo, 08 (oito) horas semanais noturnas e 08 (oito) horas semanais diurnas (período vespertino) para

utilização sob critério da municipalidade.

Parágrafo único. Demais detalhes serão previstos através do instrumento de convênio, atendendo aos postulados básicos desta LEI.

Art. 3º. A vigência do Convênio dar-se-á até o dia 31 de dezembro de 2013, podendo ser prorrogado anualmente nas mesmas condições da presente Lei até 31 de dezembro de 2016.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 21 de maio de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito

Portaria Nº 401/2013

PORTARIA Nº 401/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONTRATAR, em caráter Temporário e Emergencial, a Senhora PAOLA ANTUNES DE MORAES HUBER (Matr. 3682), conforme Ofício nº 072/2013 da Secretaria de Saúde, e, de acordo com o Parecer Jurídico exarado em 09 de maio de 2013, para exercer a função de Psicólogo, Nível - 12/1, Referência "A", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, a partir de 21 de maio de 2013, até realização de Concurso Público ou Processo Seletivo, de conformidade com que preceitua a Lei Complementar Nº 180/2005. Sendo que seu contrato será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 21 de Maio de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº 042/2013

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde

CNPJ/MF Nº 82.939.430/0003-08

Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro

CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Empresa: Andrade Construções Ltda.

CNPJ/MF Nº 03.377.072/0001-40

Rua Antonio Bevilacqua nº 30

CONTRATADA

TERMO ADITIVO Nº 042/2013 DE 13 DE MAIO DE 2013

Pelo presente instrumento, o Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.430/0003-08, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, e a empresa Andrade Construções Ltda, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Antonio Bevilacqua, nº 30, centro,

Herval d'Oeste - SC, inscrita no CNPJ sob nº 03.377.072/0001-40, neste ato representado por seu Sócio, Senhor Simar José Rosa, brasileiro, portador do CPF nº 437.061.009-59, resolvem celebrar o presente Termo aditivo ao contrato nº 037/2011, que tem por objeto a Construção da Unidade de Pronto Atendimento 24 horas a ser instalado na Rua Santos Dumont, Bairro São Vicente, município de Herval d'Oeste, em decorrência do Processo Licitatório nº. 052/2011, na Modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 003/2011:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este Termo Aditivo tem por objeto a supressão de serviços da planilha orçamentária contratual, devido alteração no projeto.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA SUPRESSÃO

A supressão constante na Cláusula primeira corresponde a uma redução do valor do objeto na ordem de 5,188 % do valor inicial atualizado do Contrato, que era de R\$ 1.498,781,00 (Hum milhão quatrocentos e noventa e oito mil, setecentos e oitenta e um reais), correspondendo a uma supressão no valor de R\$ 77.771,21 (setenta e sete mil setecentos e setenta e um reais e vinte e um centavos).

Parágrafo único - Com as supressões decorrentes deste Termo Aditivo, o valor do contrato original passará de R\$ 1.498,781,00 (Hum milhão quatrocentos e noventa e oito mil, setecentos e oitenta e um reais), para R\$ 1.421.009,79 (hum milhão, quatrocentos e vinte e um mil, nove reais e setenta e nove centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente TERMO ADITIVO é celebrado com base no artigo 58 incisos I, , no artigo 65 inciso I, alínea "a," da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada e Legislação Complementar.

CLÁUSULA QUARTA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A publicação deste Termo Aditivo supre a necessidade de emissão de nova ordem de serviço, para a realização dos serviços previstos no instrumento contratual.

Todos os demais itens e cláusulas do Contrato nº 037/2011, que não foram modificados por força deste TERMO ADITIVO, permanecem em pleno vigor sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 13 de maio de 2013.

Nelson Guindani

Prefeito

CPF: 501.589.459-72

Contratante

SIMAR JOSÉ ROSA

Sócio Administrador

CPF: 437.061.009-59

Contratada

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

CPF: 687.857.399-87

Mariana Colusso

CPF: 052.051.949-36

Termo Aditivo Nº 043/2013

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE
Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0003-08
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE
Empresa: Andrade Construções Ltda.
CNPJ/MF Nº 03.377.072/0001-40
Rua Antonio Bevilaqua nº 30
CONTRATADA

TERMO ADITIVO Nº 043/2013 DE 13 DE MAIO DE 2013

Pelo presente instrumento, o Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.430/0003-08, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, e a empresa Andrade Construções Ltda, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Antonio Bevilaqua, nº 30, centro, Herval d' Oeste - SC, inscrita no CNPJ sob nº 03.377.072/0001-40, neste ato representado por seu Sócio, Senhor Simar José Rosa, brasileiro, portador do CPF nº 437.061.009-59, resolvem celebrar o presente Termo aditivo ao contrato nº 037/2011, que tem por objeto a Construção da Unidade de Pronto Atendimento 24 horas a ser instalado na Rua Santos Dumont, Bairro São Vicente, município de Herval d'Oeste, em decorrência do Processo Licitatório nº. 052/2011, na Modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 003/2011:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este Termo Aditivo tem por objeto o aumento de serviços nos da planilha orçamentária contratual, devido alteração no projeto.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO ACRESCIMO

O Aumento constante na Cláusula primeira corresponde a um acréscimo do quantitativo do objeto na ordem de 14,185 % do valor total inicial do Contrato, que era de R\$ 1.421.009,79 (hum milhão, quatrocentos e vinte e um mil, nove reais e setenta e nove centavos), correspondendo a um aumento no valor de R\$ 201.577,32 (duzentos e um mil quinhentos e setenta e sete reais e trinta e dois centavos).

Parágrafo único - Com o acréscimo decorrente deste Termo Aditivo, o valor do contrato original passará de R\$ 1.421.009,79 (hum milhão, quatrocentos e vinte e um mil, nove reais e setenta e nove centavos). Para R\$ 1.622.587,11 (Hum milhão seiscentos e vinte e dois mil, quinhentos e oitenta e sete reais e onze centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente TERMO ADITIVO é celebrado com base no artigo 58 incisos I, -, no artigo 65 inciso I, alínea "a," -, da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada e Legislação Complementar.

CLÁUSULA QUARTA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A publicação deste Termo Aditivo supre a necessidade de emissão de nova ordem de serviço, para a realização dos serviços previstos no instrumento contratual.

Todos os demais itens e cláusulas do Contrato nº 037/2011, que não foram modificados por força deste TERMO ADITIVO, permanecem em pleno vigor sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 13 de maio de 2013.

NELSON GUINDANI
Prefeito
CPF: 501.589.459-72
Contratante

SIMAR JOSÉ ROSA
Sócio Administrador
CPF: 437.061.009-59
Contratada

Testemunhas:
RUBENS ANTONIO CORREIA
CPF: 687.857.399-87

MARIANA COLUSSO
CPF: 052.051.949-36

Ata de Registro de Preços Nº003a/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº003A/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2013

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 06 de maio de 2014, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos seis dias do mês de maio de 2013, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de Material de Higiene e Limpeza para uso das diversas Secretarias e Fundos Municipais de Herval d'Oeste pelo período de 12 meses, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ nº 82.939.430/0001-38, neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa Cor e Arte - Comércio e Distribuidora Ltda Me, inscrita no CNPJ nº 05.758.684/0001-09 em decorrência do Processo licitatório nº 0020/2013, modalidade Pregão Presencial nº 002/2013, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 75.528,50 (Setenta e cinco mil, quinhentos e vinte e oito reais e cinquenta centavos), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, em 14 de maio de 2013.

NELSON GUINDANI	ROBERTO ANTONIO TESSARO
Prefeito Municipal	Sócio Administrador
CPF nº 501.589.459-72	CPF nº 518.086.929-34

Testemunhas:	
RUBENS ANTONIO CORREIA	MARIANA COLUSSO
CPF nº 687.857.399-87	CPF nº 052.051949-36

Ata de Registro de Preços Nº003b/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº003B/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2013

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 06 de maio de 2014, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos seis dias do mês de maio de 2013, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de Material de Higiene e Limpeza para uso das diversas Secretarias e Fundos Municipais de Herval d'Oeste pelo período de 12 meses, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ nº 82.939.430/0001-38, neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa Objetiva Comércio De Equipamentos Ltda Me, inscrita no CNPJ nº 11.499.653/0001-83 em decorrência do Processo licitatório nº0020/2013, modalidade Pregão Presencial nº 002/2013, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 20.376,40 (Vinte mil, trezentos e setenta e seis reais e quarenta centavos), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, em 14 de maio de 2013.

NELSON GUINDANI	DAIANE ROSA
Prefeito Municipal	Sócio Administrador
CPF nº 501.589.459-72	CPF nº 949.233.889-00

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA	MARIANA COLUSSO
CPF nº 687.857.399-87	CPF nº 052.051949-36

Ata de Registro de Preços Nº003c/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº003C/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2013

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 06 de maio de 2014, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos seis dias do mês de maio de 2013, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de Material de Higiene e Limpeza para uso das diversas Secretarias e Fundos Municipais de Herval d'Oeste pelo período de 12 meses, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ nº 82.939.430/0001-38, neste ato

representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda, inscrita no CNPJ nº 05.919.156/0001-94 em decorrência do Processo licitatório nº0020/2013, modalidade Pregão Presencial nº 002/2013, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 22.790,90 (Vinte e dois mil, setecentos e noventa reais e noventa centavos), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, em 14 de maio de 2013.

NELSON GUINDANI	RENATA R. A. DOS SANTOS
Prefeito Municipal	Sócio Administrador
CPF nº 501.589.459-72	CPF nº 005.351.199-92

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA	MARIANA COLUSSO
CPF nº 687.857.399-87	CPF nº 052.051949-36

Ata de Registro de Preços Nº003d/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº003D/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2013

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 06 de maio de 2014, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos seis dias do mês de maio de 2013, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de Material de Higiene e Limpeza para uso das diversas Secretarias e Fundos Municipais de Herval d'Oeste pelo período de 12 meses, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ nº 82.939.430/0001-38, neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa SIPROLIMP - Simionato Produtos De Limpeza Ltda, inscrita no CNPJ nº 05.340.608/0001-89 em decorrência do Processo licitatório nº0020/2013, modalidade Pregão Presencial nº 002/2013, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 7.506,00 (Sete mil quinhentos e seis reais), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, em 14 de maio de 2013.
NELSON GUINDANI NESTOR LUIZ SIMIONATO
Prefeito Municipal Sócio Administrador
CPF nº 501.589.459-72 CPF nº 518.588.199-20

Testemunhas:
RUBENS ANTONIO CORREIA MARIANA COLUSSO
CPF nº 687.857.399-87 CPF nº 052.051949-36

Ata de Registro de Preços Nº003e/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº003E/2013
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2013

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 06 de maio de 2014, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos seis dias do mês de maio de 2013, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de Material de Higiene e Limpeza para uso das diversas Secretarias e Fundos Municipais de Herval d'Oeste pelo período de 12 meses, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ nº 82.939.430/0001-38, neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa ILLO QUÍMICA LTDA EPP, inscrita no CNPJ nº 07.414.755/0001-81 em decorrência do Processo licitatório nº0020/2013, modalidade Pregão Presencial nº 002/2013, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafo, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 12.976,60 (Doze mil, novecentos e setenta e seis reais e sessenta centavos), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, em 14 de maio de 2013.
NELSON GUINDANI LEANDRO MORES
Prefeito Municipal Sócio Administrador
CPF nº 501.589.459-72 CPF nº 019.607.269-78

Testemunhas:
RUBENS ANTONIO CORREIA MARIANA COLUSSO
CPF nº 687.857.399-87 CPF nº 052.051949-36

Ata de Registro de Preços Nº004-I/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº004-I/2013
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2013

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 29 de abril de 2014, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei

8.666/93.

Aos vinte e nove dias do mês de abril de 2013, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de Material de Enfermagem para uso nas Unidades de Saúde, pelo período de 12 meses, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ nº 17.799.033/0001-46, neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa Starmed Artigos Medicos e Hospitalares Ltda, inscrita no CNPJ nº 02.223.342/0001-04 em decorrência do Processo licitatório nº0023/2013, modalidade Pregão Presencial nº 0004/2013, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafo, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 29.741,63 (Vinte e nove mil, setecentos e quarenta e um real e sessenta e três centavos), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, em 17 de maio de 2013.
NELSON GUINDANI MARTA IRENE GESSELE
Prefeito Municipal Sócio Administrador
CPF nº 501.589.459-72 CPF nº 666.744.339-34

Testemunhas:
RUBENS ANTONIO CORREIA MARIANA COLUSSO
CPF nº 687.857.399-87 CPF nº 052.051949-36

Ata de Registro de Preços Nº004a/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº004A/2013
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2013

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 29 de abril de 2014, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos vinte e nove dias do mês de abril de 2013, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de Material de Enfermagem para uso nas Unidades de Saúde, pelo período de 12 meses, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ nº 17.799.033/0001-46, neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA, inscrita no CNPJ nº 05.531.728/0001-20 em decorrência do Processo licitatório nº0023/2013, modalidade Pregão Presencial nº 0004/2013, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafo, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de

fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.
Valor Total da Ata R\$ 33.989,50 (Trinta e três mil, novecentos e oitenta e nove reais e cinquenta centavos), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, em 17 de maio de 2013.

NELSON GUINDANI	JULIO CESAR MAFACIOLI
Prefeito Municipal	Sócio Administrador
CPF nº 501.589.459-72	CPF nº 539.226.460-34

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA	MARIANA COLUSSO
CPF nº 687.857.399-87	CPF nº 052.051949-36

Ata de Registro de Preços Nº004b/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº004B/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2013

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 29 de abril de 2014, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos vinte e nove dias do mês de abril de 2013, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de Material de Enfermagem para uso nas Unidades de Saúde, pelo período de 12 meses, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ nº 17.799.033/0001-46, neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa ALIANÇA HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ nº 03.501.603/0001-65 em decorrência do Processo licitatório nº0023/2013, modalidade Pregão Presencial nº 0004/2013, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafo, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 31.534,88 (Trinta e um mil, quinhentos e trinta e quatro reais e oitenta e oito centavos), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, em 17 de maio de 2013.

NELSON GUINDANI	GILMAR LAMEGO
Prefeito Municipal	Sócio Administrador
CPF nº 501.589.459-72	CPF nº 539.236.009-25

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA	MARIANA COLUSSO
CPF nº 687.857.399-87	CPF nº 052.051949-36

Ata de Registro de Preços Nº004c/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº004C/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2013

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 29 de abril de 2014, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos vinte e nove dias do mês de abril de 2013, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de Material de Enfermagem para uso nas Unidades de Saúde, pelo período de 12 meses, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ nº 17.799.033/0001-46, neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa Altermed Material Medico Hospitalar Ltda, inscrita no CNPJ nº 00.802.002/0001-02 em decorrência do Processo licitatório nº0023/2013, modalidade Pregão Presencial nº 0004/2013, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafo, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 29.921,34 (Vinte nove mil, novecentos e vinte e um real e trinta e quatro centavos), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, em 17 de maio de 2013.

NELSON GUINDANI	ANACLETO FERRARI
Prefeito Municipal	Sócio Administrador
CPF nº 501.589.459-72	CPF nº 523.140.819-00

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA	MARIANA COLUSSO
CPF nº 687.857.399-87	CPF nº 052.051949-36

Ata de Registro de Preços Nº004d/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº004D/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2013

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 29 de abril de 2014, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos vinte e nove dias do mês de abril de 2013, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de Material de Enfermagem para uso nas Unidades de Saúde, pelo período de 12 meses, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ nº 17.799.033/0001-46, neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa Casa Cirúrgica Chapecó

Ltda, inscrita no CNPJ nº 02.756.441/0001-43 em decorrência do Processo licitatório nº0023/2013 , modalidade Pregão Presencial nº 0004/2013, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafo, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 6.626,00 (Seis mil, seiscentos e vinte e seis reais), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, em 17 de maio de 2013.

NELSON GUINDANI	JANDIR LUIZ TRES
Prefeito Municipal	Sócio Administrador
CPF nº 501.589.459-72	CPF nº 324.986.400-53

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA	MARIANA COLUSSO
CPF nº 687.857.399-87	CPF nº 052.051949-36

Ata de Registro de Preços Nº004e/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº004E/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2013

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 29 de abril de 2014, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos vinte e nove dias do mês de abril de 2013, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de Material de Enfermagem para uso nas Unidades de Saúde, pelo período de 12 meses, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ nº 17.799.033/0001-46, neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani , Prefeito Municipal e a empresa Efetive Produtos Medicos Hospitalares Ltda, inscrita no CNPJ nº 11.101.480/0001-01 em decorrência do Processo licitatório nº0023/2013 , modalidade Pregão Presencial nº 0004/2013, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafo, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 13.465,75 (Treze mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e setenta e cinco centavos), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, em 17 de maio de 2013.

NELSON GUINDANI	CLAUDEMIR JOSÉ DOS SANTOS
Prefeito Municipal	Sócio Administrador
CPF nº 501.589.459-72	CPF nº 841.542.099-49

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA	MARIANA COLUSSO
CPF nº 687.857.399-87	CPF nº 052.051949-36

Ata de Registro de Preços Nº004f/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº004F/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2013

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 29 de abril de 2014, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos vinte e nove dias do mês de abril de 2013, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de Material de Enfermagem para uso nas Unidades de Saúde, pelo período de 12 meses, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ nº 17.799.033/0001-46, neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani , Prefeito Municipal e a empresa FUFA-SC Distribuidora Hospitalar Ltda, inscrita no CNPJ nº 07.164.711/0001-40 em decorrência do Processo licitatório nº0023/2013 , modalidade Pregão Presencial nº 0004/2013, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafo, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 18.810,00 (Dezoito mil oitocentos e dez reais), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, em 17 de maio de 2013.

NELSON GUINDANI	JOSÉ CARLOS MOREIRA RAMOS
Prefeito Municipal	Sócio Administrador
CPF nº 501.589.459-72	CPF nº 183.100.010-53

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA	MARIANA COLUSSO
CPF nº 687.857.399-87	CPF nº 052.051949-36

Ata de Registro de Preços Nº004g/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº004G/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2013

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 29 de abril de 2014, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos vinte e nove dias do mês de abril de 2013, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de Material de Enfermagem para uso nas Unidades de Saúde,

pelo período de 12 meses, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ nº 17.799.033/0001-46, neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa Metromed Com. Material Médico e Hospitalar Ltda, inscrita no CNPJ nº 83.157.032/0001-22 em decorrência do Processo licitatório nº 0023/2013, modalidade Pregão Presencial nº 0004/2013, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafo, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 11.401,50 (Onze mil, quatrocentos e um real e cinquenta centavos), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, em 17 de maio de 2013.

NELSON GUINDANI	JORGE HENRIQUE DA SILVA
Prefeito Municipal	Sócio Administrador
CPF nº 501.589.459-72	CPF nº 481.293.139-87

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA	MARIANA COLUSSO
CPF nº 687.857.399-87	CPF nº 052.051949-36

Ata de Registro de Preços Nº004h/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº004H/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2013

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 29 de abril de 2014, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos vinte e nove dias do mês de abril de 2013, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de Material de Enfermagem para uso nas Unidades de Saúde, pelo período de 12 meses, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ nº 17.799.033/0001-46, neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa Odontomedi - Produtos Odontológicos e Hospitalares Ltda, inscrita no CNPJ nº 06.194.440/0001-03 em decorrência do Processo licitatório nº 0023/2013, modalidade Pregão Presencial nº 0004/2013, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafo, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 6.642,70 (Seis mil, seiscentos e quarenta e dois reais e setenta centavos), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, em 17 de maio de 2013.

NELSON GUINDANI	ANIMARI TEREZINHA GUIMARÃES
Prefeito Municipal	Sócio Administrador
CPF nº 501.589.459-72	CPF nº 896.860.049-04

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA	MARIANA COLUSSO
CPF nº 687.857.399-87	CPF nº 052.051949-36

Ata de Registro de Preços Nº004h/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº004H/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2013

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 29 de abril de 2014, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos vinte e nove dias do mês de abril de 2013, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de Material de Enfermagem para uso nas Unidades de Saúde, pelo período de 12 meses, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ nº 17.799.033/0001-46, neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa Odontomedi - Produtos Odontológicos e Hospitalares Ltda, inscrita no CNPJ nº 06.194.440/0001-03 em decorrência do Processo licitatório nº 0023/2013, modalidade Pregão Presencial nº 0004/2013, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafo, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total da Ata R\$ 6.642,70 (Seis mil, seiscentos e quarenta e dois reais e setenta centavos), divididos nos itens conforme documento em anexo.

Herval d'Oeste, em 17 de maio de 2013.

NELSON GUINDANI	ANIMARI TEREZINHA GUIMARÃES
Prefeito Municipal	Sócio Administrador
CPF nº 501.589.459-72	CPF nº 896.860.049-04

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA	MARIANA COLUSSO
CPF nº 687.857.399-87	CPF nº 052.051949-36

CÂMARA MUNICIPAL**R e S o L U Ç ã o Nº CM 089/2013**

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste
RESOLUÇÃO Nº CM 089/2013

"Constitui e Nomeia integrantes da Comissão Legislativa Temporária para emissão de parecer a EMENDA Nº 001/2013 AO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE HERVAL D'OESTE (SC) e dá outras providências"

GILMAR JOSÉ DRI, presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída COMISSÃO LEGISLATIVA TEMPORÁRIA para emissão de parecer À EMENDA Nº 001/2013 AO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE HERVAL D'OESTE (SC).

Art. 2º Ficam nomeados como membros titulares da Comissão Legislativa Temporária, os seguintes vereadores:

- a) JUAREZ ANTONIO DE SOUZA - Presidente
- b) LEONARDO MASCARELLO - Vice Presidente
- c) ADELAR JOSÉ PROVENCÍ - Relator

Art.3º A referida comissão deverá emitir parecer fundamentado dentro dos prazos determinados no Regimento Interno desta Casa.

Art. 4º Esta RESOLUÇÃO entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores, em 21 de maio de 2013.
GILMAR JOSÉ DRI
Presidente

R e S o L U Ç ã o Nº CM 090/2013

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste
RESOLUÇÃO Nº CM 090/2013

"Constitui e Nomeia integrantes da Comissão Legislativa Temporária para emissão de parecer ao Projeto de EMENDA Nº 006/2013 A LEI ORGÂNICA DE HERVAL D'OESTE (SC) e Projeto de EMENDA Nº 007/2013 A LEI ORGÂNICA DE HERVAL D'OESTE (SC) e dá outras providências"

GILMAR JOSÉ DRI, presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída COMISSÃO LEGISLATIVA TEMPORÁRIA para emissão de parecer ao Projeto de EMENDA Nº 006/2013 A LEI ORGÂNICA DE HERVAL D'OESTE (SC) e Projeto de EMENDA Nº 007/2013 A LEI ORGÂNICA DE HERVAL D'OESTE (SC).

Art. 2º Ficam nomeados como membros titulares da Comissão Legislativa Temporária, os seguintes vereadores:

- a) JUAREZ ANTONIO DE SOUZA - Presidente
- b) LEONARDO MASCARELLO - Vice Presidente
- c) ADELAR JOSÉ PROVENCÍ - Relator

Art.3º A referida comissão deverá emitir parecer fundamentado dentro dos prazos determinados no Regimento Interno desta Casa.

Art. 4º Esta RESOLUÇÃO entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores, em 21 de maio de 2013.
GILMAR JOSÉ DRI
Presidente

Ibiam**PREFEITURA****Edital de Pregão Nº 027/2013**

MUNICIPIO DE IBIAM

Fundo Municipal de Saúde - CNPJ:11.250761/0001-18

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 034/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2013

SRP 010/2013

O Fundo Municipal de Saúde de Ibiam/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços visando futuras possíveis aquisições de Medicamentos para distribuição gratuita pela Unidade Básica de Saúde do Município de Ibiam, com aquisições parceladas, pelo período de doze meses de medicamentos de Farmácia Básica, Medicamentos Diversos e Medicamentos que necessitam de receita médica (psicotrópicos e antibióticos), compreendendo os itens constantes na tabela Brasília e Atualizações. Tipo de Avaliação: maior desconto sobre a tabela Brasília.

Entrega dos envelopes: 06/06/2013 até às 08:00 horas

Abertura dos envelopes: 06/06/2013 às 08:15 horas

Base legal: lei 10.520, Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiam, em dias úteis, de Segunda a Sexta - feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone (0**49)534-0044.

Ibiam, 22 de Maio de 2013.

CLOVIS JOSÉ BUSATTO

Prefeito Municipal de Ibiam

Portaria Nº 187/2013

PORTARIA Nº 187, DE 20 DE MAIO DE 2013

"DESCONTA DO VENCIMENTO DE SERVIDOR, O VALOR E FORMA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Considerando a certidão de dívida ativa, expedida pelo Setor de Tributação e Arrecadação;

Com amparo na Lei Municipal nº 520, de 15 de abril de 2013, c/c. art. 45, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004 - Estatuto do Servidor Público do Município de Ibiam,

RESOLVE:

Art. 1º. Descontar dos vencimentos do servidor SERGIO ANTONIO RAMOS, o valor de R\$ 1.072,51 (um mil e setenta e dois reais e cinquenta e um centavos), em quatro parcelas iguais.

Parágrafo único. As parcelas previstas no artigo 1º serão descontadas a partir do pagamento relativo ao mês de maio/2013.

Art. 2º. Encaminhar ao Setor de Fiscalização Tributária cópia desta Portaria, para efeito de controle.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 20 DE MAIO DE 2013.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria Nº186/13

PORTARIA Nº 186, DE 20 DE MAIO DE 2013

"DESCONTA DO VENCIMENTO DE SERVIDOR, O VALOR E FORMA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Considerando as certidões de dívida ativa, expedida pelo Setor de Tributação e Arrecadação;

Com amparo na Lei Municipal nº 520, de 15 de abril de 2013, c/c. art. 45, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004 - Estatuto do Servidor Público do Município de Ibiã,

RESOLVE:

Art. 1º. Descontar dos vencimentos do servidor ANTONIO RECALCATTI, o valor de R\$ 108,35(cento e oito reais e trinta e cinco centavos), em duas parcelas iguais.

Parágrafo único. As parcelas previstas no artigo 1º serão descontadas a partir do pagamento relativo ao mês de maio/2013.

Art. 2º. Encaminhar ao Setor de Fiscalização Tributária cópia desta Portaria, para efeito de controle.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 20 DE MAIO DE 2013.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

Edital de Pregão Nº 028/2013

MUNICIPAL DE IBIAM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2013

O MUNICIPIO DE IBIAM/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial para contratação de sistema de informática para Gestão do Controle Interno do Município de Ibiã, para o ano de 2013, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 48 meses.

Entrega dos envelopes: 06/06/2013 até às 13:30 horas

Abertura dos envelopes: 06/06/2013 às 13:40 horas

Tipo de Avaliação: Menor preço Unitário

Base legal: lei 10.520, Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiã, em dias úteis, de Segunda a Sexta - feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas, na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone (0**49)534-0044.

Ibiã, 22 de Maio de 2013.

CLOVIS JOSÉ BUSATTO

Prefeito Municipal de Ibiã

Imbituba

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 4.198.2013

Lei Complementar nº 4.198, de 22 de maio de 2013.

Dispõe sobre a Revisão Geral Anual da remuneração dos servidores da Câmara Municipal de Imbituba e dá nova redação a dispositivos da Lei Complementar nº 1.145/91 que dispõe sobre a estrutura administrativa e funcional da Câmara Municipal de Imbituba, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica autorizada a revisão geral anual da remuneração dos servidores de carreira da Câmara de Vereadores de Imbituba no percentual de 7,16% (sete inteiros e dezesseis avos percentuais), apurado pelo índice do INPC/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) referente ao período de 1º de maio de 2012 a 30 de abril de 2013.

Art. 2º Consoante modificação imposta pelo Art. 1º desta Lei Complementar, fica alterado o §1º do art. 21. da Lei Complementar nº 1.145, de 15 de maio de 1991, passando o parágrafo a vigorar com a seguinte redação:

"§1º O Piso Salarial dos servidores públicos de carreira da Câmara Municipal de Imbituba, representado pelo Nível "I" e Padrão "A" da Tabela Salarial, é de R\$ 606,08 (seiscentos e seis reais e oito centavos)."

Art. 3º Fica revisado o valor da remuneração dos cargos de provimento em Comissão, no mesmo percentual concedido aos servidores públicos de carreira da Câmara Municipal de Imbituba, conforme Art. 1º da presente Lei e representado pelo Anexo I da Lei Complementar nº 1.145, de 15 de maio de 1991.

Parágrafo Único. Consoante a modificação imposta pelo caput deste artigo, fica alterado o ANEXO I "Nominata de Cargos de Provimento em Comissão", da Lei Complementar nº 1.145/1991, passando os valores remuneratórios a vigorar conforme ANEXO I desta Lei Complementar.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei Complementar correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de maio de 2013.

Imbituba, 22 de maio de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei Complementar Nº 4.200.2013

Lei Complementar nº 4.200, de 22 de maio de 2013.

Cria vagas no Quadro Permanente de Pessoal do Serviço Público Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Ficam criadas no Quadro Permanente de Pessoal do Serviço Público Municipal as vagas descritas no Anexo I desta Lei.

§ 1º As vagas acima criadas passam a integrar os Anexos correspondentes da Lei nº 1.144, de 29 de abril de 1991.

§ 2º As vagas criadas poderão ser supridas através de profissionais contratados na forma prescrita na Lei nº 2.150, de 08 de junho de 2001, enquanto não for realizado concurso público para seu preenchimento definitivo.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei Complementar correrão à conta das dotações próprias do Orçamento Geral do Município.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 22 de maio de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

ANEXO I

Vagas, Habilitação/Escolaridade e Nível

Grupo Ocupacional	Empregos Públicos	Vagas	Habilitação/Escolaridade	Nível
Atividades de Nível Superior - ANS	Engenheiro	5	Conclusão do Ensino Superior, com habilitação legal específica e registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.	13
Atividades Técnicas de Nível Médio - ATM	Técnico em Agrimensura	1	Diploma de Conclusão de Curso Técnico de nível médio em agrimensura e registro no órgão fiscalizador.	10

Lei Complementar Nº 4.203.2013

Lei Complementar nº 4.203, de 22 de maio de 2013.

Dispõe sobre a rerratificação da criação de cargos e vagas na Estrutura Organizacional Básica do Poder Executivo do Município de Imbituba, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica rerratificada a criação de duas vagas do cargo em comissão de "Coordenador(a) Executivo" na Estrutura Organizacional Básica do Poder Executivo Municipal de Imbituba, instituída pela Lei Complementar nº 4.161, de 20 de fevereiro de 2013, integrando o seu Anexo I - Nominata de Cargos de Provimento em Comissão, alterado pela Lei Complementar nº 4.169, de 4 de abril de 2013.

Parágrafo único. A remuneração do cargo em comissão criado na forma do "caput" corresponde ao mesmo valor estabelecido para o cargo em comissão de "Assessor I".

Art. 2º Os Anexos I e II da Lei Complementar nº 4.161/2013, alterados pela Lei Complementar nº 4.169/2013, passam a vigorar com a seguinte configuração:

ANEXO I

LC nº 4.161, de 20-02-2013, alterado pela LC nº 4.169, de 04-04-2013.

NOMINATA DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	16	Subsídio	5.200,00
Procurador(a) Geral	Procuradoria Geral	1	Subsídio	5.200,00
Controlador(a) Geral	Controladoria Geral	1	Subsídio	5.200,00
Secretário(a) Especial	Secretaria Especial	1	Remuneração	3.700,00
Secretário(a) Adjunto	Secretaria Adjunta	2	Remuneração	3.700,00
Secretário(a) Executivo(a)	Secretaria Executiva	1	Remuneração	2.500,00
Procurador(a)	Procuradoria	4	Remuneração	2.500,00
Diretor(a)	Diretoria	14	Remuneração	2.100,00
Assessor Especial	Assessoria	4	Remuneração	2.100,00
Coordenador(a) Executivo(a)	Coordenação Executiva	2	Remuneração	1.800,00
Assessor(a) I	Assessoria	5	Remuneração	1.800,00
Chefe de Departamento	Departamento	31	Remuneração	1.400,00
Assessor(a) II	Assessoria	13	Remuneração	1.200,00
Assessor(a) III	Assessoria	23	Remuneração	1.000,00
Assessor(a) IV	Assessoria	35	Remuneração	800,00

ANEXO II

LC nº 4.161, de 20-02-2013, alterado pela LC nº 4.169, de 04-04-2013.

NOMINATA DA FUNÇÃO DE REPRESENTAÇÃO – FR

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Chefe de Gabinete	Gratificação	3.000,00
Secretário(a) Especial	Gratificação	2.400,00
Secretário(a) Adjunto	Gratificação	2.400,00
Secretário(a) Executivo(a)	Gratificação	1.800,00
Tesoureiro(a)	Gratificação	1.800,00
Procurador(a)	Gratificação	1.400,00
Diretor(a)	Gratificação	1.400,00
Assessor Especial	Gratificação	1.400,00
Motorista Executivo	Gratificação	1.400,00
Coordenador(a) Executivo(a)	Gratificação	950,00
Assessor(a) I	Gratificação	950,00
Chefe de Departamento	Gratificação	750,00
Assessor(a) II	Gratificação	600,00
Assessor(a) III	Gratificação	500,00
Assessor(a) IV	Gratificação	430,00

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor no dia 1º de junho de 2013.

Imbituba, 22 de maio de 2013.
JAISON CARDOSO DE SOUZA
Prefeito

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

ZELI PIRES
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei Complementar Nº 4.205.2013

Lei Complementar nº 4.205, de 22 de maio de 2013.
Dispõe sobre a Revisão Geral Anual da remuneração dos servidores municipais e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA,
Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica autorizada a revisão geral anual da remuneração dos servidores municipais no percentual de 7,16% (sete inteiros e dezesseis avos percentuais), apurado pelo índice do INPC/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) referente ao período de 1º de maio de 2012 a 30 de abril de 2013.

§ 1º Excetuam-se da revisão prevista no caput:

- I - os agentes políticos;
- II - os agentes públicos com cargo em comissão;
- III - os servidores contemplados pela complementação salarial, objeto da Lei Complementar nº 4.150, de 16 de janeiro de 2013 e da Lei Federal nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011.

§ 2º Deverá ser observado o disposto no artigo 4º da Lei Complementar nº 4.150, de 16 de janeiro de 2013, para fins de compensação.

Art. 2º Além do índice de revisão geral anual de que trata o artigo 1º é concedido aumento real no percentual de 0,84% (zero vírgula oitenta e quatro por cento) aos servidores do magistério público da educação básica e seus substitutos, para atendimento dos dispositivos da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a regulamentar a presente Lei, no que couber.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de maio de 2013.

Imbituba, 22 de maio de 2013.
JAISON CARDOSO DE SOUZA
Prefeito

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei Nº 4.199.2013

Lei nº 4.199, de 22 de maio de 2013.
Dispõe sobre a realização de despesas com o 14º Festival Nacional do Camarão, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA,
Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar despesas no valor de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para a realização do 14º Festival Nacional do Camarão no ano de 2013.

Art. 2º O referido valor deverá ser aplicado na instalação de toda infraestrutura do evento, como também na contratação de Shows Nacionais, Shows Regionais e Mídia.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 22 de maio de 2013.
JAISON CARDOSO DE SOUZA
Prefeito

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei Nº 4.201.2013

Lei nº 4.201, de 22 de maio de 2013.
Autoriza o Município de Imbituba a receber em doação os bens móveis através do Ministério Público de SC e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA,
Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Imbituba autorizado a receber em doação os bens móveis especificados no Anexo Único desta Lei.

Art. 2º Os bens móveis de que trata o "caput" do artigo anterior, doado pelo Ministério Público de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 76.276.849/0001-54, destina-se a execução de ações da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a tomar todas as iniciativas necessárias visando à transferência e incorporação dos referidos bens móveis ao Patrimônio Municipal.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta das dotações pertencentes ao orçamento municipal vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 22 de maio de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Anexo Único

(Lei nº 4.2001, de 22 de maio de 2013.)

Quantidade	Tipo	Marca	Descrição
01	Microcomputador	Intel Pentium D 3GHz, 4m cache 800MHz	Placa Mãe HD 80GB 7200 RPM SATA Monitor 17" LCD Memória 1 GB DDR2-533 Processador LGA775 Intel Pentium D 3GHz, 4m cache 800MHz. Teclado Mouse Gabinete ATX Gravador de DVD
01	Microcomputador	Intel Pentium Dual Core 2GHz, 1m cache, 800MHz	Placa Mãe HD 80GB SATA Monitor 17" LCD Memória 1 GB DDR2-667 Processador LGA775 Intel Pentium Dual Core 2GHz, 1m cache, 800MHz. Teclado Mouse Gabinete ATX Gravador de DVD
01	Impressora	Xerox	Modelo: Phaser 3425
01	Impressora	Brother	Modelo: HL5250DN
01	Tonner	Brother	Modelo: TN-580

Lei Nº 4.202.2013

Lei nº 4.202, de 22 de maio de 2013.

Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro a Associação Coral de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro à seguinte entidade:

I - Associação Coral de Imbituba, inscrita no CNPJ sob o nº 00.431.133/0001-12, a importância de até R\$ 4.800,00(quatro mil e oitocentos reais).

Parágrafo único. A concessão do auxílio financeiro de que trata o "caput" observará a situação financeira da Prefeitura Municipal de Imbituba.

Art. 2º O auxílio financeiro a que se refere o Art. 1º destina-se à cobertura de parte das despesas referentes à manutenção das atividades da respectiva entidade.

Art. 3º Fica a entidade beneficiada obrigada a prestar contas, com referência à aplicação dos recursos repassados pelo Poder Público Municipal.

Parágrafo único. A falta de prestação de contas referida neste Artigo implica em responsabilidade do representante legal da instituição, que deverá ressarcir o Município dos valores repassados.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias do orçamento do Município, que poderão ser suplementadas por ato do Chefe do Poder Executivo para este determinado fim.

Art. 6º O Poder Público Municipal firmará termo de convênio com a entidade beneficiada, cujo instrumento disciplinará as condições, formas e prazos do repasse, bem como das prestações de contas.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 22 de maio de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Lei Nº 4.204.2013

Lei nº 4.204, de 22 de maio de 2013.

Desafeta bens móveis inservíveis da Câmara Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Presidente da Câmara Municipal autorizado a desafetar os bens móveis inservíveis, constantes do Anexo I da presente Lei, utilizados até esta data nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba, transferindo-os para o patrimônio da Prefeitura Municipal de Imbituba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Imbituba, 22 de maio de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

ANEXO I

BENS INSERVÍVEIS PASSÍVEIS DE DESAFETAÇÃO

Descrição do Bem	Nº patrimônio	Valor de Aquisição (R\$)
Escrivaninha na cor azul	141	148,00
Escrivaninha na cor bege	480	420,00
Escrivaninha na cor bege	128	252,00
Escrivaninha na cor bege	74	489,00
Estante de Aço	83	60,00
Estante de Aço	84	60,00
Estante de Aço	85	60,00
Estante de Madeira	86	55,00
TOTAL		1544,00

Lei Nº 4.206.2013

Lei nº 4.206, de 22 de maio de 2013.

Dispõe sobre alteração do Plano Plurianual - PPA 2010-2013, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para o exercício de 2013 e abre Crédito Especial para o Orçamento de 2013, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Ficam incluídos no Plano Plurianual - PPA 2010-2013 os seguintes órgãos, unidades, projetos e atividades:

ÓRGÃO: - 38 - SECRETARIA DE DESENV. REGIONAL OESTE - SDR/OESTE

UNIDADE: - 38.01 - Manutenção da SDR/OESTE

ATIVIDADE: - 2.131 - Manutenção da SDR/OESTE

ÓRGÃO: - 39 - SECRETARIA DE DESENV. ECONÔMICO SUSTENTÁVEL - SEDES

UNIDADE: - 39.01 - Manutenção da SEDES

ATIVIDADE: - 2.132 - Manutenção da SEDES

ATIVIDADE: - 2.133 - Fiscalização Ambiental

PROJETO: - 1.045 - Condomínio Industrial

PROJETO: - 1.046 - Aquisição de Veículo

ÓRGÃO: - 40 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

UNIDADE: - 40.01 - Manutenção da SESPORTE

ATIVIDADE: - 2.134 - Manutenção da SESPORTE

ATIVIDADE: - 2.135 - Destaques no Esporte

ATIVIDADE: - 2.136 - Esporte Cidadão

ATIVIDADE: - 2.137 - Participa Imbituba

ATIVIDADE: - 2.138 - Festivais e Campeonatos Esportivos

PROJETO: - 1.047 - Espaço Esportivo nas Praças

ÓRGÃO: - 41 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

UNIDADE: - 41.01 - Manutenção da SECULT

ATIVIDADE: - 2.139 - Manutenção da SECULT

ATIVIDADE: - 2.140 - Resgate da Cultura Imbitubense

ATIVIDADE: - 2.141 - Reequipamento da Biblioteca Municipal

ATIVIDADE: - 2.142 - Cultura Itinerante

ATIVIDADE: - 2.143 - Eventos Culturais

ATIVIDADE: - 2.144 - Vivendo a Melhor Idade

Art. 2º Ficam incluídos na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2013 os seguintes órgãos, unidades, projetos e atividades:

ÓRGÃO: - 38 - SECRETARIA DE DESENV. REGIONAL OESTE - SDR/OESTE

UNIDADE: - 38.01 - Manutenção da SDR/OESTE

ATIVIDADE: - 2.131 - Manutenção da SDR/OESTE

ÓRGÃO: - 39 - SECRETARIA DE DESENV. ECONOMICO SUSTENTÁVEL - SEDES

UNIDADE: - 39.01 - Manutenção da SEDES

ATIVIDADE: - 2.132 - Manutenção da SEDES

ATIVIDADE: - 2.133 - Fiscalização Ambiental

PROJETO: - 1.045 - Condomínio Industrial

PROJETO: - 1.046 - Aquisição de Veículo

ÓRGÃO: - 40 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

UNIDADE: - 40.01 - Manutenção da SESPORTE

ATIVIDADE: - 2.134 - Manutenção da SESPORTE

ATIVIDADE: - 2.135 - Destaques no Esporte

ATIVIDADE: - 2.136 - Esporte Cidadão

ATIVIDADE: - 2.137 - Participa Imbituba

ATIVIDADE: - 2.138 - Festivais e Campeonatos Esportivos

PROJETO: - 1.047 - Espaço Esportivo nas Praças

ÓRGÃO: - 41 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

UNIDADE: - 41.01 - Manutenção da SECULT

ATIVIDADE: - 2.139 - Manutenção da SECULT

ATIVIDADE: - 2.140 - Resgate da Cultura Imbitubense

ATIVIDADE: - 2.141 - Reequipamento da Biblioteca Municipal

ATIVIDADE: - 2.142 - Cultura Itinerante

ATIVIDADE: - 2.143 - Eventos Culturais

ATIVIDADE: - 2.144 - Vivendo a Melhor Idade

Art. 3º Fica aberto um Crédito Especial no valor de R\$ 1.239.243,16 (um milhão e duzentos e trinta e nove mil e duzentos e quarenta e três reais e dezesseis centavos) para novos itens orçamentários, como segue:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

38 - SECRETARIA DE DESENV. REGIONAL OESTE - SDR/OESTE

38.01 - Manutenção da SDR/OESTE

Manutenção da SDR/OESTE

04.122.0007-2.131

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas 180.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas 30.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas 100.000,00

SOMA 310.000,00

39 - SECRETARIA DE DESENV. ECONOMICO SUSTENTÁVEL - SEDES

39.01 - Manutenção da SEDES

Manutenção da SEDES

04.122.0007-2.132

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas 165.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas 30.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas 2.000,00

Condomínio Industrial

22.661.0008-1.045

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas 5.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0104 Aplicações Diretas 100.000,00

Aquisição de Veículo



04.122.0007-1.046
 4.4.90.00.00.00.00.00.0104 Aplicações Diretas 45.000,00
 Fiscalização Ambiental
 15.451.0007-2.133
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas 20.000,00
 SOMA 367.000,00

40 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER - SESPORTE
 40.01 - Manutenção da SESPORTE
 Manutenção da SESPORTE
 27.122.0007-2.134
 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas 100.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas 28.265,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas 5.000,00
 Espaço Esportivo nas Praças
 27.813.0010-1.047
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas 20.000,00
 Destaques no Esporte
 27.812.0010-2.135
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas 5.500,00
 Esporte Cidadão
 27.812.0010-2.136
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas 30.000,00
 Participa Imbituba
 27.812.0010-2.137
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas 50.000,00
 Festivais e Campeonatos Esportivos
 27.812.0010-2.138
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas 17.900,00
 SOMA 256.665,00

41-SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

41.01 - MANUTENÇÃO DA SECULT
 Manutenção da SECULT
 13.122.0011-2.139
 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas 200.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas 2.215,16
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas 5.000,00
 Resgate da Cultura Imbitubense
 13.392.0011-2.140
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas 5.000,00
 Reequipamento da Biblioteca Municipal
 13.392.0011-2.141
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas 5.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas 3.403,00
 Cultura Itinerante
 13.392.0011-2.142
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas 5.000,00
 Eventos Culturais
 13.392.0011-2.143
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas 5.000,00
 Vivendo a Melhor Idade
 13.392.0011-2.144
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 Aplicações Diretas 74.960,00
 SOMA 305.578,16
 TOTAL 1.239.243,16

Art. 4º Os recursos para cobrirem a abertura de crédito especial do artigo 3º correrão por conta da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias bem como do excesso de arrecadação de recursos próprios apurados no exercício de 2013:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
 DEPARTAMENTO DE ESPORTES
 Espaço Esportivo nas Praças
 27.813.0010-1.032
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0064) Aplicações Diretas 20.000,00

Manutenção do Departamento de Esportes
 27.122.0010-2.088
 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0057) Aplicações Diretas 2.634,46
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0058) Aplicações Diretas 26.710,10
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0059) Aplicações Diretas 5.000,00
 Destaques no Esporte
 27.812.0010-2.089
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0060) Aplicações Diretas 5.500,00
 Esporte Cidadão
 27.812.0010-2.090
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0061) Aplicações Diretas 30.000,00
 Participa Imbituba
 27.812.0010-2.091
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0062) Aplicações Diretas 50.000,00
 Festivais e Campeonatos Esportivos
 27.812.0010-2.092
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0063) Aplicações Diretas 17.900,00
 SOMA 157.744,56

DEPARTAMENTO DE CULTURA

Resgate da Cultura Imbitubense
 13.392.0011-2.093
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0068) Aplicações Diretas 5.000,00
 Reequipamento da Biblioteca Municipal
 13.392.0011-2.094
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0069) Aplicações Diretas 5.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0070) Aplicações Diretas 3.403,00
 Cultura Itinerante
 13.392.0011-2.095
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0071) Aplicações Diretas 5.000,00
 Eventos Culturais
 13.392.0011-2.096
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0072) Aplicações Diretas 5.000,00
 SOMA 23.403,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO TURÍSICO E ECONOMICO

Manutenção da SEDTUR
 23.122.0008-2.026
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0104) Aplicações Diretas 50.000,00
 Campeonatos Esportivos
 23.695.0008-2.024
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0112) Aplicações Diretas 30.000,00

Condomínio Industrial

22.661.0008-1.018
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0101) Aplicações Diretas 50.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0104 (0102) Aplicações Diretas 100.000,00
 Construção de Pórticos
 23.695.0008-1.019
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0108) Aplicações Diretas 40.000,00
 SOMA 270.000,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E AMBIENTAL

Manutenção da SEDURB

15.122.0007-2.031
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0115) Aplicações Diretas 20.000,00
 Fiscalização Urbana e Ambiental
 15.451.0007-2.029
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0117) Aplicações Diretas 50.000,00
 SOMA 70.000,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Manutenção da SEINFRA
 04.122.0007-2.017
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0074) Aplicações Diretas 200.000,00
 SOMA 200.000,00

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Encargos com a Execução de Sentenças Judiciais
02.062.0005-2.038
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (0121) Aplicações Diretas 100.000,00
SOMA 100.000,00

TOTAL 821.147,56

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA
Vivendo a Melhor Idade
08.241.0013-2.081
3.3.90.00.00.00.00.0091 (0001) Aplicações Diretas 74.960,00
SOMA 74.960,00

TOTAL GERAL 896.107,56

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 22 de maio de 2013.
JAISON CARDOSO DE SOUZA
Prefeito

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Publicação de Extrato de Dispensa Nº 01/2013 (Seash)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SEASH
PROCESSO Nº 09/2013
DISPENSAS Nº 01/2013

Objeto: Contratação de empresa especializada para manutenção e monitoramento de sistema eletrônico de segurança - vigilância eletrônica, para as dependências do CAIC.
Empresa: Centhauro - Segurança Eletrônica Ltda ME..
Valor Total: R\$ 5.896,00
Fundamento: Artigo 24, II da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 23 de maio de 2013.
SELMA ELIAS WESTPHAL
Secretaria Municipal

Publicação de Extrato de Dispensa Nº 11/2013 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 45/2013
DISPENSAS Nº 11/2013

Objeto: Aquisição de ampa de concreto para caixas de drenagem.
Empresa: Cosntruvila Ltda.
Valor Total: R\$ 7.900,00
Fundamento: Artigo 24, II da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 23 de maio de 2013.
JAISON CARDOSO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicação de Extrato de Pregão Presencial Nº 34/2013 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 46/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2013

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 06 de junho de 2013, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço mensal, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para contratação de empresa para implantação e desenvolvimento de um programa de humanização do serviço público, através da capacitação dos gestores, monitoramento de atividades e medição de resultados. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 23 de maio de 2013.
DILSON PETRASSEM JUNIOR
Pregoeiro Oficial

Publicação de Extrato de Pregão Presencial Nº 35/2013 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 47/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2013

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 15:00 horas do dia 06 de junho de 2013, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para aquisição de material didático pedagógico para atender as escolas da rede pública municipal de ensino.. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 23 de maio de 2013.
DILSON PETRASSEM JUNIOR
Pregoeiro Oficial

Publicação de Extrato de Pregão Presencial Nº 36/2013 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 48/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2013

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 16:00 horas do dia 06 de junho de 2013, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço mensal, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para contratação de empresa especializada para a prestação de serviços compreendendo a limpeza de praças públicas. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 23 de maio de 2013.
DILSON PETRASSEM JUNIOR
Pregoeiro Oficial

Publicação de Extrato de Pregão Presencial Nº 37/2013 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 49/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2013

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 17:00 horas do dia 06 de junho de 2013, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para contratação de uma empresa para prestação de serviços de supressão de árvores(casuarinas) nas Ruas Av. Santa Catarina, Rua Otacilio de Carvalho, Rua João de Oliveira Filho e Rua Nereu Ramos - Centro - Imbituba/SC. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 23 de maio de 2013.
DILSON PETRASSEM JUNIOR
Pregoeiro Oficial

Extrato: PMI Sdr Norte 2013/49 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SDR NORTE 2013/49 A00
Contratada: CONSTRUVILA LTDA
C.N.P.J: 01.855.390/0001-44

Objeto: CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NORTE (SDR NORTE), NO QUE DIZ RESPEITO A DRENAGENS PLUVIAIS.
Valor: R\$ 7.100,00 Prazo: 31/12/2013
Fundamento: Processo nº. 34/2013 Pregão nº26/2013

Imbituba, 15 de maio de 2013.
NIVALDO MARQUES GABRIEL
Secretário Municipal De Desenvolvimento Regional Norte
Contratante

CONSTRUVILA LTDA
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI Sdr Norte 2013/50 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SDR NORTE 2013/50 A00
Contratada: VILA NOVA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
C.N.P.J: 08.397.388/0001-18

Objeto: CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NORTE (SDR NORTE), NO QUE DIZ RESPEITO A DRENAGENS PLUVIAIS.
Valor: R\$ 8.802,20 Prazo: 31/12/2013
Fundamento: Processo nº. 34/2013 Pregão nº26/2013

Imbituba, 15 de maio de 2013.
NIVALDO MARQUES GABRIEL
Secretário Municipal De Desenvolvimento Regional Norte
Contratante

VILA NOVA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI Sdr Norte 2013/56 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SDR NORTE 2013/56 A00
Contratada: SOETHE COMERCIO DE MAQUINAS LTDA ME
C.N.P.J: 10.524.158/0001-14

Objeto: CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA PARA AQUISIÇÃO MATERIAL DE CONSUMO E PEÇAS DE REPOSIÇÃO PARA ROÇADEIRAS LATERAIS DE USO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, SDR SUL E SDR NORTE
Valor: R\$ 5.407,92 Prazo: 31/12/2013
Fundamento: Processo nº. 30/2013 Pregão 24/2013

Imbituba, 17 de maio de 2013.
NIVALDO MARQUES GABRIEL
Secretário Municipal De Desenvolvimento Regional Norte
Contratante

SOETHE COMERCIO DE MAQUINAS LTDA ME
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI Sdr Sul 2013/51 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SDR SUL 2013/51 A00
Contratada: CONSTRUVILA LTDA
C.N.P.J: 01.855.390/0001-44

Objeto: CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUL (SDR SUL) NO QUE DIZ RESPEITO A DRENAGENS PLUVIAIS.
Valor: R\$ 7.100,00 Prazo: 31/12/2013
Fundamento: Processo nº. 15/2013 Pregão 13/2013

Imbituba, 15 de maio de 2013.
AMILTON GONÇALVES DE SOUZA
Secretário Municipal de Desenvolvimento Regional Sul
Contratante

CONSTRUVILA LTDA
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI Sdr Sul 2013/52 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SDR SUL 2013/52 A00
Contratada: VILA NOVA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
C.N.P.J: 08.397.388/0001-18

Objeto: CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUL (SDR SUL) NO QUE DIZ RESPEITO A DRENAGENS PLUVIAIS.
Valor: R\$ 4.144,00 Prazo: 31/12/2013
Fundamento: Processo nº. 15/2013 Pregão 13/2013

Imbituba, 15 de maio de 2013.
AMILTON GONÇALVES DE SOUZA
Secretário Municipal de Desenvolvimento Regional Sul
Contratante

VILA NOVA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI Sdr Sul 2013/57 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SDR SUL 2013/57 A00
Contratada: SOETHE COMERCIO DE MAQUINAS LTDA ME
C.N.P.J: 10.524.158/0001-14

Objeto: CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA PARA AQUISIÇÃO MATERIAL DE CONSUMO E PEÇAS DE REPOSIÇÃO PARA ROÇADEIRAS LATERAIS DE USO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, SDR SUL E SDR NORTE
Valor: R\$ 3.993,95 Prazo: 31/12/2013
Fundamento: Processo nº. 30/2013 Pregão 24/2013

Imbituba, 17 de maio de 2013.
AMILTON GONÇALVES DE SOUZA
Secretário Municipal de Desenvolvimento Regional Sul
Contratante

SOETHE COMERCIO DE MAQUINAS LTDA ME
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI Seap 2013/54 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEAP 2013/54 A00
Contratada: JOÃO DE SOUZA GALEGO ME
C.N.P.J: 12.071.955/0001-19

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO, MANUTENÇÃO MECANICA, ELÉTRICA E HIDRÁULICA, PINTURA E FUNILARIA E FORNECIMENTO DE PEÇAS ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA OU GENUINAS PARA A RETRO ESCAVADEIRA E TRATORES AGRÍCOLAS E SEUS IMPLEMENTOS E VEICULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA
Valor: R\$ 70.000,00 Prazo: 31/12/2013
Fundamento: Processo nº. 23/2013 Pregão 20/2013

Imbituba, 16 de maio de 2013.
EVALDO DE SOUZA
Secretário Municipal de Agricultura e Pesca
Contratante

JOÃO DE SOUZA GALEGO ME
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI SEINFRA 2013/47 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEINFRA 2013/47 A00
Contratada: VILA NOVA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
C.N.P.J: 08.397.388/0001-18

Objeto: CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE

INFRAESTRUTURA (SEINFRA) NO QUE DIZ RESPEITO A DRENAGENS PLUVIAIS.

Valor: R\$ 7.470,00 Prazo: 31/12/2013
Fundamento: Processo nº. 15/2013 Pregão 13/2013

Imbituba, 15 de maio de 2013.
JOSÉ AFONSO DE CARVALHO
Secretário Municipal de Infraestrutura
Contratante

VILA NOVA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI SEINFRA 2013/48 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEINFRA 2013/48 A00
Contratada: LAJES STANG LTDA EPP
C.N.P.J: 05.428.449/0001-79

Objeto: CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA (SEINFRA) NO QUE DIZ RESPEITO A DRENAGENS PLUVIAIS.
Valor: R\$ 16.425,00 Prazo: 31/12/2013
Fundamento: Processo nº. 15/2013 Pregão 13/2013

Imbituba, 15 de maio de 2013.
JOSÉ AFONSO DE CARVALHO
Secretário Municipal de Infraestrutura
Contratante

LAJES STANG LTDA EPP
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI SEINFRA 2013/53 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEINFRA 2013/53 A00
Contratada: CONSTRUVILA LTDA
C.N.P.J: 01.855.390/0001-44

Objeto: CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA (SEINFRA) NO QUE DIZ RESPEITO A DRENAGENS PLUVIAIS.
Valor: R\$ 10.650,00 Prazo: 31/12/2013
Fundamento: Processo nº. 15/2013 Pregão 13/2013

Imbituba, 15 de maio de 2013.
JOSÉ AFONSO DE CARVALHO
Secretário Municipal de Infraestrutura
Contratante

CONSTRUVILA LTDA
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI SEINFRA 2013/55 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEINFRA 2013/55 A00

Contratada: SOETHE COMERCIO DE MAQUINAS LTDA ME

C.N.P.J: 10.524.158/0001-14

Objeto: CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA PARA AQUISIÇÃO MATERIAL DE CONSUMO E PEÇAS DE REPOSIÇÃO PARA ROÇADEIRAS LATERAIS DE USO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, SDR SUL E SDR NORTE

Valor: R\$ 8.273,60 Prazo: 31/12/2013

Fundamento: Processo nº. 30/2013 Pregão 24/2013

Imbituba, 17 de maio de 2013.

JOSÉ AFONSO DE CARVALHO

Secretário Municipal de Infraestrutura

Contratante

SOETHE COMERCIO DE MAQUINAS LTDA ME

Representante Legal

Contratada

Iomerê**PREFEITURA****Pregão Presencial 14/2013 - FMS**

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Edital de Pregão Presencial 0014/2013

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Pregão Presencial nº 0014/2013 para aquisição de veículos novos. A abertura das propostas se dará no dia 06/06/2013 às 08h30m na sede da Prefeitura Municipal.

Cópia do Edital ou mais informações podem ser solicitados através do site www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 21 de maio de 2013

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 18/2013

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

Edital de Pregão Presencial 0018/2013

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Pregão Presencial nº 0018/2013 para aquisição de fogos de artifício para festa julina. A abertura das propostas se dará no dia 06/06/2013 às 13h30m na sede da Prefeitura Municipal.

Cópia do Edital ou mais informações podem ser solicitados através do site www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 21 de maio de 2013

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Ipumirim**PREFEITURA****Portaria Nº. 276/2013 de 21 de Maio de 2.013.**

REVOGA PORTARIA 141/2011 QUE DISPÕE SOBRE A CESSÃO DA IVALENE PELINN KLEE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com O artigo 137 da Lei Complementar n.º 730; 001/2.002, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos do município, da administração direta e indireta e da outras providencias.

RESOLVE:

Art. 1º. CESSAR os efeitos da portaria 141/2011 que cedeu a servidora IVALENE PELIN KLEE, ocupante do cargo de Professora, para prestar seus serviços temporariamente na Creche Municipal Pedacinho do Céu, retornando a sua lotação de origem,.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário a presente portaria produzira efeitos a partir de 21 de Maio de 2013.

Ipumirim - SC, 21 de Maio de 2.013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 277/2013 de 21 de Maio de 2013.

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO NO CARGO DE ZELADORA PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 002/2002, que Dispõe sobre o Plano de Carreira e remuneração para os Servidores do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

CONTRATA

JANIA RAIMUNDI, sob a Matrícula 2163-6, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 3.958.500 e do CPF 050.028.099-10, para ocupar o cargo em caráter temporário de Zeladora, constante no Anexo II, Grupo D - Serviços Gerais, com vencimentos previstos no Anexo V, nível salarial Nível 10, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Núcleo Educacional Claudino Locatelli, para o período de 20/05/2013 até o preenchimento da vaga por Concurso Publico.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 21/05/2013.

Ipumirim - SC, 21 de maio de 2013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 278/2013 de 21 de Maio de 2013.

NOMEIA POR CONCURSO PUBLICO NO CARGO DE ZELADORA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 002/2002, que Dispõe sobre o Plano de Carreira e remuneração para os Servidores do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências. e considerando também a homologação do resultado do Edital 008/2012 do Concurso Público 001/2012.

RESOLVE:

NOMEAR, sob a Matrícula 2164-4, JOSELAINE RITTA, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 5.561.262 e do CPF 082.384.099-93, para o cargo de provimento efetivo de Zeladora, constante no Anexo II, Grupo D - Serviços Gerais, com vencimentos previstos no Anexo V, nível salarial Nível 10, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Núcleo Educacional Claudino Locatelli.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 21/05/2013.

Ipumirim - SC, 21 de maio de 2013.

VALDIR ZANELLA
Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº.274/2.013 de 21 de Maio de 2.013.

DESIGNA SERVIDORA DO MEMBRO DO MAGISTERIO PARA ATUAR COMO PROFESSORA NO LABORATORIO DE INFORMATICA DO NEM CLAUDINO LOCATELLI.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.

DESIGNA

Art. 1 CARMEN G. ZAT, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº.3183167 e CPF sob o nº.501.638.769-91, residente e domiciliada, nesta cidade de Ipumirim - SC, no Cargo de Provimento Efetivo de PROFESSORA, com carga horária de 40 horas, para atuar como Professora no Laboratório de informatica

Art. 2 Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzira efeitos a partir de 21 de Maio de 2013.

Ipumirim - SC, 21 de Maio de 2.013.

VALDIR ZANELLA
Prefeito Municipal.

Portaria Nº.275/2.013 de 21 de Maio de 2.013.

COLOCA A DISPOSIÇÃO MEMBRO DO MAGISTERIO PUBLICO MUNICIPAL.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.

COLOCA A DISPOSIÇÃO

Art. 1 VIVIA CENCI FORMAGINI, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº.3910955 e CPF sob o nº.005.041.719-33, residente e domiciliada, nesta cidade de Ipumirim - SC, no Cargo de Provimento Efetivo de PROFESSORA, com carga horária de 20 horas, fica a disposição na Creche Municipal Pedacinho do Céu, por tempo indeterminado em função de alteração de matrícula na

Educação Infantil ocasionando diminuição de turmas, reservando o direito da servidora o retorno ao cargo de origem no caso de nova alteração de matrícula ou movimentação de docente que implique no aumento de turmas na Educação Infantil.

Art. 2 Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzira efeitos a partir de 21 de Maio de 2013.

Ipumirim - SC, 21 de Maio de 2.013.

VALDIR ZANELLA
Prefeito Municipal.

Irineópolis

PREFEITURA

Extrato Decreto Nº 2419

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

DECRETO Nº. 2419/2013, DE 21 DE MAIO DE 2013.

DISPÕE SOBRE MODALIDADE DE LICITAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS, Estado de Santa Catarina, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto nos Artigos 45, § 4º, da Lei Federal nº. 8.666/93 e 1º, parágrafo único, da Lei federal nº 10.520/2002, DECRETA:

Art. 1º - Usando da faculdade que lhe é conferida pelo Art. 45, § 4º da Lei de Licitações, o Chefe do Poder Executivo Municipal estabelece que as licitações destinadas à aquisição de bens e serviços de informática considerados comuns para a Administração Direta do Município de Irineópolis será do tipo "Menor Preço", preferencialmente na modalidade de pregão presencial ou eletrônico.

Art. 2º - A quantidade de equipamentos e serviços de informática a serem adquiridos, bem como suas características e requisitos técnicos mínimos, serão determinados pelo servidor Cristiano Back, portador do CPF nº 076.523.399-85 e RG 4.667.893/SC, matrícula nº 1988, ocupante do cargo de Coordenador de Informática através da Portaria nº 170/2013, do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrario, em especial o Decreto nº 2388/2013, de 15 de março de 2013.

Irineópolis (SC), 21 de maio de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

Convite**CONVITE**

A Prefeitura Municipal de Irineópolis convida a todos para participarem da Audiência Pública referente ao 1º Quadrimestre de 2013. A realizar-se no dia 27/05/2013 às 14:30 horas, nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores.

Itaiópolis

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

Extrato de Termos Aditivos

Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao Processo Licitatório nº 13/2012. Objeto: Fornecimento de alimentação (almoços e marmitas) para os profissionais que atuam nas Unidades Sanitárias dos PSF's, SAMU, Itativa, bem como, para pacientes do CAPS, através da Secretaria Municipal da Saúde de Itaiópolis. Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Itaiópolis/SC. Contratada: Julia Nair Humeniuk - ME. Cláusula Primeira: Fica acrescido em 25% a homologação do item: Fornecimento de alimentação (Marmita) para os profissionais e pacientes do CAPS - Centro de Atendimento Psicossocial, devendo ser fornecido no local, com salada e sobremesa, diariamente, de segunda à sexta-feira. Fica acrescido mais 262 marmitas. 22/05/2013. Jucemara Schmitz - Secretária Municipal da Saúde.

Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao Processo Licitatório nº 11/2013. Objeto: Aquisição de materiais permanentes para uso nos ESF's e Secretaria Municipal da Saúde. Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Itaiópolis/SC. Contratada: M. H. M. do Couto - Comercial - ME. Cláusula Primeira: Fica acrescido em 25% a homologação do item: ANTROPOMETRO HORIZONTAL - destinado à medição de crianças em decúbito frontal, em material rígido. Resistente à umidade e de fácil higienização, deve incluir todas as peças para sua utilização, escala numérica em cm, com graduação de 1 mm, cursor deve permitir deslize suave e estável, mantendo angulo de 90 graus com a escala, e boa indicação para a leitura, Deve incluir bolsa ou embalagem para seu armazenamento e transporte, garantia mínima de 1 ano. Fica acrescido mais 3 unidades.

22/05/2013.

JUCEMARA SCHMITZ

Secretária Municipal da Saúde.

PREFEITURA

Extrato de Termo Aditivo

Nº ADITIVO: 1º Nº CONTRATO: 42/2013

CONTRATADA: Aristeu Olsen ME

OBJETO: supressão de valor: de R\$ 11.475,00 ficando o valor do contrato em R\$ 9.741,00, a contar 1º/04/2013, tendo em vista substituição do veículo ônibus para Kombi, com capacidade de 15 lugares sentados.

Itaiópolis, 23/04/2013,

GERVÁSIO UHLMANN

Prefeito Municipal

Itapiranga

PREFEITURA

Decreto Nº 95, de 21 de Maio de 2013

DECRETO Nº 95, DE 21 DE MAIO DE 2013.

Convoca a VII Conferência Municipal de Assistência Social de Itapiranga/SC.

O Prefeito Municipal de Itapiranga/SC, em conjunto com o Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a VII Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no dia 05 de Junho de 2013, tendo como tema central: "A Gestão e o Financiamento para a efetivação do SUAS".

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta do orçamento vigente da Assistência Social.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 91, de 20 de maio de 2013..

Itapiranga/SC, 21 de maio de 2013.

MILTON SIMON
Prefeito Municipal

ALEXANDRE WITKOSKI ÁVILA
Presidente do COMASI

Publicada em data supra

SÉRGIO LUÍS KESSLER

Secretário Municipal de Administração

Decreto Nº 94, de 21 de Maio de 2013

DECRETO Nº 94, DE 21 DE MAIO DE 2013.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, por conta do "Superávit Financeiro" verificado no exercício anterior e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.803, de 4 de dezembro de 2012:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional complementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, por conta do "Superávit Financeiro" verificado no exercício anterior, na seguinte fonte de recurso: 151 - Recursos Tesouro do Exercício Anterior - Recursos Ordinários, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais):

08.01 - Secretaria Municipal de Transportes
26.782.0150.2044 - Construção e reforma de pontes, pontilhões, bueiros e rodovias
44.90.00.00.00.00.00.0151 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 21 de maio de 2013.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Publicado em data supra.

SERGIO LUIS KESSLER
Secretario Municipal de Administração.

Departamento de Tributos Edital Nº 001/2013

DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS EDITAL Nº 001/2013

Baixa plano para cobrança da contribuição de melhoria, referente execução da Pavimentação asfáltica em ruas da cidade do Município de Itapiranga.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 82, da Lei nº 5.712, de 25.10.66 - Código Tributário Nacional, Decreto-Lei nº 195/67, Lei Complementar n. 25, de 29 de setembro de 2009 - Código Tributário Municipal e Lei Complementar n. 48, de 06 de agosto de 2012, faz saber a quem interessar possa que:

1 – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1.1 - O Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, baixou o presente Edital instituindo plano para cobrança da Contribuição de Melhoria, para fazer face aos custos da Obra de Pavimentação asfáltica nas seguintes ruas:

LOGRADOURO	LARGURA PAVIMENTADA (m)
Rua Irmã Tabita (trecho entre a Rua Tancredo Neves até a estaca 12+19,39mt)	7,98

2 – MEMORIAL DESCRITIVO

2.1 - A execução da obra obedecerá às normas descritas no Memorial Descritivo das Ruas, parte integrante deste Edital para todos os fins e efeitos.

3 – ORÇAMENTO TOTAL DA OBRA

3.1 - Do cômputo, do custo das obras, a que se refere o presente Edital, inclui os materiais e serviços necessários para a execução de pavimentação asfáltica das vias públicas das Ruas supra citadas, a seguir especificada:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	Rua Irmã Tabita
	ÁREA ASFALTADA (EM m²)	2.125,93
1.0	Pavimentação asfáltica em C.B.U.Q. - trecho 1	90.895,92
2.0	Pavimentação asfáltica em C.B.U.Q. - trecho 2	15.715,02
3.0	Sinalização viária	2.417,13
	CUSTO TOTAL EM R\$	109.028,07
	CUSTO POR m²	51,28

4 – DETERMINAÇÃO DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO

4.1 – Do total do custo da obra da rua a municipalidade participará com os custos equivalentes a 50% (cinquenta por cento) e a diferença, correspondente a 50% (cinquenta por cento) do custo da obra, será repassado e cobrado dos contribuintes beneficiados

pela obra, cabendo 25% (vinte e cinco por cento) ao proprietário de cada lado da rua.

4.2 – FÓRMULA A SER APLICADA PARA COBRANÇA DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A fórmula a ser aplicada para o Cálculo da Contribuição de Melhoria e lançada em nome de cada imóvel ou contribuinte é:

Valor a ser cobrado a Título de Contribuição Melhoria =

Largura da Rua X Testada do Lote x Custo m²

4

5 – DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

5.1 - A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, os imóveis confrontantes com as Ruas citadas no ITEM 1 deste edital, que foram valorizados com a execução da obra.

6 – DA FORMA DE PAGAMENTO

6.1 – O pagamento da Contribuição de Melhoria da obra referida neste Edital será efetuado pelos contribuintes, à Fazenda Pública Municipal, obedecendo às seguintes condições:

6.1.1 – Pagamento à vista

A ser pago pelo contribuinte, em cota única, vencendo 10 (dez) dias após efetuada a opção de pagamento, com desconto de 5% (cinco por cento), conforme prevê o § 1º, do artigo 295 da Lei Complementar n. 25, de 29 de setembro de 2009.

6.1.2 – Pagamento parcelado

Para pagamento pelo contribuinte de forma parcelada, conforme disposto nos artigos 295 e 296 da Lei Complementar n. 25, de 29 de setembro de 2009, vencendo a primeira 10 (dez) dias após efetuada a opção de pagamento.

6.2 – O contribuinte deverá comunicar a opção de pagamento ao Setor de Tributos deste Município, até 30 (trinta) dias após o recebimento do aviso de lançamento, para a emissão do respectivo boleto de pagamento ou carnê.

6.3 – Não se manifestando o contribuinte no prazo acima, a contribuição será cobrada a vista de conformidade com o item 6.1.1.

6.4 – O contribuinte que optar pelo pagamento parcelado e que atrasar os recolhimentos das prestações ficará sujeito aos acréscimos previstos em Lei, sendo que a interrupção do pagamento por mais de 3 meses consecutivos implica no cancelamento do parcelamento e na exigibilidade total dos débitos conforme art. 16 da Lei Complementar 48/2012.

7 - DA IMPUGNAÇÃO

7.1 - O Contribuinte poderá impugnar no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste Edital, quaisquer dos elementos acima referidos, e/ou optar por uma forma de pagamento acima especificada.

8 - DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 - Ficam fazendo parte do presente Edital, para todos os fins e efeitos o seguinte anexo:

Anexo I – Memorial descritivo das ruas pavimentadas

8.2 - Demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte junto ao Setor de Tributos deste Município.

8.3 - Este edital entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua publicação no DOM.

Município de Itapiranga(SC), 22 de maio de 2013.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Departamento de Tributos Edital Nº 002/2013**DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS EDITAL Nº 002/2013**

Baixa plano para cobrança da contribuição de melhoria, referente execução da Pavimentação asfáltica em ruas da cidade do Município de Itapiranga.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 82, da Lei nº 5.712, de 25.10.66 - Código Tributário Nacional, Decreto-Lei nº 195/67, Lei Complementar n. 25, de 29 de setembro de 2009 - Código Tributário Municipal e Lei Complementar n. 48, de 06 de agosto de 2012, faz saber a quem interessar possa que:

1 – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1.1 - O Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, baixou o presente Edital instituindo plano para cobrança da Contribuição de Melhoria, para fazer face aos custos da Obra de Pavimentação asfáltica nas seguintes ruas:

LOGRADOURO	LARGURA PAVIMENTADA (m)
Rua Sete de Setembro (entre a Rua São Bonifácio e a estaca 04+20m)	7,98
Rua Sete de Setembro (entre a estaca 04+20m e a estaca 07+17m)	6,12
Servidão Víctor Vicente Reis (entre a Rua Sete de Setembro e a estaca 04+16,17m)	5,00

2 – MEMORIAL DESCRITIVO

2.1 - A execução da obra obedecerá às normas descritas no Memorial Descritivo das Ruas, parte integrante deste Edital para todos os fins e efeitos.

3 – ORÇAMENTO TOTAL DA OBRA

3.1 - Do cômputo, do custo das obras, a que se refere o presente Edital, inclui os materiais e serviços necessários para a execução de pavimentação asfáltica das vias públicas das Ruas supra citadas, a seguir especificada:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	Rua Sete de Setembro
	ÁREA ASFALTADA (EM m²)	1.116,49
1.0	Pavimentação asfáltica em C.B.U.Q. -	55.037,01
2.0	Sinalização viária	1.917,43
	CUSTO TOTAL EM R\$	56.954,44
	CUSTO POR m²	51,01

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	Servidão Dr. Vitor Vicente Reis
	ÁREA ASFALTADA (EM m²)	480,85
2.0	Terraplanagem	2.392,53
3.0	Pavimentação Asfáltica	38.737,78
6.0	Meio fio	6.025,46
7.0	Sinalização viária	1.515,76
	CUSTO TOTAL EM R\$	46.671,53
	CUSTO POR m²	97,06

4 – DETERMINAÇÃO DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO

4.1 – Do total do custo da obra da rua a municipalidade participará com os custos equivalentes a 50% (cinquenta por cento) e a diferença, correspondente a 50% (cinquenta por cento) do custo da obra, será repassado e cobrado dos contribuintes beneficiados pela obra, cabendo 25% (vinte e cinco por cento) ao proprietário de cada lado da rua.

4.2 – FÓRMULA A SER APLICADA PARA COBRANÇA DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A fórmula a ser aplicada para o Cálculo da Contribuição de Melhoria e lançada em nome de cada imóvel ou contribuinte é:

Valor a ser cobrado a Título de Contribuição Melhoria =

Largura da Rua X Testada do Lote x Custo m²

4

5 – DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

5.1 - A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, os imóveis confrontantes com as Ruas citadas no ITEM 1 deste edital, que foram valorizados com a execução da obra.

6 – DA FORMA DE PAGAMENTO

6.1 – O pagamento da Contribuição de Melhoria da obra referida neste Edital será efetuado pelos contribuintes, à Fazenda Pública Municipal, obedecendo às seguintes condições:

6.1.1 – Pagamento à vista

A ser pago pelo contribuinte, em cota única, vencendo 10 (dez) dias após efetuada a opção de pagamento, com desconto de 5% (cinco por cento), conforme prevê o § 1º, do artigo 295 da Lei Complementar n. 25, de 29 de setembro de 2009.

6.1.2 – Pagamento parcelado

Para pagamento pelo contribuinte de forma parcelada, conforme disposto nos artigos 295 e 296 da Lei Complementar n. 25, de 29 de setembro de 2009, vencendo a primeira 10 (dez) dias após efetuada a opção de pagamento.

6.2 – O contribuinte deverá comunicar a opção de pagamento ao Setor de Tributos deste Município, até 30 (trinta) dias após o recebimento do aviso de lançamento, para a emissão do respectivo boleto de pagamento ou carnê.

6.3 – Não se manifestando o contribuinte no prazo acima, a contribuição será cobrada a vista de conformidade com o item 6.1.1.

6.4 – O contribuinte que optar pelo pagamento parcelado e que atrasar os recolhimentos das prestações ficará sujeito aos acréscimos previstos em Lei, sendo que a interrupção do pagamento por mais de 3 meses consecutivos implica no cancelamento do parcelamento e na exigibilidade total dos débitos conforme art. 16 da Lei Complementar 48/2012.

7 – DA IMPUGNAÇÃO

7.1 - O Contribuinte poderá impugnar no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste Edital, quaisquer dos elementos acima referidos, e/ou optar por uma forma de pagamento acima especificada.

8 – DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 - Ficam fazendo parte do presente Edital, para todos os fins e efeitos o seguinte anexo:

Anexo I – Memorial descritivo das ruas pavimentadas

8.2 - Demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte junto ao Setor de Tributos deste Município.

8.3 - Este edital entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua publicação no DOM.

Município de Itapiranga(SC), 22 de maio de 2013.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Departamento de Tributos Edital Nº 003/2013

DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS EDITAL Nº003/2013

Baixa plano para cobrança da contribuição de melhoria, referente execução da Pavimentação asfáltica em ruas da cidade do Município de Itapiranga.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 82, da Lei nº 5.712, de 25.10.66 - Código Tributário Nacional, Decreto-Lei nº 195/67, Lei Complementar n. 25, de 29 de setembro de 2009 - Código Tributário Municipal e Lei Complementar n. 48, de 06 de agosto de 2012, faz saber a quem interessar possa que:

1 – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1.1 - O Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, baixou o presente Edital instituindo plano para cobrança da Contribuição de Melhoria, para fazer face aos custos da Obra de Pavimentação asfáltica nas seguintes ruas:

LOGRADOURO	LARGURA PAVIMENTADA (m)
Rua Carlos Kummer, (entre a estaca 00 e a estaca 13+4 m).	8,00
Rua Antônio Kliemann, (entre a Rua Carlos Kummer e a estaca 07+10 m).	8,00

2 – MEMORIAL DESCRITIVO

2.1 - A execução da obra obedecerá às normas descritas no Memorial Descritivo das Ruas, parte integrante deste Edital para todos os fins e efeitos.

3 – ORÇAMENTO TOTAL DA OBRA

3.1 - Do câputo, do custo das obras, a que se refere o presente Edital, inclui os materiais e serviços necessários para a execução de pavimentação asfáltica das vias públicas das Ruas supra citadas, a seguir especificada:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	RUA CARLOS KUMMER
	ÁREA ASFALTADA (EM m²)	2.130,56
2.0	Terraplanagem (trecho: estaca 09+7,70m até 13+4,00m)	3.124,50
3.0	Pavimentação asfáltica (trecho: estaca 09+7,70m até 13+4,00m)	36.966,49
4.0	Pavimentação asfáltica (trecho: estaca 00+0,00m até 9+7,70m)	71.315,47
6.0	Sinalização viária	3.252,70

6.0	Meio fio	4.760,14
	CUSTO TOTAL EM R\$	119.419,30
	CUSTO POR m²	56,05

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	Rua Antônio Kliemann
	ÁREA ASFALTADA (EM m²)	1.200,26
1.0	Terraplanagem	3.108,38
2.0	Pavimentação Asfáltica	85.850,31
4.0	Sinalização viária	2.014,46
5.0	Meio Fio	9.396,64
5.0	Obras complementares	1.960,00
	CUSTO TOTAL EM R\$	102.329,79
	CUSTO POR m²	85,25

4 – DETERMINAÇÃO DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO

4.1 – Do total do custo da obra da rua a municipalidade participará com os custos equivalentes a 50% (cinquenta por cento) e a diferença, correspondente a 50% (cinquenta por cento) do custo da obra, será repassado e cobrado dos contribuintes beneficiados pela obra, cabendo 25% (vinte e cinco por cento) ao proprietário de cada lado da rua.

4.2 – FÓRMULA A SER APLICADA PARA COBRANÇA DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A fórmula a ser aplicada para o Cálculo da Contribuição de Melhoria e lançada em nome de cada imóvel ou contribuinte é:

Valor a ser cobrado a Título de Contribuição Melhoria =

Largura da Rua X Testada do Lote x Custo m²

4

5 – DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

5.1 - A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, os imóveis confrontantes com as Ruas citadas no ITEM 1 deste edital, que foram valorizados com a execução da obra.

6 – DA FORMA DE PAGAMENTO

6.1 – O pagamento da Contribuição de Melhoria da obra referida neste Edital será efetuado pelos contribuintes, à Fazenda Pública Municipal, obedecendo às seguintes condições:

6.1.1 – Pagamento à vista

A ser pago pelo contribuinte, em cota única, vencendo 10 (dez) dias após efetuada a opção de pagamento, com desconto de 5% (cinco por cento), conforme prevê o § 1º, do artigo 295 da Lei Complementar n. 25, de 29 de setembro de 2009.

6.1.2 – Pagamento parcelado

Para pagamento pelo contribuinte de forma parcelada, conforme disposto nos artigos 295 e 296 da Lei Complementar n. 25, de 29 de setembro de 2009, vencendo a primeira 10 (dez) dias após efetuada a opção de pagamento.

6.2 – O contribuinte deverá comunicar a opção de pagamento ao Setor de Tributos deste Município, até 30 (trinta) dias após o recebimento do aviso de lançamento, para a emissão do respectivo boleto de pagamento ou carnê.

6.3 – Não se manifestando o contribuinte no prazo acima, a contribuição será cobrada a vista de conformidade com o item 6.1.1.



6.4 – O contribuinte que optar pelo pagamento parcelado e que atrasar os recolhimentos das prestações ficará sujeito aos acréscimos previstos em Lei, sendo que a interrupção do pagamento por mais de 3 meses consecutivos implica no cancelamento do parcelamento e na exigibilidade total dos débitos conforme art. 16 da Lei Complementar 48/2012.

7 - DA IMPUGNAÇÃO

7.1 - O Contribuinte poderá impugnar no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste Edital, quaisquer dos elementos acima referidos, e/ou optar por uma forma de pagamento acima especificada.

8 - DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 - Ficam fazendo parte do presente Edital, para todos os fins e efeitos o seguinte anexo:

Anexo I – Memorial descritivo das ruas pavimentadas

8.2 - Demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte junto ao Setor de Tributos deste Município.

8.3 - Este edital entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua publicação no DOM.

Município de Itapiranga(SC), 22 de maio de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

Ata do Pregão Presencial Nº 014.2013, Processo Licitatório Nº 038.2013

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2013, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2013 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Aos 21/05/2013, a partir das 09:30 horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itapoá, fizeram-se presentes a Pregoeira Oficial do Município, a Sra. FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros SOLAMIR COELHO, VALÉRIO PACHECO, ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL, nomeados pelo DECRETO Nº 1896/2013, juntamente com o apoio da servidora SANDRA REGINA FERNANDES DA SILVA da Secretaria de educação e da Dra. SYBELLE LEICHSENRING, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 014/2013, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA USO NA SECRETARIA DE EDUCACAO, CENTRO DE PREPARACAO DA ALIMENTACAO ESCOLAR, ESCOLAS DA EDUCACAO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. No horário definido no Edital, a Pregoeira iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Empresas Participantes (Credenciadas)
BRIOVILLE COMERCIO DE MAT. DE LIMPEZA LTDA
YAMA OLIVEIRA BRENNEISEN RODRIGUES ME
AMANDA COMERCIO DE PAPEIS E EMBALAGENS LTDA
JP DE LIMA COMERCIO
JOAO DE OLIVEIRA MARTINS ME
KLEBER DE MOURA DALABONA & CIA LTDA ME
LUIZ MINIOLLI NETTO EPP

Representantes
SILVIO CRISPIM
EDENIR DE AQUINO RODRIGUES
BENONI FRANCISCO DUARTE
JULIANO DOS SANTOS
JOSE EDILSON DOS PASSOS
NÃO CREDENCIADO
NÃO CREDENCIADO

Analisados os documentos foram achados conforme, restando desclassificadas as empresa(s):

Empresas (Não Credenciadas)	Motivo:
KLEBER DE MOURA DALABONA & CIA LTDA ME	Representante não compareceu e não apresentou 3º envelope (Item nº 5.6.1)
LUIZ MINIOLLI NETTO EPP	Protocolou o envelope com 14 minutos de atraso

Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas todas as propostas foram achadas conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos, chegando-se aos devidos lances:

Itens	Vencedor	Vlr Lance	Vlr Negociado
1	YAMA OLIVEIRA BRENNEISEN RODRIGUES ME	3,4500	0,0000
2	BRIOVILLE COMERCIO DE MATERIAIS DE LIMPE	2,9900	0,0000
3	BRIOVILLE COMERCIO DE MATERIAIS DE LIMPE	10,5700	0,0000
4	BRIOVILLE COMERCIO DE MATERIAIS DE LIMPE	55,9800	0,0000
5	JOAO DE OLIVEIRA MARTINS ME	3,0000	0,0000
8	YAMA OLIVEIRA BRENNEISEN RODRIGUES ME	1,7500	0,0000
9	JOAO DE OLIVEIRA MARTINS ME	53,5000	0,0000

10	YAMA OLIVEIRA BRENNEISEN RODRIGUES ME	9,9000	0,0000
11	BRIOVILLE COMERCIO DE MATERIAIS DE LIMPE	7,5600	0,0000
12	JOAO DE OLIVEI- RA MARTINS ME	24,0000	0,0000
13	YAMA OLIVEIRA BRENNEISEN RODRIGUES ME	9,9000	0,0000
14	JOAO DE OLIVEI- RA MARTINS ME	1,5000	0,0000
15	JOAO DE OLIVEI- RA MARTINS ME	2,4800	0,0000
17	BRIOVILLE COMERCIO DE MATERIAIS DE LIMPE	2,0500	0,0000
18	YAMA OLIVEIRA BRENNEISEN RODRIGUES ME	1,0800	0,0000
19	YAMA OLIVEIRA BRENNEISEN RODRIGUES ME	1,6900	0,0000
20	YAMA OLIVEIRA BRENNEISEN RODRIGUES ME	0,8900	0,0000
21	YAMA OLIVEIRA BRENNEISEN RODRIGUES ME	4,7900	0,0000
22	YAMA OLIVEIRA BRENNEISEN RODRIGUES ME	8,5000	8,4900
23	YAMA OLIVEIRA BRENNEISEN RODRIGUES ME	9,4500	0,0000
24	YAMA OLIVEIRA BRENNEISEN RODRIGUES ME	2,4900	0,0000
25	YAMA OLIVEIRA BRENNEISEN RODRIGUES ME	14,6800	0,0000
26	YAMA OLIVEIRA BRENNEISEN RODRIGUES ME	17,4900	0,0000
27	YAMA OLIVEIRA BRENNEISEN RODRIGUES ME	17,5000	0,0000
29	YAMA OLIVEIRA BRENNEISEN RODRIGUES ME	1,6200	0,0000
30	YAMA OLIVEIRA BRENNEISEN RODRIGUES ME	1,6200	0,0000
31	YAMA OLIVEIRA BRENNEISEN RODRIGUES ME	1,6200	0,0000
32	JOAO DE OLIVEI- RA MARTINS ME	3,0000	0,0000
33	YAMA OLIVEIRA BRENNEISEN RODRIGUES ME	2,5600	0,0000
34	YAMA OLIVEIRA BRENNEISEN RODRIGUES ME	124,2000	0,0000

35	JOAO DE OLIVEI- RA MARTINS ME	3,0000	0,0000
36	YAMA OLIVEIRA BRENNEISEN RODRIGUES ME	17,0000	0,0000
38	JOAO DE OLIVEI- RA MARTINS ME	7,0000	0,0000
39	JOAO DE OLIVEI- RA MARTINS ME	6,5000	0,0000
40	YAMA OLIVEIRA BRENNEISEN RODRIGUES ME	4,4900	0,0000
41	YAMA OLIVEIRA BRENNEISEN RODRIGUES ME	12,0000	0,0000
42	BRIOVILLE COMERCIO DE MATERIAIS DE LIMPE	16,4000	0,0000
43	BRIOVILLE COMERCIO DE MATERIAIS DE LIMPE	12,9900	0,0000
44	JOAO DE OLIVEI- RA MARTINS ME	0,2550	0,0000
45	JOAO DE OLIVEI- RA MARTINS ME	0,0900	0,0000
46	YAMA OLIVEIRA BRENNEISEN RODRIGUES ME	0,0800	0,0000
47	BRIOVILLE COMERCIO DE MATERIAIS DE LIMPE	13,9600	0,0000
48	JOAO DE OLIVEI- RA MARTINS ME	3,0000	0,0000
49	JOAO DE OLIVEI- RA MARTINS ME	29,5000	0,0000
50	YAMA OLIVEIRA BRENNEISEN RODRIGUES ME	8,0000	0,0000
51	JOAO DE OLIVEI- RA MARTINS ME	5,3000	0,0000
52	JOAO DE OLIVEI- RA MARTINS ME	7,9000	0,0000

Encerrados os lances verbais, foram abertos os envelopes de documentação das empresas ofertantes dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que com a exceção da(s) empresa(s):

Empresas Inabilitadas fase habilitação	Motivo:
AMANDA COMERCIO DE PAPEIS E EMBALAGENS LTDA	Não apresentou a documentação exigida para os itens descritos no item nº 6.6.6.8 (Alvará de funcionamento) e item nº 6.6.7.1 (Certidão de falência e concordata) do edital.
Empresas que tiveram itens desclassificados	Motivo
JOAO DE OLIVEIRA MARTINS ME	Não apresentou a documentação exigida para os itens descritos no item nº 6.6.6.10 (AFE) 03, 04, 11, do edital.

YAMA OLIVEIRA BRENNEISEN RODRIGUES ME	Não apresentou a documentação exigida para os itens descritos no item nº 6.6.6.10 (AFE) para os itens nº 3,4,11 do edital.
---------------------------------------	--

Todas demais empresas demonstraram atender as exigências editalícias, sendo habilitadas para este certame. Verificando vencedoras portanto, as empresas citadas abaixo:

Vencedor	Vlr Total
BRIOVILLE COMERCIO DE MATERIAIS DE LIMPE	20.348,0100
YAMA OLIVEIRA BRENNEISEN RODRIGUES ME	24.189,3000
JOAO DE OLIVEIRA MARTINS ME	22.546,9600

Finalizada a etapa competitiva e habilitadas a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. O representante credenciado da Empresa BRIOVILLE COMERCIO DE MATERIAIS DE LIMPE manifestou interesse em interpor recurso, contra a habilitação da empresa JOAO DE OLIVEIRA MARTINS ME que o fez da seguinte forma: não concordo com a decisão da pregoeira e equipe de apoio em aceitar e autenticar no certame um documento apresentado pela empresa (Certidão de falência e concordata) que não estava autenticada no momento da sessão, e aceitou os registros dos produtos da empresa YAMA OLIVEIRA BRENNEISEN RODRIGUES ME, que estavam no envelope propostas de preços, onde deveriam estar no envelope da habilitação, que conforme determina o edital. Foi chamado o representante da empresa YAMA OLIVEIRA BRENNEISEN RODRIGUES ME, se manifestou que: na verdade 99% das licitações que participa sempre é determinado que os registros da ANVISA sejam juntos aos envelopes de propostas, e que neste edital, constava na habilitação o qual não significava tal finalidade, porém nada houve prejuízo ao Município, ao contrario trouxe beneficio pois a empresa o qual esta sendo contestada apresentou o menor preço, primando pelo principio da economicidade, e não do formalismo excessivo se assim fosse inabilitada pelo fator tão irrisório, a pregoeira aceita suas razões e as toma com sua. Na sequencia foi convocado o representante da empresa JOAO DE OLIVEIRA MARTINS ME, que assim se manifestou: os documentos foram apresentados no momento certo para autenticação no setor do protocolo do Município, e com a servidora que autenticava documentos estava uma criança ao seu lado que brincava, e a servidora foi entregue todos os documentos necessários da habilitação da licitação e mesma deixou de autenticar somente uma certidão (certidão de falência e concordata), que no ato as sessão apresentei a Pregoeira e a mesma verificou sua autenticidade, pois tratava-se da original. A pregoeira oficial do Município resolveu autenticar tal documento por a falha ter sido do Município, e não deixaria de aceitar a proposta mais vantajosa para o Município por simples formalismo excessivo. Motivo pelo qual fica abre-se o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ao) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) – A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) – A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) - Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) - Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. A Pregoeira adjudica o objeto da licitação às empresas vencedoras supra indicadas. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 21/05/2013.
FERNANDA CRISTINA ROSA
Pregoeira Oficial do Município

Equipe de Apoio	
SOLAMIR COELHO	ISABELA RAICIK DUTRA POHL
VALERIO PACHECO	

Presentes na Sessão	
SANDRA REGINA FERNANDES DA SILVA	SYBELLE LEICHSENRING

Assinantes	
Representantes	Assinatura
.BRIOVILLE COMERCIO DE MATERIAIS DE LIMPE	.
.YAMA OLIVEIRA BRENNEISEN RODRIGUES ME	.
.AMANDA COMERCIO DE PAPEIS E EMBALAGENS L	.
.JP DE LIMA COMERCIO	.
.JOAO DE OLIVEIRA MARTINS ME	.

Ata do Pregão Presencial Nº 015/2013, Processo Licitatório Nº 039/2013

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2013, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2013 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Aos 22/05/2013, a partir das 09:30 horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itapoá, fizeram-se presentes a Pregoeira Oficial do Município, a Sra. FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros ISABELA RAICIK DUTRA POHL, MARCIANE RECH, JULIANA CRISTINA SOARES SPECK, nomeados pelo DECRETO Nº 1896/2013, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 015/2013, que tem como objeto a CONTRAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE VIGILANCIA E SEGURANCA PATRIMONIAL COM MONITORAMENTO ELETRONICO DE ALARME PARA A SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA, CONFORME ESPECIFICACOES CONSTANTES NO ANEXO V DO EDITAL. No horário definido no Edital, a Pregoeira iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Empresas Participantes (Credenciadas)	
CASVIG - CATARINENSE DE SEGUR. E VIG. LTDA	
Representantes (Credenciados)	
ALESSANDRA DO REGO MADEIRA	

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foi aberto o envelope de Proposta de Preços da empresa licitante para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisada a proposta foi achada conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, fica a licitante vencedora responsável pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos, chegando-se aos devidos lances:

Itens	Vencedor	Vlr Lance	Vlr Negociado
1	CASVIG - CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGI	15.385,9000	0,0000
2	CASVIG - CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGI	2.000,0000	0,0000

Encerrados os lances verbais, foi aberto o envelope de documentação da empresa ofertante do menor preço, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que a empresa demonstrou atender as exigências editalícias, sendo habilitada para este certame. Verificando vencedora portanto, a empresa citada abaixo:

Vencedor	Vlr Total
CASVIG - CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGI	208.630,8000

Finalizada a etapa competitiva e habilitada a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(o) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) – A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) – A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) - Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) - Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. A Pregoeira adjudica o objeto da licitação às empresas vencedoras supra indicadas. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 22/05/2013.
FERNANDA CRISTINA ROSA
Pregoeira Oficial do Município

Equipe de Apoio
ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL
MARCIANE RECH
JULIANA CRISTINA SOARES SPECK

Assinantes	
Representantes	Assinatura
..CASVIG - CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGI	

Aviso de Alteração de Edital Pregão Presencial Nº 08/2013 - Registro de Preços Nº 08/2013 - Processo Nº 26/2013

AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL E DE REABERTURA DE PRAZO PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2013 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2013 - PROCESSO Nº 26/2013: OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de 02 (duas) retroescavadeira, com aproximadamente 2000 horas, e 01 (uma) escavadeira hidráulica com aproximadamente 1500 horas, para abertura e limpeza de valas, limpeza de ruas e colocação de tubos, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital

Em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 21 da Lei nº 8.666/93, o Município de Itapoá torna pública as alterações promovidas no edital do Pregão nº 08/2013.

Faz-se as seguintes as seguintes considerações e modificações ao edital:

Aonde consta "Menor preço global", pág. 01 e 03 do edital;

TERMO DE REFÊNCIA PLANO DE TRABALHO

LOTE Nº 01 – SERVIÇOS DE 02 RETROESCAVADEIRA CONDIÇÕES GERAIS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

Aonde consta:

c) Colocação de tubos: Os serviços de colocação de tubos deverá ser executado com gancho apropriado com o auxílio de 02 (dois) ajudantes sendo estes dois disponibilizados pelo Município, e após o término da colocação deverá ser executado o aterro sobre os tubos colocados nas referidas valas. (pág. 25);

LOTE Nº 02 – SERVIÇOS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA

Aonde consta:

III – Não estar com pneus demasiadamente carecas ou com cortes, (pág. 26);

A errata do edital, com a indicação das alterações, passará a vigorar da seguinte forma:

"Menor preço por lote/item", pág. 01 e 03 do edital;

TERMO DE REFÊNCIA PLANO DE TRABALHO

LOTE Nº 01 – SERVIÇOS DE 02 RETROESCAVADEIRA CONDIÇÕES GERAIS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

c) Colocação de tubos: Os serviços de colocação de tubos deverá ser executado com gancho apropriado com o auxílio de 02 (dois) ajudantes sendo estes dois disponibilizados pela Contratada, e após o término da colocação deverá ser executado o aterro sobre os tubos colocados nas referidas valas. (pág. 25);

LOTE Nº 02 – SERVIÇOS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA

III – Partes rodantes em perfeito estado, (pág. 26);

Em virtude do recurso impetrado pela empresa: LMC Transporte, Terraplanagem e Locação Ltda EPP, prot. nº 1703/2013, julgado improvido, porém pelas razões apresentadas necessário foi a apresentação de nova justificativa do objeto a ser contrato, que culminou pela presente errata, o qual altera do lote nº 02 (Serviços de escavadeira hidráulica) em todos os seus termos e locais do edital:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Marca objeto	Valor Máximo Unitário	Valor Total
2	Serviços de 01 (uma) escavadeira hidráulica, peso operacional de médio porte (incluindo máquinas de 15, 16 e 17) toneladas, potência mínima do motor para 95 CV, ano de fabricação não inferior a 2010 com operador, combustível, manutenção, e seguros, para abertura de valas e ruas, e limpeza de canais extravasores e rios.	Horas	1500		R\$ 130,00	R\$195.000,00

Os envelopes com as propostas e documentos de habilitação devem ser protocolados no imprerterivelmente até às 09h:00min do dia 10 de junho de 2013 no setor de Protocolo do Órgão Tributário da Prefeitura Municipal de Itapoá. O Município não se responsabiliza por envelopes protocolados fora do prazo, sendo inabilitado de pronto as licitantes que perderem o horário de recebimento do protocolo, na sede da Prefeitura Municipal de Itapoá, conforme edital.

Às 09h:30min do dia 10/06/2013, exclusivamente para o credenciamento e início da sessão de abertura dos envelopes de proposta e sessão de lances livres.

Itapoá, 22 de maio de 2013.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
PREFEITO MUNICIPAL

Edital de Pregão Presencial Nº 19/2013 - Medicamentos

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2013
REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2013
PROCESSO Nº 47/2013

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO que, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço por Item, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal Nº 877/2009, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar Nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 09h00min estará recebendo o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h30min, do dia 07/06/2013, na sala do Departamento de Licitações e Contratos, Rua Mariana Michels Borges (960) nº 201, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, estará fazendo a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável para a participação no certame para a

Aquisição de medicamentos para distribuição e uso nas Unidades Básicas de Saúde e Pronto Atendimento 24 Horas, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital. O Edital poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link "pregão", ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças - Licitações e Contratos das 08h00min às 14h00min.

Itapoá, 21 de maio de 2013.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

CRISTIAN ANGELO GRASSI
SECRETÁRIO DE SAÚDE

Edital de Pregão Presencial Nº 20/2013 Processo Nº 48/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2013
PROCESSO Nº 48/2013

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço Global, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 10h:00min estará recebendo o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 10h:30min do dia 06 de junho de 2013, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, estará fazendo a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável para a participação no certame para a Aquisição de 01 (um) veículo tipo sedan, para compor a frota municipal em atendimento a Secretaria de saúde da Prefeitura Municipal de Itapoá, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital. O Edital poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link "pregão", ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças - Licitações e Contratos das 08h às 14h.

Itapoá, 22 de maio de 2013.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
Município de Itapoá/SC
Prefeito Municipal

Joaçaba

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 237 de 13 de Maio de 2013.

LEI COMPLEMENTAR Nº 237 DE 13 DE MAIO DE 2013.
ALTERA A LEI COMPLEMENTAR N. 209 DE 24 DE OUTUBRO DE 2011 QUE DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito em exercício do Município de Joaçaba (SC),

Faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores, conforme art. 18, inciso II da Lei Orgânica Municipal, apresentou e votou o seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º - O caput do art. 16 da Lei Complementar n. 209 de 24 de outubro de 2011 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 16 - O Auxiliar Financeiro, cargo efetivo, passará a ter a denominação de Analista de Compras e Licitações, cargo efetivo de nível superior e desenvolverá as seguintes atividades, sob a direção da Presidência:"

Art. 2º - O §1º do art. 16 da Lei Complementar n. 209 de 24 de outubro de 2011 passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º - O cargo de Auxiliar Financeiro, o qual, na época do concurso anterior, exigia nível médio, passará a ter a denominação de Analista de Compras e Licitações, exigindo-se nível superior e será ocupado pelo atual funcionário até sua aposentadoria."

Art. 3º - O §1º do art. 20 da Lei Complementar n. 209 de 24 de outubro de 2011 passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º - Os cargos de Auxiliar Financeiro e Auxiliar Administrativo serão enquadrados no ato de publicação da presente Lei Complementar, com nova denominação: Analista de Compras e Licitações e Auxiliar Legislativo respectivamente, conforme Anexo I e V."

Art. 4º - O §1º do art. 23 da Lei Complementar n. 209 de 24 de outubro de 2011 passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º - Os cargos de Auxiliar Administrativo e Auxiliar Financeiro, extintos na publicação da mesma, terão seus ocupantes enquadrados para os cargos de Auxiliar Legislativo e Analista de Compras e Licitações, respectivamente, sendo seus vencimentos enquadrados conforme anexo VII."

Art. 5º - Nos anexos I e V da Lei Complementar n. 209 de 24 de outubro de 2011 onde a consta a denominação do cargo como "Analista Administrativo", passa a vigorar a nova denominação do cargo como "Analista de Compras e Licitações".

Art. 6º. Esta lei entra em vigor a partir da data da sua publicação, com efeitos retroativos a 09 de maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Joaçaba, SC, em 13 de maio de 2013.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

Editais Sorteios Subcomissão Técnica TP 8/2013/PMJ - PL 44/2013/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)

EDITAL DE DIVULGAÇÃO DE SORTEIO DA SUBCOMISSÃO TÉCNICA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/2013/PMJ

TOMADA DE PREÇOS Nº 8/2013/PMJ

O município de Joaçaba - SC, através do Prefeito Rafael Laske, COMUNICA que no dia 06/06/2013 (quinta-feira), às 16 horas, será realizado na Sala do Setor de Licitações da Prefeitura, localizada na Avenida XV de Novembro, 378 - Centro, o sorteio dos 03 (três) integrantes da Subcomissão Técnica para Auxiliar a Comissão Permanente de Licitação no julgamento das Propostas Técnicas, do Processo licitatório nº 44/2013/PMJ - Tomada de Preços 8/2013/PMJ, cujo objeto é a "contratação de agência de propaganda para a prestação dos serviços de estudo, planejamento, conceituação, concepção, criação, execução, e a intermediação e supervisão da execução externa, bem como a distribuição de publicidade institucional de cunho informativo aos veículos e demais meios de

comunicação com o objetivo de promover e difundir os atos da Administração ao público em geral, dentro dos parâmetros definidos no §1º do art. 37 da Constituição Federal e de conformidade com o determinado pelo art. 2º, § 1º, incisos I, II e III, da Lei 12.232/2010."

Com o intuito de constituir Subcomissão Técnica, o município informa a relação dos profissionais, que participarão da lista para o mencionado sorteio:

Relação de Profissionais:

1 - Paulo Afonso Rodrigues da Silva - Jornalista, gerente de comunicação social da Prefeitura de Joaçaba por 5 anos. Atuou como repórter em jornais de grande circulação, foi assessor de imprensa da Liesjho e Prefeitura de São Joaquim.

2 - Nelson Paulo dos Santos - Radialista, diretor geral da Rádio Sociedade Catarinense. Atua no ramo de comunicação há mais de 15 anos, passando por televisão e outros veículos.

3 - Marcelo Santos - Jornalista, repórter e assessor de imprensa da Câmara de Dirigentes Lojistas de Joaçaba.

4 - Gustavo Deon - Jornalista, professor dos cursos de Comunicação Social da Unoesc.

5 - Mayelle Hall - Jornalista, assessora de imprensa da Secretaria Regional de Joaçaba.

6 - Sílvia Simi dos Santos - Publicitária, Coordenadora do Curso de Comunicação Social da Unoesc Joaçaba.

7 - Alessandra Zilio - Publicitária, com Pós Graduação em Marketing e Propaganda, atuando no mercado há 11 anos e atualmente atuando na área de consultoria de forma autônoma.

8 - Guilherme Dezcka - Publicitário, Coordenador de Planejamento, Engage Eventos na empresa Grupo RBS. Formando em MBA em Marketing na instituição de ensino Fundação Getúlio Vargas.

9 - Carla Dildey - Jornalista, Assessora de Comunicação do Consórcio Machadinho.

Para os fins do cumprimento do disposto no artigo 10 da citada lei, até 48 (quarenta e oito) horas antes da sessão pública destinada ao sorteio, qualquer interessado poderá impugnar pessoa integrante da relação a que se referem os § 2º, 3º e 4º deste artigo, mediante fundamentos jurídicos.

A sessão pública será realizada, garantidos o cumprimento do prazo mínimo previsto no § 4º deste artigo e a possibilidade de fiscalização do sorteio por qualquer interessado.

O sorteio será processado de modo a garantir o preenchimento das vagas da subcomissão técnica, de acordo com a proporcionalidade do número de membros que mantenham ou não vínculo com o órgão ou entidade responsável pela licitação, nos termos dos § 1º, 2º e 3º deste artigo.

Joaçaba - SC, 21 de maio de 2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Inexigibilidade 3/2013/PMJ - Homologada Em 20/05/2013

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 48/2013/PMJ

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 3/2013/PMJ

1 - DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para o fornecimento, sob a forma de cessão de uso de software, de sistema que permita à geração e à disponibilização no site da Prefeitura de Joaçaba, da base de dados contendo a legislação do Município de Joaçaba, incluindo o texto integral das leis, mecanismos de busca e de remissão (referências entre as normas incluídas), bem como a consolidação por dentro do texto.

2 - DA JUSTIFICATIVA

A inexigibilidade de licitação para contratação do objeto acima citado justifica-se pela ampla busca da legislação pela população em geral, sendo que a disponibilização das leis no site da Prefeitura de Joaçaba se torna imprescindível para todos os setores da Administração, em virtude dos trabalhos desempenhados à luz da legislação municipal, bem como, outros órgãos públicos e a própria população.

Existe viabilidade de que a contratação ocorra na forma de inexigibilidade de licitação uma vez que vários órgãos públicos de toda a extensão brasileira também usaram de tal expediente por não haver outra empresa que ofereça serviço de tal natureza, conforme extratos em anexo.

3 - DA EMPRESA CONTRATADA

LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.725.725/0001-35, estabelecida na Rua 220, nº 200, Centro, no Município de Itapema (SC), neste ato representada pelo Sr. CARLITO MELLO DE LIZ, portador da Carteira de Identidade nº 220.562/SC e CPF nº 181.488.089-53, residente e domiciliado na Rua 288, nº 350, Bairro Meia Praia, na cidade de Itapema (SC),

4 - DO VALOR CONTRATADO

Fica contratado o valor mensal de R\$ 836,19 (oitocentos e trinta e seis reais e dezenove centavos) para a execução do objeto, conforme a proposta apresentada para o referido processo, sendo que o mesmo deverá ser pago conforme estabelecido no contrato.

5 - DO FUNDAMENTO LEGAL

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93, em especial o disposto no art. 25, inciso II.

6 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas provenientes da execução desta contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO

2.067 - MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
166 - 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.0 - OUTRAS DESP. CORRENTES - Aplicações diretas

Joaçaba (SC), em 08 de maio de 2013.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
MARCOS WEISS
Prefeito em exercício



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de e-mail para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

www.ciga.sc.gov.br

Termo de Homologação Inexigibilidade 3/2013/PMJ - PL 48/2013/PMJ

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA CNPJ: 82.939.380/0001-99 AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nr.: 3/2013 - IL Processo Administrativo: 48/2013 Processo de Licitação: 48/2013 Data do Processo: 06/05/2013
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 48/2013
b) Licitação Nr.: 3/2013-IL
c) Modalidade: Inexigibilidade de Licitação
d) Data Homologação: 20/05/2013
e) Data da Adjudicação: 20/05/2013 Sequência: 1
f) Objeto da Licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO, SOB A FORMA DE CESSÃO DE USO DE SOFTWARE, DE SISTEMA QUE PERMITA À GERAÇÃO E À DISPONIBILIZAÇÃO NO SITE DA PREFEITURA DE JOAÇABA, DA BASE DE DADOS CONTENDO A LEGISLAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, INCLUINDO O TEXTO INTEGRAL DAS LEIS, MECANISMOS DE BUSCA E DE REMISSÃO (REFERÊNCIAS ENTRE AS NORMAS INCLUÍDAS), BEM COMO A CONSOLIDAÇÃO POR DENTRO DO TEXTO.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

LIZ SERVICOS ONLINE LTDA (7888)

1 FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, SOB A FORMA DE CESSÃO DE USO DE SOFTWARE, DE SISTEMA QUE PERMITA À GERAÇÃO E À DISPONIBILIZAÇÃO NO SITE DA PREFEITURA DE JOAÇABA, DA BASE DE DADOS CONTENDO A LEGISLAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, INCLUINDO O TEXTO INTEGRAL DAS LEIS, MECANISMOS DE BUSCA E DE REMISSÃO (REFERÊNCIAS ENTRE AS NORMAS INCLUÍDAS), BEM COMO A CONSOLIDAÇÃO POR DENTRO DO TEXTO. OBS.: PERÍODO DE CONTRATAÇÃO: 20/05/2013 A 31/12/2013.	VM	1	-	836,19	836,19
--	----	---	---	--------	--------

Total do Fornecedor: 836,19

Total Geral: 836,19

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.067.3.3.90.00.00.00.00 (166)

Joaçaba, 20 de Maio de 2013.

RAFAEL LASKE - PREFEITO

Extrato Contrato 67/2013/PMJ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 67/2013/PMJ

PL 48/2013/PMJ - INEXIGIBILIDADE 3/2013/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA

CONTRATADA: LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA

OBJETO: Fornecimento pela CONTRATADA, sob a forma de cessão de uso de software, de sistema que permita à geração e à disponibilização no site da Prefeitura de Joaçaba, da base de dados contendo a legislação do Município de Joaçaba, incluindo o texto integral das leis, mecanismos de busca e de remissão (referências entre as normas incluídas), bem como a consolidação por dentro do texto.

VALOR TOTAL CONTRATADO: O valor mensal ora contratado é de R\$ 836,19 (oitocentos e trinta e seis reais e dezenove centavos), de acordo com o preço consignado na proposta apresentada.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO

2.067 - MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

166 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - OUTRAS DESP.

CORRENTES - Aplicações Diretas.

VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência até o dia 31/12/2013, com início imediato a partir da assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado até o limite de 48 (quarenta e oito) meses.

DATA DE ASSINATURA: 20/05/2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Editais de Notificação

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

001/2013

Diante da impossibilidade de notificação via correios e na residência, do lançamento tributário, notificamos o contribuinte 43480-DARCI SERNAJOTTO, que foram efetuados os lançamentos complementares do imposto predial e taxa de coleta de lixo e multa do Artigo 34 do CTM, do exercício de 2012, dos imóveis com cadastros n. 27631 e 34940, localizados na Rua Paulo Schneider, 42, Loteamento Armino de Medeiros Haro, São Brás, conforme apurado na Notificação de Lançamentos nº 120/2013, constatou-se conforme vistoria efetuada no local.

Valores e maiores informações estão à disposição no Setor de Cadastro/IPTU da Prefeitura Municipal de Joaçaba/SC.

Joaçaba/SC, 20 de Maio de 2012.

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO

Secretária de Gestão Financeira

EDUARDO BARBOSA

Chefe do Setor de CADASTRO/IPTU

SIMAE**Contrato JHL 0041/2013**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0041/2013

PREGÃO PRESENCIAL 0017/2013

LICITAÇÃO 0021/2013

PROTOCOLO Nº1099/2013

Data: 21/05/2013

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MONTAGEM DE BARRILETES DE SUÇÃO E CONJUNTO MOTOR

BOMBA DAS EAT-008(LUZERNA) E EAT-006(JOAÇABA) DE PROPRIEDADE DO SIMAE.

Valor Total do Contrato: R\$ 14.400,00 (Catorze mil e quatrocentos reais).

PROGRAMA: 14.01.1.051

ELEMENTO: 4.4.90.51.99.00

Prazo de vigência: 90 dias após emissão da ordem de serviço.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente do SIMAE.

PEGAS

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CRES e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br

Homologação Pr17/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 17/2013 - PR Processo Administrativo: 21/2013 Processo de Licitação: 21/2013 Data do Processo: 25/04/2013
Folha: 1/1	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 21/2013
b) Licitação Nr.: 17/2013-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 21/05/2013
e) Data da Adjudicação: 21/05/2013 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MONTAGEM DE BARRILETES DE SUÇÃO DA EAT-008 E DA EAT-006 DE PROPRIEDADE DO SIMAE.

			(em Reais R\$)
g) Fornecedores e Itens Vencedores:	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Desccto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 007990 - FIORIN USINAGENS LTDA ME	<u>2</u>	0,0000	<u>14.400,00</u>
	2		14.400,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.051.4.4.90.00.00.00.00.00 (3), 1.051.4.4.90.00.00.00.00.00 (31)

Joaçaba, 21 de Maio de 2013.

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

Lages

PREFEITURA

Dispensa de Licitação 66/2013 - FCL

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 66/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 65/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação do HIGOR MUNIZ para apresentação artística no Recanto do Pinhão durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 25 de Maio de 2013, às 10.00 hs, e dia 30 de maio de 2013, às 18.00 hs, no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 29 de abril de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 29 de abril de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 64/2013 - FCL

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 64/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 64/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação do GIANCARLO ORSOLETTA & PAULO ZAGO para apresentação artística no Recanto do Pinhão durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 22 de Maio de 2013, às 19.00 hs, no valor de R\$ 1.300,00 (hum mil e trezentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 29 de abril de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez

que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 29 de abril de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 61/2013 - FCL

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 61/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 61/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação do ZÉ CARLOS para apresentação artística no Recanto do Pinhão durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 21 de Maio de 2013, às 19.00 hs, no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 29 de abril de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 29 de abril de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 62/2013 - FCL

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 62/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 62/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação do BRUNO ANTUNES para apresentação artística no Recanto do Pinhão durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 21 de Maio de 2013, às 10.00 hs, dia 26 de maio de 2013, às 11.00 hs, e dia 01 de junho de 2013, às 18.00 hs, no valor de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 29 de abril de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade

com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 29 de abril de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 63/2013 - FCL

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 63/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 63/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação do CLYNTON para apresentação artística no Recanto do Pinhão durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 22 de Maio de 2013, às 11.00 hs, no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 29 de abril de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 29 de abril de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 67/2013 - FCL

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 67/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 67/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação do OSCAR MASSITA para apresentação artística no Recanto do Pinhão durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 25 de Maio de 2013, às 15.00 hs, no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 29 de abril de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade

com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 29 de abril de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 68/2013- FCL

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 68/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 68/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação do MUSICAL SERTAMIX para apresentação artística no Recanto do Pinhão durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 25 de Maio de 2013, às 18.00 hs, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 29 de abril de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 29 de abril de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 69/2013 - FCL

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 69/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 69/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação do CARLOS CASTELLI E BANDA para apresentação artística no Recanto do Pinhão durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 28 de Maio de 2013, às 18.00 hs, no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 29 de abril de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus,

Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 29 de abril de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 70/2013 - FCL
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 70/2013
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES - MODALIDADE INEXIGIBILIDADE
ATO DE DECLARAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 70/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso III da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para contratação do YURI RICARDO para apresentação artística no Recanto do Pinhão durante a 25ª Festa Nacional do Pinhão, no dia 29 de Maio de 2013, às 10.00 hs, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 29 de abril de 2013.
MAURICIO NEVES DE JESUS
Fundação Cultural de Lages

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 29 de abril de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

PP 24-2013 SMS
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
Diretoria de Licitações e Contratos
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 24-2013 SMS

Objeto: Aquisição de Equipamentos e Móveis
Tipo: Menor Preço Por Lote
Abertura: 02/07/2013 às 13:30
Valor Estimado: R\$ 179.000,00

A retirada obter-se-á na Diretoria de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00 ou pelo site www.lages.sc.gov.br, sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 21 de maio de 2013.
PEDRO MARCOS ORTIZ
Secretário de Administração

Lebon Régis

PREFEITURA

Portaria Nº 370/2013

PORTARIA Nº 370 DE 20 DE MAIO DE 2013
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR A PEDIDO, MARCIO ALVES ROSA, do cargo de Motorista, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, a partir de 20/05/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 20 de maio de 2013.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 20 de maio de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 371/2013

PORTARIA Nº 371 DE 21 DE MAIO DE 2013
CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR MARILETE NOGUEIRA, para exercer o cargo de SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 21/05/2013, ficando sua vaga vinculada ao afastamento de Rosangela Aparecida Risso.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 21 de maio de 2013.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 21 de maio de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 372/2013

PORTARIA Nº 372 DE 21 DE MAIO DE 2013
CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR GLEICE DOS SANTOS, para exercer o cargo de SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 21/05/2013, ficando sua vaga vinculada ao afastamento de Evanildes Mendes Correia.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 21 de maio de 2013.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 21 de maio de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 373/2013

PORTARIA Nº 373 DE 21 DE MAIO DE 2013
CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR EMILIA CAMARGO FERREIRA VIEIRA, para exercer o cargo de SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 20 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 21/05/2013, ficando sua vaga vinculada ao afastamento de Sonia Ivanice Dias Perego.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 21 de maio de 2013.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 21 de maio de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 374/2013

PORTARIA Nº 374 DE 21 DE MAIO DE 2013
CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR ALZIRA RIBEIRO DA SILVA, para exercer o cargo de SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 21/05/2013, ficando sua vaga vinculada ao afastamento de Marca das Graças Meireles Cruz.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 21 de maio de 2013.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 21 de maio de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 375/2013

PORTARIA Nº 375 DE 21 DE MAIO DE 2013
CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR MARILUCE SOARES DOS SANTOS, para exercer o cargo de SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 21/05/2013, ficando sua vaga vinculada ao afastamento de Eva de Fatima Bilibio.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 21 de maio de 2013.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 21 de maio de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 376/2013

PORTARIA Nº 376 DE 21 DE MAIO DE 2013
CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR JANIA APARECIDA DA ROSA PADILHA, para exercer o cargo de SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 21/05/2013, ficando sua vaga vinculada ao afastamento de Rosani de Oliveira Souza.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 21 de maio de 2013.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 21 de maio de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 377/2013

PORTARIA Nº 377 DE 21 DE MAIO DE 2013
CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR MONICA SALETE RODRIGUES, para exercer o cargo de PROFESSOR COM MAGISTÉRIO, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 21/05/2013, ficando sua vaga vinculada ao afastamento de Franciele Carneiro de Souza.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 21 de maio de 2013.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 21 de maio de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Retificação de Editais - Processo Licitatório Nº 30 e 31

PREFEITURA DE LEBON RÉGIS/SC

RETIFICAÇÃO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2013 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2013

O Município de Lebon Régis através da Pregoeira Oficial, leva ao conhecimento dos interessados a RETIFICAÇÃO do edital do Pregão Presencial nº 15/2013, cujo objeto é: aquisição de implementos agrícolas com recursos financeiros oriundos do Contrato de Repasse nº1003387-85/2012/MDA/CAIXA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. Nova sessão pública para abertura das propostas comerciais às 09h10min do dia 06/06/2013. Recebimento da documentação e das propostas até 09h00min do dia 06 de junho de 2013. Obtenção do Edital: pelo site www.lebonregis.sc.gov.br ou e-mail licitacoes@lebonregis.sc.gov.br.

Lebon Régis 22 de Maio de 2013.

Thacyana Canalle
Pregoeira.

PREFEITURA DE LEBON RÉGIS/SC

RETIFICAÇÃO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2013 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2013

O Município de Lebon Régis através da Pregoeira Oficial, leva ao conhecimento dos interessados a RETIFICAÇÃO do edital do Pregão Presencial nº 15/2013, cujo objeto é: aquisição de implementos agrícolas com recursos financeiros oriundos do Contrato de Repasse nº1001997-02/2012/MAPA/CAIXA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Nova sessão pública para abertura das propostas comerciais às 13h40min do dia 06/06/2013. Recebimento da documentação e das propostas até 13h30min do dia 06 de junho de 2013. Obtenção do Edital: pelo site www.lebonregis.sc.gov.br ou e-mail licitacoes@lebonregis.sc.gov.br.

Lebon Régis 22 de Maio de 2013.

THACYANA CANALLE
Pregoeira.

Convocação Licença Sem Vencimentos**CONVOCAÇÃO**

Nos termos do art. 89, §1º da LC n. 076/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lebon Régis), ficam CONVOCADAS as servidoras JANE DE FÁTIMA FURTADO CORDOVA, LUCÉLIA APARECIDA NOVASKI e MARIA VATRIN DOS SANTOS para que no prazo de até 15 (quinze) dias a contar do recebimento desta, reasumam seus cargos de PROFESSOR junto ao Município de Lebon Régis, restando revogadas as licenças para tratar de interesses particulares anteriormente concedidas, uma vez que no momento são necessários servidores desta área para garantir a prestação adequada dos serviços públicos da educação.

Lebon Regis, 23 de maio de 2013.

LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

Lei 1109 - Aumento Servidores

LEI Nº 1109 de 21 de maio de 2013.

"FIXA ÍNDICE DE REVISÃO SALARIAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica concedida, a partir de 1º de maio de 2013, revisão salarial correspondente ao percentual de 6,76% (seis vírgula setenta e seis por cento) referente ao índice do INPC - ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR, apurado no período de 1º de março de 2012 a 28 de fevereiro de 2013, incidente sobre os salários do mês de abril de 2013, aos servidores públicos municipais ocupantes de empregos públicos efetivos e temporários.

Art.2º- Fica concedido, a partir de 1º de maio de 2013, reajuste salarial correspondente ao percentual de 6,76% (seis vírgula setenta e seis por cento), incidente sobre os salários do mês de abril de 2013, aos servidores públicos municipais ocupantes de empregos públicos comissionados níveis CC-2 a CC-4 e funções gratificadas e de suporte pedagógico.

Art.3º- Fica concedida, a partir de 1º de maio de 2013, revisão salarial correspondente ao percentual de 1,44% (um vírgula quarenta e quatro por cento) referente ao índice do INPC - ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR, apurado no período de 1º de janeiro de 2013 a 28 de fevereiro de 2013, incidente sobre os salários do mês de abril de 2013, aos servidores públicos municipais ocupantes de empregos públicos comissionados Nível CC-1, Prefeito e Vice-Prefeito.

Art.4º- As despesas provenientes da execução desta Lei correrão a conta de dotações próprias do Orçamento do Município.

Art.5º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de maio de 2013.

Luzerna(SC), 21 de maio de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

QUADRO DE EMPREGOS PÚBLICOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL
Lei Complementar nº 033/03 alterada pelas Leis Complementares nº 094/10 e 099/11 e Leis nºs 498/04, 589/05, 649/06, 714/07, 781/08, 835/09, 903/10, 980/11, 1036/12, Complementar 116/13 e Lei 1109/13

ANEXO III

VENCIMENTOS

EMPREGOS PÚBLICOS DE PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL, DANÇA E XADREZ - 40 HORAS

EMPREGO	Classe/ Nível	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
Professor	Prof. II	2274,15	2342,37	2410,60	2478,82	2547,05	2615,27	2683,49	2751,72	2819,94	2888,17	2956,39	3024,62	3092,84
Professor	Prof. III	2433,09	2506,09	2579,08	2652,07	2725,06	2798,06	2871,05	2944,04	3017,03	3090,03	3163,02	3236,01	3309,01
Professor	Prof. IV	2865,89	2951,86	3037,84	3123,82	3209,79	3295,77	3381,75	3467,72	3553,70	3639,68	3725,65	3811,63	3897,61
Professor	Prof. V	3209,78	3306,08	3402,37	3498,66	3594,96	3691,25	3787,54	3883,84	3980,13	4076,42	4172,72	4269,01	4365,30

EMPREGO EM EXTINÇÃO - 20 HORAS

EMPREGO	Classe/ Nível	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
Professor	Não Habilitado	520,41	536,02	551,64	567,25	582,86	598,47	614,09	629,70	645,31	660,92	676,54	692,15	707,76

AUXILIARES

EMPREGO/Classe	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
Auxiliar de Sala 30 h EM EXTINÇÃO	1254,70	1292,34	1329,98	1367,62	1405,26	1442,90	1480,54	1518,18	1555,82	1593,47	1631,11	1668,75	1706,39

EMPREGO/Classe 40 h	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
Auxiliar de Laboratório de Informática	1033,10	1064,09	1095,08	1126,07	1157,07	1188,06	1219,05	1250,05	1281,04	1312,03	1343,02	1374,02	1405,01



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Lei Complementar nº 035/2004 alterada pelas Leis Complementares nºs 067/07 e 087/10 e Leis nºs 498/04, 589/05, 649/06, 714/07, 781/08, 835/09, 903/10, 980/11, 1036/12 e Lei 1109/13

**“INSTITUI O PLANO DE CARREIRA, EMPREGOS, CARGOS E REMUNERAÇÃO DOS
SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE LUZERNA”.**

ANEXO II

TABELA DE VENCIMENTOS DOS EMPREGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

Grupos	Nível	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
I ANA	1	801,30	825,34	849,38	873,41	897,45	921,49	945,53	969,57	993,61	1017,65	1041,69	1065,73	1089,77
II ANO	1	957,98	986,72	1015,46	1044,20	1072,94	1101,68	1130,42	1159,15	1187,89	1216,63	1245,37	1274,11	1302,85
	2	1015,00	1045,45	1075,90	1106,35	1136,80	1167,25	1197,70	1228,15	1258,60	1289,05	1319,50	1349,95	1380,40
	3	1026,64	1057,44	1088,23	1119,03	1149,83	1180,63	1211,43	1242,23	1273,03	1303,83	1334,63	1365,43	1396,23
	4	1231,97	1268,93	1305,89	1342,84	1379,80	1416,76	1453,72	1490,68	1527,64	1564,60	1601,56	1638,52	1675,48
	5	1384,54	1426,07	1467,61	1509,15	1550,68	1592,22	1633,76	1675,29	1716,83	1758,36	1799,90	1841,44	1882,97
	6	1396,23	1438,12	1480,00	1521,89	1563,78	1605,66	1647,55	1689,44	1731,32	1773,21	1815,10	1856,98	1898,87
	7	1711,06	1762,40	1813,73	1865,06	1916,39	1967,72	2019,06	2070,39	2121,72	2173,05	2224,38	2275,71	2327,05
III AAG	1	1231,97	1268,93	1305,89	1342,84	1379,80	1416,76	1453,72	1490,68	1527,64	1564,60	1601,56	1638,52	1675,48
	2	2442,57	2515,85	2589,13	2662,40	2735,68	2808,96	2882,24	2955,51	3028,79	3102,07	3175,34	3248,62	3321,90
IV ANS	1	2187,36	2252,98	2318,60	2384,23	2449,85	2515,47	2581,09	2646,71	2712,33	2777,95	2843,57	2909,19	2974,81
	2	2849,10	2934,58	3020,05	3105,52	3191,00	3276,47	3361,94	3447,42	3532,89	3618,36	3703,84	3789,31	3874,78
	3	3078,34	3170,69	3263,04	3355,39	3447,74	3540,09	3632,44	3724,79	3817,14	3909,49	4001,84	4094,19	4186,54
	4	4045,69	4167,06	4288,43	4409,80	4531,17	4652,55	4773,92	4895,29	5016,66	5138,03	5259,40	5380,77	5502,14
	5	4100,97	4224,00	4347,03	4470,06	4593,09	4716,12	4839,15	4962,18	5085,21	5208,23	5331,26	5454,29	5577,32



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Lei Complementar nº 035/2004 alterada pelas Leis Complementares nºs 067/07 e 087/10 e Leis nºs 498/04, 589/05, 649/06, 714/07, 781/08, 835/09, 903/10, 980/11, 1036/12, Complementar 115/13 e Lei 1109/13

“INSTITUI O PLANO DE CARREIRA, EMPREGOS, CARGOS E REMUNERAÇÃO
DOS
SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE LUZERNA”.

ANEXO III
TABELA DE CARGOS E VENCIMENTOS DE CARGOS DE PROVIMENTO DE
COMISSÃO

DISCRIMINAÇÃO DOS CARGOS	QUANTIDADE DE CARGOS	NÍVEL	VENCIMENTO
GABINETE DO PREFEITO			
Assessor do Prefeito	01	CC-2	R\$ 3.053,77
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO			
Assessor de Planejamento	01	CC-2	R\$ 3.053,77
ASSESSORIA JURÍDICA			
Assessor Jurídico Sênior	01	CC-1	R\$ 4.898,15
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO			
Secretário da Fazenda e Administração	01	CC-1	R\$ 4.898,15
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO			
Secretário de Desenvolvimento Econômico	01	CC-1	R\$ 4.898,15
Gestor da Incubadora Tecnológica	01	CC-3	R\$ 2.368,31
COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO			
Coordenador de Controle Interno	01	CC-2	R\$ 3.053,77
SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL			
Secretário de Saúde e Bem Estar Social	01	CC-1	R\$ 4.898,15
Diretor do Departamento de Saúde e Bem Estar Social	01	CC-2	R\$ 3.053,77
Coordenador do Setor de Saúde	01	CC-4	R\$ 1.800,71
Chefe do Setor de Habitação e Programas Sociais	01	CC-3	R\$ 2.368,31
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS			
Secretário de Obras e Serviços	01	CC-1	R\$ 4.898,15
Diretor do Departamento de Obras e Serviços	01	CC-2	R\$ 3.053,77
Coordenador do Setor de Manutenção	01	CC-4	R\$ 1.800,71
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES			
Secretário de Educação, Cultura e Esportes	01	CC-1	R\$ 4.898,15
Diretor do Departamento de Educação	01	CC-2	R\$ 3.053,77
Chefe do Setor de Cultura	01	CC-3	R\$ 2.368,31
Chefe do Setor de Esportes	01	CC-3	R\$ 2.368,31
Coordenador do Centro de Eventos	01	CC-4	R\$ 1.800,71
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE			
Secretário de Agricultura e Meio Ambiente	01	CC-1	R\$ 4.898,15
Chefe do Setor de Agricultura	01	CC-3	R\$ 2.368,31



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Lei Complementar nº 035/2004 alterada pelas Leis Complementares nºs 067/07, 087/10 e 098/11 e Leis nºs 498/04, 589/05, 649/06, 714/07, 781/08, 835/09, 903/10, 980/11, 1036/12, Lei Complementar 115/13 e Lei 1109/13

**“INSTITUI O PLANO DE CARREIRA, EMPREGOS, CARGOS E REMUNERAÇÃO
DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE LUZERNA”.**

**ANEXO IV
FUNÇÕES GRATIFICADAS**

Funções Gratificadas	Título	Valor
FG1	Chefe do Setor de Tesouraria	R\$ 539,60
FG1	Coordenador dos ESF	R\$ 539,60
FG2	Coordenador do CRAS	R\$ 418,49
FG2	Assistente de Controle e Distribuição de Merenda Escolar	R\$ 418,49
FG2	Chefe do Setor de Contabilidade	R\$ 418,49
FG2	Chefe do Setor de Compras	R\$ 418,49
FG2	Chefe do Setor de Licitação	R\$ 418,49
FG2	Chefe do Setor de Comunicação	R\$ 418,49
FG2	Chefe do Setor de Desenvolvimento Humano	R\$ 418,49
FG2	Chefe do Setor de Tributação	R\$ 418,49
FG2	Chefe do Setor de Tecnologia da Informação	R\$ 418,49
FG2	Chefe do Setor de Vigilância Sanitária	R\$ 418,49
FG3	Secretário da Junta do Serviço Militar	R\$ 245,54
FG3	Assistente dos Serviços de Jardinagem	R\$ 245,54
FG3	Assistente dos Serviços de Sinalização Viária	R\$ 245,54



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Lei Complementar nº 036 de 18 de março de 2004, alterada pelas Leis Complementares nºs 037/05, 041/06, 043/06, 058/07, 060/07 e 087/10 e Leis nºs 589/05, 781/08, 835/09, 903/10, 980/11, Lei 1036/12, Lei Complementar 114/13 e Lei 1109/13

ANEXO I - EMPREGOS TEMPORÁRIOS

EMPREGO	CARGA HORÁRIA	PROVIMENTO	VAGAS	SALÁRIO
Agente Comunitário de Saúde	40 h/s	Temporário	14	R\$ 849,39
Auxiliar de Enfermagem	40 h/s	Temporário	02	R\$ 957,97
Auxiliar de Odontologia	40 h/s	Temporário	02	R\$ 957,97
Atendente em Farmácia	40 h/s	Temporário	01	R\$ 1.016,35
Técnico de Controle do PSF	40 h/s	Temporário	01	R\$ 1.619,51
Técnico de Enfermagem	40h/s	Temporário	08	R\$ 1.197,47
Psicólogo	40 h/s	Temporário	01	R\$ 2.590,08
Psicólogo	20 h/s	Temporário	02	R\$ 1.295,05
Enfermeira	40 h/s	Temporário	02	R\$ 4.208,89
Odontólogo	40 h/s	Temporário	02	R\$ 4.208,89
Médico Generalista	40 h/s	Temporário	02	R\$ 10.576,06
Médico Ginecologista/Obstetra	10 h/s	Temporário	01	R\$ 2.644,00
Médico Pediatra	10 h/s	Temporário	01	R\$ 2.644,00
Farmacêutico	20 h/s	Temporário	02	R\$ 1.877,23

EMPREGOS TEMPORÁRIOS EM EXTINÇÃO

EMPREGO	CARGA HORÁRIA	PROVIMENTO	VAGAS	SALÁRIO
Médico Clínico Geral*	40 h/s	Temporário	01	R\$ 12.398,62

*Em conformidade com a **Lei Complementar nº 100** de 21 de maio de 2011, art.6º, Parágrafo Único - Para os atuais ocupantes dos empregos públicos de provimento temporário em extinção de **Médico Clínico Geral** será concedida apenas a revisão geral anual de que trata o art. 37, inciso X da Constituição Federal, até o restabelecimento do vencimento ao limite constitucional fixado na Constituição Federal, art. 37, inciso XI.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

**Lei Complementar nº 033/03 alterada pelas Leis Complementares nºs
094/10 e 099/11 e Leis nºs 498/04, 589/05, 649/06, 714/07, 781/08,
835/09, 903/10, 980/11, Lei 1036/12, Lei Complementar 116/13 e
Lei 1109/13**

**QUADRO DE CARGOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES DO
MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL**

ANEXO IV

FUNÇÕES DE SUPORTE PEDAGÓGICO

FUNÇÃO DE SUPORTE PEDAGÓGICO	TÍTULO	Nº DE FUNÇÕES	VALOR
F.S.P - 01	Diretor de Escola	01	R\$ 801,12
F.S.P - 02	Diretor de Unidade Educacional	02	R\$ 747,32
F.S.P - 03	Coordenador Pedagógico da Educação Infantil	01	R\$ 286,97
F.S.P - 03	Coordenador Pedagógico do Ensino Fundamental Anos Iniciais	01	R\$ 286,97
F.S.P - 03	Coordenador Pedagógico do Ensino Fundamental Anos Finais	01	R\$ 286,97
F.S.P - 04	Secretário de Escola	01	R\$ 227,18

Lei 1110 - Aumento Conselho Tutelar

LEI Nº 1110 de 21 de maio de 2013.

"ALTERA O "CAPUT" E §§ 3º e 4º do art. 2º da LEI Nº 269 DE 22.03.2001, ALTERADOS PELAS LEIS Nº 308 DE 10.09.2001, 428 DE 20.02.2003, 447 DE 08.05.2003, 500 DE 18.03.2004, 581 DE 04.04.2005, 590 DE 05.05.2005, 628 DE 15.12.2005, 650 DE 13.04.2006, 784 DE 03.04.08, 834 DE 28.04.09, 896 de 27.04.10, 976 de 04.05.2011 e 1038 de 20.03.12 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- O "caput" e os §§ 3º e 4º do art. 2º da Lei nº 269 de 22.03.2001, alterados pelas Leis nº 308 de 10.09.2001, 428 de 20.02.2003, 447 de 08.05.2003, 500 de 18.03.2004, 581 de 07.04.2005, 590 de 05.05.2005, 628 de 15.12.2005, 650 de 13.04.2006, 784 de 03.04.2008, 834 de 28.04.2009, 896 de 27.04.2010, 976 de 04.05.2011 e 1038 de 20.03.2012, ficam alterados, passando a ter a seguinte redação:

"Art.2º - A remuneração para o CONSELHEIRO TUTELAR, se dará na forma de jeton, no valor de R\$ 52,61 (cinquenta e dois reais e sessenta e um centavos) para cada sessão de 08 (oito) horas de expediente diário junto ao Conselho Tutelar e sobreaviso no intervalo para o almoço, respeitado o limite máximo de R\$ 1.210,06 (hum mil, duzentos e dez reais e seis centavos) mensais.

§1º- Faculta-se o atendimento do expediente diário do Conselho Tutelar por um único Conselheiro, ou por um Conselheiro em cada período (matutino e vespertino), segundo escala elaborada pelos Conselheiros Tutelares, priorizando-se a ordem de classificação e de modo a não prejudicar o atendimento de expediente no Conselho, e sendo a remuneração proporcional às horas trabalhadas, respeitado o limite máximo constante do "caput";

§2º- No caso de não haver consenso na formulação da escala, ou seja, não se conseguir que todos os dias úteis nos dois períodos haja Conselheiro atendendo no expediente do Conselho, os Conselheiros que alegarem não ter condições de atuar no Conselho deverão pedir seu desligamento do mesmo por ordem decrescente de classificação na eleição do Conselho Tutelar;

§3º-Os membros do CONSELHO TUTELAR serão remunerados para cada 24 (vinte e quatro) horas de sobreaviso (nos sábados, domingos e feriados instituídos por lei), na forma de jeton, no valor de R\$ 52,61 (cinquenta e dois reais e sessenta e um centavos);

§4º- O sobreaviso durante a semana, fora do horário de expediente normal do Conselho será remunerado na forma de jeton, no valor de por período; 26,30 (vinte e seis reais e trinta centavos),

§5º- O sobreaviso durante a semana também será organizado segundo escala elaborada pelos Conselheiros Tutelares.

Art.2º- Os encargos provenientes da execução desta Lei correrão a conta de dotações próprias.

Art.3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de maio de 2013.

Luzerna(SC), 21 de maio de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

Lei 1111 - Aumento Câmara de Vereadores

LEI Nº 1111 de 21 de maio de 2013.

"FIXA ÍNDICE DE REVISÃO SALARIAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS DA CÂMARA DE VEREADORES DE LUZERNA E DOS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Ficam concedidos, a partir de 1º de maio de 2013, revisão salarial correspondente ao percentual de 6,76% (seis vírgula setenta e seis por cento), referente ao índice do INPC - ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR, apurado no período de 1º de março de 2012 a 28 de fevereiro de 2013, incidente sobre os salários do mês de abril de 2013, aos servidores da Câmara de Vereadores de Luzerna(SC), ocupantes de cargos e empregos públicos efetivos e em comissão.

Art.2º- Ficam concedidos, a partir de 1º de maio de 2013, revisão salarial correspondente ao percentual de 1,44% (um vírgula quatro e quatro por cento), referente ao índice do INPC - ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR, apurado no período de 1º de janeiro de 2013 a 28 de fevereiro de 2013, incidente sobre os salários do mês de abril de 2013, aos Vereadores do Município de Luzerna(SC), passando a perceber os seguintes valores:

Presidente da Câmara de Vereadores - R\$ 2.580,36 (dois mil, quinhentos e oitenta reais e trinta e seis centavos)

Vereadores - R\$ 1.720,24 (hum mil, setecentos e vinte reais e vinte e quatro centavos)

Art.3º- As despesas provenientes da execução da presente Lei correrão a conta de dotações próprias do Orçamento da Câmara.

Art.4º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de maio de 2013.

Luzerna(SC), 21 de maio de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI Nº 1111 de 21 de maio de 2013.

**“INSTITUI O PLANO DE CARREIRA, EMPREGOS, CARGOS E
REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES DA CÂMARA DE VEREADORES DO
MUNICÍPIO DE LUZERNA”.**

Anexo I

TABELA DE VAGAS E VENCIMENTOS DE CARGOS DE PROVIMENTO DE COMISSÃO

DISCRIMINAÇÃO DOS CARGOS	QUANTIDADE DE VAGAS	NÍVEL	VENCIMENTO
ASSESSORIA JURÍDICA			
Assessor Jurídico	01	CC-1	R\$ 2.050,49



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI Nº 1111 de 21 de maio de 2013.

**“INSTITUI O PLANO DE CARREIRA, EMPREGOS, CARGOS E
REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES DA CÂMARA DE VEREADORES DO
MUNICÍPIO DE LUZERNA”.**

**Anexo II
TABELA DE VENCIMENTOS DOS EMPREGOS DE PROVIMENTO EFETIVO**

Grupos	Nível	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
I AAG	1	1231,97	1268,93	1305,89	1342,84	1379,80	1416,76	1453,72	1490,68	1527,64	1564,60	1601,56	1638,51	1675,47
II ANS	1	2022,85	2083,54	2144,22	2204,90	2265,59	2326,28	2386,96	2447,64	2508,33	2569,02	2629,70	2690,38	2751,08

Decreto 1630

DECRETO Nº 1630 de 21 de maio de 2013.

"FIXA O VALOR DA BOLSA-AUXÍLIO MENSAL A SER PAGO AOS ESTAGIÁRIOS NÃO OBRIGATÓRIOS DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 777 de 20 de março de 2008 alterada pela Lei nº 841 de 09 de junho de 2009,

DECRETA:

Art.1º- Fica fixado em R\$ 600,00 (seiscentos reais) o valor da bolsa-auxílio mensal a ser pago aos estagiários não obrigatórios para jornada de atividade em estágio de 30 (trinta) horas semanais, sendo que para jornadas inferiores ou superiores a 30 (trinta) horas semanais o valor da bolsa será proporcional às horas de atividade realizadas.

Art.2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de junho de 2013.

Luzerna(SC), 21 de maio de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

Macieira

PREFEITURA

Aviso de Licitação - Contratação de Aulas de Dança, Artesanato e Capoeira

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2013

TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0001/2013

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua José Augusto Royer, 133, Centro, na cidade de Macieira - SC, através do Fundo Municipal de Assistência Social de Macieira, representado pela Sra. Casiane Farinon, Secretária Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, torna público e leva ao conhecimento das empresas interessadas, no ramo pertinente, que encontra-se aberto o Processo Licitatório nº 0001/2013, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL nº 0001/2013, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, que até 09h00min, do dia 07 de junho de 2013, na sede da Prefeitura Municipal localizada no endereço acima citado, a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 2795, de 02 de janeiro de 2013, estará recebendo propostas para a contratação de profissionais qualificados para a realização de aulas de artesanato, de dança e de capoeira, com fornecimento dos materiais necessários, para capacitação de crianças e jovens do Município de Macieira, conforme cronograma e horas/aulas definidos pela Secretaria de Assistência Social e especificados no anexo I do edital.

O início da abertura dos Envelopes dar-se-á às 09h00m horas do dia 07/06/2013, no endereço acima indicado.

Maiores esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como o Edital na íntegra poderão ser obtidas diretamente no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira no endereço citado no preâmbulo

deste Pregão, ou através do telefone (49) 3574-2000, de segunda à sexta-feira, das 08h00m às 12h00m e das 13h00m às 17h00m.

Macieira - SC, 21 de maio de 2013.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

Maravilha

PREFEITURA

Extrato Credenciamento

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N. 003/2013.

A Senhora Prefeita de Maravilha, SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de chamamento público o credenciamento de FARMÁCIAS e/ou DROGARIAS, que possuam sede dentro do perímetro urbano do Município de Maravilha, SC, para fornecimento de medicamentos destinados a pacientes em situação de vulnerabilidade, grave ou de urgência, e ainda por ordem judicial, dos quais a Secretaria Municipal de Saúde não possua em estoque, constantes nas Tabelas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária: 2) Preços de Medicamentos para Compras Públicas - Versão atualizada - caso os medicamentos não constem na referida tabela será utilizada a Tabela: 1) Preços de Medicamentos (Preço Fábrica e Preço Máximo ao Consumidor) - Versão atualizada, referente aos preços aplicados no Estado de Santa Catarina. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas junto a Secretaria de Saúde do Município de Maravilha, SC, das 08h às 10h e das 14h às 16h.

Maravilha - SC, 20 de maio de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita de Maravilha.

Marema

PREFEITURA

Contrato FMS 0009/2013

FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Contrato/FMS nº: 009/2013 de 05 de março de 2013

Contratante: Município de Marema - SC.

Contratado: CLINICA MEDICA TONINI S/S LTDA

Vinculação: Dispensa de Licitação/FMS n. 0005/2013

Que entre si fazem de um lado o Município de Marema - SC, com sede Administrativa sito a Rua Vidal Ramos n. 357, centro, Marema, CGC n. 78509075/0001-56, através do Fundo Municipal de Saúde, neste ato representado pelo Sr. VALDOMIRO BEVILAQUA - Prefeito Municipal, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Marema, de ora em diante simplesmente denominado de CONTRATANTE e de outro lado CLINICA MEDICA TONINI S/S LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Rui Barbosa, 743, Xaxim, SC, CNPJ/MF n. 17.456.584/0001-07, de ora em diante simplesmente denominado de CONTRATADO, tem junto e contratado o que adiante segue, que mutuamente convencionam,

outorgam e aceitam a saber.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Consiste o objeto do presente contrato a prestação de serviços médicos, no atendimento médico clínico a população do Município de Marema, devendo prestar serviços no posto de saúde do Município, num total de 40 horas/mês de prestação de serviço, no atendimento ao Programa PSF/Municipal, conforme descrito no item único Processo/FMS n. 0005/2013 - Dispensa de Licitação, melhor descrito na autorização de fornecimento, parte integrante desde contrato.

CLAUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O prazo de duração do presente contrato é determinado, vigorando na data da assinatura do contrato a 05 de junho de 2013, independente de qualquer aviso ou notificação.

CLAUSULA TERCEIRA - Pagara o CONTRATANTE ao CONTRATADO, pela prestação dos serviços mencionados, a quantia certa e ajustada de R\$ 14.000,00 (reais) mensal, totalizando o valor total de R\$ 42.000,00 (reais).

CLAUSULA QUARTA - DAS DATAS

Na eventualidade de, por qualquer motivo ou razão, tornar-se impossível a execução dos trabalhos nas datas previamente marcada, obriga-se o CONTRATADO em realizar o serviço em outra data.

CLAUSULA QUINTA - DA VINCULAÇÃO

O presente contrato regula-se pela suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado e em especial a Lei n. 8.666/93 e alterações, bem como no Processo Administrativo Licitatório/FMS n. 0005/2013 - Dispensa de Licitação.

CLAUSULA SEXTA - PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizado pela autoridade competente, cabendo ao CONTRATANTE modificar unilateralmente o presente contrato, para melhor adequação as finalidades de interesse público.

CLAUSULA SETIMA - DA RESCISAO

I - Cabe ao CONTRATANTE, rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos especificados nos inc. I do art. 79 da Lei n. 8.883/94.

II - Poderá ser rescindido, por mutuo acordo, ou conveniência administrativa, recebendo a CONTRATADA somente o valor dos serviços já executados, não lhes sendo devido qualquer outro valor a qualquer título.

CLAUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

Fica autorizado ao CONTRATANTE ou seu preposto vistoriar e fiscalizar a execução do presente contrato, aplicando as sanções motivada pela inexecução total ou parcial do ajuste.

CLAUSULA NONA - DA MODIFICAÇÃO

O presente contrato poderá ser modificado por acordo entre as partes, nos casos previstos nas letras A B C D do art. 65 da leis supra mencionadas.

CLAUSULA DECIMA - DA RESPONSABILIDADE

O CONTRATADO é responsável pelos atos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, quer por dano material ou moral.

Parágrafo Único - Nenhuma responsabilidade terá o CONTRATANTE pela prestação de assistência médico-hospitalar ou pagamento de indenizações em virtude de eventuais acidentes ou doenças sofridas pelo CONTRATADO, durante o período em que este estiver

no cumprimento do presente contrato

CLAUSULA DEC. PRIMEIRA - DA RETENCAO DE IMPOSTOS

O CONTRATANTE fica autorizado a reter do CONTRATADO no ato do pagamento, os encargos e impostos que e de sua competência, inclusive os previstos na Ordem de Serviço INSS/DAF N. 203 DE 29.01.1999.

CLAUSULA DEC. SEGUNDA - DA FOMA DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mensalmente, conforme serviço efetuado e apresentação da respectiva nota fiscal de prestação de serviço, acompanhado com o relatório do Diretor de Saúde Municipal ou preposto especialmente designado.

CLAUSULA DEC. TERCEIRA - DA DOTACAO ORCAMENTARIA

Os pagamentos e as despesas decorrentes do presente contrato, correrão a conta da dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde previsto na autuação da licitação na modalidade de Pregão Presencial/FMS n. 0005/2013.

- Conta - 12.1201.2015.31900000 -004 e Conta - 12.1201.2017.31900000 -010
- Função- Fundo Municipal de Saúde

CLAUSULA DEC. QUARTA - OBRIGACAO DA CONTRATADA

I - Iniciar os serviços na data da emissão da ordem de serviço, fornecida pelo CONTRATANTE, imediatamente após a assinatura do contrato;

II - Permitir que os prepostos do CONTRATANTE inspecionem a qualquer tempo e hora o andamento dos serviços.

III - Fornecer ao CONTRATANTE sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimento sobre o andamento dos serviços.

IV - Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, indenizações próprias e de terceiros, bem como de seus funcionários.

V - Formar o quadro de pessoal necessário a execução do objeto contratado, pagando-lhes salários, indenizações e demais encargos e cominações legais.

VI - O presente contrato não será de nenhuma forma, fundamento para a constituição de vínculo trabalhista com empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a CONTRATADA colocar a serviços, bem como com a CONTRATADA.

CLAUS. DEC. QUINTA - DA MULTA

Em caso de inexecução contratual prevista no art. 78 da Lei n. 8.666/93, por culpa da CONTRATADA, fica estabelecido a multa de 2% sobre o valor do objeto contratado, atualizado monetariamente pelos índices oficiais.

PARAG. ÚNICO - A culpa é presumida nas hipóteses descritas nos incisos I a IX do art. 78 da Lei n. 8.666/93.

CLAUS. DEC. SEXTA - DAS DISPOSICOES FINAIS

I - Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto sem o consentimento prévio e escrito do CONTRATANTE, obedecidos os limites legais permitidos

II - Ocorrendo modificação ou alteração no objeto, o correspondente ajuste será efetuado no final do mês da respectiva execução.

III - Quaisquer comunicações entre as partes com relação a assuntos relacionados a este contrato, serão formalizados por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega

IV - A fiscalização e o controle aludidos, não implicarão qualquer responsabilidade executiva por parte do CONTRATANTE, nem exoneração da CONTRATADA no cumprimento de qualquer responsabilidade aqui assumidas.

V - Os casos omissos a este contrato, reger-se-á pela legislação pertinente a matéria a Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores.

VI - O CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, o serviço

executado em desacordo com o contrato.

VII - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo CONTRATANTE, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se as penalidades legalmente estabelecida do Edital, das sanções administrativas.

E por estarem certos, justos e contratados, assinam o presente contrato em três vias de igual teor, forma e validade, elegendo de comum acordo, por mais especial que outro seja, o foro jurídico da Comarca de Xaxim, para dirimir possíveis e eventuais dúvidas não resolvidas entre as partes, juntamente com duas testemunhas.

Marema, 05 de março de 2013.

CONTRATANTE

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

CONTRATADO

CLINICA MEDICA TONINI LTDA

Contratado - CNPJ/MF n. 17.456.584/0001-07

Visto em ____/____/____

EDEMIR TOMÉ

OAB/SC 8422

Testemunhas- _____

MINUTA

FMS - Fundo Municipal de Saúde

Contrato/FMS n. 009/2013

OBJETO - Prestação de Serviços Médico

Atendimento PSF

Período - 05/03/2013 a 05/06/2013

VALOR TOTAL - R\$ 42.000,00 (reais)

CONTRATANTE - O Município de Marema

CONTRATADO - CLINICA MEDICA TONINI S/S LTDA

CNPJ/MF n. 17.456.584/0001-07

FORO - Comarca de Xaxim - SC

Marema, 05/03/2013

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Contrato FMS 0010/2013

FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO PARA ATENDIMENTO JUNTO AO POSTO DE SAUDE MUNICIPAL

Contrato nº: FMS/0010/2013

Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Saúde

Contratado: S&R DISTRIBUIDORA LTDA ME

CNPJ/MF n. 04.889.315/0001-92

Objeto: Aquisição de Medicamento para Atendimento junto ao Posto de Saúde do Município

Vinculação: Processo de Licitação/FMS n. 0009/2013 - Modalidade de Carta Convite/FMS n. 0004/2013.

Que entre si fazem de um lado o Município de Marema - SC, com sede Administrativa sito a Rua Vidal Ramos n. 357, centro, Marema, CGC n. 78509075/0001-56, neste ato representado por seu Prefeito Municipal VALDOMIRO BEVILAQUA, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Marema, através do Fundo Municipal de Saúde, de ora em diante simplesmente denominado de

CONTRATANTE e de outro lado S&R DISTRIBUIDORA LTDA Me - CNPJ/MF n. 04.889.315/0001-92, situado na Rua Regente Diogo A. Feijo, Chapeco, - SC, neste ato representado pelo sócio administrador ao final assinado, de ora em diante simplesmente denominado de CONTRATADO, tem justo e contratado o que adiante segue, que mutuamente convencionam, outorgam e aceitam a saber.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

Consiste o objeto do presente contrato a obrigação do CONTRATADO em promover a entrega de Medicamento para atendimento junto ao Posto de Saúde do Município, constantes dos itens 01 a 12, 14 a 16, 21 a 24, 26, 27, 29 a 31, 34 a 42, 44, 45, 47, 48, 50 a 54, 56, 57, 58, 60 a 63, 65, 67, 67, 70, 72 a 104, 107, 110 a 115, 117 a 131, 133 a 165, 168 a 186, 188, 191 a 204, 206, 208 a 212, 214 a 220, 234, 236, 240, 248 a 250, relativo ao Processo de Licitação/FMS n. 0009/2013 - Modalidade de Carta Convite/FMS n. 0004/2013, em que o contrato é vinculado, cuja especificação e quantidade consta na autorização de fornecimento, parte integrante do presente contrato.

CLAUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:

O prazo de duração do presente contrato e determinado, vigorando a partir da data da assinatura do contrato, até 31 de dezembro de 2013, independente de qualquer aviso ou notificação.

CLAUSULA TERCEIRA - Pagara o CONTRATANTE ao CONTRATADO, pela entrega dos produtos mencionados, a quantia certa e ajustada de R\$ 50.450,30 (reais), em até dez dias da apresentação e entrega.

CLAUSULA QUARTA - DA VINCULAÇÃO

O presente contrato regula-se pela suas cláusulas e pelos preceitos de direito publico, aplicando-se-lhes, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado e em especial a Lei n. 8.666/93 e alterações, bem como no Processo de Licitação/FMS n. 0009/2013 - Modalidade de Carta Convite/FMS n. 0004/2013.

CLAUSULA QUINTA - PRORROGACAO DE PRAZO

Toda prorrogação de prazo de vera ser justificada por escrito e previamente autorizado pela autoridade competente, cabendo ao CONTRATANTE modificar unilateralmente o presente contrato, para melhor adequação as finalidades de interesse publico.

CLAUSULA SEXTA - DA RESCISAO

I - Cabe ao CONTRATANTE, rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos especificados nos inc. I do art. 79 da Lei n. 8.883/94.

II - Poderá ser rescindido, por mutuo acordo, ou conveniência administrativa, recebendo a CONTRATADA somente o valor dos serviços já executados, não lhes sendo devido qualquer outro valor a qualquer titulo.

CLAUSULA SETIMA - DA FISCALIZAÇÃO

Fica autorizado ao CONTRATANTE ou seu preposto vistoriar e fiscalizar a execução do presente contrato, aplicando as sanções motivada pela inexecução total ou parcial do ajuste.

CLAUSULA OITAVA - DA MODIFICAÇÃO

O presente contrato poderá ser modificado por acordo entre as partes, nos casos previstos nas letras A B C D do art. 65 da leis supra mencionadas.

CLAUSULA NONA - DA RESPONSABILIDADE

O CONTRATADO e responsável pelos atos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, quer por dano material ou moral.

CLAUSULA DECIMA - DA RETENCAO DE IMPOSTOS

O CONTRATANTE fica autorizado a reter do CONTRATADO no ato do pagamento, os encargos e impostos que e de sua competência, inclusive os previstos na Ordem de Serviço INSS/DAF N. 203 DE 29.01.1999.

CLAUSULA DEC. PRIMEIRA - DA FOMA DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 10 dias da entrega e apresentação.

CLAUSULA DEC. SEGUNDA - DO REAJUSTE

O valor do presente contrato não sofrera reajuste.

CLAUSULA DEC. TERCEIRA - DA DOTACAO ORCAMENTARIA

Os pagamentos e as despesas decorrentes do presente contrato correrão a conta da dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde previsto na autuação do Processo de Licitação/FMS Licitação/FMS n. 0009/2013 - Modalidade de Carta Convite/FMS n. 0004/2013, ou seja: Conta - 12.1201.10.301.1001.2015.33710000-004(00) e 12.1201.10.301.1001.2015.33710000-004(02)

CLAUS. DEC. QUARTA - DA MULTA

Em caso de inexecução contratual prevista no art. 78 da Lei n. 8.666/93, por culpa da CONTRATADA, fica estabelecido a multa de 2% sobre o valor do objeto contratado, atualizado monetariamente pelos índices oficiais.

PARAG. ÚNICO - A culpa e presumida nas hipóteses descritas nos incisos I a IX do art. 78 da Lei n. 8.666/93.

CLAUS. DEC. QUINTA - DAS DISPOSICOES FINAIS

I - Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto sem o consentimento prévio e escrito do CONTRATANTE, obedecidos os limites legais permitidos

II - Ocorrendo modificação ou alteração no objeto, o correspondente ajuste será efetuado no final do mês da respectiva execução.

III - Quaisquer comunicações entre as partes com relação a assuntos relacionados a este contrato, serão formalizados por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega;

IV - A fiscalização e o controle aludidos, não implicarão qualquer responsabilidade executiva por parte do CONTRATANTE, nem exoneração da CONTRATADA no cumprimento de qualquer responsabilidade aqui assumidas;

V - Os casos omissos a este contrato, reger-se-á pela legislação pertinente a matéria a Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores.

VI - O CONTRATANTE rejeitara, no todo ou em parte, o objeto entregue em desacordo com o contrato.

VII - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo CONTRATANTE, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se as penalidades legalmente estabelecida do edital, das sanções administrativas.

E por estarem certos, justos e contratados, assinam o presente contrato em três vias de igual teor, forma e validade, elegendo de comum acordo, por mais especial que outro seja, o foro jurídico da Comarca de Xaxim, para dirimir possíveis e eventuais duvidas não resolvidas entre as partes, juntamente com duas testemunhas.

Marema, 12 de março de 2013

CONTRATANTE

Valdomiro Bevilaqua
Prefeito Municipal

CONTRATADO

S&R DISTRIBUIDORA LTDA ME

Contratado - CNPJ/MF n. 13.014.027/0001-85

Visto em ____/____/____

EDEMIR TOMÉ

OBA/SC 8422

Testemunhas - _____

MINUTA

ContratoFMS n. 010/2013

CONTRATANTE - O Município de Marema

CONTRATADO - S&R DISTRIBUIDORA LTDA ME

CNPJ/MF n. 13.014.027/0001-85

OBJETO - Aquisição de Medicamentos para Atendimento ao Posto de Saúde

VINCULAÇÃO - Processo de Licitação/FMS n. 0009/2013 - Modalidade de Carta Convite/FMS n. 0004/2013

VALOR TOTAL - R\$ 50.450,30 (reais)

FORO - Comarca de Xaxim - SC

Marema, 12 de março de 2013

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Contrato FMS 0011/2013

FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO PARA ATENDIMENTO JUNTO AO POSTO DE SAUDE MUNICIPAL

Contrato nº: FMS/0011/2013

Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Saúde

Contratado: FURINI COM. VAREJ. PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA

CNPJ/MF n. 13.014.027/0001-85

Objeto: Aquisição de Medicamento para Atendimento junto ao Posto de Saúde do Município

Vinculação: Processo de Licitação/FMS n. 0009/2013 - Modalidade de Carta Convite/FMS n. 0004/2013.

Que entre si fazem de um lado o Município de Marema - SC, com sede Administrativa sito a Rua Vidal Ramos n. 357, centro, Marema, CGC n. 78509075/0001-56, neste ato representado por seu Prefeito Municipal VALDOMIRO BEVILAQUA, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Marema, através do Fundo Municipal de Saúde, de ora em diante simplesmente denominado de CONTRATANTE e de outro lado FURINI COM. VAREJISTA PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - CNPJ/MF n. 13.014.027/0001-85, situado na Rua Pedro Álvares Cabral, centro, Marema - SC, neste ato representado pelo sócio administrador ao final assinado, de ora em diante simplesmente denominado de CONTRATADO, tem justo e contratado o que adiante segue, que mutuamente convencionam, outorgam e aceitam a saber.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

Consiste o objeto do presente contrato a obrigação do CONTRATADO em promover a entrega de Medicamento para atendimento junto ao Posto de Saúde do Município, constantes dos itens 17 a 20, 28, 32, 33, 43, 46, 49, 55, 59, 64, 66, 69, 71, 105, 106, 108, 109, 116, 132, 166, 167, 187, 189, 190, 205, 207, 213, 221 a 233, 237, 238, 239, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247 e 251, relativo ao Processo de Licitação/FMS n. 0009/2013 - Modalidade de Carta Convite/FMS n. 0004/2013, em que o contrato é vinculado, cuja especificação e quantidade consta na autorização de fornecimento, parte integrante do presente contrato.

CLAUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:

O prazo de duração do presente contrato e determinado, vigorando a partir da data da assinatura do contrato, até 31 de dezembro

de 2013, independente de qualquer aviso ou notificação.

CLAUSULA TERCEIRA - Pagara o CONTRATANTE ao CONTRATADO, pela entrega dos produtos mencionados, a quantia certa e ajustada de R\$ 21.423,50 (reais), em até dez dias da apresentação e entrega.

CLAUSULA QUARTA - DA VINCULAÇÃO

O presente contrato regula-se pela suas cláusulas e pelos preceitos de direito publico, aplicando-se-lhes, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado e em especial a Lei n. 8.666/93 e alterações, bem como no Processo de Licitação/FMS n. 0009/2013 - Modalidade de Carta Convite/FMS n. 0004/2013.

CLAUSULA QUINTA - PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Toda prorrogação de prazo devera ser justificada por escrito e previamente autorizado pela autoridade competente, cabendo ao CONTRATANTE modificar unilateralmente o presente contrato, para melhor adequação as finalidades de interesse publico.

CLAUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

I - Cabe ao CONTRATANTE, rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos especificados nos inc. I do art. 79 da Lei n. 8.883/94.

II - Poderá ser rescindido, por mutuo acordo, ou conveniência administrativa, recebendo a CONTRATADA somente o valor dos serviços já executados, não lhes sendo devido qualquer outro valor a qualquer titulo.

CLAUSULA SETIMA - DA FISCALIZAÇÃO

Fica autorizado ao CONTRATANTE ou seu preposto vistoriar e fiscalizar a execução do presente contrato, aplicando as sanções motivada pela inexecução total ou parcial do ajuste.

CLAUSULA OITAVA - DA MODIFICAÇÃO

O presente contrato poderá ser modificado por acordo entre as partes, nos casos previstos nas letras A B C D do art. 65 da leis supra mencionadas.

CLAUSULA NONA - DA RESPONSABILIDADE

O CONTRATADO e responsável pelos atos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, quer por dano material ou moral.

CLAUSULA DECIMA - DA RETENÇÃO DE IMPOSTOS

O CONTRATANTE fica autorizado a reter do CONTRATADO no ato do pagamento, os encargos e impostos que e de sua competência, inclusive os previstos na Ordem de Serviço INSS/DAF N. 203 DE 29.01.1999.

CLAUSULA DEC. PRIMEIRA - DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 10 dias da entrega e apresentação.

CLAUSULA DEC. SEGUNDA - DO REAJUSTE

O valor do presente contrato não sofrera reajuste.

CLAUSULA DEC. TERCEIRA - DA DOTACÃO ORÇAMENTARIA

Os pagamentos e as despesas decorrentes do presente contrato correrão a conta da dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde previsto na autuação do Processo de Licitação/FMS Licitação/FMS n. 0009/2013 - Modalidade de Carta Convite/FMS n. 0004/2013, ou seja: Conta - 12.1201.10.301.1001.2015.33710000-004(00) e 12.1201.10.301.1001.2015.33710000-004(02)

CLAUS. DEC. QUARTA - DA MULTA

Em caso de inexecução contratual prevista no art. 78 da Lei n. 8.666/93, por culpa da CONTRATADA, fica estabelecido a multa

de 2% sobre o valor do objeto contratado, atualizado monetariamente pelos índices oficiais.

PARAG. ÚNICO - A culpa e presumida nas hipóteses descritas nos incisos I a IX do art. 78 da Lei n. 8.666/93.

CLAUS. DEC. QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I - Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto sem o consentimento prévio e escrito do CONTRATANTE, obedecidos os limites legais permitidos

II - Ocorrendo modificação ou alteração no objeto, o correspondente ajuste será efetuado no final do mês da respectiva execução.

III - Quaisquer comunicações entre as partes com relação a assuntos relacionados a este contrato, serão formalizados por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega;

IV - A fiscalização e o controle aludidos, não implicarão qualquer responsabilidade executiva por parte do CONTRATANTE, nem exoneração da CONTRATADA no cumprimento de qualquer responsabilidade aqui assumidas;

V - Os casos omissos a este contrato, reger-se-a pela legislação pertinente a matéria a Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores.

VI - O CONTRATANTE rejeitara, no todo ou em parte, o objeto entregue em desacordo com o contrato.

VII - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo CONTRATANTE, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se as penalidades legalmente estabelecida do edital, das sanções administrativas.

E por estarem certos, justos e contratados, assinam o presente contrato em três vias de igual teor, forma e validade, elegendo de comum acordo, por mais especial que outro seja, o foro jurídico da Comarca de Xaxim, para dirimir possíveis e eventuais duvidas não resolvidas entre as partes, juntamente com duas testemunhas.

Marema, 12 de março de 2013

CONTRATANTE

Valdomiro Bevilaqua

Prefeito Municipal

CONTRATADO

FURINI COM. VAR. PROD. ARMACEUTICOS

Contratado - CNPJ/MF n. 13.014.027/0001-85

Visto em ____/____/____

EDEMIR TOMÉ

OBA/SC 8422

Testemunhas - _____

MINUTA

ContratoFMS n. 011/2013

CONTRATANTE - O Município de Marema

CONTRATADO - FURINI COM. VAREJ. PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA

CNPJ/MF n. 13.014.027/0001-85

OBJETO - Aquisição de Medicamentos para Atendimento ao Posto de Saúde

VINCULAÇÃO - Processo de Licitação/FMS n. 0009/2013 - Modalidade de Carta Convite/FMS n. 0004/2013

VALOR TOTAL - R\$ 21.423,50 (reais)

FORO - Comarca de Xaxim - SC

Marema, 12 de março de 2013

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Contrato FMS 0012/2013

FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

AQUISIÇÃO DE PROTESES DENTÁRIA PARA USO JUNTO A UNIDADE DE SAUDE

Contrato nº: FMS 012/2013

Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Saúde

Contratado: FLAVIA BRESSAN RUSCHEL ME

CNPJ/MF n. 17.490.032\0001-15

Objeto: Aquisição de Próteses Dentárias para atendimento de programas junto ao posto de saúde municipal

Vinculação: Processo de Licitação/FMS n. 0007\2013 - Modalidade de Pregão Presencial/FMS n. 0002/2013.

Que entre si fazem de um lado o Município de Marema - SC, com sede Administrativa sito a Rua Vidal Ramos n. 357, centro, Marema, CGC n. 78509075/0001-56, neste ato representado por seu Prefeito Municipal VALDOMIRO BEVILAQUA, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Marema, através do Fundo Municipal de Saúde, de ora em diante simplesmente denominado de CONTRATANTE e de outro lado FLAVIA BRESSAN RESCHEL ME, inscrita no CNPJ/MF n. 17.490.032/0001-15, situado na Rua Rio Grande, Xaxim - SC, neste ato representado pelo sócio administrador ao final assinado, de ora em diante simplesmente denominado de CONTRATADA, tem justo e contratado o que adiante segue, que mutuamente convencionam, outorgam e aceitam a saber.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

Consiste o objeto do presente contrato a obrigação da CONTRATADA em promover a entrega de Próteses Dentárias para atendimento de programas junto ao posto de saúde municipal, constantes dos itens 01 à 08, relativo ao Processo de Licitação/FMS n. 0007/2013 - Pregão Presencial/FMS n. 0002/2013, em que o contrato é vinculado, cuja especificação e quantidade consta na autorização de fornecimento, parte integrante do presente contrato.

CLAUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:

O prazo de duração do presente contrato é determinado, vigorando a partir da data da assinatura do contrato, até 31 de dezembro de 2013, independente de qualquer aviso ou notificação. O prazo de entrega dos objetos será de 05 (cinco) dias úteis.

CLAUSULA TERCEIRA - Pagara o CONTRATANTE a CONTRATADA, pela entrega dos produtos mencionados, a quantia certa e ajustada de R\$ 43.250,00 (quarenta e três mil duzentos e cinquenta reais), em até dez dias da apresentação e entrega.

CLAUSULA QUARTA - DA VINCULAÇÃO

O presente contrato regula-se pela suas cláusulas e pelos preceitos de direito publico, aplicando-se-lhes, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado e em especial a Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLAUSULA QUINTA - PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Toda prorrogação de prazo devera ser justificada por escrito e previamente autorizado pela autoridade competente, cabendo ao CONTRATANTE modificar unilateralmente o presente contrato, para melhor adequação as finalidades de interesse publico.

CLAUSULA SEXTA - DA RESCISAO

I - Cabe ao CONTRATANTE, rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos especificados nos inc. I do art. 79 da Lei n. 8.883/94.

II - Poderá ser rescindido, por mutuo acordo, ou conveniência administrativa, recebendo a CONTRATADA somente o valor dos serviços já executados, não lhes sendo devido qualquer outro valor a qualquer titulo.

CLAUSULA SETIMA - DA FISCALIZAÇÃO

Fica autorizado ao CONTRATANTE ou seu preposto vistoriar e fiscalizar a execução do presente contrato, aplicando as sanções motivada pela inexecução total ou parcial do ajuste.

CLAUSULA OITAVA - DA MODIFICAÇÃO

O presente contrato poderá ser modificado por acordo entre as partes, nos casos previstos nas letras A B C D do art. 65 da leis supra mencionadas.

CLAUSULA NONA - DA RESPONSABILIDADE

O CONTRATADO é responsável pelos atos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, quer por dano material ou moral.

CLAUSULA DECIMA - DA RETENCAO DE IMPOSTOS

O CONTRATANTE fica autorizado a reter da CONTRATADA no ato do pagamento, os encargos e impostos que e de sua competência, inclusive os previstos na Ordem de Serviço INSS/DAF N. 203 DE 29.01.1999.

CLAUSULA DEC. PRIMEIRA - DA FOMA DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 10 dias da entrega e apresentação.

CLAUSULA DEC. SEGUNDA - DO REAJUSTE

O valor do presente contrato não sofrera reajuste.

CLAUSULA DEC. TERCEIRA - DA DOTACAO ORCAMENTARIA

Os pagamentos e as despesas decorrentes do presente contrato correrão a conta da dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde previsto na autuação do Processo de Licitação/FMS n. 0007/2013 - Modalidade de Pregão Presencial/FMS n. 0002/2013, ou seja:

Conta - 12.1201.10.301.1001.2015.31900000

CLAUS. DEC. QUARTA - DA MULTA

Em caso de inexecução contratual prevista no art. 78 da Lei n. 8.666/93, por culpa da CONTRATADA, fica estabelecido a multa de 2% sobre o valor do objeto contratado, atualizado monetariamente pelos índices oficiais.

PARAG. ÚNICO - A culpa é presumida nas hipóteses descritas nos incisos I a IX do art. 78 da Lei n. 8.666/93.

CLAUS. DEC. QUINTA - DAS DISPOSICOES FINAIS

I - Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto sem o consentimento prévio e escrito do CONTRATANTE, obedecidos os limites legais permitidos

II - Ocorrendo modificação ou alteração no objeto, o correspondente ajuste será efetuado no final do mês da respectiva execução.

III - Quaisquer comunicações entre as partes com relação a assuntos relacionados a este contrato, serão formalizados por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega;

IV - A fiscalização e o controle aludidos, não implicarão qualquer responsabilidade executiva por parte do CONTRATANTE, nem exoneração da CONTRATADA no cumprimento de qualquer responsabilidade aqui assumidas;

V - Os casos omissos a este contrato, reger-se-a pela legislação pertinente a matéria a Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores.

VI - O CONTRATANTE rejeitara, no todo ou em parte, o objeto entregue em desacordo com o contrato.

VII - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo CONTRATANTE, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se as penalidades legalmente estabelecida do edital, das sanções administrativas.

E por estarem certos, justos e contratados, assinam o presente contrato em três vias de igual teor, forma e validade, elegendo de comum acordo, por mais especial que outro seja, o foro jurídico da Comarca de Xaxim, para dirimir possíveis e eventuais dúvidas não resolvidas entre as partes, juntamente com duas testemunhas.

Marema, 15 de março de 2013

CONTRATANTE

Valdomiro Bevilaqua

Prefeito Municipal

CONTRATADA

FLAVIA BRESSAN RESCHEL - ME

CNPJ/MF n. 14.490.032/0001-15

Testemunhas - _____

EDEMIR TOME

OAB/SC 8422

VISTO ____\ ____\ ____

MINUTA

Contrato nº: FMS/012/2013

Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Saúde

Contratado: FLAVIA BRESSAN RESCHEL - ME

CNPJ/MF n. 14.490.032\0001-15

Objeto: Aquisição de Próteses Dentárias para atendimento de programas junto ao posto de saúde municipal

Vinculação: Processo de Licitação/FMS n. 0007\2013 - Modalidade de Pregão Presencial/FMS n. 0002/2013.

Valor Total: R\$ 43.250,00 (quarenta e três mil e duzentos e cinquenta reais)

Prazo: até 30 de dezembro de 2013

Foro: Comarca de Xaxim - SC

Marema, 15 de março de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Contrato FMS 0013/2013

CONTRATO - AQUISIÇÃO DE VEICULO

Contrato nº: 013/2013

Contratante: Município de Marema - SC

FMS - Fundo Municipal de Saúde

Contratado: IS COMERCIO DE VEICULOS LTDA

CNPJ/MF n. 11.700.834/0001-26

Vinculação: Processo Adm. Licitatório/FMS n. 0006/2013

Modalidade Carta Convite/FMS n. 0001/2013

De um lado o MUNICÍPIO DE MAREMA - SC, Pessoa Jurídica de direito público interno, com sede sito a rua Vidal Ramos, 357, centro, Marema, inscrito no C.N.P.J. sob nº 78.509.072/0001-56, através do FMS - Fundo Municipal de Saúde, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. VALDOMIRO BEVILAQUA, doravante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e de outro lado, IS COMERCIO DE VEICULOS LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ nº 11.700.834/0001-26, com endereço na Rodovia 282 KM 500 s/n, Bairro Maria Winckler, Xanxere - SC, neste ato representado pelo sócio gerente abaixo assinado, de ora em diante tão somente denominado como CONTRATADO(A), pactuam o presente contrato, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO CONTRATADO

O objeto do presente contrato consiste em:

AQUISIÇÃO DE VEICULO DE FABRICAÇÃO NACIONAL OU IMPORTADO, TIPO PAS/AUTOMOVEL, NOVO, ZERO, ANO E MODELO MÍNIMO 2012/2013, 04 PORTAS, SIPO SEDAN, EQUIPADO COM MOTOR GASOLINA OU FLEX, POTÊNCIA MINIMA DE 120 CV, TRANSMISSÃO MANUAL DE NO MINIMO 05 MARCHAS A FRENTE E UMA A RÉ, COM AR CONDICIONADO AUTOMÁTICO, DIREÇÃO HIDRAULICA, VIDROS E TRAVA ELETRICA, BANCO DE MOTORISTA COM REGULAGEM DE ALTURA, BANCO TRASEIRO BIPARTIDO E REBATÍVEL, APOIO DE CABEÇA NOS BANCOS COM AJUSTE DE ALTURA, RÁDIO CD/MP3 PLAYER COM CONTROLE NO VOLANTE, RELÓGIO DIGITAL NO PAINEL DE INSTRUMENTOS, TRAVAMENTO ELÉTRICO CENTRAL DAS PORTAS, VIDROS ELETRICOS NAS QUATRO PORTAS, AIR BEG FRONTAL DUPLO, FREIO A DISCO NAS 04 RODAS COM ABS, SISTEMA DE ALARME ANTIFURTO CINTO DE SEGURANÇA, JOGOS DE TAPETES, PNEUS DE STEPE, TRIANGULO E DEMAIS ASSESSORIOS DE FÁBRICAS, Marca I/KIA CERATO SX 1.6L.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO E DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

O(A) CONTRATADO(A) compromete-se a entregar o objeto descrito na clausula primeira, em até dez dias, após a ordem de entrega.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O MUNICÍPIO pagará ao(à) CONTRATADO(A) o valor de R\$ 69.900,00 (reais)

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

O pagamento será feito mediante entrega e apresentação do documento fiscal, em até dez dias da apresentação.

CLÁUSULA QUINTA - DO ORÇAMENTO

As despesas decorrentes da execução do presente Contrato correrão por conta de dotação orçamentária própria do MUNICÍPIO, na seguinte dotação orçamentária:

Conta: 12.1201.10.301.1001.1014.44900000 - 033 (64)

CLÁUSULA SEXTA - INADIMPLEMENTO

Eventuais atrasos nos pagamentos a serem efetuados pelo MUNICÍPIO serão remunerados a título de encargos mora aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SETIMA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Direitos do Município: receber o objeto adquirido, receber a respectiva nota fiscal.

Direitos do(a) Contratado(a): receber os valores contratuais até a data convencionada na cláusula quarta.

Obrigações do Município: efetuar os pagamentos contratados e reter os impostos incidentes de acordo com a legislação em vigor. Obrigações do(a) Contratado(a): prestar assistência técnica dentro do prazo de garantia da fábrica.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

A desobediência ou não cumprimento contratual, ensejará a aplicação, de acordo com a gravidade, de penas individuais ou conjuntas, a critério da comissão especial de licitações do MUNICÍPIO com despacho da autoridade superior, das seguintes penalidades:

- Advertência;
- Rescisão Contratual;
- Atestado de Inidoneidade;
- Proibição de contratar com o Município de Marema pelo período de 02 (dois) anos;
- Multa contratual de 10% (dez por cento) sobre o valor realizado do contrato pelo descumprimento de quaisquer das cláusulas aqui pactuadas.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

A rescisão contratual poderá ocorrer por não cumprimento do

presente instrumento, por qualquer das partes que se sentir prejudicada, comunicando a outra parte com 02 (dois) dias de antecedência, independentemente do previsto na cláusula décima.

CLÁUSULA DECIMA - RESCISÃO ADMINISTRATIVA

Fica expressamente reconhecido os direitos do MUNICÍPIO, previstos nos art. 77 da Lei nº 8666/93, consolidada, em caso de rescisão administrativa.

Todas e quaisquer dúvidas surgidas no decorrer da execução do objeto ora contratado, serão dirimidas de acordo com o previsto na Lei n. 8666/93.

CLÁUSULA DEC. PRIMEIRA - DO FORO

As partes de comum acordo elegem o Foro da Comarca de Xaxim, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja. E por estarem assim justas e acertadas, as partes assinam o presente em 03 (duas) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas que tudo viram e assistiram, abaixo identificadas.

Marema, 18 de março de 2013.
MUNICÍPIO DE MAREMA
CNPJ/MF n. 78.509.072/0001-56
VALDOMIRO BEVILAQUA
Prefeito Municipal

IS COMERCIO DE VEICULOS LTDA
CNPJ/MF n. 11.700.834/0001-26

Testemunhas: _____

Visto em ____/____/____
Assessoria Jurídica

Minuta
CONTRATO/FMS: 013/2013
CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MAREMA
FMS - Fundo Municipal de Saúde
CONTRATADO: IS COMERCIO DE VEICULOS LTDA
CNPJ/MF n. 11.700.834/0001-26

OBJETO: Aquisição de Veículos, novo.
VALOR: Valor total do Contrato R\$ 69.900,00 (reais)
FORO: Comarca de Xaxim - SC

DATA: Marema 18 de março de 2013
VALDOMIRO BEVILAQUA
Prefeito Municipal

Contrato FMS 0014/2013

FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLOGICO PARA ATENDIMENTO JUNTO AO POSTO DE SAUDE MUNICIPAL

Contrato nº: FMS/0014/2013
Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Saúde
Contratado: GUERRA COMERCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS
CNPJ/MF n. 09.270.704/0001-59

Objeto: Aquisição de Material Odontológico para Atendimento junto ao Posto de Saúde do Município
Vinculação: Processo de Licitação/FMS n. 0009/2013 - Modalidade de Carta Convite/FMS n. 0003/2013.

Que entre si fazem de um lado o Município de Marema - SC, com sede Administrativa sito a Rua Vidal Ramos n. 357, centro,

Marema, CGC n. 78509075/0001-56, neste ato representado por seu Prefeito Municipal VALDOMIRO BEVILAQUA, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Marema, através do Fundo Municipal de Saúde, de ora em diante simplesmente denominado de CONTRATANTE e de outro lado GUERRA COMERCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS - CNPJ/MF n. 09.270.704/0001-59, situado na Rua Felipe Schmidt, centro, Joaçaba - SC, neste ato representado pelo sócio administrador ao final assinado, de ora em diante simplesmente denominado de CONTRATADO, tem justo e contratado o que adiante segue, que mutuamente convencionam, outorgam e aceitam a saber.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

Consiste o objeto do presente contrato a obrigação do CONTRATADO em promover a entrega de Material Odontológico para atendimento junto ao Posto de Saúde do Município, constantes dos itens 01 a 30 e 32 a 53 relativo ao Processo de Licitação/FMS n. 0008/2013 - Modalidade de Carta Convite/FMS n. 0003/2013, em que o contrato é vinculado, cuja especificação e quantidade consta na autorização de fornecimento, parte integrante do presente contrato.

CLAUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:

O prazo de duração do presente contrato é determinado, vigorando a partir da data da assinatura do contrato, até 31 de dezembro de 2013, independente de qualquer aviso ou notificação.

CLAUSULA TERCEIRA - Pagara o CONTRATANTE ao CONTRATADO, pela entrega dos produtos mencionados, a quantia certa e ajustada de R\$ 22.328,87 (reais), em até dez dias da apresentação e entrega.

CLAUSULA QUARTA - DA VINCULAÇÃO

O presente contrato regula-se pela suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado e em especial a Lei n. 8.666/93 e alterações, bem como no Processo de Licitação/FMS n. 0008/2013 - Modalidade de Carta Convite/FMS n. 0003/2013.

CLAUSULA QUINTA - PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizado pela autoridade competente, cabendo ao CONTRATANTE modificar unilateralmente o presente contrato, para melhor adequação as finalidades de interesse público.

CLAUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

I - Cabe ao CONTRATANTE, rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos especificados nos inc. I do art. 79 da Lei n. 8.883/94.

II - Poderá ser rescindido, por mutuo acordo, ou conveniência administrativa, recebendo a CONTRATADA somente o valor dos serviços já executados, não lhes sendo devido qualquer outro valor a qualquer título.

CLAUSULA SETIMA - DA FISCALIZAÇÃO

Fica autorizado ao CONTRATANTE ou seu preposto vistoriar e fiscalizar a execução do presente contrato, aplicando as sanções motivada pela inexecução total ou parcial do ajuste.

CLAUSULA OITAVA - DA MODIFICAÇÃO

O presente contrato poderá ser modificado por acordo entre as partes, nos casos previstos nas letras A B C D do art. 65 da leis supra mencionadas.

CLAUSULA NONA - DA RESPONSABILIDADE

O CONTRATADO é responsável pelos atos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, quer por dano material ou moral.

CLAUSULA DECIMA - DA RETENCAO DE IMPOSTOS

O CONTRATANTE fica autorizado a reter do CONTRATADO no ato do pagamento, os encargos e impostos que e de sua competência, inclusive os previstos na Ordem de Serviço INSS/DAF N. 203 DE 29.01.1999.

CLAUSULA DEC. PRIMEIRA - DA FOMA DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 10 dias da entrega e apresentação.

CLAUSULA DEC. SEGUNDA - DO REAJUSTE

O valor do presente contrato não sofrera reajuste.

CLAUSULA DEC. TERCEIRA - DA DOTACAO ORCAMENTARIA

Os pagamentos e as despesas decorrentes do presente contrato correrão a conta da dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde previsto na autuação do Processo de Licitação/FMS Licitação/FMS n. 0008/2013 - Modalidade de Carta Convite/FMS n. 0003/2013, ou seja: Conta - 12.1201.10.301.1001.2015.33710000-004(00) e 12.1201.10.301.1001.2015.33710000-004(02)

CLAUS. DEC. QUARTA - DA MULTA

Em caso de inexecução contratual prevista no art. 78 da Lei n. 8.666/93, por culpa da CONTRATADA, fica estabelecido a multa de 2% sobre o valor do objeto contratado, atualizado monetariamente pelos índices oficiais.

PARAG. ÚNICO - A culpa e presumida nas hipóteses descritas nos incisos I a IX do art. 78 da Lei n. 8.666/93.

CLAUS. DEC. QUINTA - DAS DISPOSICOES FINAIS

I - Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto sem o consentimento prévio e escrito do CONTRATANTE, obedecidos os limites legais permitidos

II - Ocorrendo modificação ou alteração no objeto, o correspondente ajuste será efetuado no final do mês da respectiva execução.

III - Quaisquer comunicações entre as partes com relação a assuntos relacionados a este contrato, serão formalizados por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega;

IV - A fiscalização e o controle aludidos, não implicarão qualquer responsabilidade executiva por parte do CONTRATANTE, nem exoneração da CONTRATADA no cumprimento de qualquer responsabilidade aqui assumidas;

V - Os casos omissos a este contrato, reger-se-a pela legislação pertinente a matéria a Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores.

VI - O CONTRATANTE rejeitara, no todo ou em parte, o objeto entregue em desacordo com o contrato.

VII - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo CONTRATANTE, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se as penalidades legalmente estabelecida do edital, das sanções administrativas.

E por estarem certos, justos e contratados, assinam o presente contrato em três vias de igual teor, forma e validade, elegendo de comum acordo, por mais especial que outro seja, o foro jurídico da Comarca de Xaxim, para dirimir possíveis e eventuais duvidas não resolvidas entre as partes, juntamente com duas testemunhas.

Marema, 21 de março de 2013

CONTRATANTE CONTRATADO

Valdomiro Bevilaqua GUERRA COM. DE PROD. E EQUIPAMENTOS

Prefeito Municipal Contratado - CNPJ/MF n. 09.270.704/0001-59

Visto em ____/____/____

EDEMIR TOMÉ

OBA/SC 8422

Testemunhas - _____

MINUTA

Contrato FMS n. 014/2013

CONTRATANTE - O Município de Marema

CONTRATADO - GUERRA COM. DE PROD. E EQUIPAMENTOS

CNPJ/MF n. 09.270.704/0001-59

OBJETO - Aquisição de Material Odontológico

VINCULAÇÃO - Processo de Licitação/FMS n. 0008/2013 - Modalidade de Carta Convite/FMS n. 0003/2013

VALOR TOTAL - R\$ 22.328,87 (reais)

FORO - Comarca de Xaxim - SC

Marema, 21 de março de 2013

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Contrato 0011/2013

CONTRATO - AQUISIÇÃO DE VEICULO

Contrato nº: 011/2013

Contratante: Município de Marema - SC

Contratado: GAMBATTO VEICULOS LTDA

CNPJ/MF n. 76.863.877/0001-78

Vinculação: Processo Adm. Licitatório n. 0008/2013

Modalidade Carta Convite n. 0002/2013

De um lado o MUNICÍPIO DE MAREMA - SC, Pessoa Jurídica de direito público interno, com sede sito a rua Vidal Ramos, 357, centro, Marema, inscrito no C.N.P.J. sob nº 78.509.072/0001-56, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. VALDOMIRO BEVILAQUA, doravante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e de outro lado, GAMBATTO VEICULOS LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ nº 76.863.877/0001-78, com endereço na Rua Fernando Machado, 3345-D, Chapeco - SC, neste ato representado pelo sócio gerente abaixo assinado, de ora em diante tão somente denominado como CONTRATADO(A), pactuam o presente contrato, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO CONTRATADO

O objeto do presente contrato consiste em:

OBJETO 01 - AQUISIÇÃO DE VEICULO DE FABRICAÇÃO NACIONAL OU IMPORTADO, PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIRO, NOVO, ZERO, ANO E MODELO MÍNIMO 2013, MOTOR GASOLINA OU FLEX, 1.0, 02 PORTAS, COM MACACO, TRIANGULO, EXTINTOR, CHAVE DE RODAS, PROTEÇÃO DE MOTOR, JOGO DE TAPETES, PNEUS DE STEPE, ACENTOS COM APOIO DE CABEÇA DIANTEIRO COM REGULAGEM DE ALTURA, CINTO DE SEGURANÇA DIANTEIROS RETRÁTEIS DE 03 PONTOS E LATERAIS TRASEIROS FIXOS DE 03 PONTAS E CENTRAL FIXO DE 02 PONTOS, E DEMAIS ASSessorios de FÁBRICAS, Marca Uno Mille Economy 1.0 Flex 2p.

OBJETO 02 - AQUISIÇÃO DE VEICULO DE FABRICAÇÃO NACIONAL OU IMPORTADO, PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIRO, NOVO, ZERO, ANO E MODELO MÍNIMO 2013, MOTOR GASOLINA OU FLEX, 1.0, 04 PORTAS, COM MACACO, TRIANGULO, EXTINTOR, CHAVE DE RODAS, PROTEÇÃO DE MOTOR, JOGO DE TAPETES, PNEUS DE STEPE, ACENTOS COM APOIO DE CABEÇA DIANTEIRO

COM REGULAGEM DE ALTURA, CINTO DE SEGURANÇA DIANTEIROS RETRÁTEIS DE 03 PONTOS E LATERAIS TRASEIROS FIXOS DE 03 PONTAS E CENTRAL FIXO DE 02 PONTOS, E DEMAIS ASSESSORIOS DE FÁBRICAS, Marca Uno Mille Economy 1.0 Flex 4p.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO E DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

O(A) CONTRATADO(A) compromete-se a entregar o objeto descrito na cláusula primeira, em até dez dias, após a ordem de entrega.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O MUNICÍPIO pagará ao(à) CONTRATADO(A) o valor de R\$ 25.900,00 (reais) para o veículo constante do item 01 e R\$ 27.600,00 (reais) para o veículo constante do item 02, totalizando R\$ 53.500,00 (reais).

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

O pagamento será feito mediante entrega e apresentação do documento fiscal, em até dez dias da apresentação.

CLÁUSULA QUINTA - DO ORÇAMENTO

As despesas decorrentes da execução do presente Contrato correrão por conta de dotação orçamentária própria do MUNICÍPIO, na seguinte dotação orçamentária: Conta: 08.0801.26.782.2601.1048.44900000 - 066 (89) e 05.0501.12.361.1201.1026.44900000 - 067 (89)

CLÁUSULA SEXTA - INADIMPLEMENTO

Eventuais atrasos nos pagamentos a serem efetuados pelo MUNICÍPIO serão remunerados a título de encargos mora aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SETIMA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Direitos do Município: receber o objeto adquirido, receber a respectiva nota fiscal.

Direitos do(a) Contratado(a): receber os valores contratuais até a data convencionada na cláusula quarta.

Obrigações do Município: efetuar os pagamentos contratados e reter os impostos incidentes de acordo com a legislação em vigor. Obrigações do(a) Contratado(a): prestar assistência técnica dentro do prazo de garantia da fábrica.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

A desobediência ou não cumprimento contratual, ensejará a aplicação, de acordo com a gravidade, de penas individuais ou conjuntas, a critério da comissão especial de licitações do MUNICÍPIO com despacho da autoridade superior, das seguintes penalidades:

- Advertência;
- Rescisão Contratual;
- Atestado de Inidoneidade;
- Proibição de contratar com o Município de Marema pelo período de 02 (dois) anos;
- Multa contratual de 10% (dez por cento) sobre o valor realizado do contrato pelo descumprimento de quaisquer das cláusulas aqui pactuadas.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

A rescisão contratual poderá ocorrer por não cumprimento do presente instrumento, por qualquer das partes que se sentir prejudicada, comunicando a outra parte com 02 (dois) dias de antecedência, independentemente do previsto na cláusula décima.

CLÁUSULA DECIMA - RESCISÃO ADMINISTRATIVA

Fica expressamente reconhecido os direitos do MUNICÍPIO, previstos nos art. 77 da Lei nº 8666/93, consolidada, em caso de rescisão administrativa.

Todas e quaisquer dúvidas surgidas no decorrer da execução do objeto ora contratado, serão dirimidas de acordo com o previsto na Lei n. 8666/93.

CLÁUSULA DEC. PRIMEIRA - DO FORO

As partes de comum acordo elegem o Foro da Comarca de Xaxim, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja. E por estarem assim justas e acertadas, as partes assinam o presente em 03 (duas) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas que tudo viram e assistiram, abaixo identificadas.

Marema, 26 de fevereiro de 2013.

MUNICÍPIO DE MAREMA

CNPJ/MF n. 78.509.072/0001-56

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

GAMBATTO VEICULOS LTDA

CNPJ/MF n. 76.863.877/0001-78

Testemunhas: _____

Visto em ____/____/____

Assessoria Jurídica

Minuta

CONTRATO: 011/2013

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MAREMA

CONTRATADO: GAMBATTO VEICULOS LTDA

CNPJ/MF n. 76.863.877/0001-78

OBJETO: Aquisição de Veículos, novo.

VALOR: Valor total do Contrato R\$ 53.500,00 (reais)

FORO: Comarca de Xaxim - SC

DATA: Marema 26 de fevereiro de 2013

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Contrato 0012/2013

Contrato nº: 012/2013

Contratante: Município de Marema - SC.

Contratado: Emerson Bianchi - CNPJ/MF n. 13.237.095/0001-03

Objeto: Aulas de Karatê.

Que entre si fazem de um lado o Município de Marema - SC, com sede Administrativa sito a Rua Vidal Ramos n. 357, centro, Marema, CGC n. 78.509.075/0001-56, neste ato representado pelo Prefeito Municipal VALDOMIRO BEVILAQUA, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Marema, de ora em diante simplesmente denominado de CONTRATANTE e de outro lado EMERSON BIANCHI-CNPJ/MF n. 13.237.095/0001-03 com endereço na Linha Feitosa, Lajeado Grande, de ora em diante simplesmente denominado de CONTRATADO, tem justo e contratado o que adiante segue, que mutuamente convencional, outorgam e aceitam a saber.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Consiste o objeto do presente contrato a obrigação do CONTRATADO em ministrar Aulas de Karate para atendimento a jovens e adultos, com carga horária de 08 horas semanais, conforme descritos no item único do Processo Licitatório n. 0010/2013 na Modalidade de Carta Convite para compras e Serviços n. 0003/2013, melhor relatado na Autorização de Fornecimento, parte integrante deste contrato.

CLAUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O prazo de duração do presente contrato dar-se-á com a assinatura do presente até 30 de dezembro de 2013, no horário previsto

na autorização de fornecimento que faz parte da licitação a que o contrato se vincula.

CLAUSULA TERCEIRA - Pagará o CONTRATANTE ao CONTRATADO, pelo objeto descrito na clausula primeira o valor total de R\$ 14.400,00 (reais), de forma parcelada, em dez pagamentos mensais de R\$ 1.440,00 (reais), mediante a apresentação e entrega.

CLAUSULA QUARTA - DA VINCULAÇÃO

O presente contrato regula-se pela suas clausulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado, especialmente o Processo Licitatório n. 0010/2013 na Modalidade de Carta Convite para compras e Serviços n. 0003/2013.

CLAUSULA QUINTA - PRORROGAÇÃO DE PRAZO

O contrato poderá ser prorrogado por períodos de 12 (doze) meses conforme inciso II do artigo 57 da Lei nº 8666/93 consolidada. Se de comum acordo entre as partes, reajustando-se os valores pela aplicação da variação do IGPM da FGV dos 12 (doze) meses anteriores, retroagindo-se o índice de algum mês se não estiver disponível em tempo hábil.

CLAUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

I - Cabe ao CONTRATANTE, rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos especificados nos inc. I do art. 79 da Lei n. 8.883/94.

II - Poderá ser rescindido, por mutuo acordo, ou conveniência administrativa, recebendo o CONTRATADO somente o valor dos serviços já executados, não lhes sendo devido qualquer outro valor a qualquer título.

CLAUSULA SETIMA - DA FISCALIZAÇÃO

Fica autorizado o CONTRATANTE ou seu preposto vistoriar e fiscalizar a execução do presente contrato, aplicando as sanções motivada pela inexecução total ou parcial do ajuste.

CLAUSULA OITAVA - DA MODIFICAÇÃO

O presente contrato poderá ser modificado por acordo entre as partes, nos casos previstos nas letras A B C D do art. 65 das Leis supra mencionadas.

CLAUSULA NONA - DA RESPONSABILIDADE

O CONTRATADO é responsável pelos atos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, que por dano material ou moral.

PARAG. ÚNICO - Nenhuma responsabilidade terá o CONTRATANTE pela prestação de assistência médico-hospitalar ou pagamento de indenização em virtude de eventuais acidentes ou doenças sofridas pelo CONTRATADO, ou funcionários seus, durante o período em que este estiver no cumprimento do presente contrato.

CLAUSULA DÉCIMA - DA RETENÇÃO DE IMPOSTOS

O CONTRATANTE fica autorizado a reter do CONTRATADO no ato do pagamento, os encargos e impostos que é de sua competência, inclusive os previstos na Ordem de Serviço INSS/DAF n. 203 de 29/01/1999.

CLAUSULA DEC. PRIMEIRA - DA FORMA DE PAGAMENTO.

O pagamento será feito de forma mensal, em até dez dias da apresentação e entrega.

CLAUSULA DEC. SEGUNDA - DO REAJUSTE

O valor do presente contrato não sofrerá reajuste.

CLAUSULA DEC. TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

Os pagamentos e as despesas decorrentes do presente contrato, correrão a conta da dotação orçamentária do orçamento municipal

vigente, ou seja:

- Conta 09.0901.13.392.1301.2033.33900000-029

CLAUSULA DEC. QUARTA - OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO

I - Iniciar os serviços na data da emissão da ordem de serviço fornecida pelo CONTRATANTE, imediatamente após a assinatura do contrato.

II - Permitir que os prepostos do contratante inspecionem a qualquer tempo e hora o andamento dos serviços;

III - Fornecer ao CONTRATANTE sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimento sobre o andamento dos serviços;

IV - Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, indenizações próprias e de terceiros, bem como de seus funcionários;

V - Formar o quadro de pessoal necessário a execução do objeto contratado, pagando-lhes salários, indenizações e demais encargos e cominações legais.

VI - Deslocar-se com ônus próprio, até a sede do Município, objetivando a execução do contrato.

VII - O presente contrato não será de nenhuma forma, fundamento para a constituição de vínculo trabalhista com empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que o CONTRATADO colocar a serviços, bem como com o CONTRATADO.

CLAUSULA DEC. QUINTA - DA MULTA

Em caso de inexecução contratual prevista no art. 78 da Lei n. 8.666/93, por culpa do CONTRATADO, fica estabelecido a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do objeto contratado, atualizado monetariamente pelos índices oficiais.

PARAG. ÚNICO - A culpa é presumida nas hipóteses descritas nos incisos I a IX do art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores.

CLAUSULA DEC. SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I - Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto sem o consentimento prévio e escrito do CONTRATANTE, obedecidos os limites legais permitidos;

II - Ocorrendo modificação ou alteração no objeto, o correspondente ajuste será efetuado no final do mês da respectiva execução;

III - Quaisquer comunicações entre as partes com relação a assuntos relacionados a este contrato, serão formalizados por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

IV - A fiscalização e o controle aludidos, não implicarão qualquer responsabilidade executiva por parte do CONTRATANTE, nem exoneração do CONTRATADO no cumprimento de qualquer responsabilidade aqui assumidas.

V - Os casos omissos a este contrato, reger-se-á pela Legislação pertinente a matéria a Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores.

VI - O CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, o serviço executado em desacordo com o contrato.

VII - A recusa injustificada do CONTRATADO em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo CONTRATANTE caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida.

E por estarem certos, justos e contratados, assinam o presente contrato em três vias de igual teor, forma e validade, elegendo de comum acordo, por mais especial que outro seja, o foro jurídico da Comarca de Xaxim, para dirimir possíveis e eventuais dúvidas não resolvidas entre as partes, juntamente com duas testemunhas.

Marema, 27 de fevereiro de 2013.

CONTRATANTE
VALDOMIRO BEVILAQUA
Prefeito Municipal

CONTRATADO
EMERSON BIANCHI
CNPJ/MF n. 13.237.095/0001-03

Testemunhas: _____

EDEMIR TOMÉ
OAB/SC 8422

MINUTA
CONTRATO -
CONTRATANTE - Município de Marema
CONTRATADO - EMERSON BIANCHI - CNPJ/MF n.
13.237.095/0001-03

OBJETO - Aulas de Karatê
PRAZO - Até 30/12/2013
VALOR TOTAL - R\$ 14.400,00 (reais)
FORO - Comarca de Xaxim.

Marema, 27 de fevereiro de 2013
VALDOMIRO BEVILAQUA
Prefeito Municipal

Contrato 0013/2013

AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA REALIZAÇÃO DE MERENDA ESCOLAR

Contrato nº: 013/2013
Contratante: Município de Marema - SC.
Contratado: SUPERMERCADO MAREMA LTDA - ME
CNPJ/MF n. 03.658.263/0001-80
Vinculação: Licitação na Modalidade de Pregão Presencial n. 0004/2013

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios para Merenda Escolar

Que entre si fazem de um lado o Município de Marema - SC, com sede Administrativa sito a Rua Vidal Ramos n. 357, centro, Marema, CGC n. 78509075/0001-56, neste ato representado pelo Prefeito Municipal VALDOMIR BEVILAQUA, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Marema, de ora em diante simplesmente denominado de CONTRATANTE e de outro lado SUPERMERCADO MAREMA LTDA - ME inscrito no CNPJ/MF n. 03.658.263/0001-80, localizada na Rua Julio de Castilho, 400, centro, Marema, neste ato representado por seu preposto abaixo assinado, de ora em diante simplesmente denominado de CONTRATADO, tem junto e contratado o que adiante segue, que mutuamente convencionam, outorgam e aceitam a saber.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Consiste o objeto do presente contrato a obrigação do CONTRATADO em fornecer a entrega de gêneros alimentícios para merenda escolar descrito nos itens 01 a 45 do Pregão Presencial n. 0004/2013 em que foi vencedor, de acordo com a solicitação do CONTRATANTE.

CLAUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O prazo de entrega dos produtos dar-se-á mediante solicitação, até 31/12/2013 ou quando atingir as quantidades licitadas.

CLAUSULA TERCEIRA - Pagara o CONTRATANTE ao CONTRATADO,

pelo objeto descrito na clausula primeira o valor total de R\$ 7.388,40 (reais) em dez dias após a apresentação e entrega.

CLAUSULA QUARTA - DA VINCULAÇÃO

O presente contrato regula-se pela suas clausulas e pelos preceitos de direito publico, aplicando-se-lhes, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado e em especial a Lei n. 8.666/93 e alterações, estando vinculado na Licitação na Modalidade de Pregão Presencial n. 0004/2013 - Processo Administrativo Licitatório n. 0007/2013, em que o contratado foi vencedor.

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAREMA

CLAUSULA QUINTA - PRORROGACAO DE PRAZO

Toda prorrogação de prazo devera ser justificada por escrito e previamente autorizado pela autoridade competente, cabendo ao CONTRATANTE modificar unilateralmente o presente contrato, para melhor adequação as finalidades de interesse publico.

CLAUSULA SEXTA - DA RESCISAO

I - Cabe ao CONTRATANTE, rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos especificados nos inc. I do art. 79 da Lei n. 8.883/94.

II - Poderá ser rescindido, por mutuo acordo, ou conveniência administrativa, recebendo a CONTRATADA somente o valor dos serviços já executados, não lhes sendo devido qualquer outro valor a qualquer titulo.

CLAUSULA SETIMA - DA FISCALIZAÇÃO

Fica autorizado ao CONTRATANTE ou seu preposto vistoriar e fiscalizar a execução do presente contrato, aplicando as sanções motivada pela inexecução total ou parcial do ajuste.

CLAUSULA OITAVA - DA MODIFICAÇÃO

O presente contrato poderá ser modificado por acordo entre as partes, nos casos previstos nas letras A B C D do art. 65 da leis supra mencionadas.

CLAUSULA NONA - DA FOMA DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mediante apresentação da respectiva nota fiscal, num prazo de 10 dias para empenhamento interno.

CLAUSULA DECIMA - DO REAJUSTE

O valor do presente contrato não sofrera reajuste.

CLAUSULA DEC. PRIMEIRA - DA DOTACAO ORCAMENTARIA

Os pagamentos e as despesas decorrentes do presente contrato correrão a conta da dotação orçamentária prevista na autuação da Pregão Presencial n. 0004/2013, ou seja: Conta: 05.0501.10.306.1002.2023.33900000 (00)

CLAUS. DEC. SEGUNDA - DA MULTA

Em caso de inexecução contratual prevista no art. 78 da Lei n. 8.666/93, por culpa da CONTRATADA, fica estabelecido a multa de 2% sobre o valor do objeto contratado, atualizado monetariamente pelos índices oficiais.

PARAG. ÚNICO - A culpa e presumida nas hipóteses descritas nos incisos I a IX do art. 78 da Lei n. 8.666/93.

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAREMA

CLAUS. DEC. TERCEIRA - DAS DISPOSICOES FINAIS

I - Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto sem o consentimento prévio e escrito do CONTRATANTE, obedecidos os limites legais permitidos



II- Ocorrendo modificação ou alteração no objeto, o correspondente ajuste será efetuado no final do mês da respectiva execução.

III- Quaisquer comunicações entre as partes com relação a assuntos relacionados a este contrato, serão formalizados por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega

IV - A fiscalização e o controle aludidos, não implicarão qualquer responsabilidade executiva por parte do CONTRATANTE, nem exoneração da CONTRATADA no cumprimento de qualquer responsabilidade aqui assumidas.

V - Os casos omissos a este contrato, reger-se-á pela legislação pertinente a matéria a Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores.

VI - O CONTRATANTE rejeitara, no todo ou em parte, o objeto entregue que não estar de acordo com o procedimento licitatório.

VII - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo CONTRATANTE, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se as penalidades legalmente estabelecida do Edital, das sanções administrativas.

E por estarem certos, justos e contratados, assinam o presente contrato em três vias de igual teor, forma e validade, elegendo de comum acordo, por mais especial que outro seja, o foro jurídico da Comarca de Xaxim, para dirimir possíveis e eventuais dúvidas não resolvidas entre as partes, juntamente com duas testemunhas.

Marema, 27 de fevereiro de 2013.

CONTRATANTE

Valdomiro Bevilaqua

Prefeito Municipal

CONTRATADO

SUPERMERCADO MAREMA LTDA ME

Contratado - CNPJ/MF n. 03.658.263/0001-80

Testemunhas - _____

EDEMIR TOMÉ

Assessoria Jurídica

MINUTA

Contrato n.013/2013

CONTRATANTE - O Município de Marema

CONTRATADO - SUPERMERCADO MAREMA LTDA ME

CNPJ/MF n. 03.658.263/0001-80

OBJETO - Gêneros Alimentícios - Merenda Escolar

PRAZO - Conforme consta na licitação

VINCULO - Pregão Presencial n. 0004/2013

VALOR - R\$ 7.388,40 (reais)

FORO - Comarca de Xaxim - SC

Marema, 27 de fevereiro de 2013

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Contrato 0014/2013

Contrato Administrativo nº014/2013

De 04/03/2013

CONTRATO DE RATEIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE MAREMA E O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA) PARA O EXERCÍCIO DE 2013 E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Pelo presente instrumento de contrato de rateio que celebram entre si o Município de Marema, pessoa jurídica de direito público

interno, inscrito no CNPJ nº 78.509.072/0001-56, com sede administrativa na R. Vidal Ramos, 357, Centro, Marema, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Valdomiro Bevilaqua, e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 09.427.503/0001-12, com sede na Rua Santos Saraiva, nº 1.546 - Estreito - Florianópolis/SC, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr. Gilsoni Lunardi Albino, tem justo e contratado o que adiante segue, que mutuamente convencional, outorgam e aceitam a saber.

Das disposições gerais

Cláusula primeira - Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05, da Lei Municipal nº 17 de 6/1/2012, bem como as cláusulas do Contrato de Programa do CIGA nº 037/2012.

Cláusula segunda - É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

Do objeto

Cláusula terceira - Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Marema ao CIGA para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa do CIGA nº 037/2012.

Do rateio

Cláusula quarta - Para a execução do objeto deste contrato, o Município de Marema repassará mensalmente ao consórcio a importância de R\$ 260,00, totalizando o valor de R\$ 2.600,00 (reais).

Cláusula quinta - Fica o CIGA autorizado através do Banco do Brasil, a debitar no último dia útil de cada mês da conta ICMS do Município o valor mensal estabelecido na Cláusula Quarta deste contrato.

Da rubrica orçamentária

Cláusula sexta - A despesa decorrente deste contrato de rateio correrá de acordo com as dotações orçamentárias nº 3.1.71.70 (transferência a consórcio público para suporte a despesas correntes com pessoal e encargos sociais), nº 3.3.71.70 (transferência a consórcio público para suporte a outras despesas correntes) e 4.4.71.70 (transferência a consórcio público para investimentos), previstas no orçamento do Município para o exercício de 2013, nos termos da Lei Municipal nº 995/212 de 28/11/2012 (Lei Orçamentária Anual) c/c Lei Municipal n. 978/2012 de 19/06/2012.

Parágrafo único. A despesa total deverá ser alocada nas dotações orçamentárias informadas no caput na seguinte razão:

Despesas correntes:

55% da despesa correrá sob a dotação orçamentária nº 3.1.71.70 R\$ 1430,00

30% da despesa correrá sob a dotação orçamentária nº 3.3.71.70 R\$ 780,00

Despesas de capital:

15% da despesa correrá sob a dotação orçamentária nº 4.4.71.70 R\$ 390,00

Da prestação de contas

Cláusula sétima - Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

Cláusula oitava - Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do Município, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade

dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos. Das penalidades

Cláusula nona - O consorciado inadimplente com o CIGA será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

Cláusula décima - Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

Cláusula décima primeira - Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Da vigência

Cláusula décima segunda - O presente contrato de rateio entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de dezembro de 2013.

Do foro

Cláusula décima terceira - Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato

Das disposições finais

Cláusula décima quarta - Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Florianópolis, 04 de março de 2013 .

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito de Marema

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Testemunhas: _____

Visto ____/____/2013

EDEMIR TOMÉ

OAB/8422

Contrato 0015/2013

CONTRATO n. 015/2013

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SOFTWARE

Contratante: MUNICÍPIO DE MAREMA - SC.

CNPJ/MF n. 78509075/0001-56

Contratado: TRSIS LTDA

CNPJ/MF n. 10.523.866/0001-30

Objeto: LOCAÇÃO DE SOFTWARE

Que entre si fazem de um lado o Município de Marema - SC, com sede Administrativa sito a Rua Vidal Ramos n. 357, centro, Marema, CGC n. 78509075/0001-56, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. VALDOMIRO BEVILAQUA, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Marema, de ora em diante simplesmente denominado de CONTRATANTE, e a empresa TRSIS LTDA com sede na Av. Dom Pedro II, 684, sala 302, Bairro Centro, Videira - SC, inscrita no CNPJ 10.523.866/0001-30, neste ato representado pelo sócio proprietário, Sr. TARCISO F. RECH, inscrito no Cadastro de Pessoa Física CPF sob nº 017.591.939-92, doravante denominado CONTRATADA, têm entre si, justo e acertado, o presente Contrato de locação de Software e Atendimento Técnico, conforme clausulas a seguir

PRIMEIRA: OBJETO DO CONTRATO

1.1 - Locação e cessão de uso do Sistema TRNotasPP.

1.1.1 - A aquisição e cessão de uso do Sistema TRNOTAS-Módulo Produtor Primário, concedido neste contrato, dá ao CONTRATANTE

o direito de utilizá-lo em forma legível ou interpretável pela configuração prevista e destinada para o Gerenciamento da Produção Primária Municipal de Marema-SC.

SEGUNDA: LICENÇA DE USO, MENSALIDADE E VIGÊNCIA

2.1 - O valor referente à Licença de uso do Sistema TRNOTASPP será de R\$ 230,00 (Duzentos e trinta reais mensais) pagos mediante NF.

2.2 - O valor referente ao uso do software deverá ser depositado até o dia 10 do mês seguinte ao uso do software.

2.3 - Os valores contratados serão corrigidos tendo como base o IGP-M, ou outro índice que vier a substituí-lo.

2.4 - A vigência do contrato será da data da assinatura até 31 de Dezembro de 2013. Podendo ser renovado até o limite previsto no Artigo Nº 57, inciso IV, da Lei Federal 8.666/93, desde que haja manifesto interesse pelas partes, nos termos do disposto no artigo 57 e seus incisos e parágrafos da Lei 8.666/93 e normas complementares, através de termos aditivos contratuais.

2.5 - Para efeito deste contrato o valor é de R\$ 2.300,00 (reais).

Paragrafo Único - Valor referente à importação dos dados do sistema antigo é de R\$ 340,00 (Trezentos e quarenta reais) em parcela única, pagos após a realização dos serviços.

TERCEIRA: SANÇÕES PARA ATRASO NO PAGAMENTO

6.1 - A não efetuação do pagamento para o item 2.2 provocará cancelamento dos serviços prestados da CONTRATADA ao CONTRATANTE até que o mesmo regularize suas pendências.

6.2 - Será acrescido de multa de 2% (dois por cento) mais 0,33% de juros ao dia.

6.3 - A rescisão do contrato por parte do CONTRATANTE, bem como a suspensão dos pagamentos por parte do cliente implica no cancelamento do uso e dos serviços de manutenção do software, devendo o CONTRATANTE apagar o software TRNotasPP do disco rígido para sua segurança.

QUARTA: TREINAMENTO

3.1 - Caso haja a necessidade de treinamento especial para uso do software, além do fornecido pela CONTRATADA, será cobrado em separado o valor correspondente a R\$ 85,00 (reais) por hora de treinamento.

QUINTA: DESPESAS ADICIONAIS

4.1 - Correrão por conta do CONTRATANTE despesas atinentes a viagens dos analistas da CONTRATADA.

Parágrafo Único - Entende-se por despesas de viagem:

- Deslocamento feito por automóvel: será cobrado o valor de 10% (dez por cento) do preço do combustível (gasolina) em questão por quilometro rodado.

- Diária de R\$ 67,00 (reais) por dia por pessoa para alimentação.

- Despesas extras: Pedágio, Táxi e Estacionamento quando necessário.

- Diárias de hotel (Convênio da empresa cliente, categoria).

SEXTA: DIREITOS DO CLIENTE

5.1 - O CONTRATANTE terá direito à composição do seu sistema conforme anexo I e suporte técnico on-line.

5.2 - Caso o CONTRATANTE necessitar de novos módulos, relatórios ou alterações significativas, os quais não constam no anexo I, será acertado novo valor, sendo que a CONTRATADA passará um orçamento ao CONTRATANTE para análise e aprovação antes de ser executado os trabalhos.

SÉTIMA: RESPONSABILIDADE

7.1 - O CONTRATANTE será responsável pela boa utilização do Sistema TRNOTASPP assegurando uma configuração adequada e procedimentos básicos para atender os requisitos de segurança.

7.1.1 - O CONTRATANTE responsabiliza-se pela proteção e guarda

do Sistema TRNOTAS, não permitindo sua modificação, reprodução, tradução, descompilação, nem criará ou tentará criar, por meio da engenharia reversa ou de outra forma, o código fonte objeto do software, e nem uso não autorizado pelos seus agentes empregados ou preposto, além do disposto na cláusula.

7.2 - A base de dados mantida pelo CONTRATANTE é de sua inteira responsabilidade, sendo que o seu conteúdo, qualidade e integridade só lhe dizem respeito.

7.2.1 - O CONTRATANTE é responsável por todas as informações contidas, inseridas e/ou alteradas bem como as informações repassadas à Secretaria de Estado da Fazenda. Visando evitar problemas futuros, a mesma deve efetuar backup's periódicos, bem como seguir as instruções e procedimentos de uso do software.

7.3 - A CONTRATADA se responsabiliza pelo sigilo das informações repassadas a ela para fins de suporte técnico.

OITAVA: DA FACILIDADE PARA OS TRABALHOS DA VENDEDORA

8.1 - Sempre que necessário, seja para a primeira implantação ou para trabalhos posteriores de manutenção do Sistema TRNOTAS, o CONTRATANTE obriga-se a ceder suas instalações, equipamentos e facilitar de forma geral, o acesso dos analistas da CONTRATADA para realização das operações necessárias.

8.2 - O CONTRATANTE se responsabiliza pela aquisição dos softwares acessórios para a utilização do Sistema TRNOTAS, os quais são: sistema para compactação e sistema para acesso remoto.

8.3 - O CONTRATANTE se responsabiliza pela aquisição dos seguintes hardwares para o perfeito funcionamento do Sistema TRNOTAS, com configuração mínima de: Micro Computador de 2.9 GHz, com 2 Gb memória Ram, disco rígido com no mínimo 1 Gb de espaço livre, CD-RW, placa de rede 10/100 Mbits para acesso a internet, dispositivo para Backup, Nobreak (controle de queda de energia), rede certificada, quando a rede interligar mais de 2 micro-computadores, deverá ser utilizado hub/switch de 100 mb e linha telefônica pra suporte técnico.

NONA: DA CÓPIA DO PROGRAMA PELO CLIENTE

9.1 - Caso o equipamento onde se encontra implantado o Sistema objeto deste contrato seja enviado para manutenção, apreendido, retomado, confiscado, ou simplesmente ameaçado por quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais previstas ou não, que retirem da posse e uso por parte do CONTRATANTE, este se obriga a realizar a cópia de segurança dos dados contido no Sistema TRNOTAS.

DÉCIMA: DA RESPONSABILIDADE POR DANOS

10.1 - A CONTRATADA não se responsabiliza por qualquer dano causado pelo mau uso do sistema, nem em relação aos seus clientes, incluindo danos especiais, eventuais, imprevistos ou indiretos, pela perda de lucros cessantes, paralisação do trabalho, perda de dados advindos de:

10.1.1 - Vírus, queda de energia, falha ou mau funcionamento do computador, alterações efetuadas pelo CONTRATANTE sem expressa autorização da CONTRATADA, seja no Sistema TRNOTAS, seja no equipamento onde estiver instalado, bem como por problemas oriundos de má operação ou indevida sem expressa autorização da CONTRATADA..

DÉCIMA PRIMEIRA: DIREITO DE PROPRIEDADE

11.1 - Quanto à cópia objeto do Sistema TRNOTASPP fornecido, cuja fonte com base neste contrato é propriedade exclusiva da CONTRATADA, fica expressamente vedado, sob pena de ser acionado por perdas e danos:

11.1.1 - Cedê-la, vendê-la, dá-la em locação ou em garantia, usá-la para prestar serviços a terceiros, doa-la, aliena-la de qualquer forma ou transferi-la, total ou parcialmente sob quaisquer modalidades, gratuita ou onerosamente, provisória ou permanente, sem a expressa autorização da CONTRATADA.

11.1.2 - Entende-se como terceiro qualquer pessoa física ou jurídica que não o CONTRATANTE qualificado neste contrato,

incluindo-se como terceiros suas subsidiárias, coligadas, ou afins de toda a espécie resultante ou não de fusão, cisão, incorporação ou formas de movimentação entre empresas e pessoas.

DÉCIMA SEGUNDA: DAS CONDIÇÕES GERAIS

8.1 O presente contrato reger-se-á pela legislação brasileira em vigor que dispõem sobre a comercialização de software em especial a lei número 9.609, de 19 de fevereiro de 1998 e o Código de Proteção e Direito do Consumidor, lei número 8078/90. Pela natureza jurídica do software, se aplicam todas as regras e penalidades previstas em lei contra o seu uso indevido, inclusive as derivadas da lei que protege os direitos autorais (lei 9.610/98).

8.2 O presente contrato, assinado pelas partes vale como título executivo extrajudicial, especialmente para a cobrança dos valores devidos, cláusula penal e multas contratuais aqui previstos.

DÉCIMA TERCEIRA: DO FORO DO CONTRATO

13.1 - O foro competente para dirimir as dúvidas e questões provenientes deste contrato, é o da cidade de Xaxim - SC, sem exceção de quaisquer outros, por mais privilegiados que sejam.

DÉCIMA QUARTA: ANEXO I

O cliente tem direito de aquisição e cessão de uso dos seguintes Módulos:

- Cadastros (produtores primários, compradores, produtos);
- Impressão de cabeçalho na Emissão dos blocos de produtor primário;
- Baixa/Digitação das notas de produtor primário emitidas pelo sistema;
- Geração de arquivo formato texto pra envio à SEF conforme manual 3.1 da SEF;
- Relatórios.

E assim por estarem justos e acordados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma

Marema, 04 de março de 2013.

Município de Marema

Contratante

CNPJ: 78.509.072/000156 TRSIS Ltda.

Contratada

CNPJ: 10.523.866/0001-30

Testemunhas: _____

ASSESSORIA JURIDICA

Visto

Contrato 0016/2013

CONTRATO - AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL

Contrato nº: 016/2013

Contratante: MUNICÍPIO DE MAREMA - SC.

CGC n. 78509075/0001-56

Contratado: COMERCIO DE COMBUSTIVEIS ZANETIN LTDA

CNPJ n. 10.536.030/0001-70

Objeto: Aquisição de Combustível

Vínculo: Pregão Presencial n. 0005/2013

Que entre si fazem de um lado o Município de Marema - SC, com sede Administrativa sito a Rua Vidal Ramos n. 357, centro, Marema, CGC n. 78509075/0001-56, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. VALDOMIRO BEVILAQUA, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Marema, de ora em diante simplesmente denominado de CONTRATANTE e de outro lado COMERCIO DE

COMBUSTIVEL ZANETIN LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ n. 10.536.030/0001-70, situada na Rua Julio de Castilho, centro, Marema, neste ato representado por seu titular abaixo assinado, de ora em diante simplesmente denominado de CONTRATADO, tem junto e contratado o que adiante segue, que mutuamente convencionam, outorgam e aceitam a saber.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: Constitui objeto do presente contrato a obrigação da CONTRATADA em fornecer óleo diesel e gasolina comum, constante dos itens 01 e 02, relativo ao Processo Licitatório n. 0011/2013 na Modalidade de Pregão Presencial n. 0005/2013, conforme segue:

OBJETO 01 = 500.000 (quinhentos mil) litros de combustível tipo óleo diesel, de boa qualidade, com entrega parcelada mediante requisição, em bomba de abastecer de propriedade da proponente vencedora, instalada no Município de Marema - SC, junto ao perímetro urbano.

OBJETO 02 = 100.000 (cem mil) litros de combustível tipo gasolina comum, de boa qualidade, com entrega parcelada mediante requisição, em bomba de abastecer de propriedade da proponente vencedora, instalada no Município de Marema - SC, junto ao perímetro urbano.

Parágrafo Único - A entrega será feita de forma parcelada, mediante requisição, diretamente nos veículos e máquinas de propriedade do CONTRATANTE, em bomba de abastecer de propriedade da CONTRATADA, instalada no Perímetro Urbano do Município de Marema, uma vez que o Município não possui tanque de estoque, terreno apropriado para instalação, pessoal para o manejo e segurança necessária.

CLAUSULA SEGUNDA - DA VINCULACAO: O presente contrato esta vinculado no Processo Administrativo n. 0011/2013 na Modalidade de Pregão Presencial n. 0005/2013.

Parágrafo Único - A dotação orçamentária pelo qual correrá a despesa e:

- 13.1301.20.602.2001.2044.33900000-003 (00)
- 14.1401.08.243.0802.2012.33900000-002 (00)
- 15.1501.08.244.0801.2009.33900000-002 (00)
- 12.1201.10.301.1001.2015.33900000-004 (00)
- 02.0201.04.122.0401.2003.33900000-006 (00)
- 03.0301.04.122.0402.2004.33900000-008 (00)
- 06.0601.20.606.2001.2041.31900000-038 (00)
- 08.0801.26.782.2601.2047.33900000-044 (00)
- 05.0501.12.361.1201.2028.33900000-023 (22)

CLAUSULA TERCEIRA - DO PRAZO: O prazo de duração do presente contrato e determinado, vigorando na data da assinatura do contrato a 31 de dezembro de 2013, ou quando atingir a quantidade de litros licitado, independente de qualquer aviso ou notificação.

Paragrafo Único - O contrato poderá ser prorrogado por períodos de 12 (doze) meses conforme inciso II do artigo 57 da Lei nº 8666/93 consolidada. Se de comum acordo entre as partes, reajustando-se os valores pela aplicação da variação do IGPM da FGV dos 12 (doze) meses anteriores, retroagindo-se o índice de algum mês se não estiver disponível em tempo hábil.

CLAUSULA QUARTA - DO VALOR: Pagará a CONTRATANTE ao CONTRATADA, a quantia certa e previamente ajustada de:

- R\$ 2,27 (reais) por litro de óleo diesel totalizando R\$ 1.135,000,00 (reais)
- R\$ 3,09 (reais) por litros de gasolina totalizando R\$ 309,000,00 (reais)

§ 1º - Totalizou o presente contrato R\$ 1.444,000,00 (reais)

§ 2º - O pagamento será feito de forma a prazo, mensalmente, até o dia 10 do mês subsequente a entrega do produto.

CLAUSULA QUINTA - DA ALTERAÇÃO DE PREÇOS: O preço cotado será alterado, reduzindo ou aumentando, para atendimento ao disposto na alínea "D" do inciso II do Artigo 65 da Lei 8.666/93, mediante comprovação expressa do referido percentual de aumento ou redução dos preços, de acordo com o índice de reajuste de mercado, repassado da refinaria ao proponente ou pelo preço praticado na bomba de abastecimento do proponente.

§ 1º - A "comprovação expressa" a que se refere no mencionado o "caput" do artigo, será concretamente atendida mediante a apresentação, pelo fornecedor, de cópia da nota fiscal de compra do(s) produto(s) anterior ao aumento e outra nota fiscal de compra posterior ao aumento. Da comparação de ambas as notas é que se extrairá efetivamente o percentual de reajuste.

§ 2º - A declaração da distribuidora, de per si, não é suficiente para atender a exigência de "comprovação expressa".

§ 3º - A comprovação do preço praticado na "bomba de abastecimento" a que se refere no mencionado parágrafo primeiro será concretamente atendida mediante a apresentação, pelo fornecedor, de uma declaração do preço praticado anterior ao aumento e outra declaração do preço praticado posterior ao aumento. Da comparação de ambas as declarações é que se extrairá efetivamente o percentual de reajuste.

§ 4º - Para efeito de alteração do valor, será levado em conta o percentual de aumento repassado da distribuidora ao fornecedor mediante comprovação expressa, ou a verificação do preço praticado na bomba de combustível anteriormente ao aumento e aquele praticado após o aumento, sendo que o valor será reajustado pelo menor índice apurado entre os dois.

CLAUSULA SEXTA: O presente contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito publico, aplicando-se-lhes, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado e em especial a Lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993, com as atualizações posteriores.

CLAUSULA SETIMA : Cabe ao CONTATANTE modificar unilateralmente o presente contrato, para melhor adequação as finalidade de interesse publico.

CLAUSULA OITAVA: Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente.

CLAUSULA NONA: Cabe ao CONTRATANTE, rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos específicos dos incisos I do art. 79 da Lei n. 8.883/94.

CLAUSULA DECIMA: Fica autorizado ao CONTRATANTE ou seu preposto vistoriar e fiscalizar a execução do presente contrato, aplicando as sanções motivada pela inexecução total ou parcial do ajuste.

CLAUSULA DEC. PRIMEIRA: O presente contrato poderá ser modificado por acordo entre as partes, nos casos previstos nas letras A B C D do art. 65 da lei mencionada na clausula nona.

CLAUSULA DEC. SEGUNDA: A CONTRATADA e responsável pelos atos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

CLAUSULA DEC. TERCEIRA: O CONTRATANTE fica autorizado a reter da CONTRATADA no ato do pagamento, os encargos e impostos previsto na ordem de serviço INSS/DAF n. 203 de 29.01.1999, bem como os impostos municipais.

E por estarem certos, justos e contratados, assinam o presente contrato em três vias de igual teor, forma e validade, elegendo de comum acordo, por mais especial que outro seja, o foro jurídico da Comarca de Xaxim, para dirimir possíveis e eventuais dúvidas não resolvidas entre as partes, juntamente com duas testemunhas.

Marema, 11 de março de 2013

CONTRATANTE

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

CONTRATADO

LEANDRO ZANETIN

CNPJ/MF n. 10.536.030/0001-70

Testemunhas - _____

Visto ____/____/____

EDEMIR TOMÉ

OAB/SC 8422

MINUTA

Contrato n. 016.2013

CONTRATANTE - O Município de Marema

CONTRATADO - COMERCIO DE COMBUSTIVEL ZANETIN LTDA

OBJETO - Venda de Combustível

PRAZO - até 31/12/2013

VALOR: R\$ 2,27 (reais) ao Litro de Óleo Diesel;

R\$ 3,09 (reais) ao Litro de Gasolina

FORO - Comarca de Xaxim - SC

Marema, 11 de março de 2013

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

CONTRATO - AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL

Contrato nº: 016/2013

I - ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Contratante: MUNICÍPIO DE MAREMA - SC.

CGC n. 78509075/0001-56

Contratado: COMERCIO DE COMBUSTIVEL ZANETIN LTDA

CNPJ n. 10.536.030/0001-70

Objeto: Aquisição de Combustível

Vínculo: Pregão Presencial n. 0016/2013

Que entre si fazem de um lado o Município de Marema - SC, com sede Administrativa sito a Rua Vidal Ramos n. 357, centro, Marema, CGC n. 78509075/0001-56, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. VALDOMIRO BEVILAQUA, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Marema, de ora em diante simplesmente denominado de CONTRATANTE e de outro lado COMERCIO DE COMBUSTIVEL ZANETIN LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ n. 10.536.030/0001-70, situada na Rua Julio de Castilho, centro, Marema, neste ato representado por seu titular abaixo assinado, de ora em diante simplesmente denominado de CONTRATADO, tem junto e contratado o que adiante segue, que mutuamente convencionam, outorgam e aceitam a saber.

CLAUSULA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL: Consiste o

objeto do presente termo, a alteração da clausula quarta do contrato n. 016/2013, em relação ao preço contratado, na seguinte proporção:

- Óleo Diesel passará de R\$ 2,27 (reais) ao litro, para R\$ 2.37 (reais) ao litro, com acréscimo de R\$ 0,10 (dez centavos de reais) correspondente a 4,5% (quatro vírgula cinco por cento).

CLAUSULA SEGUNDA - DA JUSTIFICATIVA - A alteração é justificada, em virtude do repasse do respectivo percentual da refinaria ao contratante, restabelecendo a relação que as parte pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento do objeto contratado, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em virtude de fatos previsíveis porém de conseqüências incalculáveis.

CLAUSULA TERCEIRA - DO EMBASAMENTO LEGAL - O presente termo aditivo tem como embasamento legal o art. 65 da Lei 8.666/93 e suas alterações, clausula quinta do contrato em evidência e a comprovação expressa do aumento de combustível.

CLAUSULA QUARTA - As demais disposições não alterada pelo presente termo aditivo permaneceram inalteradas.

CLAUSULA QUINTA - DO FORO - E por estarem certos, justos e contratados, assinam o presente contrato em três vias de igual teor, forma e validade, elegendo de comum acordo, por mais especial que outro seja, o foro jurídico da Comarca de Xaxim, para dirimir possíveis e eventuais dúvidas não resolvidas entre as partes, juntamente com duas testemunhas.

Marema, 15 de abril de 2013

CONTRATANTE

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

CONTRATADO

COMERCIO DE COMBUSTIVEL ZANETIN LTDA

CNPJ/MF n. 10.536.030/0001-70

Testemunhas - _____

Visto ____/____/____

EDEMIR TOMÉ

OAB/SC 8422

Contrato 0017/2013

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR A REFORMA DE ROLA COMPACTADOR

Contrato nº: 017/2013

Contratante: Município de Marema - SC.

Contratada: CCM-COM. DE MAQ. E SERVIÇOS LTDA

Vinculação: Processo Licitatório nº. 0012/2013, na Modalidade de Carta Convite nº. 0004/2013

Objeto: Contratação de empresa especializada para realizar reforma de rolo compactador, incluindo mão-de-obra e peças, conforme consta neste edital. Os itens serão cotados separados, porém, para fins de classificação, o valor cotado deverá ser global.

Que entre si fazem de um lado o Município de Marema - SC, com sede Administrativa sito a Rua Vidal Ramos n. 357, centro, Marema, CGC n. 78509075/0001-56, neste ato representado pelo Prefeito Municipal VALDOMIRO BEVILAQUA, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Marema, de ora em diante simplesmente

denominado de CONTRATANTE e de outro lado CCM-COMERCIO DE MAQUINAS E SERVIÇOS LTDA, inscrito no CNPJ/MF n. 02.873.674/0001-26, com endereço no Acesso Plínio Arlindo de Nê, 1801-D, Bairro Belvedere, Chapeco, Santa Catarina, de ora em diante simplesmente denominado de CONTRATADA, tem junto e contratado o que adiante segue, que mutuamente convencionam, outorgam e aceitam a saber.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Consiste o objeto do presente a contratação de empresa especializada para realizar reforma de rolo compactador, incluindo mão-de-obra e peças, conforme consta neste edital, descrito nos itens 01 a 32 do Processo Licitatório n. 0013/2013 na Modalidade de Carta Convite n. 0004/2013 em que foi vencedor, de acordo com a solicitação do CONTRATANTE.

CLAUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O prazo de entrega dos produtos dar-se-á em 30 dias a contar da ordem de serviço, a vigência do referido contrato será até 31 de dezembro 2013 ou quando atingir as quantidades licitadas.

CLAUSULA TERCEIRA - Pagara o CONTRATANTE ao CONTRATADA, pelo objeto descrito na clausula primeira o valor total de R\$ 17.570,28 (reais) em trinta dias após a apresentação e entrega.

CLAUSULA QUARTA - DA VINCULAÇÃO

O presente contrato regula-se pela suas clausulas e pelos preceitos de direito publico, aplicando-se-lhes, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado e em especial a Lei n. 8.666/93 e alterações, estando vinculado na Licitação na Modalidade de Carta Convite n. 0004/2013 - Processo Administrativo Licitatório n. 013/2013, em que o contratado foi vencedor.

CLAUSULA QUINTA - PRORROGACAO DE PRAZO

Toda prorrogação de prazo devida ser justificada por escrito e previamente autorizado pela autoridade competente, cabendo ao CONTRATANTE modificar unilateralmente o presente contrato, para melhor adequação as finalidades de interesse publico.

CLAUSULA SEXTA - DA RESCISAO

I - Cabe ao CONTRATANTE, rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos especificados nos inc. I do art. 79 da Lei n. 8.883/94.

II - Poderá ser rescindido, por mutuo acordo, ou conveniência administrativa, recebendo a CONTRATADA somente o valor dos serviços já executados, não lhes sendo devido qualquer outro valor a qualquer titulo.

CLAUSULA SETIMA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Fica autorizado ao CONTRATANTE ou seu preposto vistoriar e fiscalizar a execução do presente contrato, aplicando as sanções motivada pela inexecução total ou parcial do ajuste.

§ 1º - A fiscalização e o acompanhamento da execução dos trabalhos da Contratada serão exercidos pela Contratante, através da DMER - Diretoria Municipal de Estrada e Rodagens, na pessoa do Secretario, pessoa responsável pelo recebimento, verificação de atendimento das especificações técnicas do objeto e sua quitação total de recebimento, o qual poderá, junto ao representante da Contratada, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas no prazo de 2 (dois) dias, serão objeto de comunicação oficial à Contratada, para aplicação das penalidades previstas neste Contrato.

§ 2º - As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste contrato, serão registradas pela Contratante, constituindo tais registros, documentos legais.

CLAUSULA OITAVA - DA MODIFICAÇÃO

O presente contrato poderá ser modificado por acordo entre as partes, nos casos previstos nas letras A B C D do art. 65 da leis supra mencionadas.

CLAUSULA NONA - DA FOMA DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mediante apresentação da respectiva nota fiscal, num prazo de 30 dias para empenhamento interno.

CLAUSULA DECIMA - DO REAJUSTE

O valor do presente contrato não sofrera reajuste.

CLAUSULA DEC. PRIMEIRA - DA DOTACAO ORCAMENTARIA

Os pagamentos e as despesas decorrentes do presente contrato correrão a conta da dotação orçamentária prevista na autuação da Carta Convite n. 0004/2013, Conta: 08.01.204733900000000000.

CLAUS. DEC. SEGUNDA - DA MULTA

Em caso de inexecução contratual prevista no art. 78 da Lei n. 8.666/93, por culpa da CONTRATADA, fica estabelecido a multa de 2% sobre o valor do objeto contratado, atualizado monetariamente pelos índices oficiais.

PARAG. ÚNICO - A culpa e presumida nas hipóteses descritas nos incisos I a IX do art. 78 da Lei n. 8.666/93.

CLAUS. DEC. TERCEIRA - DAS DISPOSICOES FINAIS

I - Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto sem o consentimento prévio e escrito do CONTRATANTE, obedecidos os limites legais permitidos

II- Ocorrendo modificação ou alteração no objeto, o correspondente ajuste será efetuado no final do mês da respectiva execução.

III- Quaisquer comunicações entre as partes com relação a assuntos relacionados a este contrato, serão formalizados por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega

IV - A fiscalização e o controle aludidos, não implicarão qualquer responsabilidade executiva por parte do CONTRATANTE, nem exoneração da CONTRATADA no cumprimento de qualquer responsabilidade aqui assumidas.

V - Os casos omissos a este contrato, reger-se-á pela legislação pertinente a matéria a Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores.

VI - O CONTRATANTE rejeitara, no todo ou em parte, o objeto entregue que não estar de acordo com o procedimento licitatório.

VII - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo CONTRATANTE, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se as penalidades legalmente estabelecida do Edital, das sanções administrativas.

E por estarem certos, justos e contratados, assinam o presente contrato em três vias de igual teor, forma e validade, elegendo de comum acordo, por mais especial que outro seja, o foro jurídico da Comarca de Xaxim, para dirimir possíveis e eventuais duvidas não resolvidas entre as partes, juntamente com duas testemunhas.

Marema, 27 de março de 2013

CONTRATANTE

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

CONTRATADA

CCM-COMERCIO DE MAQUINAS E SERVIÇOS LTDA

CNPJ nº. 02.873.674/0001-26

Testemunhas - _____

EDEMIR TOME
OAB/ SC 8422

VISTO EM ____/ ____/ ____
MINUTA

Contrato nº.: 017/2013

Contratante: Município de Marema - SC.

Contratada: CNPJ/MF 02.873.674/0001-26

Vinculação: Processo Licitatório nº. 0013/2013, na Modalidade de Carta Convite nº. 0004/2013

Objeto: Contratação de empresa especializada para realizar reforma de rolo compactador, incluindo mão-de-obra e peças, conforme consta neste edital.

Valor Total: R\$ 17.570,28 (reais)

Prazo de entrega: 30 dias a partir da ordem de serviço

Foro: Comarca de Xaxim/ SC

Marema, 27 de março de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Contrato 0018/2013

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM

Contrato nº: 018/2013

Contratante: Município de Marema - SC.

Contratada: LIGA DESPORTIVA XAXINENSE

Objeto: Prestação de Serviço de Arbitragem do Campeonato Municipal de Futebol Suíço.

Que entre si fazem de um lado o Município de Marema - SC, com sede Administrativa sito a Rua Vidal Ramos n. 357, centro, Marema, CGC n. 78509075/0001-56, neste ato representado pelo Prefeito Municipal VALDOMIRO BEVILAQUA, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Marema, de ora em diante simplesmente denominado de CONTRATANTE e de outro lado LIGA DESPORTIVA XAXINENSE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 80.639.768/0001-49, localizada na Rua Erasmo Paganini, n. 1900, centro, Xaxim - SC, neste ato representada por seu presidente, Sr. Otávio Skrzypczak, doravante denominada como CONTRATADA, sob as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, e pela conveniência e necessidade administrativa, contratam a prestação de serviços mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de arbitragem, na forma de empreitada global, para Serviços de Arbitragem do Campeonato Municipal de Futebol Suíço a iniciar em 06 de abril a 15 de junho de 2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - A CONTRATADA prestará ao CONTRATANTE, através do seu quadro de árbitros, serviços de mão-de-obra especializada, com equipe de arbitragem, incluindo auxiliares e mesários.

Parágrafo primeiro - A CONTRATADA deverá fazer-se presente aos jogos, através de seus profissionais, independentemente do dia e horário designado pela Secretaria Municipal de Esporte, da Prefeitura Municipal de Marema, dentro do prazo deste contrato, responsabilizando-se esta pela escala dos árbitros.

Parágrafo segundo - A nominata dos árbitros deverá ser submetida à prévia aprovação do CONTRATANTE

CLÁUSULA TERCEIRA - O presente contrato tem seu início na data

da assinatura do presente contrato, e término ao final do último jogo elencado na cláusula primeira deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - O preço dos serviços ora contratados, a ser pago pelo CONTRATANTE, será de R\$ 4.840,00 (reais), no valor de R\$ 440,00 (Reais) por rodada.

Parágrafo primeiro - O valor previsto nesta cláusula será pago em duas parcelas, no valor de 50% cada parcela, sendo a primeira na data de 18/05/2013 e a última na data de 17/06/2013, em conformidade com o número de jogos efetivamente realizados, comprovados mediante apresentação da respectiva nota fiscal/fatura e das súmulas dos jogos.

Parágrafo segundo - As despesas decorrentes do presente contrato serão lançadas, por conta do CONTRATANTE, junto ao orçamento municipal vigente.

CLÁUSULA QUINTA - É da responsabilidade da CONTRATADA, a indicação dos profissionais que prestarão os serviços objeto deste vínculo, reservando-se o CONTRATANTE, o direito de recusa, em nome da qualidade dos serviços, bem como da postura educativa e dos atos voltados à moral e à ética profissional.

CLÁUSULA SEXTA - A CONTRATADA dá-se por ciente das normas gerais do campeonato, das tabelas, jogos e dos respectivos horários, obrigando-se a cumpri-los sob pena de rescisão deste instrumento, que também ocorrerá se detectada a falta de sintonia dos prestadores de serviço com a filosofia do órgão organizador.

Parágrafo único - Não será considerado jogo realizado quando faltar alguma das equipes.

CLÁUSULA SÉTIMA - Ao CONTRATANTE, sem assunção de ônus, fica reservado e garantido o direito à fiscalização dos serviços prestados.

Parágrafo primeiro - A fiscalização e o acompanhamento da execução dos trabalhos da Contratada serão exercidos pela Contratante, através da Secretaria Municipal de Educação, na pessoa do Sr. EMERSON BODANEZE, pessoa responsável pelo recebimento, verificação de atendimento das especificações técnicas do objeto e sua quitação total de recebimento, o qual poderá, junto ao representante da Contratada, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas no prazo de 2 (dois) dias, serão objeto de comunicação oficial à Contratada, para aplicação das penalidades previstas neste Contrato.

Parágrafo Segundo - As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste contrato, serão registradas pela Contratante, constituindo tais registros, documentos legais.

CLÁUSULA OITAVA - A CONTRATADA não poderá ceder o presente vínculo ou subcontratar o seu objeto.

CLÁUSULA NONA - Compete à CONTRATADA fornecer aos profissionais que prestarão os serviços o material esportivo necessário, inclusive os uniformes.

CLÁUSULA DÉCIMA - Serão da exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, quaisquer encargos incidentes sobre o quadro funcional que prestará os serviços ora contratados, sejam tributários, previdenciários, sociais, trabalhistas, de seguro ou outra natureza, que sejam ou venham a ser exigidos por lei, bem como eventuais danos ou prejuízos que vierem a dar causa.

Parágrafo único - Ao CONTRATANTE é reservado o direito de exigir a comprovação de regularidade dos referidos encargos, destacando-se a obrigatoriedade da apresentação mensal dos comprovantes de recolhimentos dos encargos junto ao INSS e ISS, sob pena de rescisão contratual ou retenção quando no caso de tributo municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Ao CONTRATANTE é reservado o direito de, a qualquer tempo, fazer alterações que impliquem na redução ou aumento dos serviços, nos limites da Lei das Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Sem prejuízo das penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores, a Contratada ao deixar de cumprir qualquer das obrigações assumidas com o presente contrato, no prazo mencionado na Cláusula SEGUNDA deste instrumento, ficará sujeita ao pagamento de multa correspondente a 1% (um por cento) do valor global, por dia de serviço não prestado (jogo agendado e não arbitrado), independente de qualquer notificação.

Parágrafo primeiro - A multa será deduzida no valor a ser pago à CONTRATADA.

Parágrafo segundo - No caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, além de rescindi-la, aplicar à Contratada as seguintes sanções: I - Multa equivalente a 2% (dois por cento) do valor global dos serviços contratados;

II - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

III - Declaração de inidoneidade para contratar ou transacionar com a Administração pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida somente quando a CONTRATADA ressarcir o CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Constituem causas para rescisão do contrato as situações previstas no art. 77 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores, especialmente:

I - pelo CONTRATANTE:

a) descumprimento, pela CONTRATADA, de qualquer cláusula contratual;

b) razões de interesse público;

c) demora, atraso excessivo, inexecução ou deficiência do serviço, a juízo do CONTRATANTE;

d) falência, requerimento de concordata ou instauração de insolvência civil a CONTRATADA e,

e) atrasar injustificadamente o início dos serviços, paralisar ou cumprir lentamente os serviços sem justa causa, por mais de 5 (cinco) dias consecutivos.

II - pela CONTRATADA, a falta injustificada de pagamento, no devido tempo e sem razão plausível.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Aplicam-se todas as disposições da Lei das Licitações cabíveis ao presente contrato, fixando-se competente o Foro da Comarca de Xaxim, por força da disposição do Art. 55, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores, especialmente as introduzidas pela Lei Federal nº 8.883/94, para dirimir questões advindas da presente relação jurídica.

E, por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de (02) duas testemunhas.

Marema, 28 de março de 2013

CONTRATANTE

Valdomiro Bevilaqua

Prefeito Municipal

CONTRATADA

LIGA DESPORTIVA XAXINENSE

CNPJ nº. 80.639.768/0001-49

OTÁVIO SKRZYPCZAK

Testemunhas - _____

EDEMIR TOME

OAB/ SC 8422

VISTO EM ____/ ____/ ____

MINUTA

Contrato nº.: 018/2013

Contratante: Município de Marema - SC.

Contratada: LIGA DESPORTIVA XAXINENSE

Objeto: Prestação de Serviço de Arbitragem do Campeonato Municipal de Futebol Suíço.

Valor Total: R\$ 4.840,00 (reais)

Foro: Comarca de Xaxim/ SC

Marema, 28 de março de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Massaranduba

PREFEITURA

Lei Nº.1502 de 21 de Maio de 2013

LEI Nº.1502 DE 21 DE MAIO DE 2013

Autoriza a Abertura de Créditos Suplementares

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI: Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 90.000,00 (Noventa mil reais), conforme programa e verbas abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

0501 - GERENCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.365.0122.1053 - Ampliação e Reforma da rede física

0501 - 33900000 - Aplicações Diretas

0501 - 10100 - Receita de Impostos e Transf. Impostos/ Educação R\$ 20.000,00

0501 - 44900000 - Aplicações Diretas

0501 - 15801 - Transferência do Salário Educação R\$ 70.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação no valor de R\$ 90.000,00 (Noventa mil reais), do programa e verbas abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

0501 - GERENCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.36.0120.1041 - Ampliação da Rede Física
0501 - 33900000 - Aplicações Diretas
0501 - 10100 - Receita de Impostos e Transf. Impostos/ Educação
R\$ 20.000,00
0501 - 44900000 - Aplicações Diretas
0501 - 15801 - Transferência do Salário Educação R\$ 70.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 21 DE MAIO DE 2013
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

Decreto Nº. 2698 de 21 de Maio de 2013

DECRETO Nº. 2698 DE 21 DE MAIO DE 2013

Abre Créditos Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1502 de 21 de Maio de 2013, DECRETA:

Art.1º. Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 90.000,00 (Noventa mil reais), conforme programa e verbas abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO
0501 - GERENCIA DE EDUCAÇÃO
0501.012.365.0122.1053 - Ampliação e Reforma da rede física
0501 - 33900000 - Aplicações Diretas
0501 - 10100 - Receita de Impostos e Transf. Impostos/ Educação
R\$ 20.000,00
0501 - 44900000 - Aplicações Diretas
0501 - 15801 - Transferência do Salário Educação R\$ 70.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação no valor de R\$ 90.000,00 (Noventa mil reais), do programa e verbas abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO
0501 - GERENCIA DE EDUCAÇÃO
0501.012.36.0120.1041 - Ampliação da Rede Física
0501 - 33900000 - Aplicações Diretas
0501 - 10100 - Receita de Impostos e Transf. Impostos/ Educação
R\$ 20.000,00
0501 - 44900000 - Aplicações Diretas
0501 - 15801 - Transferência do Salário Educação R\$ 70.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 21 DE MAIO DE 2013
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

Decreto Nº. 2697 de 21 de Maio de 2013

DECRETO Nº. 2697 DE 21 DE MAIO DE 2013

Limita a Realização de Despesas do Poder Executivo por Órgão e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais, com fundamento no disposto na letra "b" inciso I do artigo 4º c/c artigo 9º, ambos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e o artigo 13 da Lei nº 1416/2012 - Lei das Diretrizes Orçamentárias 2013, de 15 de junho de 2012, DECRETA:

Art. 1º. Ficam os órgãos da Administração Pública Direta e os Fundos Municipais vedados de realizarem despesas nas seguintes dotações abaixo relacionadas:

I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III - Dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e

IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Art. 2º. Ficam limitadas as despesas dos órgãos da Administração Pública e dos Fundos Municipais, às fontes de recursos e à natureza das despesas fixadas no Anexo I, por Fonte de Recursos que integra esse Decreto.

Art. 3º. A presente limitação de empenho será reavaliada ao final do mês de Junho de 2013.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 21 DE MAIO DE 2013
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

ANEXO I LIMITAÇÃO DE EMPENHO POR FONTE DE RECURSOS

Código	Fonte de Recursos
10200	Receita de Impostos e Transf. Impostos- Saúde
16001	Transf. Ref PNAE - Ensino Fundamental
16002	Transf. Ref PNAE - Creche
16003	Transf. Ref PNAE - Pré-Escola
16101	Transf. Ref PNATE - Ensino Fundamental
16401	Piso de Atenção Básica - PAB

19.2013 Serviço de Guincho

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 19 / 2013
MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA - SC
Processo Licitatório nº. 26/2013
Concorrência Concessão nº.02/201
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
CONTRATADO: JORGE BISEWSKI JUNIOR 07361553923

OBJETO: Concessão de serviços de remoção por guincho, guarda e depósito de veículos removidos, apreendidos e retirados de circulação pela Polícia Militar e Civil no Município de Massaranduba
A Concessão dar-se-á por 60 meses.

Massaranduba, 13 de Maio de 2013.
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito

Co 18.2013 Locação de Impressoras

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 18 / 2013
MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA - SC
Processo Licitatório nº. 34/2013
Pregão Presencial nº.17/201
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
CONTRATADO: REPROGRAFIA DAUFENBACH LTDA ME.

OBJETO: SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS MULTIFUN-
CIONAIS, INCLUINDO O FORNECIMENTO DO EQUIPAMENTO,
MANUTENÇÃO DE USO, FORNECIMENTO DE TONER OU CARTU-
CHO E EQUIPAMENTOS AUXILIARES
VALOR: R\$ R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais).
VIGENCIA: 03.05.2013 a 31.12.2013

Massaranduba, 03 de Maio de 2013.
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito

Co 20.2013 - Espaço Celesc / X3

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 20 / 2013
MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA - SC
Processo Licitatório nº. 26/2013
Concorrência Concessão nº.02/201
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
CONTRATADO: X3 SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA EPP

OBJETO: Concessão de uma área de 14,16m2 destinada ao aten-
dimento presencial no que abrange os serviços prestados pela
CELESC.
VIGENCIA: 13.05.2013 a 13.05.2014.

Massaranduba, 13 de Maio de 2013.
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito

Co 21.2013 Itau Unibanco Sa

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 21 / 2013
MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA - SC
Processo Licitatório nº. 80/2012
Chamada Pública nº.06/2012
CONTRATANTE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA
CONTRATADO: ITAÚ UNIBANCO S.A.

OBJETO: Contratação de bancos públicos ou privados estabeleci-
dos no município de Massaranduba - SC, para o recebimento de
cobranças de tributos e preços públicos municipais.

Massaranduba, 13 de Maio de 2013.
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito

Co 22.2013 Reforma Biblioteca - Engevale

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 22 / 2013
MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA - SC
Processo Licitatório nº. 35/2013
Tomada de Preços O.S.E. nº.02/201
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
CONTRATADO: ENGEVALE CONSTRUTORA LTDA ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE
MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA NA CONSTRUÇÃO CIVIL, INEREN-
TES A OBRA DE REFORMA INTERNA DA BIBLIOTECA DA ESCOLA
MUNICIPAL MINISTRO PEDRO ALEIXO, EM CONFORMIDADE COM
O PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO QUANTITA-
TIVO - ÁREA DA REFORMA: 186,24M2
VALOR: R\$ 58.642,99 (cinquenta e oito reais, seiscentos e setenta
e dois reais e noventa e nove centavos).
VIGENCIA: 20.05.2013 a 19.07.2013.

Massaranduba, 20 de Maio de 2013.
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito

Meleiro

PREFEITURA

Portaria N.º 225/2013

PORTARIA n.º 225/2013
TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE AO SERVIDOR PÚ-
BLICO MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas
atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Municí-
pio, e em conformidade com a Lei nº 809/2000, de 03 de abril de
2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde, ao servidor OSÉIAS CORRENTE, ocupante
do cargo de Operador de Equipamentos, com carga horária de 40
(quarenta) horas semanais, conforme atestado médico, por um
período de até 15 (quinze) dias.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,
com seus efeitos a partir de 21/05/2013.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 22 de Maio de 2013.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 226/2013

PORTARIA n.º 226/2013

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal em Exercício de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde, ao servidor ALMIR SCHUVARTZ, ocupante do cargo de Pedreiro, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme atestado médico, por um período de após 15 (quinze) dias, em virtude de encaminhamento de benefício junto à Previdência Social.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 22 de Maio de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Navegantes

PREFEITURA**Aviso de Licitação Pregão Presencial N° 65/2013 PMN**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL N° 065/2013 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA COLOCAÇÃO DE TUBOS DE DIVERSOS DIÂMETROS, COLOCAÇÃO DE MEIOS FIOS, REPAROS DE CALÇAMENTO COM LAJOTAS, REPAROS DE BOCAS DE LOBO E OBRAS DE DRENAGENS VISANDO A MANUTENÇÃO DIÁRIA DAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: até às 15:20 hs do dia 07/06/2013. Abertura envelopes: às 15:30 hs do dia 07/06/2013. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 22 de maio de 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Extrato Termo Aditivo Contrato N° 76/2013 PMN

Extrato de Contrato

Prefeitura de Navegantes

Extrato do Contrato N°.: 076/2013

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada : UNISIS ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL E INFORMATICA LTDA

Vigência : Início: 22/05/2013 Término: 21/07/2013

Licitação : PREGÃO N° 135/2012

Objeto : SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 180/2012, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E A EMPRESA UNISIS ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL E INFORMATICA LTDA.

NAVEGANTES, 22 de MAIO de 2013

CÂMARA MUNICIPAL**Portaria N° 6**

NAVEGANTES CÂMARA DE VEREADORES

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315 - Centro - Navegantes

CNPJ. 83.551.531/0001- 08 CEP. 88.375-000

Fone/fax (47)342.1818 - E-mail: communip@terra.com.br

PORTARIA LEGISLATIVA NÚMERO 006/2013

O Presidente da Câmara de Vereadores de Navegantes, Juliano Nildo de Maria no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI.

NOMEIA:

ARTIGO 1 º - Fica nomeado o Senhor, Luiz Antônio Patino inscrito no CPF nº 594.672.829-68, para o cargo em comissão de Chefe de Gabinete Adjunto desta casa legislativa, com a carga horária de 40:00 horas semanais, conforme estabelecido na Lei Nº 066 de 08 de julho de 2009.

ARTIGO 2 º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Navegantes, em 02 de janeiro de 2013.

JULIANO NILDO DE NARIA

Presidente da Câmara Municipal de Navegantes/SC

Portaria N° 7 de 2013

NAVEGANTES CÂMARA DE VEREADORES

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315 - Centro - Navegantes

CNPJ. 83.551.531/0001- 08 CEP. 88.375-000

Fone/fax (47)342.1818 - E-mail: communip@terra.com.br

PORTARIA LEGISLATIVA NÚMERO 007/2013

O Presidente da Câmara de Vereadores de Navegantes, Juliano Nildo de Maria no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI.

NOMEIA:

ARTIGO 1 º - Fica nomeado o Senhor, Luiz Eduardo Bueno inscrito no CPF nº 056.661.009-47, para o cargo em comissão de Assessor de Gabinete desta casa legislativa, com a carga horária de 40:00 horas semanais, conforme estabelecido na Lei Nº 066 de 08 de julho de 2009.

ARTIGO 2 º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Navegantes, em 02 de janeiro de 2013.

JULIANO NILDO DE NARIA

Presidente da Câmara Municipal de Navegantes/SC

Nova Trento

PREFEITURA

Decreto Nº 046/2013

DECRETO Nº 046 / 2013

DECLARA PONTO FACULTATIVO NO MUNICÍPIO.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o Art. 94, item VIII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

Considerando-se que no dia 30 de Maio do corrente, será Feriado Nacional e que a Igreja Católica comemora a festa de Corpus Christi;

Considerando-se que na sexta-feira posterior ao feriado as repartições públicas estaduais e federais da região, estarão fechados para atendimento ao público;

DECRETA:

Art. 1º - Fica Decretado Ponto Facultativo no município de Nova Trento, nos órgãos e Entidades da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo Municipal, no dia 31 de maio de 2013, sexta-feira, ressalvados os serviços e as atividades considerados de natureza essencial, especialmente na área da Saúde e da Segurança Pública.

Parágrafo Único - No dia 31 de maio, (Sexta-Feira-Ponto Facultativo), os servidores das Creches Municipais, que fazem parte da Secretaria Municipal da Educação e Esportes, cumprirão horário normal de trabalho, sendo a carga horária compensada de acordo com a Lei Complementar nº 590, de 25 de maio de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 22 de maio de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio e publicado no Diário Oficial dos Municípios-DOM.

PEDRO PIVA NETO

Secretário M. Administração e Finanças.

Decreto Nº 047/2013

DECRETO Nº 047/2013

REVOGA O DECRETO Nº 007/2013, QUE DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DA CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 30, inciso I da CF; artigo 11, inciso VI, VII e IX, e artigo 94, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes:

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 007, de 04 de fevereiro de 2013, que dispõe sobre a suspensão da concessão de licença prêmio.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da LEI.

Nova Trento/SC, 22 de maio de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Registrado neste Prefeitura e publicado no Diário Oficial dos Municípios-DOM.

PEDRO PIVA NETO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Resumo Contrato Nº 088/2013

CONTRATO Nº 088/2013

Origem: Processo Licitatório nº 067/2013.

Modalidade: Inexigibilidade nº 005/2013.

Homologação: 10/05/2013.

Fundamentação: Art. 25, da Lei Federal nº 8666/93;

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60.

Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA., situada na Rua João Pessoa, nº 134, Bairro Centro, Município de Criciúma/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 00.456.865/0001-67.

Objeto do Contrato: Disponibilização do Sistema Fly Transparência.

O valor total deste contrato durante sua vigência é de R\$ 1.705,00 (Um mil, setecentos e cinco reais).

Vigência do Contrato: de 10/05/2013 até 31/12/2013.

Nova Trento, 10 de maio de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

SAMAE

Errata Licitação CV 005/2013

"SAMAE de Nova Trento.

Convite n.º 005/2013 - Processo n.º 006/2013.

ERRATA - Alteração das alíneas "f" e "h" do item 2.1 do Edital, que passam a ter a seguinte nova redação:

f)- apresentar fotocópia da CNH (Carteira Nacional de Habilitação), apto para operar a máquina retroescavadeira descrita no Anexo II deste Edital;

h)- Apresentar atestados fornecidos por pessoas de direito público ou privado, devidamente registrados em um CREA, de que já executou serviços similares aos descritos no item 1 deste Edital.

A abertura do certame para apresentação dos envelopes de habilitação e proposta fica marcada para o dia 29/05/2013 às 9:30 horas.

Nova Trento, 22 de maio de 2013.

CARLOS TARCISIO BATTISTI

Diretor do SAMAE".

MARIA DE LOURDES ROVER

Presidente de Licitação

Palhoça

PREFEITURA

Decreto Nº. 1.506, de 16 de Maio de 2013

DECRETO Nº. 1.506, DE 16 DE MAIO DE 2013.

COMISSÃO. Fica criada a Comissão de Estudo, Atualização e Alteração do Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº 018/2002).

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica criada a Comissão de Estudo, Atualização e Alteração do Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº 018/2002).

Art. 2º. A Comissão de Estudo, Atualização e Alteração do Código Tributário Municipal será composta por 04 (quatro) membros, indicados, mediante portaria do Chefe do Executivo Municipal, que designará, seguindo os seguintes parâmetros:

I - 01 (um) membro, que será o titular da Secretaria de Receita do Município;

II - 01 (um) membro, que será da Procuradoria Geral do Município;

III - 02 (dois) membros, que serão Fiscais de Tributos do Município;

IV - 01 (um) membro, que será Funcionário Efetivo para secretariar as reuniões.

Parágrafo único. A Presidência da Comissão será atribuída ao membro previsto no inciso I deste artigo, que poderá designar um servidor estável para secretariar os trabalhos.

Art. 3º As reuniões e audiências da presente Comissão serão registradas em ata, em que deverão ser pormenorizados os fatos e matérias debatidas.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, 16 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

Portaria Nº 0922/2013

PORTARIA Nº 0922/2013

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR ANNE CRISTIANA ALVES LORENZETTI, para o cargo de Professor Colaborador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei 2508 de 13 de fevereiro de 2007, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 16 (dezesesseis) horas/semanais, Disciplina Funções Administrativas, Administração e Mercado de Trabalho e Estratégia Empresarial, com regência de

classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período 01/03/2013 à 20/12/2013.

Palhoça, SC, em 11 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 0923/2013

PORTARIA Nº 0923/2013

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR LISIANE FABRIS CHIUMENTO, para o cargo de Professor Colaborador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei 2508 de 13 de fevereiro de 2007, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 16 (dezesesseis) horas/semanais, Disciplina Metodologia para o Trabalho de Conclusão de Curso, Orientação Metodológica, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período 01/02/2013 à 20/12/2013.

Palhoça, SC, em 11 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 0924/2013

PORTARIA Nº 0924/2013

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR SIMONE MACHADO MORETTO CESCONETTO, para o cargo de Professor Colaborador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei 2508 de 13 de fevereiro de 2007, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, Disciplina Projeto de TCC, estágio I e II, Contextualização da Administração de Recursos Humanos Tradicionais e Contemporânea, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período 25/02/2013 à 20/12/2013.

Palhoça, SC, em 11 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 0925/2013

PORTARIA Nº 0925/2013

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas

atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR PEDRO MARCIO XAVIER NEVES, para o cargo de Professor Colabora-dor de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei 2508 de 13 de fevereiro de 2007, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 24 (vinte e quatro) horas/semanais, Disciplina TGA, Gestão do 3º Setor e Diagnostico de Recursos humanos, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período 25/02/2013 à 20/12/2013.

Palhoça, SC, em 11 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 0926/2013

PORTARIA Nº 0926/2013

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR CLEONICE AMARAL SILVEIRA, para o cargo de Professor Colaborador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei 2508 de 13 de fevereiro de 2007, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 16 (dezesesseis) horas/semanais, Disciplina Francês para Maturidade, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período 25/02/2013 à 20/12/2013.

Palhoça, SC, em 11 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 0927/2013

PORTARIA Nº 0927/2013

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR JUSSARA CARMISINI LIMA FERREIRA, para o cargo de Professor Co-laborador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei 2508 de 13 de fevereiro de 2007, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 32 (trinta e dois) horas/semanais, Disciplina Responsabilidade Social para Maturidade I, II e III, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período 01/03/2013 à 20/12/2013.

Palhoça, SC, em 11 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 0928/2013

PORTARIA Nº 0928/2013

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR ALESSANDRO VICENTE CUSTODIO, para o cargo de Professor Colabo-rador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei 2508 de 13 de fevereiro de 2007, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 10 (dez) horas/semanais, Disciplina Cenários Econômicas e Economia, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período 01/02/2013 à 20/12/2013.

Palhoça, SC, em 11 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 0929/2013

PORTARIA Nº 0929/2013

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR LUCIO ANTONIO RODRIGUES LEAO, para o cargo de Professor Cola-borador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei 2508 de 13 de fevereiro de 2007, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 16 (dezesesseis) horas/semanais, Disciplina Ética e Filosofia, Direitos Humanos e Legislação Educacional, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período 25/02/2013 à 20/12/2013.

Palhoça, SC, em 11 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 0930/2013

PORTARIA Nº 0930/2013

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR ANDRE LUIZ DOS SANTOS, para o cargo de Professor Colaborador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei 2508 de 13 de fevereiro de 2007, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 10 (dez) horas/semanais,

Disciplina Espanhol 1 - Turismo e Espanhol Maturidade, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período 25/02/2013 à 20/12/2013.

Palhoça, SC, em 11 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 0908/2013.

PORTARIA Nº. 0908/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR JOSEANE BURG WEINGARTNER, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/02/2013 a 15/12/2013, face ao impedimento da titular Lenir Geni da Silva Cruz, que se encontra em Processo de Aposentadoria.

Palhoça, SC, em 11 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 0909/2013.

PORTARIA Nº. 0909/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR CLEUSA SUELI PEREIRA GALVANI, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Geografia, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 08/02/2013 a 15/12/2013, face ao impedimento da titular Katia A. A. Riberio, que se encontra em Coord. De turno.

Palhoça, SC, em 11 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 0910/2013.

PORTARIA Nº. 0910/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR PATRICIA PAIM DOS SANTOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/02/2013 a 15/12/2013, face ao impedimento da titular Maria de Fátima Valgas, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 11 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 0911/2013.

PORTARIA Nº. 0911/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR MÁRCIA REGINA SILVA E SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/02/2013 a 15/12/2013, face ao impedimento da titular Sílvia M. Hames, que se encontra em Projeto Multidisciplinar.

Palhoça, SC, em 11 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 0912/2013.

PORTARIA Nº. 0912/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR FERNANDA HAMMES JARACESKI, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de

09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/02/2013 a 15/12/2013, face ao impedimento da titular Adriana S. Espindola, que se encontra em readaptação.

Palhoça, SC, em 11 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 0913/2013.
PORTARIA Nº. 0913/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR ANA PAULA FILISBINO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 08/02/2013 a 15/12/2013, face ao impedimento da titular Wanderleia P. Galvani, que se encontra em Coord. De Turno.

Palhoça, SC, em 11 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 0915/2013.
PORTARIA Nº. 0915/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR SONIA RAITZ MOULIN, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 18/02/2013 a 15/12/2013, face ao impedimento da titular Maria

de Lourdes Fon-toura, que se encontra exercendo suas funções junto à biblioteca.

Palhoça, SC, em 11 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 0916/2013.
PORTARIA Nº. 0916/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR DIANA LOPES PACHECO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 19/02/2013 a 01/06/2013, face ao impedimento da titular Flavia C. G. da Silva, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 11 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 0917/2013.
PORTARIA Nº. 0917/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR HELOISA AURORA PAMPLONA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/02/2013 a 15/12/2013, face ao impedimento da titular Sandra L. S. Souza, que se encontra em Readaptação.

Palhoça, SC, em 11 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 0918/2013.

PORTARIA Nº. 0918/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LUCINEIA ONDINA DA SILVA PEREIRA, matrícula nº. 300208, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 22/07/2000 a 22/07/2005, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 07/03/2013 à 07/04/2013.

Palhoça, SC, em 11 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 0919/2013.

PORTARIA Nº. 0919/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para VERA DE SOUZA DA SILVA, matrícula nº. 801124, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 11/02/2006 a 11/02/2011, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 11/03/2013 à 11/04/2013.

Palhoça, SC, em 11 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 0920/2013.

PORTARIA Nº. 0920/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JAQUELINE ROSA, matrícula nº. 800846, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 12/02/2008 a 12/02/2013, por 03 (três) meses, a com efeitos a contar de 08/03/2013 à 08/06/2013.

Palhoça, SC, em 11 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 0921/2013.

PORTARIA Nº. 0921/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para KRIS REGINA DE SOUZA, matrícula nº. 800822, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 29/07/2002 a 29/07/2007, por 03 (três) meses, a com efeitos a contar de 12/03/2013 à 12/06/2013.

Palhoça, SC, em 11 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 0931/2013.

PORTARIA Nº. 0931/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR MARIA DA GRAÇA SOUZA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Artes, no (a) Programa Sócio Educativo - Projeto Atividades de Apoio, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 01/03/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 11 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 0932/2013.

PORTARIA Nº. 0932/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR ANDREA APARECIDA SPRICIGO DOS SANTOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) Programa Sócio Educativo - Projeto Atividades de Apoio, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da

Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 01/03/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 11 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Errata 01 Pregão 102/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
ERRATA 01
PREGÃO Nº. 102/2013

O Município de Palhoça torna público que houve alteração no Edital convocatório do PREGÃO nº.102/2013, ficando apazado para dia 07/06/2013 às 14:00 hs para entrega dos envelopes Os interessados poderão obter as alterações, na sede da Prefeitura Municipal de Palhoça, sito na Av. Ilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC., na Sala da Comissão Permanente de Licitação ou site www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça 21 de maio de 2013
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal.



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

www.ciga.sc.gov.br

Demonstrativo Consolidado da Disponibilidade de Caixa

MUNICÍPIO DE PALHOÇA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Ajuste de Conduta -Meio Ambiente	10,00	0,00	10,00
Ajuste Licença p/ obras Desenv. Urbano	1.417.798,62	0,00	1.417.798,62
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	842,64	(842,64)
Alienação de Bens Móveis - Educação	6.227,69	0,00	6.227,69
Alienação de Bens Móveis - PMP	63.751,94	0,00	63.751,94
Alienação de Bens Móveis Saúde	76,18	0,00	76,18
CEO - Odontológico /Estado	105.105,03	0,00	105.105,03
Cofinanciamento do Estado	939.412,11	40.636,46	898.775,65
Cont. p/ Custeio Serv. Iluminação Pública	1.399.809,77	0,00	1.399.809,77
Conv. Ministério das Cidades	940.441,89	1.042.233,54	(101.791,65)
Convênio Funasa	945.634,74	0,00	945.634,74
COTA PARTE DOM. ECON. CIDE	279.056,40	0,00	279.056,40
CREAS/PAEFI/MSE	163.064,26	0,00	163.064,26
Diabeticos e Hipertensos/Estado	18.081,61	0,00	18.081,61
Farmácia Básica/Estado	42.571,13	12.241,53	30.329,60
IGD	101.658,31	0,00	101.658,31
INCENTIVO PROG. FARMÁCIA POPULAR	230.900,43	65,00	230.835,43
MERENDA DAS ESCOLA FNDE -PNAE	99.783,94	0,00	99.783,94
Multas Prevista na Legislação de Transito	624.481,68	304.620,09	319.861,59
Operações de Crédito Interna - BADESC	6.192,99	0,00	6.192,99
OUT. TRANSF.CONV. PROG SAÚDE	87,13	0,00	87,13
OUTRAS TRANSF. DO PROESF	353,59	0,00	353,59
Prog. Atenc. Pessoa Deficiente/PBTMC	6.729,01	0,00	6.729,01
Prog. De Atenç.Pessoa Idosa-API/ PBT/CRAS	32.589,48	0,00	32.589,48
Prog. Errad. Trab Inf. PETI/VMC	48.258,22	0,00	48.258,22
Programa Abrigo / ALTA COMPLEXIDADE	33.270,43	0,00	33.270,43
Programa Brasil Sorridente	0,00	382,10	(382,10)
PROGRAMA DE AGENTE COMUNITÁRIO -PACS	0,00	4.729,76	(4.729,76)
PROGRAMA DE APOIO PSICOSOCIAL	1.229.042,00	7.022,65	1.222.019,35
PROGRAMA DE ATENÇÃO BASICA - PAB	2.696.897,58	71.509,96	2.625.387,62
PROGRAMA DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA	426.950,43	17.237,05	409.713,38
PROGRAMA DINHEIRO NA ESCOLA	676,00	0,00	676,00
PROGRAMA FARMÁCIA BÁSICA	726,19	98.212,07	(97.485,88)
PROGRAMA MERENDA CRECHE -PNAE	17.419,10	0,00	17.419,10
PROGRAMA SAÚDE BUCAL	0,00	5.153,83	(5.153,83)
PROGRMA DE VIGILANCIA SANITARIA	0,00	6.547,26	(6.547,26)
PROGRMA DST/AIDS	316.045,58	13.510,40	302.535,18
REC VINC SAÚDE MAC / UNIÃO	8.944,04	69.598,01	(60.653,97)
Rec. Vinc SUS Estado/Transf. Correntes	197,28	0,00	197,28
Rec. Vinc. Aguas de Palhoça	18.023.181,64	838.221,63	17.184.960,01
Receita de Impostos -EDUCAÇÃO 25%	0,00	271.505,53	(271.505,53)
Receita de Serviços do Corpo de Bombeiro	0,00	7.158,46	(7.158,46)
RECURSOS VINCULADOS INSTITUTO DE PREVIDENCIA	0,00	166,40	(166,40)
RECURSOS VINCULADOS-MINISTERIO DAS CIDADES	24.863,66	3.918,67	20.944,99
Serv. Atendimento de Urgência - SAMU	48.240,54	1.233,00	47.007,54
SUPERAVIT FINANCEIRO - Co-financeamento do Estado	0,00	32.518,81	(32.518,81)
SUPERAVIT FINANCEIRO - FARMCAI BASICA/ESTADO	0,00	180,46	(180,46)
SUPERAVIT FINANCEIRO - INCENTIVO FARMÁCIA POPULAR	0,00	438,50	(438,50)
SUPERAVIT FINANCEIRO EXERC ANT. PROG VIGILÂNCIA SANIT	0,00	594,85	(594,85)
Superavit Financeiro SAMU	0,00	10.480,44	(10.480,44)
Superavit Financeiro Saude da Família PSF	0,00	22.092,60	(22.092,60)

Continua 1/3

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

MUNICÍPIO DE PALHOCA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

Continuação 2/3

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
SUPERAVIT FINANCEIRO-MÉDIA ALTA COMPLEXIDADE-UNIÃO	109.318,04	207.203,54	(97.885,50)
SUPERAVIT FINANCEIRO-MÉDIA, ALTA COMPLEXIDADE-ESTADO	0,00	82.252,57	(82.252,57)
SUPERAVIT FINANCEIRO-PROG.VIG.EPIDEMIOLOGICA	0,00	8.091,70	(8.091,70)
SUPERAVIT FINANCEIRO-PROGRAMA DST/AIDS	0,00	6.634,18	(6.634,18)
SUPERAVIT FINANCEIRO-PROGRAMA FARMACIA BASICA	0,00	26,67	(26,67)
Superavit Fincnaceiro Programa de Atenção Básica	0,00	8.133,81	(8.133,81)
Superavit Programa Vigilancia em Saude	0,00	133,15	(133,15)
Superavit Rec. Saúde MAC União	0,00	6.421,67	(6.421,67)
TRANSF. CONV. P/ EDUCAÇÃO	948.311,01	0,00	948.311,01
Transf. Conv. Est. Prog. Assist. Social/Alta Complexidade	164.704,50	2.798,00	161.906,50
Transf. Conv. Estado Infraestrutura	73.748,45	77.568,33	(3.819,88)
Transf. Conv. p/ SUS/UNIÃO - MÉDIA ALTA COMPLEXIDADE	331.594,91	395.644,80	(64.049,89)
TRANSF. CONV. SUS-ESTADO - MÉDIA ALTA COMPLEXIDADE	194.801,48	0,00	194.801,48
Transf. Conv. União Dest. Infraestrutura	0,00	7.543,04	(7.543,04)
TRANSF. FUNDEB 40%	0,00	154.581,62	(154.581,62)
Transf. Rec. União-Assist.Social/CRAS/OUTROS	74.369,76	0,00	74.369,76
TRANSF. RECURSOS DO FUNDEB 60%	310.471,72	433.851,64	(123.379,92)
TRANSF. SALÁRIO EDUCAÇÃO	487.199,82	22.137,39	465.062,43
Tx de Fisc. Vigilância Sanitária -Saúde	7.782,71	3.157,16	4.625,55
Tx de Limpeza	211.043,46	1.319.016,20	(1.107.972,74)
VINC. FNDE FNDE PNATE	356.866,90	0,00	356.866,90
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	33.568.743,38	5.618.247,17	27.950.496,21
Entidade 12 - Conta 66685: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	25,00	(25,00)
Entidade 13 - Conta 12722: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	189,61	(189,61)
Entidade 13 - Conta 5328: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	16.378,70	(16.378,70)
Entidade 13 - Conta 5329: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	8.019,31	(8.019,31)
Entidade 13 - Conta 5338: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	20,80	(20,80)
Entidade 13 - Conta 8828: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	60,00	(60,00)
Entidade 13 - Conta 9267: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	4.263,32	(4.263,32)
Entidade 15 - Conta 6553: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	545,00	(545,00)
Entidade 15 - Conta 6554: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	40.978,17	(40.978,17)
Entidade 15 - Conta 6556: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	18,40	(18,40)
Entidade 15 - Conta 6557: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	1.798,79	(1.798,79)
Entidade 15 - Conta 6559: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	875,93	(875,93)
Entidade 15 - Conta 6566: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	5,00	(5,00)
Entidade 15 - Conta 6568: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	36,79	(36,79)
Entidade 15 - Conta 6640: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	47,03	(47,03)
Entidade 2 - Conta 62116: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	558,99	(558,99)
Entidade 2 - Conta 62117: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	450,67	(450,67)
Entidade 2 - Conta 62118: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	272,61	(272,61)
Entidade 2 - Conta 62119: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	999,74	(999,74)
Entidade 2 - Conta 62122: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	9.925,33	(9.925,33)
Entidade 2 - Conta 62152: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	7.268,87	(7.268,87)
Entidade 2 - Conta 63831: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	4.272,27	(4.272,27)
Entidade 2 - Conta 64090: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	771,01	(771,01)
Entidade 2 - Conta 64242: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	4.476,24	(4.476,24)
Entidade 3 - Conta 48294: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	685,40	(685,40)
Entidade 3 - Conta 52121: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	50,00	(50,00)
Entidade 3 - Conta 52132: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	1.676,31	(1.676,31)
Entidade 4 - Conta 48024: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	166,40	(166,40)
Entidade 5 - Conta 11031: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	1.100,00	(1.100,00)

Continua 2/3

MUNICÍPIO DE PALHOCA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

Continuação 3/3

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Entidade 5 - Conta 7062: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	2.485,85	(2.485,85)
Entidade 5 - Conta 7076: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	37,14	(37,14)
Recursos de Impostos - SAÚDE 15%	7.025,16	1.162.257,07	(1.155.231,91)
Recursos Ordinários	1.114.181,71	278.888,60	835.293,11
Recursos Ordinários Livres	22.844.780,87	2.042.121,46	20.802.659,41
Rend. Dep . Vinc. Assistencia Social	18.714,77	0,00	18.714,77
Sem Especificação	0,00	657,55	(657,55)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	23.984.702,51	3.592.383,36	20.392.319,15
TOTAL (III) = (I + II)	57.553.445,89	9.210.630,53	48.342.815,36
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	83.567.633,41	107.553,27	83.460.080,14

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Demonstrativo Consolidado Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

MUNICÍPIO DE PALHOCA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 1º Quadrimestre de 2013

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	112.747.012,59	49,49
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	136.689.066,50	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	129.854.613,18	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-51.017.803,61	-22,39
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	273.378.133,01	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	50.119.324,38	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	713.118,62	0,31
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	36.450.417,73	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	15.947.057,76	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	41.841.665,65	45.010.478,96

FONTE:

PALHOCA, 21/05/2013

NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

NAZARENO SETEMBRINO MARTINS
Secretário de Finanças

Ismenia Iria Carmisini
Tec. Contab. CRC-SC 11.872

Demonstrativo da Despesa com Pessoal

MUNICÍPIO DE PALHOCA - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOCA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2012 A ABRIL/2013

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	113.680.471,86	23.126,91
Pessoal Ativo	106.321.105,75	23.126,91
Pessoal Inativo e Pensionista	5.559.669,43	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	1.799.696,68	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	6.340.969,56	82,97
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	2.401.448,90	82,97
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	3.939.520,66	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	107.339.502,30	23.043,94
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	107.362.546,24	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	227.815.110,84
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	47,13
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	123.020.159,85
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	116.869.151,86
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%	110.718.143,87

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

PALHOCA, 21/05/2013

NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

NAZARENO SETEMBRINO MARTINS
Secretário de Finanças

Ismenia Iria Carmisini
Tec. Contab. CRC-SC 11.872

Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida

MUNICÍPIO DE PALHOCA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	2.466.439,71	2.888.660,75	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	2.466.439,71	2.888.660,75	0,00	0,00
Interna	2.466.439,71	2.888.660,75	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P.	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	34.676.775,31	53.906.464,36	—	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	36.278.662,32	57.553.445,89	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	67.767,77	67.767,77	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.669.654,78	3.714.749,30	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-32.210.335,60	-51.017.803,61	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	221.425.853,79	227.815.110,84	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	1,11%	1,27%		
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-14,55%	-22,39%		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	265.711.024,55	273.378.133,01	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	239.139.922,09	246.040.319,71	0,00	0,00

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	2.466.439,71	2.888.660,75	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	219.698,89	164.951,84	0,00	0,00
De Tributos	119.954,86	96.615,73	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	99.744,03	68.336,11	0,00	0,00
Previdenciárias	99.744,03	68.336,11	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	2.246.740,82	2.723.708,91	0,00	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	553.623,59	2.095.897,00	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.641.863,20	56.988.400,46	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

MUNICÍPIO DE PALHOCA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	84.209.654,75	99.365.282,13	0,00	0,00
Passivo Atuarial	84.209.654,75	99.365.282,13	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	80.009.566,13	83.564.222,78	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	634.974,39	811.968,78	0,00	0,00
Investimentos	79.375.123,36	82.755.664,63	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	531,62	3.410,63	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	4.200.088,62	15.801.059,35	0,00	0,00

FONTE:

IPPA**Portaria 029/2013**

PORTARIA Nº 029/2013

Retifica a Portaria nº 057/2011 para aposentar por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, observadas as reduções de idade e tempo de contribuição contidas no § 5º do art. 40 da Constituição Federal, a servidora Elisabete Petronilha da Silva.

Nirido Artur Luz, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Retificar a Portaria nº 057/2011 para aposentar, por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, observadas as reduções de idade e tempo de contribuição contidas no § 5º do art. 40 da Constituição Federal, a servidora Elisabete Petronilha da Silva, detentora da matrícula funcional nº 800137, inscrita no CPF sob o nº 479.588.639-34 e no PIS/PASEP sob o nº 1.702.891.926-7, lotada na Secretaria da Educação e Cultura, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora séries/anos iniciais, do Quadro de Pessoal desta prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, que será pago mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá o contido na Emenda Constitucio-nal nº 47/2005, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 109 da Lei Complementar nº 097/2010 - Estatuto do Magistério Público Muni-ci-pal.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 30/09/2011, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do De-creto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 18 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ	FABRÍCIO WEINGARTNER
Prefeito Municipal	Diretor-Executivo
Matrícula 300164	

GUSTAVO HAEMING GERENT
Procurador do Município
Matrícula 900.044

Portaria 032/2013

PORTARIA Nº 032/2013

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Consti-tucional nº 47/2005 e declara a vacância do cargo público da servidora VALERIA CHAVES.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Aposentar, por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, a servidora VALERIA CHAVES, detentora da matrícula funcional nº 300078, inscrita no CPF sob o 344.906.719-20 e no PIS/PASEP sob o nº 108.274.300-40, lotada na Secretaria de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, ocupante do cargo de provimento

efetivo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal desta prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribui-ção, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, que será pago mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá o contido na Emenda Constitucio-nal nº 47/2005, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 109 da Lei Complementar nº 096/2010 - Estatuto dos Servidores Público Muni-ci-pal.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 31/05/2013, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do De-creto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 15 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ	FABRÍCIO WEINGARTNER
Prefeito Municipal	Diretor-Executivo do IPPA
Matricula 300164	

MARIA TEREZINHA BROERING FERNANDES

Assistente Administrativo
Matrícula 300155

Portaria 033/2013

PORTARIA Nº 033/2013

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Consti-tucional nº 41/2003 e declara a vacância do cargo público da servidora VERA LUCIA DE JESUS TIZZIANI.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Aposentar, por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, a servidora VERA LUCIA DE JESUS TIZZIANI, detentora da matrícula funcional nº 800160, inscrita no CPF sob o 534.730.519-34 e no PIS/PASEP sob o nº 1.801.312.258-7, lotada na Secretaria da Educação (FUNDEB), ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Série/Anos Iniciais, do Quadro de Pessoal desta prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribui-ção, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, que será pago mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá o contido na Emenda Constitucio-nal nº 41/2003, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 109 da Lei Complementar nº 097/2010 - Estatuto do Magistério Público Muni-ci-pal.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 31/05/2013, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do De-creto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 15 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ	FABRÍCIO WEINGARTNER
Prefeito Municipal	Diretor-Executivo do IPPA

ARIANA VERA DA ROSA TAVARES
Assistente Administrativo
Matrícula 900048

Portaria 034/2013

PORTARIA Nº 034/2013

Concede aposentadoria por Invalidez em caráter Integral, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e declara a vacância do cargo público da servidora MARIA DAS NEVES SCHMITT.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Aposentar, por invalidez, em caráter Integral, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso I da Lei Municipal nº 1320/01, a servidora MARIA DAS NEVES SCHMITT, detentora da matrícula funcional nº 400046, inscrita no CPF sob o Nº 687.458.429-49 e no PIS/PASEP sob o nº 1.229.924.934-8, lotada na Secretaria da Saúde e Medicina Preventiva, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por Invalidez em caráter Integral ao tempo de contribuição, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso I da Lei Municipal nº 1320/2001, correspondente a 100,00% (cem por cento) da remuneração-de-contribuição, que serão pagos mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá o contido na Emenda Constitucional nº 70/2010, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 109 da Lei Complementar nº 096/2010 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 31/05/2013, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça (SC), em 15 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ FABRÍCIO WEINGARTNER
Prefeito Municipal Diretor Executivo do IPPA
Matrícula 300164

ANDREA MARA HARGER LUCKMANN PLÉTICOS
Assistente Administrativo
Matrícula 300169

Palmitos**PREFEITURA****Processo 27/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº027/13 Modalidade: Pregão Presencial nº011/13. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO. Entrega do Envelopes : 06/06/2013, até as 08:30 horas. Abertura do Envelopes: 06/06/2013 as 09:30 horas. Obtenção do Edital e informações no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmitos ou pelo fone (49) 3647- 9610.

Palmitos 22 de maio de 2013.
TÂNIA DE FÁTIMA HENCHEN
Gestora do Fundo.

Processo 75/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE PALMITOS
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº75/13 Modalidade: Pregão Presencial nº16/13. Objeto: AQUISIÇÃO DE PASSAGENS PARA TRANSPORTE COLETIVO REGULAR INTERMUNICIPAL E INTERESTADUAL DE PASSAGEIROS, ATRAVÉS DE LINHAS REGULARES E AUTORIZADAS PELO PODER CONCEDENTE COMPETENTE, PARA ATENDER A NECESSIDADE DE PESSOAS ENCAMINHADAS PARA TRATAMENTO DE SAÚDE OU CARENTES QUE NECESSITAM SE DESLOCAR PARA FORA DO MUNICÍPIO DE PALMITOS - SC. Entrega do Envelopes: 07/06/2013, até as 09:00 horas. Abertura do Envelopes: 07/06/2013 as 09:30 horas. Obtenção do Edital e informações no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmitos ou pelo fone (49) 3647- 9610.

Palmitos 22 de maio de 2013.
NORBERTO PAULO GONZATTI
Prefeito Municipal.

Papanduva**PREFEITURA****Ata de Registro de Preços 053/2013**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 053/2013

Aos dezanove dias do mês de abril do ano de dois mil e treze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 049/2013 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 19/04/2013, RESOLVE registrar os preços da empresa MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 04.151.335/0001-61, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a aquisição de Materiais Hidráulicos para o uso nos trabalhos do SAMAE, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;
1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderão ser realizados pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;
1.3 - No caso de impossibilidade da entrega do material licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 2º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;
1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 25.514,50 (vinte e cinco mil, quinhentos e quatorze reais e cinquenta centavos), referente aos itens 01, 04, 08, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 19, 20, 21, 22, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 37, 38, 42, 55, 56, 57, 58, 60, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92 e 93, objeto do processo licitatório Pregão Presencial Registro de Preços 049/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;

2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 - Registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);

2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 049/2013 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 - Os materiais objetos deste certame deverão ser entregues diretamente na sede do SAMAE, sito a rua Tenente Ary Rauen, 925, Centro, nesta cidade, de acordo com a solicitação do SAMAE.

4.2 - A empresa contratada deverá disponibilizar os materiais em até 05 dias após a solicitação.

CLÁUSULA QUINTA - FORMA DE PAGAMENTO

5.1 - O pagamento será efetuado até 30 dias após o fornecimento dos produtos, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificado pelo órgão competente, recebedor do objeto licitado;

5.2 - Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida à proponente para as devidas correções;

5.3 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA(S) EMPRESA(S) VENCEDORA(S)

6.1 Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 049/2013 e seus anexos;

6.2 Pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8666/93;

6.3 Pela qualidade dos materiais, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos;

6.4 Providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;

6.5 Manter durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas

no Edital de Licitação;

6.6 Corrigir, reparar, remover, substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o material em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas;

6.7 Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos materiais exigidos no Contrato, a EMPRESA VENCEDORA deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 Comunicar a empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

7.2 Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a empresa vencedora entregar fora das especificações do edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- a) Houver desistência do fornecimento do material após a adjudicação da licitação;
- b) Não for entregue o material no prazo estabelecido neste Edital;
- c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

8.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- d) Expedição de declaração de inidoneidade com a conseqüente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 O Município poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:

- 9.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- 9.1.2 - quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- 9.1.3 - quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 9.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- 9.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- 9.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- 9.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - A empresa vencedora não poderá sub-contratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

10.2. Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Prefeitura Municipal de Papanduva, SC 19 de abril de 2013.
FÁBIO JOSÉ PADILHA

Pregoeiro

MÁRCIO WISNIEVSKI
Equipe de Apoio

SILVANA FREDERICO
Equipe de Apoio

SIRLEI AP. ALVES LOPES
Equipe de Apoio

MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA

ILARIO SCHULKA
Diretor Presidente - SAMAE

Errata

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

ERRATA

Na publicação do dia 20 de maio de 2013, edição nº 1242 do Diário Oficial dos Municípios (DOM), página 243, referente a publicação da Ata de Registro de Preços nº 070/2013, onde lê-se Pregão Presencial nº 076/2013, leia-se PREGÃO PRESENCIAL nº 079/2013, referente ao Edital de Pregão Presencial nº 079/2013.

Papanduva/SC, 16 de maio de 2013

DARIO SCHICOVSKI
Prefeito Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Lei 1678, de 21/05/2013

LEI Nº 1.678, DE 21 DE MAIO 2013.

INSTITUI "BOLSA ATLETA" E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

PEDRO RABUSKE, Vice-Prefeito em exercício do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituída a Bolsa-Atleta, destinada aos atletas amadores do Município de Pinheiro Preto e ou que represente este, em competições esportivas regionais, estaduais, nacionais e internacionais.

§ 1º A Bolsa-Atleta garantirá aos atletas benefício financeiro no valor mensal de R\$ 300,00 (trezentos reais), que será atualizado anualmente pelo IGPM, nas mesmas datas e índices concedidos quando da revisão geral e anual nos vencimentos dos servidores públicos municipais

§ 2º Para efeito do disposto no § 1º, ficam criadas as seguintes categorias de Bolsa-Atleta:

I - Categoria individual, destinada ao atleta amador classificado até o terceiro lugar em ranking municipal, dando-se preferência àquele que integrar a seleção do município;

II - Categoria coletiva, destinada aos atletas convocados para integrar a seleção do município que irá representá-lo em competições

regionais, estaduais, nacionais e internacionais;

III - Categoria estudantil, destinada aos atletas estudantes regularmente matriculados em instituição de ensino público ou privado.

Parágrafo único. Não serão beneficiados com a Bolsa-Atleta os atletas pertencentes à categoria máster ou similar.

Art. 2º A concessão da Bolsa-Atleta não gera qualquer vínculo entre os atletas beneficiados e a administração pública municipal.

Art. 3º Para pleitear a concessão da Bolsa-Atleta, o atleta deverá preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - possuir idade mínima de 08 (oito) anos ;

II - estar vinculado a alguma entidade de prática desportiva ou filiado a associação ou liga municipal amadora da categoria e, na ausência desta na CME;

III - estar em plena atividade esportiva;

IV - não receber salário de entidade de prática desportiva e apresentar declaração sobre valores recebidos a título de patrocínio de pessoas jurídicas públicas ou privadas, incluindo-se todo e qualquer montante percebido eventual ou regularmente, diverso do salário, assim como qualquer tipo de apoio em troca de vinculação de marca;

V - para o atleta da categoria estudantil, deverá comprovar que está matriculado em instituição de ensino público ou privado, bem como apresentar rendimento escolar, não podendo ser reprovado no ano letivo da concessão do incentivo, além de gozar de ótima conduta disciplinar, comprovados através do Boletim ou relatório escolar;

VI - anuência, se for o caso, dos responsáveis;

VII - participar, obrigatoriamente, de entrevista com os coordenadores do Programa Bolsa Atleta;

VIII - representar o Município de Pinheiro Preto, em sua modalidade e categoria, em competições oficiais e eventos promovidos por entidades privadas, sempre que convocados pela CME;

IX - não estar cumprindo qualquer punição imposta por tribunais de justiça desportiva, liga, federação ou confederação das modalidades correspondentes;

X - não apresentar antecedente criminal;

XI - estar cadastrado na CME dentro de sua modalidade;

XII - ceder os direitos de imagem ao Município de Pinheiro Preto e usar obrigatoriamente em seu uniforme o Brasão do Município.

Art. 4º Incumbe aos seguintes órgãos a concessão da Bolsa-Atleta:

I - Secretaria Municipal de Educação, como órgão coordenador e operacional;

II - CME, como órgão deliberativo.

Art.5º. A CME ficará incumbida de todo o trabalho de orientação, avaliação, acompanhamento, fiscalização e aprovação da concessão da bolsa e da prestação contas apresentada pelo beneficiado.

Art.6º.O beneficiário do Programa Bolsa-Atleta poderá acumular o benefício com bolsa do Estado e da União, desde que aprovado



pela CME.

Art. 7º O valor da bolsa-atleta somente poderá ser utilizado para cobrir gastos com educação, alimentação, saúde, inscrições, passagens para eventos esportivos, transporte urbano e aquisição de material esportivo, devendo o beneficiado prestar contas mensalmente na forma e condições estabelecidas pela CME.

Art. 8º. A Bolsa-Atleta será concedida pelo prazo de 1 (um) ano, configurando 12 (doze) recebimentos mensais, não podendo ultrapassar o exercício financeiro da concessão, podendo ser renovada a critério da Administração Pública.

Parágrafo único. A Bolsa-Atleta poderá ser cancelada a qualquer momento, ficando a juízo discricionário da Administração Pública.

Art. 9º. Os atletas beneficiários prestarão contas dos recursos financeiros recebidos no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento.

Art. 10. Serão desligados do Programa os atletas que:

I - Quando convocados, não participarem das competições;

II - Se transferirem para outro Município, Estado ou País;

III - Utilizarem os recursos da Bolsa para fins não especificados no Artigo 7º;

IV - houve dispensa por indisciplina ou a seu pedido;

V - Deixarem de cumprir quaisquer das condições ou obrigações exigidas por esta LEI.

Art. 11 As despesas decorrentes da concessão de Bolsa-Atleta correrão à conta de recursos orçamentários previstos na Lei em vigor.

Art. 12 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, em 21 de maio de 2013.
PEDRO RABUSKE

Vice-Prefeito em exercício do Município

Lei 1679, de 21/05/2013

LEI Nº 1.679, DE 21 DE MAIO DE 2013.

PARCELA DÉBITOS DE NATUREZA TRIBUTÁRIA E NÃO TRIBUTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PEDRO RABUSKE, Vice-Prefeito em Exercício do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Poderão ser pagos ou parcelados, em até 12 (doze) meses, nas condições desta Lei, os débitos municipais inscritos ou não em dívida ativa até 31/12/2012, de natureza tributária e não tributária.

§ 1º O disposto neste artigo se aplica também às dívidas em fase de execução fiscal já ajuizada, sem, no entanto, extinguir o processo, devendo este ser suspenso pelo prazo concedido para pagamento. Inadimplido o compromisso, o processo judicial deverá retomar normalmente seu curso.

§ 2º Para os fins do disposto no caput deste artigo, poderão ser pagas ou parceladas as dívidas vencidas até 31 de dezembro de 2012, de pessoas físicas ou jurídicas, consolidadas pelo sujeito passivo, com exigibilidade suspensa ou não, inscritas ou não em dívida ativa, consideradas isoladamente, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior, não integralmente quitado, ainda que cancelado por falta de pagamento.

§ 3º Os débitos a que se refere esta lei poderão ser pagos ou parcelados da seguinte forma:

I - pagos à vista, com redução de 90% (noventa por cento) das multas de mora e de ofício e juros de mora;

II - parcelados em até 12 (doze) prestações mensais, com redução de 80 % (oitenta por cento) das multas de mora e de ofício e juros de mora.

§ 4º A dívida objeto do parcelamento será consolidada na data do seu requerimento e será dividida pelo número de prestações que forem indicadas pelo sujeito passivo, nos termos dos §§ 2º e 3º deste artigo, não podendo cada prestação mensal ser inferior a:

I - R\$ 30,00 (trinta reais), no caso de pessoa física; e

II - R\$ 100,00 (cem reais), no caso de pessoa jurídica.

§ 5º A manutenção em aberto de 3 (três) parcelas, consecutivas ou não, ou de uma parcela, estando pagas todas as demais, implicará, após comunicação ao sujeito passivo, a imediata rescisão do parcelamento e, conforme o caso, o prosseguimento da cobrança.

§ 6º As parcelas pagas com até 30 (trinta) dias de atraso não configurarão inadimplência para os fins previstos no § 5º deste artigo.

§ 7º Na hipótese de rescisão do parcelamento com o cancelamento dos benefícios concedidos:

I - será efetuada a apuração do valor original do débito confessado, com a incidência dos acréscimos legais, até a data da rescisão;

II - serão deduzidas do valor referido no inciso I deste parágrafo as parcelas pagas.

Art. 2º A opção pelos parcelamentos de que trata esta Lei importa confissão irrevogável e irretratável dos débitos em nome do sujeito passivo na condição de contribuinte ou responsável e por ele indicados para compor os referidos parcelamentos, configura confissão extrajudicial nos termos dos arts. 348, 353 e 354 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, e condiciona o sujeito passivo à aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta Lei.

Art. 3º O sujeito passivo que possuir ação judicial em curso, na qual requer a sua inclusão no parcelamento, deverá, como condição para valer-se das prerrogativas desta lei, concordar com a desistência da respectiva ação judicial e renunciar a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda a referida ação, protocolizando requerimento de extinção do processo com resolução do mérito, nos termos do inciso V do caput do art. 269 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil.

§ 1º Ficam dispensados os honorários advocatícios em razão da extinção da ação na forma deste artigo.

§ 2º Para os fins de que trata este artigo, o saldo remanescente será apurado de acordo com as regras estabelecidas no art. 1º desta Lei, adotando-se valores confessados e seus respectivos acréscimos devidos na data da opção do respectivo parcelamento.

Art. 4º A opção pelo pagamento a vista ou pelos parcelamentos de débitos de que trata esta Lei deverá ser efetivada até o 90º (nonagésimo) dia da entrada em vigor da presente Lei.

Art. 5º Os parcelamentos requeridos na forma e condições de que trata essa Lei não dependem de apresentação de garantia ou de arrolamento de bens.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 21 de maio de 2013.
PEDRO RABUSKE

Vice- Prefeito Municipal em Exercício

Lei 1680, de 23/05/2013

LEI Nº 1.680, DE 21 DE MAIO DE 2013.

AUTORIZA GASTOS COM A REALIZAÇÃO DA 12º ENDURO DO TÚNEL DA COPA MOTOCAR E COPA OESTE E CATARINENSE DE REGULARIDADE DE ENDURO DE REGULARIDADE.

PEDRO RABUSKE, Vice-Prefeito em Exercício do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber

que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a efetuar gastos com a prova do "12º Enduro do Túnel, da Copa Motocar e Copa Oeste e Catarinense de Enduro de Regularidade", a realizar-se na cidade de Pinheiro Preto no dia 30 de junho de 2013.

Parágrafo único. Os gastos a que se refere esta lei ficam limitados em R\$ 8.000,00 (oito mil reais), para fins de fazer frente aos dispêndios com compra de troféus, equipamento de som, locutor, jalecos e aluguel de aparelhos GPS.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotação orçamentária prevista na lei de orçamento em vigor.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PEDRO RABUSKE

Vice-Prefeito em Exercício

Lei Complementar Nº 187, de 21/05/2013.

LEI COMPLEMENTAR Nº 187, DE 21 DE MAIO DE 2013.

MODIFICA A LEI COMPLEMENTAR N. 142, DE 25 DE MARÇO DE 2008, CRIA CARGOS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE, Vice-Prefeito em Exercício de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso I, da Lei Orgânica: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Altera o Anexo I da Lei Complementar nº 142, de 25 de março de 2008, passando o cargo de Assistente de Serviço de Imprensa do Gabinete do Executivo para o Nível DAÍ-02, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, e o cargo de "Assistente de Gabinete do Executivo Municipal" para o Nível DAÍ-04, ficando criado os cargos de provimento em comissão de "Diretor de Habitação", Nível DAS-01, carga horária 40 hs semanais, e "Diretor de Projetos", Nível DAS-02, carga horária de 40 hs semanais:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		
[....].		
Diretor de Projetos	Nº DE VAGAS	NÍVEL
Diretor de Habitação		
Assistente de Gabinete	01	DAS-02
do Executivo Municipal	01	DAS-01
Assistente de Serviço de	01	DAI-04
Imprensa do Gabinete		
do Executivo	01	DAÍ-02

Art. 2º Altera o Anexo I da Lei Complementar nº 142, de 25 de março de 2008, passando a nomenclatura do cargo de provimento em comissão de Chefe de Divisão Pré-escolar" a denominar-se "Coordenador Administrativo Escolar", ficando criado os cargos de provimento em comissão de "Diretor de Cultura e Turismo, Nível DAI-05, carga horária 40 semanais, "Diretor de Informática e Transparência", Nível DAS-06, carga horária de 40 hs semanais, com lotação na Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, ficando criado no anexo III o Nível DAS-06, com vencimento padrão de R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais):

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		
[....].		
Coordenador Administrativo Escolar		
Diretor de Cultura e Turismo		
Diretor de Informática e	01	DAS-01
Transparência	01	DAI-05
	01	DAI-06

Art. 3º Altera o Anexo I da Lei Complementar nº 142, de 25 de março de 2008, passando a Secretaria de Turismo e Limpeza Pública" a denominar-se "Secretaria de Desenvolvimento Urbano".

Art. 4º Altera o Anexo I da Lei Complementar nº 142, de 25 de março de 2008, ficando criado os cargos de provimento em comissão de "Diretor de Programas e Dados", Nível DAS-05, carga horária de 40 hs semanais, "Coordenador de Serviço Social", Nível DAS-01, carga horária de 40 hs semanais, passando o cargo de "Coordenador Administrativo Unidade Central de Saúde" para o Nível DAS-02:

SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL		
[....].		
Diretor de Programas e Dados		
Coordenador de Serviço Social		
Coordenador Administrativo Unidade Central de Saúde	01	DAS-05
	01	DAS-01
	01	DAS-02

Art. 5º O vencimento do NÍVEL DAI-04, do Anexo III, da Lei Complementar nº 142, de 25 de março de 2008, passa a ser de R\$ 1.045,00 (mil e quarenta e cinco reais).

Art. 6º O cargo de provimento em comissão de "Diretor Departamento Municipal de Esportes" passa a ser NÍVEL DAS-05.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 21 de maio de 2013.

PEDRO RABUSKE

Vice - Prefeito Municipal em Exercício

Decreto 3832, de 22/05/2013

DECRETO Nº 3832, DE 22 DE MAIO DE 2013.

APROVA O REGIMENTO DA 5ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE, Vice-Prefeito no exercício do cargo de Prefeito do Município de Pinheiro Preto-SC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, VIII, da Lei Orgânica, e considerando o disposto no Regimento da 5ª Conferência Nacional das Cidades, e Decreto Municipal nº 3.781, de 20 de fevereiro de 2013, alterado pelo Decreto nº 3.815, de 15 de abril de 2013, e considerando a aprovação da Comissão Preparatória,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento da 5ª Conferência Municipal da Cidade de Pinheiro Preto na forma do anexo ao presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 22 de maio de 2013.

PEDRO RABUSKE

Vice-Prefeito em exercício

Contrato de Fornecimento Nº 144/2013

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 144/2013

Termo de Contrato de AQUISIÇÃO CADEIRAS PARA O SETOR DE CONTABILIDADE, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa VIECELL - IRMÃOS VIECELL INFORMÁTICA LTDA, autorizado através do Processo nº 122/2013 Dispensa de Licitação nº 091/2013
Valor de R\$ 900,00 (novecentos reais).

Regimento da 5ª Conferência das Cidades

ANEXO

REGIMENTO DA 5ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DE PINHEIRO PRETO

CAPÍTULO I

DOS OBJETIVOS E FINALIDADES

CAPÍTULO I

DOS OBJETIVOS

Art. 1º A 5ª Conferência Municipal da Cidade de Pinheiro Preto convocada pelo Decreto Municipal nº 3.781, de 20 de fevereiro de 2013, alterado pelo Decreto nº 3.815, de 15 de abril de 2013, nos termos do Decreto Federal nº 5.790, de 25 de maio de 2006, e da Resolução Normativa nº 14, de 06 de junho de 2012, do Ministério das Cidades, será realizada no dia 28 de maio de 2013, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Administração, e terá as seguintes finalidades:

I - Propor a interlocução entre autoridades e gestores públicos dos três entes Federados com os diversos segmentos da sociedade para assuntos relacionados à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano;

II - Sensibilizar e mobilizar a sociedade para o estabelecimento de agendas, metas e planos de ação para enfrentar os problemas existentes nas cidades do Estado, bem como das regiões metropolitanas;

III - Propiciar a participação popular dos diversos segmentos da sociedade para a formulação de proposições sobre as formas de execução da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e suas áreas estratégicas;

IV - Avançar na construção da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano;

V - Indicar prioridades de atuação ao Ministério das Cidades;

VI - Eleger 3 (três) delegados à 5ª Conferência Estadual das Cidades.

CAPÍTULO II

DA REALIZAÇÃO

Art. 2º A 5ª Conferência Municipal da Cidade de Pinheiro Preto será aberta à participação de todos os cidadãos interessados e deverá contemplar em suas análises, formulações e proposições o temário.

Art. 3º Os resultados da 5ª Conferência Municipal da Cidade de Pinheiro Preto e a relação de delegados para a 5ª Conferência Estadual das Cidades deverão ser remetidos à Secretaria Executiva da Comissão Preparatória Estadual até cinco dias após a sua realização.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 4º A 5ª Conferência Municipal da Cidade de Pinheiro Preto será presidida pelo Prefeito Municipal e, na sua ausência ou impedimento eventual, pelo Vice-Prefeito Municipal e ou Secretário de Administração.

Art. 5º A organização e realização da 5ª Conferência Municipal da Cidade de Pinheiro Preto ficará a cargo da Comissão Preparatória Municipal.

Art. 6º A Comissão Preparatória Municipal será integrada por representantes dos diversos segmentos, conforme estabelecido no Artigo 17 do Regimento da 5ª Conferência Nacional das Cidades.

Art. 7º Compete à Comissão Preparatória Municipal:

I - Coordenar, supervisionar e promover a realização da 5ª Conferência Municipal da Cidade de Pinheiro Preto, atendendo aos aspectos técnicos, políticos e administrativos.

II - Propor os critérios e modalidades de participação e representação dos interessados, bem como o local de realização da Conferência.

CAPÍTULO IV

DO TEMÁRIO

Art. 8º A 5ª Conferência Municipal da Cidade de Pinheiro Preto terá como temática: "Quem muda a cidade somos nós: Reforma Urbana Já!".

Parágrafo único - O tema deverá ser desenvolvido de modo a articular e integrar as diferentes políticas urbanas de maneira transversal.

Art. 9º A 5ª Conferência Municipal da Cidade de Pinheiro Preto poderá ser composta de mesas de debates, painéis e grupos de debate e plenária.

CAPÍTULO V

DOS PARTICIPANTES

Art. 10. A 5ª Conferência Municipal da Cidade de Pinheiro Preto, em suas diversas etapas, deverá ter a participação de representantes dos seguintes seguimentos, conforme dispõe o Artigo 17 do Regimento Nacional:

I - gestores, administradores públicos e legislativos, 42,3%;

II - movimentos populares, 26,7%;

III - trabalhadores, por suas entidades sindicais, 9,9%;

IV - empresários relacionados à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano, 9,9%;

V - entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa e conselhos profissionais, 7%.

§ 1º Em razão de não haver ONG's com atuação na área do Desenvolvimento Urbano de Pinheiro Preto, esta representação ficará

prejudicada.

§ 2º O legislativo terá direito de indicar um representante.

Art. 11. O delegado titular eleito na Conferência Municipal terá um suplente do mesmo segmento, que será credenciado somente na ausência do titular.

CAPÍTULO VI DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL

Art. 12. A reunião para eleger e constituir a Comissão Preparatória Municipal deverá garantir a participação de todos os segmentos.

Art. 13. Cabe à Comissão Preparatória Municipal:

I - Definir Regimento da Conferência Municipal, contendo critérios para a eleição de delegados à Conferência Estadual, respeitadas as definições do Regimento Estadual e do Regimento Nacional, bem como a proporcionalidade de distribuição dos segmentos estabelecida em seu Artigo 17;

II - Definir data, local, temário e pauta da Conferência.

Art. 14 Serão exigidos os seguintes documentos para fins de validação da Conferência Municipal:

I - Cópia do decreto municipal ou do edital de convocação;

II - Cópia do ato de instituição da Comissão Preparatória Municipal com sua composição;

III - Regimento da Conferência Municipal;

IV - Lista de presença, por segmento, dos participantes da Conferência Municipal;

V - Relatório Final da Conferência, em formulário próprio;

VI - Relação dos delegados eleitos à Conferência Estadual.

§ 1º A Comissão Preparatória Municipal deve enviar essa documentação para a Secretaria Executiva da Comissão Preparatória Estadual em até cinco dias após a sua realização, sem prejuízo da inserção desses resultados no site da 5ª Conferência Estadual das Cidades.

§ 2º A Comissão Preparatória Municipal deve enviar as mesmas informações para a Comissão Executiva Nacional para registro.

Art. 15 Os casos omissos e conflitantes deverão ser decididos pela Comissão Preparatória Municipal, cabendo recurso somente à Comissão Preparatória Estadual.

Porto União

PREFEITURA

Portaria N.º 404/2013 - RH

PORTARIA Nº 404 de 19 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 19 de março a 28 de junho de 2013, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Daisy Caldas da Fonseca, para exercer as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em vaga vinculada da professora efetiva Cleide Maria Rosa Gregório, que está exercendo a função de Diretora de Núcleo de Educação Infantil.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Sonho de Criança, deste Município.

Art 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 19 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 497/2013 - RH

PORTARIA Nº 497, de 02 de maio de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, de 01 de março a 20 de dezembro 2013 ou até a realização de concurso público municipal, o Termo Aditivo 001/2013 do Contrato de Trabalho nº 093/2011, de 01 de março de 2011, de Fernando Antonio Kurten Jung, que exerce as funções do cargo de Arquiteto, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão do pedido de exoneração do servidor Marco Aurélio Ribas e não haver candidatos concursados para o cargo.

Art. 2º O servidor mencionado no artigo anterior exercerá suas atividades junto à Secretaria de Municipal Planejamento, deste município.

Art 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua

PEGAS
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

www.ciga.sc.gov.br

assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2013.

Porto União - SC, em 02 de maio de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Rio do Sul

PREFEITURA

Decreto 3346

DECRETO Nº 3346, de 22 de abril de 2013.

"Dispõe sobre o Fórum Municipal de Educação"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º O Fórum Municipal de Educação, de caráter permanente, tem por finalidade coordenar a Conferência Municipal de Educação, acompanhar e avaliar a implementação de suas deliberações e promover as articulações necessárias entre os correspondentes do Fórum Estadual e Nacional de Educação.

Art. 2º Compete ao Fórum Municipal de Educação:

I - convocar, planejar e coordenar a realização da Conferência Municipal de Educação, bem como divulgar suas deliberações;

II - elaborar seu Regimento Interno, bem como o da Conferência Municipal de Educação;

III - acompanhar e avaliar o processo de implementação das deliberações da Conferência Municipal de Educação;

IV - zelar para que a conferência de educação do município esteja articulada com a Conferência Estadual de Educação;

V - planejar e organizar espaços de debates sobre a política municipal de educação;

VI - acompanhar junto à Câmara de Vereadores a tramitação de projetos legislativos relativo à política municipal de educação; e

VII - acompanhar e avaliar a implementação do Plano Municipal de Educação.

Art. 3º O Fórum Municipal de Educação será integrado por membros titulares e suplentes, representantes dos seguintes órgãos e entidades:

I - Secretaria Municipal de Educação;

II - Conselho Municipal de Educação (CME);

III - Conselho Municipal de Direito da Criança e do Adolescente (CMDCA);

IV - Gerência Regional de Educação (GERED)

V - Conselho de Diretores Municipais (CODIM);

VI - União das Associações de Moradores;

VII - Centro de Direitos Humanos do Alto Vale do Itajaí;

VIII - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul e

Região (SINSPURS);

IX - Sindicato Intermunicipal dos Professores da Redes Privada - (SIMPRO)

X - Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (SINTE);

XI - Instituição de Ensino do Sistema "S";

XII - Câmara de Vereadores de Rio do Sul;

XII - Entidades Estudantis;

XIV - Associação de Pais e Professores - APPs;

XV - Associação dos Escritores do Alto Vale do Itajaí;

XVI - Fundação Cultural de Rio do Sul;

XVII - Fórum Regional de Educação Infantil do Alto Vale do Itajaí (FREIAVI);

XVIII - Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida (APREMAVI);

XIX - Ministério Público;

XX - Secretaria de Administração;

XXI - Secretaria de Assistência Social;

XXII - Casa Familiar Rural;

XXIII - Fundação de Desporto de Rio do Sul;

Art. 4º Os representantes de que trata o artigo 3º serão indicados pelos titulares e dirigentes dos órgãos e entidades a que pertencem e nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo único. Existindo interesse de entidade ou órgão em fazer parte da relação que trata o art. 3º acima, deverá ser encaminhado o ofício expondo suas razões ao Fórum Municipal de Educação, onde será deliberado a inclusão de novo membro.

Art. 5º A estrutura e os procedimentos operacionais do Fórum Municipal de Educação será definido no seu Regimento Interno aprovados em reunião convocada para esse fim, observadas as disposições deste Decreto.

Parágrafo único. Até a aprovação de seu Regimento Interno, o Fórum será coordenado pela Secretária Municipal de Educação. Ad referendum

Art. 6º O Fórum e a Conferência Municipal de Educação estarão administrativamente vinculados à Secretária Municipal de Educação e receberão o suporte técnico e administrativo da Secretaria Municipal de Educação para garantir seu funcionamento.

Art. 7º Os representantes de que trata o art. 3º deste Decreto não receberão qualquer tipo de remuneração por sua atuação, sendo o exercício de suas atividades considerado de relevante interesse público.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

22 de abril de 2013.

JEAN PIER XAVIER DE LIZ

Prefeito do Município de Rio do Sul em Exercício

Extrato de Edital 21/2013 FMS

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2013 FMS

OBJETO: Registro de preços para aquisição de pneus para a frota da Secretaria de Saúde.

ENTREGA DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 10:00 horas do dia 06/06/2013.

LOCAL: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, na Praça 25 de Julho, 01, Centro, Rio do Sul/SC

CONTATO: Dieison Fernando Marquez Telefone: (47) 3531-1437
e-mail: licitacao.saude@hotmail.com

ÁREA RESPONSÁVEL: Setor de Compras e Licitações
ÁREA REQUISITANTE: Setor de Transportes

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 40.01.2.089.3.3.90.00.00.00.00.00.00 - BLMAC - SAMU
40.01.2.078.3.3.90.00.00.00.00.00.00 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
40.01.2.079.3.3.90.00.00.00.00.00.00 - BLVGS - VIGILANCIA SANITÁRIA
40.01.2.085.3.3.90.00.00.00.00.00.00 - BLVGS - VIGILANCIA EPIDEMIOLÓGICA

O edital na íntegra pode ser obtido no site www.riodosul.sc.gov.br no link Licitações - Editais da Secretaria de Saúde. As empresas interessadas em participar desta Licitação deverão comunicar sua intenção ao Departamento de Compras e Licitações através do endereço rua Tuiuti, 154, Centro, Rio do Sul - SC, ou fax (47) 3531-1427, encaminhando preenchido o anexo 07, Declaração de Retirada de Edital. O Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul não aceitará em hipótese alguma reclamações posteriores de não envio de alterações por parte de empresas que não tenham se identificado como interessadas em participar da licitação. Ainda, nenhuma responsabilidade caberá ao Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul pelo não recebimento dessas alterações devido a endereço eletrônico e número de fax incorreto ou defeitos em qualquer desses equipamentos.

ESTE EXEMPLAR DE EDITAL É TRANSCRIÇÃO FIEL DO ORIGINAL ARQUIVADO NO PROCESSO DO PRESENTE PREGÃO.

Rio do Sul (SC), 22 de maio de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

LUIZ CARLOS ZANIS
Secretário Municipal de Saúde

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo 229/2013

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 229/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 29/05/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARILÉIA APARECIDA DA COSTA DOS SANTOS, portador(a) do CPF nº 007.611.999-85, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 229/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a cláusula segunda do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Segunda - Dos Valores
Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$2.585,57 (dois mil quinhentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 14 de maio de 2013
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

MARILÉIA APARECIDA DA COSTA DOS SANTOS
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: _____ Nome: _____
CPF: _____ CPF: _____

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo 252/2013

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 252/2013 firmado em 08/03/2013, com término previsto para 07/06/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) BARBARA SUSAN BREMM, portador(a) do CPF nº 024.554.850-56, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 252/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a cláusula segunda do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Segunda - Dos Valores
Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2.350,57 (dois mil trezentos e cinquenta reais e cinquenta e sete centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 14 de maio de 2013
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

BARBARA SUSAN BREMM

Contratado(a)

Testemunhas:
Nome: _____ Nome: _____
CPF: _____ CPF: _____

Pauta de Julgamento Nº 003/2013 CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES PAUTA DE JULGAMENTO Nº 003/2013

Leonice Witte, Secretária Geral do Conselho Municipal de Contribuintes de Rio do Sul, no uso das obrigações definidas no inciso I do art. 7º do Regimento Interno do Conselho e de acordo com o

previsto no art. 16 do mesmo instrumento legal, torna público que o Conselho Municipal de Contribuintes estará reunido em Sessão Extraordinária no dia 03 de Junho de 2013, às 08hs00, no Plenário da Câmara de Vereadores, sito no 2º andar do prédio central da Prefeitura, para julgamento do seguinte Recurso:

Número do Protocolo: Protocolo Nº 138103/2012

Nome do Recorrente: Zuleida Luciano - Rio do Sul Ofício do Reg de Imóv

Hipot

Nº do Recurso: 001/2013

Procuradores: Helio Roque Rubick, Glauco Heleno Rubick e Marnio Rodrigo Rubick

Rio do Sul, 21 de maio de 2013.

LEONICE WITTE

Secretária geral do CMC

Termo de Posse e Exercício Daniel Aleandro Stedile TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) DANIEL ALEANDRO STEDILE, nomeado (a) pela Portaria n. 0429/RH, de 01/04/2013, publicada no DOM na data de 10/04/2013, para exercer o cargo efetivo de Operador de Equipamentos - Trator de Pneu, Nível E, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo concurso público n. 002/2011.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 13/05/2013.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 09 de maio de 2013.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

Termo de Posse e Exercício Emellin Luana Sorgatto TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) EMELLIN LUANA SORGATTO, nomeado (a) pela Portaria n. 0416/RH, de 26/03/2013, publicada no DOM na data de 403/2013, para exercer o cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, Nível E, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo concurso público n. 002/2011.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o

Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 22/04/2013.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 17 de abril de 2013.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

Termo de Posse e Exercício Fernanda Seemann da Silva TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal em exercício de Rio do Sul, Sr. Jean Pier Xavier de Liz, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) FERNANDA SEEMANN DA SILVA, nomeado (a) pela Portaria n. 0433/RH, de 01/04/2013, publicada no DOM na data de 18/04/2013, para exercer o cargo efetivo de Agente Administrativo, Nível E, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo concurso público n. 002/2011.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 02/05/2013.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 02 de maio de 2013.

Assinatura do (a) Empossado (a)

JEAN PIER XAVIER DE LIZ

Prefeito Municipal em Exercício

Termo de Posse e Exercício Flavia Luiza Vargas da Silva TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal em exercício de Rio do Sul, Sr. Jean Pier Xavier de Liz, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) FLAVIA LUIZA VARGAS DA SILVA, nomeado (a) pela Portaria n. 0428/RH, de 01/04/2013, publicada no DOM na data de 10/04/2013, para exercer o cargo efetivo de Fiscal do PROCON, Nível G, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo concurso público n. 002/2011.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e

atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 14/05/2013.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 02 de maio de 2013.

Assinatura do (a) Empossado (a)

JEAN PIER XAVIER DE LIZ
Prefeito Municipal em Exercício

Termo de Posse e Exercício Graciele Gustmann TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal em exercício de Rio do Sul, Sr. Jean Pier Xavier de Liz, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) GRACIELE GUSTMANN, nomeado (a) pela Portaria n. 0260/RH, de 22/02/2013, publicada no DOM na data de 07/03/2013, para exercer o cargo efetivo de Educador Social, Nível E, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo concurso público n. 002/2011.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 02/05/2013.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 02 de maio de 2013.

Assinatura do (a) Empossado (a)

JEAN PIER XAVIER DE LIZ
Prefeito Municipal em Exercício

Termo de Posse e Exercício Jeane Massarolo Neto TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) JEANE MASSAROLO NETO, nomeado (a) pela Portaria n. 0366/RH, de 14/03/2013, publicada no DOM na data de 22/03/2013, para exercer o cargo efetivo de FONOAUDIÓLOGO, Nível H, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo concurso público n. 002/2011.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e

atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 02/05/2013.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 19 de abril de 2013.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

Termo de Posse e Exercício Keli Monteiro de Vargas TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) KELI MONTEIRO DE VARGAS, nomeado (a) pela Portaria n. 0089/RH, de 18/01/2013, publicada no DOM na data de 30/01/2013, para exercer o cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, Nível E, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo concurso público n. 002/2011.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 25/02/2013.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 22 de fevereiro de 2013.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

Termo de Posse e Exercício Marcela Nicoletti TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal em exercício de Rio do Sul, Sr. Jean Pier Xavier de Liz, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) MARCELA NICOLETTI, nomeado (a) pela Portaria n. 0436/RH, de 01/04/2013, publicada no DOM na data de 10/04/2013, para exercer o cargo efetivo de PSICÓLOGO, Nível H, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo concurso público n. 002/2011.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o

Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 02/05/2013.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 02 de maio de 2013.

Assinatura do (a) Empossado (a)

JEAN PIER XAVIER DE LIZ
Prefeito Municipal em Exercício

Termo de Posse e Exercício Roberto Calbusch TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) ROBERTO CALBUSCH, nomeado (a) pela Portaria n. 0222/RH, de 20/02/2013, publicada no DOM na data de 07/03/2013, para exercer o cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS MASCULINO, Nível A, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo concurso público n. 002/2011.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 24/04/2013.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 19 de abril de 2013.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

Termo de Posse e Exercício Rui Orlando Krieger TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal em exercício de Rio do Sul, Sr. Jean Pier Xavier de Liz, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) RUI ORLANDO KRIEGER, nomeado (a) pela Portaria n. 0380/RH, de 14/03/2013, publicada no DOM na data de 18/03/2013, para exercer o cargo efetivo de Agente Administrativo, Nível E, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo concurso público n. 002/2011.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído

pela Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 07/05/2013.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 03 de maio de 2013.

Assinatura do (a) Empossado (a)

JEAN PIER XAVIER DE LIZ
Prefeito Municipal em Exercício

Termo de Posse e Exercício Fernando Matté Fontanive TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) FERNANDO MATTÉ FONTANIVE, nomeado (a) pela Portaria n. 0427/RH, de 01/04/2013, publicada no DOM na data de 10/04/2013, para exercer o cargo efetivo de FISCAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS, Nível G, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo concurso público n. 002/2011.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 20/05/2013.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 08 de maio de 2013.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

Decreto Nº 023, de 24 de Abril de 2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL

NOMEIA GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Santa Rosa do Sul, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 324 de 15/10/96,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Servidora MIRIAN ROZANE DE SOUZA, Diretora do Bem Estar Social, para Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 24 de abril de 2013.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria, publicado e afixado no Mural Público desta Prefeitura Municipal e no D.O.M., aos vinte e quatro dias do mês de abril de 2013.

WILFRIED HEMMER

Secretário da Administração e Finanças

São Bento do Sul

PREFEITURA

Decreto Nº 175/2013

DECRETO Nº 0175, DE 22 DE MAIO DE 2013.

DESIGNA COMITÊ GESTOR DO PROGRAMA MUNICIPAL DE PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº 2677, de 24 de novembro de 2010 e com o Decreto nº 0634, de 22 de março de 2011

RESOLVE,

Art. 1º. Designar Comitê Gestor do Programa Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais, que será composto pelos seguintes membros:

I - Representantes do Consórcio Intermunicipal Quiriri:

- a) Henry Henkel - Titular
- b) Mauro Fernandes Bácsfalusi - Suplente

II - Representantes do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA:

- a) Charles Costi - Titular
- b) Ricardo Zorzo Paim - Suplente

III - Representantes da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:

- a) Abel Moro - Titular
- b) Aline Luize Bail - Suplente

IV - Representantes da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo:

- a) Alexandro Machalevski - Titular
- b) Filipe Weilhermann - Suplente

V - Representantes do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul - SAMAE:

- a) Maria de Lourdes Sperka - Titular
- b) Renato José Quost - Suplente.

Art. 2º. Revoga-se o Decreto nº 0672, de 27 de abril de 2011.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de maio de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Decreto Nº 176/2013

DECRETO Nº 0176, DE 22 DE MAIO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo; Considerando, o art. 6º, da Lei Municipal 3.106/12 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 - Secretaria de Educação

Atividade: 2.022 - Coordenação, manutenção e ampliação da Educação Infantil

(146) 3.3.90.32.00.00.00.00.0001 - Material de Dist. Gratuita

R\$ 200.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão utilizados recursos provenientes das anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 - Secretaria de Educação

Atividade: 2.022 - Coordenação, manutenção e ampliação da Educação Infantil

(141) 3.1.90.11.00.00.00.00.0001 - Venc. Vant. Fixas - PC

R\$ 200.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de maio de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Errata

ERRATA:

Na publicação da Portaria nº 2054/2013 no Diário Oficial Municipal nº 1243, de 17 de abril de 2013, no local que se lê "Decreto nº 1934" leia-se "Portaria nº 1934".

Edital Processo Seletivo de Contratação Temporária Nº 007/2013

PROCESSO SELETIVO DE FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

EDITAL N.º 007/2013

A Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, abre inscrição para o processo seletivo de formação de cadastro de reserva para eventual contratação temporária, conforme dispõem o art. 37, IX, da Constituição Federal, Lei Municipal nº 2.397, de 09 de setembro de 2009 e legislação vigente.

1. DOS CARGOS

O presente Processo Seletivo destina-se ao preenchimento do cargo de:

Cargo	Carga Horária	Vencimento	Requisitos
Médico Clínico Geral	40	R\$ 9.240,00	Ensino Superior no curso específico e inscrição no órgão de classe da Região e conhecimento básico em informática
Médico Angiologista	40	R\$ 9.240,00	Ensino Superior no curso específico com título de especialização na área de atuação e inscrição no órgão de classe da região e conhecimento básico em informática
Médico Auditor	40	R\$ 9.240,00	Ensino Superior no curso de especialização na área de auditoria em saúde, inscrição no órgão de classe da região e conhecimento básico em informática
Médico Cardiologista	40	R\$ 9.240,00	Ensino Superior no curso específico com título de especialização na área de atuação e inscrição no órgão de classe da região e conhecimento básico em informática
Médico Generalista ESF	40	R\$ 9.240,00	Ensino Superior no curso específico com título de especialização na área de atuação e inscrição no órgão de classe da região e conhecimento básico em informática

*Valor referente 40 horas semanais – o vencimento é proporcional à carga horária.

Para o preenchimento da ficha de inscrição será necessário anexar as seguintes fotocópias:

Cédula de Identidade;

C.P.F;

Diploma de Habilitação;

Fotocópia da Carteira expedida pelo conselho profissional;

Comprovante de tempo de serviço na área, se houver;

Certidão Casamento e nascimento filhos ou comprovante de adoção.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 As inscrições estarão abertas no período de 23 a 28 de maio de 2013, no Departamento de Recursos Humanos, sito na Rua Jorge Lacerda, nº 75, Centro, São Bento do Sul/SC, no horário de expediente da Prefeitura.

O candidato deverá preencher a ficha de inscrição e verificar a exatidão das declarações nela contidas, ficando, após a assinatura, inteiramente responsável pelas informações prestadas;

Em hipótese alguma será admitida inscrição condicional ou por correspondência, admitindo-se, no entanto, por instrumento procuratório com fins específicos.

Somente será considerado inscrito o candidato cuja inscrição for deferida pela Comissão do Processo Seletivo, considerando-se os critérios exigidos neste Edital.

4. DA CLASSIFICAÇÃO

Serão aprovados os candidatos que juntarem os documentos requeridos neste edital e estes serão classificados na ordem inversa da pontuação obtida segundo os critérios abaixo:

4.1 Tempo de inscrição no CRM:

a) De 01 ano a 05 anos: 05 pontos

b) De 06 anos e 11 anos: 10 pontos

c) De 12 anos e 17 anos: 15 pontos

d) De 18 anos e 22 anos: 20 pontos

e) De 23 anos e 28 anos: 25 pontos

f) Acima de 28 anos: 30 pontos

4.2 Tempo de serviço médico no exercício de cargo público ou emprego público:

a) Até 05 anos: 2,5 pontos

b) De 06 anos e 10 anos: 05 pontos

c) Acima de 10 anos: 7,5 pontos

4.3 Aprovação em concursos públicos ou testes seletivos: 02 pontos por certame

4.4 Ordem classificatória se dará pela somatória dos pontos, com desempate a favor do candidato mais idoso;

4.5 Os candidatos classificados serão, pela ordem, oportunamente chamados para confirmar sua intenção de ingressar no emprego do quadro para o qual se inscreveram;

4.6 Do resultado da aprovação e da classificação, os recursos deverão ser através de requerimento, que deverá ser protocolizado no setor de protocolo da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, no horário de expediente, dirigido à Comissão do Processo Seletivo, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da publicação dos resultados, através de requerimento fundamentado, indicando com precisão os pontos de objeto da revisão.

4.7 Não se admitirão pedidos de recurso interposto por via postal, fax ou internet.

4.8 A classificação do candidato no Processo Seletivo não assegura o direito ao ingresso automático no cargo ou emprego, apenas a expectativa de ser admitido, segundo a ordem classificatória, ficando a concretização deste ato, condicionada à observância de disposições legais.

5. 5.DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente Edital e valerá como aceitação tácita das normas do Processo Seletivo;

5.2 O candidato que no ato da inscrição prestar declaração falsa ou inexata terá a inscrição cancelada e serão anulados todos os atos dela decorrentes;

5.3 O presente Processo Seletivo, com a respectiva classificação, terá a validade para 01 (um) ano a contar da data da homologação;

5.4 As publicações estarão no quadro de Editais da Prefeitura Municipal e na página de internet do Município: www.saobentodosul.sc.gov.br e no Diário Oficial dos Municípios, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção desse documento.

5.5 A aprovação e classificação no certame não garante a contratação do profissional, vez que a seleção de presta a preenchimento de cadastro de reserva. Ocorrendo alguma das hipóteses de necessidade temporária de excepcional interesse público previstas na Lei Municipal 2.397/2009 o candidato aprovado será chamado à contratação temporária consoante a ordem de classificação e pelo tempo de validade do Processo Seletivo.

5.6 Na hipótese do item anterior, o candidato será notificado a comparecer no Departamento de Recursos Humanos e terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentar a documentação exigida no item 5.10, assinar o contrato de trabalho temporário e dar início ao exercício profissional.

5.7 O não comparecimento no prazo acima é desistência tácita, acarretando a convocação do próximo candidato, segundo a ordem de classificação, sendo vedado à Administração Municipal alterar a ordem de classificação, incluindo o chamado "reposicionamento para final de lista".

5.8 Os habilitados e classificados no Processo Seletivo serão admitidos no regime da Consolidação das Leis do Trabalho e sob as regras da Lei Municipal 2.397/2009

5.9 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial.

5.10 A documentação exigida do candidato, que deverá ser apresentada no prazo do item 5.6 sob pena de desistência tácita:

* 01 foto 3x4;

* Carteira de trabalho;

* Exame pré-admissional que comprove a capacidade física e

mental para o exercício das funções (A critério do Médico do Trabalho responsável pelo exame pré-admissional, poderão ser requisitados exames complementares);

- * declaração negativa de que não exerce cargo ou emprego público;
- * declaração de que não percebe aposentadoria ou benefício proveniente de Regime Próprio de Previdência Social, e ou, do Regime Geral de Previdência Social, relativo a emprego público;
- * declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art.151 da Lei 228/2001;
- * declaração de bens que constituem o seu patrimônio;
- * Certidões negativas Crime e Fiscal – acessar o site www.tj.sc.gov.br;
- * fotocópia cédula de identidade;
- * fotocópia do C.P.F.;
- * fotocópia do título de eleitor e comprovante de votação da última eleição;
- * fotocópia da certidão de nascimento, e ou, casamento;
- * fotocópia da certidão de nascimento dos dependentes e da carteira de vacinação dos filhos menores de 14 anos;
- * fotocópia do atestado de frequência escolar dos filhos entre 06 e 14 anos;
- * fotocópia do certificado de alistamento militar;
- * fotocópia do comprovante de residência do MÊS ATUAL;
- * fotocópia autenticada (ou cópia com apresentação do original no ato da posse) do diploma de conclusão de curso (conforme o nível de ensino exigido para o cargo);
- * fotocópia da carteira de vacina contra Rubéola;
- * fotocópia do cartão PIS/PASEP e sua data de cadastro;
- * fotocópia da carteira de trabalho onde constam a foto e os dados pessoais;
- * fotocópia dos documentos que comprovem o atendimento aos pré-requisitos exigidos para cada cargo.

São Bento do Sul, 22 de maio de 2013.

FERNANDO TURECK
PREFEITO MUNICIPAL

São Domingos

PREFEITURA

Processo Licitatório Prefe N. 025/2013

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

Processo Licitatório PREFE n. 025/2013

Pregão Presencial para Registro de Preços n. 016/2013

O Pregoeiro Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 07 de junho de 2013, estará recebendo as propostas dos interessados para REGISTRO DE PREÇOS para eventuais futuras AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA; E MATERIAL GRÁFICO PARA TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS, SC, conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010, Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail: licitacao@saodomingos.sc.gov.br.

São Domingos, SC, 13 de maio de 2013.

FLÁVIO CELESTE LORENZI

Pregoeiro Oficial do Município.

Not Rec Federais 21 05 2013

NOT REC FEDERAIS 21 05 2013 - EM ANEXO

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Data do Recebimento: 21/05/2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de São Domingos/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie	Recebido no Período
Receitas Orçamentárias	25.000,00
4.2.4.7.1.00.00.00.00 Transf. Convênios da União e de suas Entidades	25.000,00
4.2.4.7.1.99.00.00.00 Outras Transf. de Convênio da União	25.000,00

SAO DOMINGOS, 22/05/2013

ALCIMAR DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTI
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

São João do Sul

PREFEITURA

Licitação Nº 040/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
LICITAÇÃO Nº 040/2013

Modalidade - Pregão Presencial nº 013/2013

Fundamento Legal: Lei 10.520 de 17/07/2002, publicada no DOU de 18/07/2002, subsidiariamente, da Lei no 8.666, de 21/06/1993, e respectivas alterações.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO EM GERAL; APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS; BEBEDOURO DE ÁGUA; EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO VÍDEO E FOTO; EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS; PARA O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - PEJA.

As Propostas e Habilitação: Poderão ser entregues até às 8:45 horas do dia 06/06/2013, as propostas serão abertas às 09:00 horas do dia 06/06/2013.

A entrega do Edital e demais informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de São João do Sul, Avenida Nereu Ramos, nº 50 de segundas às sextas feiras das 08:00 às 12:00 hs e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo e-mail: licitacoes@saojoaodosul.sc.gov.br

São João do Sul - SC, em 23 de Maio de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Licitação Nº 041/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
LICITAÇÃO Nº 041/2013

Modalidade - Pregão Presencial nº 014/2013

Fundamento Legal: Lei 10.520 de 17/07/2002, publicada no DOU de 18/07/2002, subsidiariamente, da Lei no 8.666, de 21/06/1993, e respectivas alterações.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E DISTRIBUIÇÃO GRATUITA PARA OS ALUNOS DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - PEJA

As Propostas e Habilitação: Poderão ser entregues até às 13:45 horas do dia 06/06/2013, as propostas serão abertas às 14:00 horas do dia 06/06/2013.

A entrega do Edital e demais informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de São João do Sul, Avenida Nereu Ramos, nº 50 de segundas às sextas feiras das 08:00 às 12:00 hs e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo e-mail: licitacoes@saojoaodosul.sc.gov.br

São João do Sul - SC, em 23 de Maio de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Aviso de Licitações Icslo - Processo Nº 03/2013

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO INSTITUTO CULTURAL, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 07/06/2013, às 09:00 no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no Edital nº 03/2013 MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº03/2013, OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS (BANQUETAS) PARA OFICINAS DO ICSL . Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

ALTAMIR LEMES DA ROSA

Gerente Executivo

Aviso de Licitações Icslo -M Processo Nº 02/2013

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO INSTITUTO CULTURAL, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 06/06/2013, às 14:00 no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no Edital nº 02/2013 MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº02/2013, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, MONTAGEM DE TABLADO, CONTRATAÇÃO DE BANDAS E SHOW DE ROCK REALIZAÇÃO ICSL NO DIA 14/07/2013. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

ALTAMIR LEMES DA ROSA

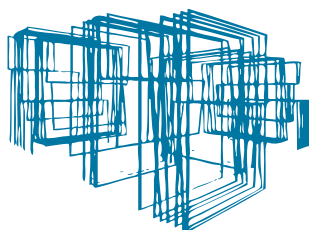
Gerente Executivo

Aviso de Licitações Processo Nº 97/2013

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 06/06/2013, às 09:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 097/2013, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº68/2013, OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE REFORMAS, CONCERTOS E PINTURA DO CEIM MUNDO COLORIDO.. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal



Programa de Gestão de Obras

Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Balanco Orçamentário

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	12.362.130,16	12.362.130,16	1.972.511,29	15,96	3.840.631,75	31,07	8.521.498,41
RECEITAS CORRENTES	11.562.130,16	11.562.130,16	1.972.511,29	17,06	3.840.631,75	33,22	7.721.498,41
RECEITA TRIBUTARIA	799.831,76	799.831,76	372.403,47	46,56	449.987,44	56,26	349.844,32
IMPOSTOS	759.325,60	759.325,60	351.881,27	46,34	411.339,36	54,17	347.986,24
TAXAS	40.506,16	40.506,16	20.522,20	50,66	38.648,08	95,41	1.858,08
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	599.841,00	599.841,00	85.046,47	14,18	172.493,76	28,76	427.347,24
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	330.591,00	330.591,00	53.304,42	16,12	110.231,89	33,34	220.359,11
CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO	269.250,00	269.250,00	31.742,05	11,79	62.261,87	23,12	206.988,13
RECEITA PATRIMONIAL	675.030,00	675.030,00	61.997,33	9,18	89.931,27	13,32	585.098,73
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	675.030,00	675.030,00	61.997,33	9,18	89.931,27	13,32	585.098,73
RECEITA DE SERVIÇOS	5.550,00	5.550,00	2.400,00	43,24	4.800,00	86,49	750,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.460.570,40	8.460.570,40	1.409.972,26	16,67	3.050.547,88	36,06	5.410.022,52
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	8.307.800,40	8.307.800,40	1.382.818,72	16,64	3.021.860,10	36,37	5.285.940,30
Transf. de Conv.	152.770,00	152.770,00	27.153,54	17,77	28.687,78	18,78	124.082,22
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.021.307,00	1.021.307,00	40.691,76	3,98	72.871,40	7,14	948.435,60
Multas e Juros de Mora	577.480,00	577.480,00	27,02	0,00	913,11	0,16	576.566,89
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	7.264,00	7.264,00	0,00	0,00	3.862,23	53,17	3.401,77
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	349.563,00	349.563,00	9.684,89	2,77	20.263,39	5,80	329.299,61
RECEITAS DIVERSAS	87.000,00	87.000,00	30.979,85	35,61	47.832,67	54,98	39.167,33
RECEITAS DE CAPITAL	800.000,00	800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	800.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	700.000,00	700.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	700.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	700.000,00	700.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	700.000,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	608.096,00	608.096,00	91.360,94	15,02	187.183,65	30,78	420.912,35
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	608.096,00	608.096,00	91.360,94	15,02	187.183,65	30,78	420.912,35
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	484.614,00	484.614,00	78.477,35	16,19	149.070,45	30,76	335.543,55
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	484.614,00	484.614,00	78.477,35	16,19	149.070,45	30,76	335.543,55
OUTRA RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTARIA	123.482,00	123.482,00	12.883,59	10,43	38.113,20	30,87	85.368,80
RECEITAS DECORRENTES DE APORTES PERIÓDICOS P/ AMOR	123.482,00	123.482,00	12.883,59	10,43	38.113,20	30,87	85.368,80
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	12.970.226,16	12.970.226,16	2.063.872,23	15,91	4.027.815,40	31,05	8.942.410,76
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	12.970.226,16	12.970.226,16	2.063.872,23	15,91	4.027.815,40	31,05	8.942.410,76
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	12.970.226,16	12.970.226,16	2.063.872,23	15,91	4.027.815,40	31,05	8.942.410,76
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	82.591,17	—	—	49.929,89	—	—
Superávit Financeiro	—	82.591,17	—	—	49.929,89	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	12.020.856,16	73.091,17	12.093.947,33	1.565.885,98	3.366.930,92	1.443.938,31	2.461.337,12	20,35	9.632.610,21
DESPESAS CORRENTES	9.631.796,16	75.923,17	9.707.719,33	1.381.114,41	3.162.647,15	1.401.546,46	2.408.365,07	24,81	7.299.354,26
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.993.916,16	23.829,41	5.017.745,57	869.656,52	1.664.242,98	869.853,92	1.654.694,63	32,98	3.363.050,94
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.627.880,00	52.093,76	4.679.973,76	511.457,89	1.498.404,17	531.692,54	753.670,44	16,10	3.926.303,32
DESPESAS DE CAPITAL	2.276.060,00	-2.832,00	2.273.228,00	184.771,57	204.283,77	42.391,85	52.972,05	2,33	2.220.255,95
INVESTIMENTOS	2.120.060,00	-2.832,00	2.117.228,00	162.670,44	172.452,44	20.290,72	21.140,72	1,00	2.096.087,28
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	156.000,00	0,00	156.000,00	22.101,13	31.831,33	22.101,13	31.831,33	20,40	124.168,67
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	98.000,00	0,00	98.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	98.000,00
RESERVA LEGAL DO RPPS	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	549.370,00	9.500,00	558.870,00	76.877,50	152.608,23	77.416,51	152.608,23	27,31	406.261,77
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	549.370,00	9.500,00	558.870,00	76.877,50	152.608,23	77.416,51	152.608,23	27,31	406.261,77
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	12.570.226,16	82.591,17	12.652.817,33	1.642.763,48	3.519.539,15	1.521.354,82	2.613.945,35	20,66	10.038.871,98

Continua 2/3

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	12.570.226,16	82.591,17	12.652.817,33	1.642.763,48	3.519.539,15	1.521.354,82	2.613.945,35	20,66	10.038.871,98
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.413.870,05	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	12.570.226,16	82.591,17	12.652.817,33	1.642.763,48	3.519.539,15	1.521.354,82	4.027.815,40	20,66	10.038.871,98

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 289.342,59

FONTE:

Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	12.020.856,16	12.093.947,33	1.565.885,98	3.366.930,92	1.443.938,31	2.461.337,12	94,16	20,35	9.632.610,21
Legislativa	380.000,00	380.000,00	73.541,72	147.509,27	73.769,22	137.487,68	5,26	36,18	242.512,32
Ação Legislativa	380.000,00	380.000,00	73.541,72	147.509,27	73.769,22	137.487,68	5,26	36,18	242.512,32
Administração	1.251.736,46	1.251.736,46	158.192,75	495.217,82	184.356,53	338.596,48	12,95	27,05	913.139,98
Administração Geral	1.251.736,46	1.251.736,46	158.192,75	495.217,82	184.356,53	338.596,48	12,95	27,05	913.139,98
Defesa Nacional	10.000,00	10.000,00	0,00	132,30		132,30	0,01	1,32	9.867,70
Defesa Civil	10.000,00	10.000,00	0,00	132,30		132,30	0,01	1,32	9.867,70
Segurança Pública	17.000,00	17.000,00	833,01	2.551,66	1.101,81	1.693,76	0,06	9,96	15.306,24
Defesa Civil	17.000,00	17.000,00	833,01	2.551,66	1.101,81	1.693,76	0,06	9,96	15.306,24
Assistência Social	201.050,00	209.050,00	20.154,65	36.999,32	21.375,43	30.483,47	1,17	14,58	178.566,53
Assistência ao Idoso	18.500,00	26.500,00	798,25	1.756,08	1.579,83	1.579,83	0,06	5,96	24.920,17
Assistência à Criança e ao Adolescente	132.550,00	132.550,00	19.356,40	35.243,24	19.795,60	28.903,64	1,11	21,81	103.646,36
Assistência Comunitária	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Previdência Social	1.432.951,00	1.432.951,00	49.535,68	88.590,80	42.585,68	80.840,80	3,09	5,64	1.352.110,20
Previdência do Regime Estatutário	1.432.951,00	1.432.951,00	49.535,68	88.590,80	42.585,68	80.840,80	3,09	5,64	1.352.110,20
Saúde	2.275.877,84	2.317.577,81	385.233,38	769.040,05	345.558,46	601.882,47	23,03	25,97	1.715.695,34
Atenção Básica	2.275.877,84	2.317.577,81	385.233,38	769.040,05	345.558,46	601.882,47	23,03	25,97	1.715.695,34
Educação	2.571.990,86	2.595.382,06	545.329,50	981.270,07	392.198,55	703.130,04	26,90	27,09	1.892.252,02
Alimentação e Nutrição	75.620,00	79.373,93	13.177,43	21.758,35	14.234,92	21.501,64	0,82	27,09	57.872,29
Ensino Fundamental	1.700.370,86	1.685.678,69	373.844,44	639.462,24	237.377,56	408.703,43	15,64	24,25	1.276.975,26
Educação Infantil	781.000,00	815.329,44	158.111,88	311.873,73	139.085,32	271.424,22	10,38	33,29	543.905,22
Educação de Jovens e Adultos	15.000,00	15.000,00	195,75	8.175,75	1.500,75	1.500,75	0,06	10,01	13.499,25
Cultura	310.000,00	310.000,00	62.827,91	100.210,38	47.418,97	59.691,32	2,28	19,26	250.308,68
Difusão Cultural	310.000,00	310.000,00	62.827,91	100.210,38	47.418,97	59.691,32	2,28	19,26	250.308,68
Urbanismo	1.045.450,00	1.045.450,00	53.210,16	144.676,90	74.993,32	113.308,97	4,33	10,84	932.141,03
Infra-Estrutura Urbana	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00
Serviços Urbanos	795.450,00	795.450,00	53.210,16	144.676,90	74.993,32	113.308,97	4,33	14,24	682.141,03
Saneamento	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Saneamento Básico Urbano	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Gestão Ambiental	436.000,00	436.000,00	5.000,00	42.300,00	13.181,13	19.698,53	0,75	4,52	416.301,47
Preservação e Conservação Ambiental	436.000,00	436.000,00	5.000,00	42.300,00	13.181,13	19.698,53	0,75	4,52	416.301,47

Continua 1/3

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	12.020.856,16	12.093.947,33	1.565.885,98	3.366.930,92	1.443.938,31	2.461.337,12	94,16	20,35	9.632.610,21
Agricultura	271.000,00	271.000,00	23.550,56	97.835,93	28.526,29	46.763,87	1,79	17,26	224.236,13
Extensão Rural	271.000,00	271.000,00	23.550,56	97.835,93	28.526,29	46.763,87	1,79	17,26	224.236,13
Comércio e Serviços	75.000,00	75.000,00	890,10	890,10	890,10	890,10	0,03	1,19	74.109,90
Turismo	75.000,00	75.000,00	890,10	890,10	890,10	890,10	0,03	1,19	74.109,90
Transporte	1.067.800,00	1.067.800,00	127.100,95	341.594,77	160.448,64	235.208,61	9,00	22,03	832.591,39
Transporte Rodoviário	1.067.800,00	1.067.800,00	127.100,95	341.594,77	160.448,64	235.208,61	9,00	22,03	832.591,39
Desporto e Lazer	246.000,00	246.000,00	19.841,08	50.919,65	16.757,35	24.336,82	0,93	9,89	221.663,18
Desporto Comunitário	246.000,00	246.000,00	19.841,08	50.919,65	16.757,35	24.336,82	0,93	9,89	221.663,18
Encargos Especiais	296.000,00	296.000,00	40.644,53	67.191,90	40.644,53	67.191,90	2,57	22,70	228.808,10
Serviço da Dívida Interna	166.000,00	166.000,00	22.101,13	31.831,33	22.101,13	31.831,33	1,22	19,18	134.168,67
Outras Transferências	130.000,00	130.000,00	18.543,40	35.360,57	18.543,40	35.360,57	1,35	27,20	94.639,43
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	98.000,00	98.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	98.000,00
RESERVA DO RPPS	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	549.370,00	558.870,00	76.877,50	152.608,23	77.416,51	152.608,23	5,84	27,31	406.261,77
Administração	55.000,00	55.000,00	9.343,38	18.573,86	9.343,38	18.573,86	0,71	33,77	36.426,14
Administração Geral	55.000,00	55.000,00	9.343,38	18.573,86	9.343,38	18.573,86	0,71	33,77	36.426,14
Assistência Social	8.000,00	8.000,00	1.063,40	2.170,69	1.602,41	2.170,69	0,08	27,13	5.829,31
Assistência à Criança e ao Adolescente	8.000,00	8.000,00	1.063,40	2.170,69	1.602,41	2.170,69	0,08	27,13	5.829,31
Saúde	183.370,00	192.870,00	18.796,07	37.017,66	18.796,07	37.017,66	1,42	19,19	155.852,34
Atenção Básica	183.370,00	192.870,00	18.796,07	37.017,66	18.796,07	37.017,66	1,42	19,19	155.852,34
Educação	235.000,00	235.000,00	40.142,67	79.168,35	40.142,67	79.168,35	3,03	33,69	155.831,65
Ensino Fundamental	125.000,00	125.000,00	25.822,48	49.740,03	25.822,48	49.740,03	1,90	39,79	75.259,97
Educação Infantil	110.000,00	110.000,00	14.320,19	29.428,32	14.320,19	29.428,32	1,13	26,75	80.571,68
Cultura	4.000,00	4.000,00	0,00	591,27	0,00	591,27	0,02	14,78	3.408,73
Difusão Cultural	4.000,00	4.000,00	0,00	591,27	0,00	591,27	0,02	14,78	3.408,73
Urbanismo	25.000,00	25.000,00	2.357,76	4.816,85	2.357,76	4.816,85	0,18	19,27	20.183,15
Serviços Urbanos	25.000,00	25.000,00	2.357,76	4.816,85	2.357,76	4.816,85	0,18	19,27	20.183,15
Gestão Ambiental	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00

Continua 2/3

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	549.370,00	558.870,00	76.877,50	152.608,23	77.416,51	152.608,23	5,84	27,31	406.261,77
Agricultura	14.000,00	14.000,00	2.042,57	4.057,00	2.042,57	4.057,00	0,16	28,98	9.943,00
Extensão Rural	14.000,00	14.000,00	2.042,57	4.057,00	2.042,57	4.057,00	0,16	28,98	9.943,00
Comércio e Serviços	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Turismo	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Transporte	17.000,00	17.000,00	3.131,65	6.212,55	3.131,65	6.212,55	0,24	36,54	10.787,45
Transporte Rodoviário	17.000,00	17.000,00	3.131,65	6.212,55	3.131,65	6.212,55	0,24	36,54	10.787,45
TOTAL (III) = (I + II)	12.570.226,16	12.652.817,33	1.642.763,48	3.519.539,15	1.521.354,82	2.613.945,35	100,00	20,66	10.038.871,98

FONTE:

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Schroeder

PREFEITURA

Lei Nº 1.937/2013

LEI Nº 1.937/2013

AUTORIZA O PODER PÚBLICO MUNICIPAL A ADERIR AO PROGRAMA BADESC CIDADES II E TOMAR EMPRÉSTIMO JUNTO AO BADESC - AGÊNCIA DE FOMENTO DE SANTA CATARINA S/A E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa BADESC Cidades II.

Art. 2º A adesão ao Programa BADESC Cidades II propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de veículos para algumas secretarias, veículo especial para o transporte de pessoas na área da saúde, construção de salas de aulas, pavimentação asfáltica, centros comunitários, praças e parques.

Parágrafo único. A escolha e/ou quantidades dos objetos indicados neste "caput" serão definidos posteriormente pela Administração mediante a aprovação oficial do montante a ser liberado pelo BADESC.

Art. 3º Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no art. 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC - Agência de Fomento de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa BADESC Cidades II até o montante de R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais)

Parágrafo único Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, até o limite do valor financiado.

Art. 4º Para dar continuidade ao Programa BADESC Cidades II, o Poder Executivo consignará nos projetos de leis orçamentários dos anos subsequentes, as dotações necessárias à formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta lei, o Município pagará encargos máximos de 5% (cinco por cento) ao ano acrescido da taxa de juros de longo prazo - TJLP ou no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação no DOM/SC, nos termos do art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 21 de maio de 2013.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Lei Nº 1.938/2013

LEI Nº 1.938/2013

DISPÕE SOBRE O PROCEDIMENTO PARA ACESSAR AS INFORMAÇÕES PÚBLICAS, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER, NOS TERMOS DA LEI Nº 12.527/2011.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Capítulo I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os procedimentos para acessar as informações públicas, no âmbito do Município de Schroeder, nos termos assegurados no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216, todos da Constituição Federal e da Lei nº 12.527/2011 e Lei Complementar 101/2000.

Parágrafo único. As hipóteses excepcionais de sigilo das informações estarão firmadas no princípio da indisponibilidade do interesse público e da prevalência deste sobre os interesses meramente privados.

Capítulo II

Do Serviço de Informação ao Cidadão

Art. 2º Fica criado o Serviço de Informações ao Cidadão do Município de Schroeder - SIC, acessível via web, no endereço www.schroeder.sc.gov.br ou através do Setor de Protocolo, situado na sede Administrativa da Prefeitura Municipal de Schroeder, destinado a:

I - atender e orientar o público quanto ao acesso às informações pretendidas;

II - disponibilizar informações em conformidade com a Lei nº 12.527, de 28 de novembro de 2011, por meio eletrônico;

III - informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades; e

IV - protocolar requerimentos, por meio físico ou virtual, de acesso às informações.

Capítulo III

Da Comissão de Monitoramento de Informações

Art. 3º Fica criada a Comissão de Monitoramento de Informações - CMI, dotada de atribuições e competências para quantificar e qualificar os dados e documentos sigilosos, autorizar a publicação de informações públicas e esclarecer as dúvidas suscitadas pelos requerentes.

Parágrafo único. A Comissão de Monitoramento de Informações será composta por um representante de cada Secretaria Municipal e presidida pelo Controlador Interno, cujos integrantes serão designados por Decreto do Poder Executivo Municipal.

Capítulo IV

Das Informações de Interesse Público

Art. 4º São consideradas informações de interesse público aquelas que sejam correlatas à estrutura organizacional do Município de Schroeder, assim como as que se refiram ao acesso aos serviços públicos, locais de atendimento ao público, bem como a relação de despesas, repasses, transferências, procedimentos licitatórios, desapropriatórios, convênios e contratos administrativos firmados pelo Município de Schroeder.

§ 1º O acesso às informações de interesse público é facultado às pessoas físicas e jurídicas, dispensada qualquer forma de motivação ou justificativa.

§ 2º Quando a informação pretendida não estiver disponível no sítio eletrônico do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) o interessado poderá dirigir-se ao Serviço de Informação ao Cidadão do Município (SIC) e apresentar o pedido em formulário próprio ou através daquele disponibilizado no sítio eletrônico, identificando-o com os dados pessoais (nome, CPF/CNPJ e endereço) e a especificação da informação desejada.

§ 3º Não sendo possível conceder o acesso imediato à informação, o Serviço de Informação ao Cidadão do Município de Schroeder (SIC) deverá:

I - receber o requerimento, lançar em sistema informatizado do

SIC, emitir número de protocolo e encaminhá-lo à Secretaria que disponha da informação requerida, a qual deverá, no prazo de vinte dias, a contar do recebimento, disponibilizar a informação pretendida; ou

II - indicar as razões de fato ou de direito da recusa do acesso pretendido, total ou parcial, quando se tratar de informação indisponível, inconclusa ou classificada como sigilosa.

§ 4º Quando não for autorizado o acesso em decorrência das motivações expressas no inciso II do § 3º, o requerente deverá ser informado sobre a possibilidade de interposição de recurso.

§ 5º O prazo referido no inciso I poderá ser prorrogado por mais 10 (dez) dias, mediante justificativa expressa, da qual será cientificado o requerente.

Art. 5º O serviço de busca e fornecimento de informações é gratuito, salvo o fornecimento de cópias ou impressão de documentos, cujos valores serão fixados em Decreto, reajustáveis pelo IGP-M acumulado nos doze meses imediatamente anteriores.

§ 1º As fotocópias, impressões ou digitalizações de documentos serão fornecidas ao requerente após a comprovação do pagamento do valor corresponde.

§ 2º Fica isento do pagamento do valor das cópias e das impressões de documentos o requerente cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983.

Art. 6º As informações de interesse geral serão divulgadas, independente de requerimento, no sítio: www.schroeder.sc.gov.br, em cujo portal serão inseridas as seguintes informações mínimas: I - a listagem de endereços e telefones de equipamentos públicos e serviços;

II - guia de serviços públicos;

III - orientação para emissão de documentos online;

IV - forma de acesso a processos administrativos;

V - processos seletivos;

VI - dados censitários e indicadores municipais;

VII - espaços de interlocução entre o cidadão e a administração;

VIII - registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;

IX - registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros, salvo os considerados sigilosos ou que possam gerar risco a segurança dos envolvidos;

X - registros das receitas e despesas;

XI - informações concernentes a procedimentos licitatórios (editais e contratos);

XII - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades;

XIII - perguntas e respostas mais frequentes.

Capítulo V

Das Informações de Interesse Privado

Art. 7º Consideram-se informações de interesse privado aquelas que embora não sejam protegidas pelo interesse público na preservação de seu sigilo, reflipam a tutela de interesses particulares ou pessoais do contribuinte ou do cidadão a respeito do qual foram requeridas informações.

§ 1º Para obtenção de informação de interesse privado, o requerente deverá demonstrar o interesse, adequação e utilidade quanto ao acesso, explicitando o motivo determinante de seu pedido.

§ 2º O requerimento de informação de interesse privado deverá ser solicitado no Setor de Protocolo do Município de Schroeder, devendo o requerente individualizar os documentos que pretende acessar.

Capítulo VI

Das Informações Protegidas pelo Sigilo

Art. 8º Consideram-se informações protegidas pelo sigilo todas aquelas imprescindíveis à segurança da sociedade e do Município, bem como aquelas cujo acesso possa prejudicar a tutela de interesses do Município, assim qualificadas pela Comissão de Monitoramento de Informações, e as informações ou documentos classificados como sigilosos pelo art. 23 da Lei nº 12.527/2011.

Capítulo VII

Dos Recursos

Art. 9º Na hipótese de decisão denegatória de acesso às informações solicitadas, bem como em quaisquer casos de restrição ao acesso de informações ou documentos, poderá o interessado interpor recurso administrativo, motivadamente, no prazo de dez dias a contar do recebimento do indeferimento.

§ 1º O recurso administrativo será dirigido ao Presidente da Comissão de Monitoramento de Informações - CMI, a qual poderá, no prazo de cinco dias úteis, reformar a decisão anterior ou, do contrário, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso, devidamente instruído, ao Prefeito Municipal para ser julgado no prazo de dez dias, prorrogável por igual período.

§ 2º Nenhum prazo de recurso se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado

§ 3º É direito de o requerente obter o teor da decisão que lhe denegou acesso à informação ou documento público, cujo desatendimento assegura ao interessado a devolução do prazo para recurso.

Capítulo VIII

Das condutas ilícitas que ensejam responsabilização

Art. 10. Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilização do agente público:

I - recusar-se a fornecer informação requerida nos termos desta Lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;

II - utilizar indevidamente, subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação que se encontra sob sua guarda, a que tenha acesso ou sobre que tenha conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública;

III - agir com dolo ou má-fé na análise dos pedidos de acesso à informação;

IV - divulgar, permitir a divulgação, acessar ou permitir acesso indevido a informação classificada em grau de sigilo ou a informação pessoal;

V - impor sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiro, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem;

VI - ocultar da revisão de autoridade superior competente informação classificada em grau de sigilo para beneficiar a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros; e

VII - destruir ou subtrair, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Estado.

§ 1º Atendido o princípio do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, as condutas descritas no caput serão consideradas infrações administrativas.

§ 2º Pelas condutas descritas no caput, poderá o agente público responder, também por improbidade administrativa.

Art. 11. A pessoa física ou entidade privada que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o poder público e deixar de observar o disposto nesta Lei estará sujeita às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - rescisão do vínculo com o poder público;

IV - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a dois anos; e

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

§ 1º As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, assegurado o direito de defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de dez dias.

§ 2º A reabilitação referida no inciso V será autorizada somente quando o interessado efetivar o ressarcimento dos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com

base no inciso IV.

§ 3º A aplicação da sanção prevista no inciso V é de competência exclusiva da autoridade máxima do município, facultada a defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista.

Capítulo IX

Das disposições Finais

Art. 12. As ações decorrentes da implementação desta Lei serão coordenadas pelo Controle Interno do Município.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data da publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 21 de maio de 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Programa de Gestão Tributária



Os municípios consorciados ao CIGA podem contratar as ferramentas do Programa de Gestão Tributária. Cada uma destas ferramentas foi desenvolvida para auxiliar o processo de gestão e controle de tributos e contribuintes municipais.

Benefícios:

- Suporte e atualização do REGIN Municipal;
- Consulta às bases de notas fiscais eletrônicas conjugadas (NFe-C) emitidas junto à SEFAZ/SC;
- Gestão das declarações dos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
- Integração de prefeituras e cartórios na geração de guia do pagamento do ITBI;
- Agilidade no processo de arrecadação do ITBI;
- Ampliação da arrecadação pela eficiência na fiscalização dos tributos municipais.

As ferramentas de gestão tributária ofertadas pelo CIGA foram desenvolvidas a partir das necessidades dos municípios, apresentadas pelos secretários membros do Colegiado de Secretários de Fazenda Municipais de Santa Catarina (CONFAZ-M/SC).

Os contratantes do PGT, além de acessarem os aplicativos, poderão participar de grupos de estudos relativos ao planejamento tributário municipal, à padronização de legislações tributárias e à personalização e proposição de novos aplicativos.



Aplicativos do Programa de Gestão Tributária - PGT:

- ADESÃO AO PGT – Acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C); participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CIGA para proposição de aplicativos; realização de testes com novas ferramentas; e recebimento de materiais, informativos, layouts e capacitações do CIGA.
- REGIN – Gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN);
- SIMPLES NACIONAL – Gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional;
- ITBI – Gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI).

www.ciga.sc.gov.br

Dispensa Nº 37/2013-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 37/2013 - DL
	Processo Nr.: 91/2013 Data: 22/05/2013

Folha: 2/2

15/5/2013

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 15 de Maio de 2013

Valor da Despesa: 3.000,00 (três mil reais)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Extrato de Contrato Nº. 57/2013-FMS**ESTADO DE SANTA CATARINA**
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 1/6

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2013**Número do Registro de Preços: 9/2013****Data do Registro: 22/05/2013****Válido até: 22/05/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa prestadora de serviços em desinsetização, descupinização, desratização e limpeza/desinfecção de caixa d'água para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Soc

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	<p>Descupinização: é o serviço e o processo químico utilizado no combate de cupins em áreas infestadas e o controle em áreas onde a prevenção se faz necessária. Na inspeção realizada constatou-se infestação por cupins de madeira seca no madeiramento superior da edificação.</p> <p>Desinsetização: Consiste nos serviços e processos químicos empregados no controle de insetos, em áreas onde é inconveniente oferecendo risco à saúde humana, pois podem ser vetores de doenças. A desinsetização deverá ser realizada nas áreas comuns, rede de esgoto e áreas internas e externas das construções. Na desinsetização devem ser utilizados processos mecânicos, manuais e elétricos. Os produtos deverão ser em forma líquida, pó e sólidos.</p> <p>Desratização: deverão ser realizadas três aplicações (intervalo de 07 dias entre visitas) de rodenticidas como tratamento curativo em todas as áreas destes setores. Os produtos devem ser em forma de iscas parafinadas, pó de contato e pellets. Em determinados locais deve ser utilizada a porta iscas para limitar a exposição do raticida a pessoas e animais não alvo.</p> <p>Limpeza e Desinfecção de Caixa d'água (1 caixa de fibra de 500 litros):</p> <p>1) Esgotamento da caixa/reservatório;</p> <p>2) Lavagem das paredes internas;</p> <p>3) Enxaguar;</p> <p>4) Esgotamento dos resíduos provenientes da limpeza;</p> <p>5) Aspersão de hipoclorito de sódio;</p> <p>6) Reabastecimento da caixa/reservatório.</p> <p>Conselho Tutelar. Rua Marechal Castelo Branco, 3 668, Centro, Schroeder. Metragem: 90m².</p>	UN	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. (11575)		0	1.100,0000	1
2	<p>Descupinização: é o serviço e o processo químico utilizado no combate de cupins em áreas infestadas e o controle em áreas onde a prevenção se faz necessária. Na inspeção realizada constatou-se infestação por cupins de madeira seca no madeiramento superior da edificação.</p> <p>Desinsetização: Consiste nos serviços e processos químicos empregados no controle de insetos, em áreas onde é inconveniente oferecendo risco à saúde humana, pois podem ser vetores de doenças. A desinsetização deverá ser realizada nas áreas comuns, rede de esgoto e áreas internas e externas das construções. Na desinsetização devem ser utilizados processos mecânicos, manuais e elétricos. Os produtos deverão ser em forma líquida, pó e sólidos.</p> <p>Desratização: deverão ser realizadas três aplicações (intervalo de 07 dias entre visitas) de rodenticidas como tratamento curativo em todas as áreas destes setores. Os produtos devem ser em forma de iscas parafinadas, pó de contato e pellets. Em determinados locais deve ser utilizada a porta iscas para limitar a exposição do raticida a pessoas e animais não alvo.</p> <p>Limpeza e Desinfecção de Caixa d'água (1 caixa de amianto de 500 litros):</p> <p>1) Esgotamento da caixa/reservatório;</p> <p>2) Lavagem das paredes internas;</p> <p>3) Enxaguar;</p> <p>4) Esgotamento dos resíduos provenientes da limpeza;</p> <p>5) Aspersão de hipoclorito de sódio;</p> <p>6) Reabastecimento da caixa/reservatório.</p> <p>Local: CRAS: Imóvel em alvenaria com 259,83m², subdividido em 05 salas, 02 banheiros, 01 cozinha e uma área aberta para o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.</p> <p>Localizado na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3554, Centro, na cidade de Schroeder/SC.</p>	UN	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. (11575)		0	2.740,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 2/6

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2013

Número do Registro de Preços: 9/2013

Data do Registro: 22/05/2013

Válido até: 22/05/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa prestadora de serviços em desinsetização, descupinização, desratização e limpeza/desinfecção de caixa d'água para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Soc

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
3	Desinsetização: Consiste nos serviços e processos químicos empregados no controle de insetos, em áreas onde é inconveniente oferecendo risco à saúde humana, pois podem ser vetores de doenças. A desinsetização deverá ser realizada nas áreas comuns, rede de esgoto e áreas internas e externas das construções. Na desinsetização devem ser utilizados processos mecânicos, manuais e elétricos. Os produtos deverão ser em forma líquida, pó e sólidos. Desratização: deverão ser realizadas três aplicações (intervalo de 07 dias entre visitas) de rodenticidas como tratamento curativo em todas as áreas destes setores. Os produtos devem ser em forma de iscas parafinadas, pó de contato e pellets. Em determinados locais deve ser utilizada a porta iscas para limitar a exposição do raticida a pessoas e animais não alvo. Limpeza e Desinfecção de Caixa d'água (1 caixa de fibra de 1.000 litros): 1) Esgotamento da caixa/reservatório; 2) Lavagem das paredes internas; 3) Enxaguar; 4) Esgotamento dos resíduos provenientes da limpeza; 5) Aspersão de hipoclorito de sódio; 6) Reabastecimento da caixa/reservatório. Local: CREAS: Imóvel em alvenaria com 262,80m², subdividido em 6 salas (com recepção), 02 banheiros, 01 cozinha, localizado no Rua Paulo Jahn, 245, Centro, Schroeder	UN	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. (11575)		0	813,0000	1
4	Desinsetização: Consiste nos serviços e processos químicos empregados no controle de insetos, em áreas onde é inconveniente oferecendo risco à saúde humana, pois podem ser vetores de doenças. A desinsetização deverá ser realizada nas áreas comuns, rede de esgoto e áreas internas e externas das construções. Na desinsetização devem ser utilizados processos mecânicos, manuais e elétricos. Os produtos deverão ser em forma líquida, pó e sólidos. Desratização: deverão ser realizadas três aplicações (intervalo de 07 dias entre visitas) de rodenticidas como tratamento curativo em todas as áreas destes setores. Os produtos devem ser em forma de iscas parafinadas, pó de contato e pellets. Em determinados locais deve ser utilizada a porta iscas para limitar a exposição do raticida a pessoas e animais não alvo. Limpeza e Desinfecção de Caixa d'água (1 caixa de fibra de 1.000 litros / 1 caixa de amianto de 1.000 litros / 1 caixa de amianto de 500 litros): 1) Esgotamento da caixa/reservatório; 2) Lavagem das paredes internas; 3) Enxaguar; 4) Esgotamento dos resíduos provenientes da limpeza; 5) Aspersão de hipoclorito de sódio; 6) Reabastecimento da caixa/reservatório. Local: ESF 1 (Rua Guaramirim, 530 - Schroeder I), Metragem: 345,71m².	UN	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. (11575)		0	1.115,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 3/6

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2013**Número do Registro de Preços: 9/2013****Data do Registro: 22/05/2013****Válido até: 22/05/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa prestadora de serviços em desinsetização, descupinização, desratização e limpeza/desinfecção de caixa d'água para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Soc

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
5	<p>Desinsetização: Consiste nos serviços e processos químicos empregados no controle de insetos, em áreas onde é inconveniente oferecendo risco à saúde humana, pois podem ser vetores de doenças. A desinsetização deverá ser realizada nas áreas comuns, rede de esgoto e áreas internas e externas das construções. Na desinsetização devem ser utilizados processos mecânicos, manuais e elétricos. Os produtos deverão ser em forma líquida, pó e sólidos.</p> <p>Desratização: deverão ser realizadas três aplicações (intervalo de 07 dias entre visitas) de rodenticidas como tratamento curativo em todas as áreas destes setores. Os produtos devem ser em forma de iscas parafinadas, pó de contato e pellets. Em determinados locais deve ser utilizada a porta iscas para limitar a exposição do raticida a pessoas e animais não alvo.</p> <p>Limpeza e Desinfecção de Caixa d'água (3 caixas de fibra de 1.000 litros):</p> <p>1) Esgotamento da caixa/reservatório;</p> <p>2) Lavagem das paredes internas;</p> <p>3) Enxaguar;</p> <p>4) Esgotamento dos resíduos provenientes da limpeza;</p> <p>5) Aspersão de hipoclorito de sódio;</p> <p>6) Reabastecimento da caixa/reservatório.</p> <p>Local: ESF 3. Rua Alphons Maria Schmalz, nº 150. Bairro: Sossego. Metragem: 358,93m².</p>	UN	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. (11575)		0	1.002,0000	1
6	<p>Desinsetização: Consiste nos serviços e processos químicos empregados no controle de insetos, em áreas onde é inconveniente oferecendo risco à saúde humana, pois podem ser vetores de doenças. A desinsetização deverá ser realizada nas áreas comuns, rede de esgoto e áreas internas e externas das construções. Na desinsetização devem ser utilizados processos mecânicos, manuais e elétricos. Os produtos deverão ser em forma líquida, pó e sólidos.</p> <p>Desratização: deverão ser realizadas três aplicações (intervalo de 07 dias entre visitas) de rodenticidas como tratamento curativo em todas as áreas destes setores. Os produtos devem ser em forma de iscas parafinadas, pó de contato e pellets. Em determinados locais deve ser utilizada a porta iscas para limitar a exposição do raticida a pessoas e animais não alvo.</p> <p>Limpeza e Desinfecção de Caixa d'água (25.000 litros):</p> <p>1) Esgotamento da caixa/reservatório;</p> <p>2) Lavagem das paredes internas;</p> <p>3) Enxaguar;</p> <p>4) Esgotamento dos resíduos provenientes da limpeza;</p> <p>5) Aspersão de hipoclorito de sódio;</p> <p>6) Reabastecimento da caixa/reservatório.</p> <p>Local: UBS - Unidade Básica de Saúde. Rua Paulo Jahn, 147 - Centro. Metragem: 1.096,22m².</p>	UN	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. (11575)		0	1.322,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 4/6

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2013**Número do Registro de Preços: 9/2013****Data do Registro: 22/05/2013****Válido até: 22/05/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa prestadora de serviços em desinsetização, descupinização, desratização e limpeza/desinfecção de caixa d'água para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Soc

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
7	<p>Desinsetização: Consiste nos serviços e processos químicos empregados no controle de insetos, em áreas onde é inconveniente oferecendo risco à saúde humana, pois podem ser vetores de doenças. A desinsetização deverá ser realizada nas áreas comuns, rede de esgoto e áreas internas e externas das construções. Na desinsetização devem ser utilizados processos mecânicos, manuais e elétricos. Os produtos deverão ser em forma líquida, pó e sólidos.</p> <p>Desratização: deverão ser realizadas três aplicações (intervalo de 07 dias entre visitas) de rodenticidas como tratamento curativo em todas as áreas destes setores. Os produtos devem ser em forma de iscas parafinadas, pó de contato e pellets. Em determinados locais deve ser utilizada a porta iscas para limitar a exposição do raticida a pessoas e animais não alvo.</p> <p>Limpeza e Desinfecção de Caixa d'água (1 caixa de amianto de 500 litros):</p> <p>1) Esgotamento da caixa/reservatório;</p> <p>2) Lavagem das paredes internas;</p> <p>3) Enxaguar;</p> <p>4) Esgotamento dos resíduos provenientes da limpeza;</p> <p>5) Aspersão de hipoclorito de sódio;</p> <p>6) Reabastecimento da caixa/reservatório.</p> <p>Local: CAE / NASF e ACADEMIA, Rua Marechal Castelo Branco, 3554 - Centro. Metragem: 190m²</p>	UN	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. (11575)		0	624,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 5/6

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2013**Número do Registro de Preços: 9/2013****Data do Registro: 22/05/2013****Válido até: 22/05/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa prestadora de serviços em desinsetização, descupinização, desratização e limpeza/desinfecção de caixa d'água para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Soc

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
8	<p>Desinsetização: Consiste nos serviços e processos químicos empregados no controle de insetos, em áreas onde é inconveniente oferecendo risco à saúde humana, pois podem ser vetores de doenças. A desinsetização deverá ser realizada nas áreas comuns, rede de esgoto e áreas internas e externas das construções. Na desinsetização devem ser utilizados processos mecânicos, manuais e elétricos. Os produtos deverão ser em forma líquida, pó e sólidos.</p> <p>Desratização: deverão ser realizadas três aplicações (intervalo de 07 dias entre visitas) de rodenticidas como tratamento curativo em todas as áreas destes setores. Os produtos devem ser em forma de iscas parafinadas, pó de contato e pellets. Em determinados locais deve ser utilizada a porta iscas para limitar a exposição do raticida a pessoas e animais não alvo.</p> <p>Limpeza e Desinfecção de Caixa d'água (1 caixa de amianto de 500 litros):</p> <p>1) Esgotamento da caixa/reservatório;</p> <p>2) Lavagem das paredes internas;</p> <p>3) Enxaguar;</p> <p>4) Esgotamento dos resíduos provenientes da limpeza;</p> <p>5) Aspersão de hipoclorito de sódio;</p> <p>6) Reabastecimento da caixa/reservatório.</p> <p>Local: ESF 4. Rua 23 de Março, nº1995, Itoupava Acú, Metragem: 80m²</p>	UN	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. (11575)		0	482,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 6/6

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2013**Número do Registro de Preços: 9/2013****Data do Registro: 22/05/2013****Válido até: 22/05/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa prestadora de serviços em desinsetização, descupinização, desratização e limpeza/desinfecção de caixa d'água para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Soc

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 9/2013****PROCESSO Nº 28/2013**

(11575) - ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.

Schroeder, 22 de Maio de 2013.

Ata de Registro de Preço Pregão Presencial Nº 11/2013-FMS**ESTADO DE SANTA CATARINA**
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 1/6

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2013**Número do Registro de Preços: 9/2013****Data do Registro: 22/05/2013****Válido até: 22/05/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa prestadora de serviços em desinsetização, descupinização, desratização e limpeza/desinfecção de caixa d'água para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Soc

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	<p>Descupinização: é o serviço e o processo químico utilizado no combate de cupins em áreas infestadas e o controle em áreas onde a prevenção se faz necessária. Na inspeção realizada constatou-se infestação por cupins de madeira seca no madeiramento superior da edificação.</p> <p>Desinsetização: Consiste nos serviços e processos químicos empregados no controle de insetos, em áreas onde é inconveniente oferecendo risco à saúde humana, pois podem ser vetores de doenças. A desinsetização deverá ser realizada nas áreas comuns, rede de esgoto e áreas internas e externas das construções. Na desinsetização devem ser utilizados processos mecânicos, manuais e elétricos. Os produtos deverão ser em forma líquida, pó e sólidos.</p> <p>Desratização: deverão ser realizadas três aplicações (intervalo de 07 dias entre visitas) de rodenticidas como tratamento curativo em todas as áreas destes setores. Os produtos devem ser em forma de iscas parafinadas, pó de contato e pellets. Em determinados locais deve ser utilizada o porta iscas para limitar a exposição do raticida a pessoas e animais não alvo.</p> <p>Limpeza e Desinfecção de Caixa d'água (1 caixa de fibra de 500 litros):</p> <p>1) Esgotamento da caixa/reservatório;</p> <p>2) Lavagem das paredes internas;</p> <p>3) Enxaguar;</p> <p>4) Esgotamento dos resíduos provenientes da limpeza;</p> <p>5) Aspersão de hipoclorito de sódio;</p> <p>6) Reabastecimento da caixa/reservatório.</p> <p>Conselho Tutelar. Rua Marechal Castelo Branco, 3 668, Centro, Schroeder. Metragem: 90m².</p>	UN	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. (11575)		0	1.100,0000	1
2	<p>Descupinização: é o serviço e o processo químico utilizado no combate de cupins em áreas infestadas e o controle em áreas onde a prevenção se faz necessária. Na inspeção realizada constatou-se infestação por cupins de madeira seca no madeiramento superior da edificação.</p> <p>Desinsetização: Consiste nos serviços e processos químicos empregados no controle de insetos, em áreas onde é inconveniente oferecendo risco à saúde humana, pois podem ser vetores de doenças. A desinsetização deverá ser realizada nas áreas comuns, rede de esgoto e áreas internas e externas das construções. Na desinsetização devem ser utilizados processos mecânicos, manuais e elétricos. Os produtos deverão ser em forma líquida, pó e sólidos.</p> <p>Desratização: deverão ser realizadas três aplicações (intervalo de 07 dias entre visitas) de rodenticidas como tratamento curativo em todas as áreas destes setores. Os produtos devem ser em forma de iscas parafinadas, pó de contato e pellets. Em determinados locais deve ser utilizada o porta iscas para limitar a exposição do raticida a pessoas e animais não alvo.</p> <p>Limpeza e Desinfecção de Caixa d'água (1 caixa de amianto de 500 litros):</p> <p>1) Esgotamento da caixa/reservatório;</p> <p>2) Lavagem das paredes internas;</p> <p>3) Enxaguar;</p> <p>4) Esgotamento dos resíduos provenientes da limpeza;</p> <p>5) Aspersão de hipoclorito de sódio;</p> <p>6) Reabastecimento da caixa/reservatório.</p> <p>Local: CRAS: Imóvel em alvenaria com 259,83m², subdividido em 05 salas, 02 banheiros, 01 cozinha e uma área aberta para o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.</p> <p>Localizado na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3554, Centro, na cidade de Schroeder/SC.</p>	UN	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. (11575)		0	2.740,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 2/6

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2013**Número do Registro de Preços: 9/2013****Data do Registro: 22/05/2013****Válido até: 22/05/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa prestadora de serviços em desinsetização, descupinização, desratização e limpeza/desinfecção de caixa d'água para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Soc

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
3	<p>Desinsetização: Consiste nos serviços e processos químicos empregados no controle de insetos, em áreas onde é inconveniente oferecendo risco à saúde humana, pois podem ser vetores de doenças. A desinsetização deverá ser realizada nas áreas comuns, rede de esgoto e áreas internas e externas das construções. Na desinsetização devem ser utilizados processos mecânicos, manuais e elétricos. Os produtos deverão ser em forma líquida, pó e sólidos.</p> <p>Desratização: deverão ser realizadas três aplicações (intervalo de 07 dias entre visitas) de rodenticidas como tratamento curativo em todas as áreas destes setores. Os produtos devem ser em forma de iscas parafinadas, pó de contato e pellets. Em determinados locais deve ser utilizada a porta iscas para limitar a exposição do raticida a pessoas e animais não alvo.</p> <p>Limpeza e Desinfecção de Caixa d'água (1 caixa de fibra de 1.000 litros):</p> <p>1) Esgotamento da caixa/reservatório;</p> <p>2) Lavagem das paredes internas;</p> <p>3) Enxaguar;</p> <p>4) Esgotamento dos resíduos provenientes da limpeza;</p> <p>5) Aspersão de hipoclorito de sódio;</p> <p>6) Reabastecimento da caixa/reservatório.</p> <p>Local: CREAS: Imóvel em alvenaria com 262,80m², subdividido em 6 salas (com recepção), 02 banheiros, 01 cozinha, localizado no Rua Paulo Jahn, 245, Centro, Schroeder</p>	UN	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. (11575)		0	813,0000	1
4	<p>Desinsetização: Consiste nos serviços e processos químicos empregados no controle de insetos, em áreas onde é inconveniente oferecendo risco à saúde humana, pois podem ser vetores de doenças. A desinsetização deverá ser realizada nas áreas comuns, rede de esgoto e áreas internas e externas das construções. Na desinsetização devem ser utilizados processos mecânicos, manuais e elétricos. Os produtos deverão ser em forma líquida, pó e sólidos.</p> <p>Desratização: deverão ser realizadas três aplicações (intervalo de 07 dias entre visitas) de rodenticidas como tratamento curativo em todas as áreas destes setores. Os produtos devem ser em forma de iscas parafinadas, pó de contato e pellets. Em determinados locais deve ser utilizada a porta iscas para limitar a exposição do raticida a pessoas e animais não alvo.</p> <p>Limpeza e Desinfecção de Caixa d'água (1 caixa de fibra de 1.000 litros / 1 caixa de amianto de 1.000 litros / 1 caixa de amianto de 500 litros):</p> <p>1) Esgotamento da caixa/reservatório;</p> <p>2) Lavagem das paredes internas;</p> <p>3) Enxaguar;</p> <p>4) Esgotamento dos resíduos provenientes da limpeza;</p> <p>5) Aspersão de hipoclorito de sódio;</p> <p>6) Reabastecimento da caixa/reservatório.</p> <p>Local: ESF 1 (Rua Guaramirim, 530 - Schroeder I), Metragem: 345,71m².</p>	UN	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. (11575)		0	1.115,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 3/6

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2013**Número do Registro de Preços: 9/2013****Data do Registro: 22/05/2013****Válido até: 22/05/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa prestadora de serviços em desinsetização, descupinização, desratização e limpeza/desinfecção de caixa d'água para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Soc

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
5	<p>Desinsetização: Consiste nos serviços e processos químicos empregados no controle de insetos, em áreas onde é inconveniente oferecendo risco à saúde humana, pois podem ser vetores de doenças. A desinsetização deverá ser realizada nas áreas comuns, rede de esgoto e áreas internas e externas das construções. Na desinsetização devem ser utilizados processos mecânicos, manuais e elétricos. Os produtos deverão ser em forma líquida, pó e sólidos.</p> <p>Desratização: deverão ser realizadas três aplicações (intervalo de 07 dias entre visitas) de rodenticidas como tratamento curativo em todas as áreas destes setores. Os produtos devem ser em forma de iscas parafinadas, pó de contato e pellets. Em determinados locais deve ser utilizada a porta iscas para limitar a exposição do raticida a pessoas e animais não alvo.</p> <p>Limpeza e Desinfecção de Caixa d'água (3 caixas de fibra de 1.000 litros):</p> <p>1) Esgotamento da caixa/reservatório;</p> <p>2) Lavagem das paredes internas;</p> <p>3) Enxaguar;</p> <p>4) Esgotamento dos resíduos provenientes da limpeza;</p> <p>5) Aspersão de hipoclorito de sódio;</p> <p>6) Reabastecimento da caixa/reservatório.</p> <p>Local: ESF 3. Rua Alphons Maria Schmalz, nº 150. Bairro: Sossego. Metragem: 358,93m².</p>	UN	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. (11575)		0	1.002,0000	1
6	<p>Desinsetização: Consiste nos serviços e processos químicos empregados no controle de insetos, em áreas onde é inconveniente oferecendo risco à saúde humana, pois podem ser vetores de doenças. A desinsetização deverá ser realizada nas áreas comuns, rede de esgoto e áreas internas e externas das construções. Na desinsetização devem ser utilizados processos mecânicos, manuais e elétricos. Os produtos deverão ser em forma líquida, pó e sólidos.</p> <p>Desratização: deverão ser realizadas três aplicações (intervalo de 07 dias entre visitas) de rodenticidas como tratamento curativo em todas as áreas destes setores. Os produtos devem ser em forma de iscas parafinadas, pó de contato e pellets. Em determinados locais deve ser utilizada a porta iscas para limitar a exposição do raticida a pessoas e animais não alvo.</p> <p>Limpeza e Desinfecção de Caixa d'água (25.000 litros):</p> <p>1) Esgotamento da caixa/reservatório;</p> <p>2) Lavagem das paredes internas;</p> <p>3) Enxaguar;</p> <p>4) Esgotamento dos resíduos provenientes da limpeza;</p> <p>5) Aspersão de hipoclorito de sódio;</p> <p>6) Reabastecimento da caixa/reservatório.</p> <p>Local: UBS - Unidade Básica de Saúde. Rua Paulo Jahn, 147 - Centro. Metragem: 1.096,22m².</p>	UN	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. (11575)		0	1.322,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 4/6

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2013**Número do Registro de Preços: 9/2013 Data do Registro: 22/05/2013 Válido até: 22/05/2014****Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa prestadora de serviços em desinsetização, descupinização, desratização e limpeza/desinfecção de caixa d'água para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Soc

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
7	<p>Desinsetização: Consiste nos serviços e processos químicos empregados no controle de insetos, em áreas onde é inconveniente oferecendo risco à saúde humana, pois podem ser vetores de doenças. A desinsetização deverá ser realizada nas áreas comuns, rede de esgoto e áreas internas e externas das construções. Na desinsetização devem ser utilizados processos mecânicos, manuais e elétricos. Os produtos deverão ser em forma líquida, pó e sólidos.</p> <p>Desratização: deverão ser realizadas três aplicações (intervalo de 07 dias entre visitas) de rodenticidas como tratamento curativo em todas as áreas destes setores. Os produtos devem ser em forma de iscas parafinadas, pó de contato e pellets. Em determinados locais deve ser utilizada a porta iscas para limitar a exposição do raticida a pessoas e animais não alvo.</p> <p>Limpeza e Desinfecção de Caixa d'água (1 caixa de amianto de 500 litros):</p> <p>1) Esgotamento da caixa/reservatório;</p> <p>2) Lavagem das paredes internas;</p> <p>3) Enxaguar;</p> <p>4) Esgotamento dos resíduos provenientes da limpeza;</p> <p>5) Aspersão de hipoclorito de sódio;</p> <p>6) Reabastecimento da caixa/reservatório.</p> <p>Local: CAE / NASF e ACADEMIA, Rua Marechal Castelo Branco, 3554 - Centro. Metragem: 190m²</p>	UN	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. (11575)		0	624,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 5/6

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2013**Número do Registro de Preços: 9/2013****Data do Registro: 22/05/2013****Válido até: 22/05/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa prestadora de serviços em desinsetização, descupinização, desratização e limpeza/desinfecção de caixa d'água para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Soc

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
8	<p>Desinsetização: Consiste nos serviços e processos químicos empregados no controle de insetos, em áreas onde é inconveniente oferecendo risco à saúde humana, pois podem ser vetores de doenças. A desinsetização deverá ser realizada nas áreas comuns, rede de esgoto e áreas internas e externas das construções. Na desinsetização devem ser utilizados processos mecânicos, manuais e elétricos. Os produtos deverão ser em forma líquida, pó e sólidos.</p> <p>Desratização: deverão ser realizadas três aplicações (intervalo de 07 dias entre visitas) de rodenticidas como tratamento curativo em todas as áreas destes setores. Os produtos devem ser em forma de iscas parafinadas, pó de contato e pellets. Em determinados locais deve ser utilizada a porta iscas para limitar a exposição do raticida a pessoas e animais não alvo.</p> <p>Limpeza e Desinfecção de Caixa d'água (1 caixa de amianto de 500 litros):</p> <p>1) Esgotamento da caixa/reservatório;</p> <p>2) Lavagem das paredes internas;</p> <p>3) Enxaguar;</p> <p>4) Esgotamento dos resíduos provenientes da limpeza;</p> <p>5) Aspersão de hipoclorito de sódio;</p> <p>6) Reabastecimento da caixa/reservatório.</p> <p>Local: ESF 4. Rua 23 de Março, nº1995, Itoupava Acú, Metragem: 80m²</p>	UN	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. (11575)		0	482,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

Página: 6/6

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2013**Número do Registro de Preços: 9/2013****Data do Registro: 22/05/2013****Válido até: 22/05/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa prestadora de serviços em desinsetização, descupinização, desratização e limpeza/desinfecção de caixa d'água para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Soc

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 9/2013****PROCESSO Nº 28/2013**

(11575) - ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.

Schroeder, 22 de Maio de 2013.

Extrato do Contrato Nº. 104/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato nº. 104/2013 - PMS

Dispensa de Licitação nº. 37/2013-PMS - Processo nº. 91/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: APMOP LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.166.075/0001-35, estabelecida na Rua Emilio de Menezes, nº 92, Jardim Shangri-la, na cidade de Londrina, Estado do Paraná, CEP: 86.070-590.

Objeto: Constitui o presente contrato a contratação de empresa especializada para a realização de uma pesquisa de opinião pública no município de SCHROEDER - SC, para avaliação do desempenho da administração municipal, bem como levantar as principais reivindicações da população local, em todos os setores de atendimento aos munícipes, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	pesquisa de opinião pública no município de SCHROEDER - SC, para avaliação do desempenho da administração municipal, bem como levantar as principais reivindicações da população local, em todos os setores de atendimento aos munícipes.	1	Unidade	3.000,00	3.000,00
TOTAL R\$					3.000,00

Valor do contrato: R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Data da Assinatura: 25/05/2013 - Vigência: 31/12/2013

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº. A02/2013 - FMS

TERMO ADITIVO Nº. A02/2013 - FMS

4º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO/CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 85/2009 - FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck; e,

CONTRATADA: FISIOCORPUS CLÍNICA DE FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.018.190/0002-43, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 4548, Centro, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000, doravante denominada simplesmente de CREDENCIADA,

neste ato representada pelo Senhor Jerri Luciano Klabunde, inscrita no CPF sob o nº. 682.831.569-34, portadora da Carteira de Identidade no 19-R - 1.989.680-SSP/SC.

Considerando o Termo de Credenciamento - Contrato Administrativo nº. 85/2009 - FMS, celebrado em 09 de Outubro de 2009, decorrente da Chamada Pública nº. 01/2009 - FMS, Processo nº. 19/2009 - FMS, contratação de entidades prestadoras de serviços de assistência à saúde, na área ambulatorial, para o conjunto total de procedimentos de Reabilitação Física do referido grupo, na Tabela Unificada de Procedimentos/SUS do Ministério da Saúde para o Município de Schroeder/SC, conforme edital de Chamamento Público que faz parte integrante deste instrumento como se transcrito, conforme edital de Chamamento Público que faz parte integrante deste instrumento como se transcrito, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas.

Considerando a necessidade de se estabelecer novo prazo para continuação dos serviços, objeto do contrato celebrado com a CONTRATADA. E permissivo legal, inserto no artigo 57, II da Lei Federal nº. 8.666/93, e no permissivo contratual, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando o pedido da Secretaria de Saúde e Assistência Social para prorrogação de 12 meses, para renovação de reabilitação física para os pacientes que precisam de atendimentos de fisioterapia que lhe é solicitado por seus médicos.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder; em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - A partir deste fica alterada a Cláusula Segunda - Cláusula Segunda - da Vigência, no item 2.1, a vigência de 10 de junho de 2013 até 09 de junho de 2014.

Cláusula 2ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 85/2009-FMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder (SC), 22 de maio de 2013.

CONTRATADA:

FISIOCORPUS CLÍNICA DE FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO LTDA

Jerri Luciano Klabunde

CPF nº. 682.831.569-34

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

T E S T E M U N H A S:

1ª _____ 2ª _____

Nome: ORLANDO TECILLA Nome: DANIELA SAMULESCKI

CPF nº. 311.753.079-34 CPF nº. 053.350.739-18

Siderópolis

PREFEITURA

Anexos 1, 2, 3, 8, 12 e 14 do RREO - 2º Bimestre 2013 (LRF)

Anexos 1, 2, 3, 8, 12 e 14 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO, referente ao 2º Bimestre 2013.

Município de SIDEROPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	34.155.000,00	34.155.000,00	3.738.455,79	10,95	7.700.599,85	22,55	26.454.400,15
RECEITAS CORRENTES	32.620.000,00	32.620.000,00	3.564.529,44	10,93	7.078.162,04	21,70	25.541.837,96
RECEITA TRIBUTÁRIA	3.410.000,00	3.410.000,00	440.859,00	12,93	689.954,62	20,23	2.720.045,38
IMPOSTOS	2.200.000,00	2.200.000,00	182.989,32	8,32	371.057,63	16,87	1.828.942,37
TAXAS	1.110.000,00	1.110.000,00	257.869,68	23,23	318.896,99	28,73	791.103,01
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	280.000,00	280.000,00	41.614,80	14,86	80.889,96	28,89	199.110,04
CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	280.000,00	280.000,00	41.614,80	14,86	80.889,96	28,89	199.110,04
RECEITA PATRIMONIAL	238.500,00	238.500,00	22.626,91	9,49	40.206,97	16,86	198.293,03
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	238.500,00	238.500,00	22.626,91	9,49	40.206,97	16,86	198.293,03
RECEITA DE SERVIÇOS	100.000,00	100.000,00	5.870,81	5,87	15.395,66	15,40	84.604,34
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	27.880.000,00	27.880.000,00	3.012.646,35	10,81	6.194.271,47	22,22	21.685.728,53
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	27.370.000,00	27.370.000,00	2.970.962,72	10,85	6.148.284,12	22,46	21.221.715,88
Transf. de Conv.	510.000,00	510.000,00	41.683,63	8,17	45.987,35	9,02	464.012,65
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	711.500,00	711.500,00	40.911,57	5,75	57.443,36	8,07	654.056,64
Multas e Juros de Mora	155.000,00	155.000,00	4.652,95	3,00	6.081,75	3,92	148.918,25
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	120.000,00	120.000,00	5.189,05	4,32	7.977,99	6,65	112.022,01
RECEITAS DIVERSAS	436.500,00	436.500,00	31.069,57	7,12	43.383,62	9,94	393.116,38
RECEITAS DE CAPITAL	1.535.000,00	1.535.000,00	173.926,35	11,33	622.437,81	40,55	912.562,19
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	750.000,00	750.000,00	173.413,28	23,12	434.715,23	57,96	315.284,77
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	750.000,00	750.000,00	173.413,28	23,12	434.715,23	57,96	315.284,77
ALIENAÇÃO DE BENS	140.000,00	140.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	140.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	110.000,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	645.000,00	645.000,00	513,07	0,08	187.722,58	29,10	457.277,42
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	645.000,00	645.000,00	513,07	0,08	187.722,58	29,10	457.277,42
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	34.155.000,00	34.155.000,00	3.738.455,79	10,95	7.700.599,85	22,55	26.454.400,15
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de SIDEROPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	34.155.000,00	34.155.000,00	3.738.455,79	10,95	7.700.599,85	22,55	26.454.400,15
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	34.155.000,00	34.155.000,00	3.738.455,79	10,95	7.700.599,85	22,55	26.454.400,15
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	177.000,00	—	—	119.523,46	—	—
Superávit Financeiro	—	177.000,00	—	—	119.523,46	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	34.155.000,00	427.000,00	34.582.000,00	4.514.609,14	9.781.234,62	3.553.430,71	7.250.159,86	20,97	27.331.840,14
DESPESAS CORRENTES	30.030.000,00	66.000,00	30.096.000,00	4.189.778,61	8.661.148,36	3.129.634,78	6.405.609,89	21,28	23.690.390,11
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.635.000,00	-37.000,00	17.598.000,00	2.029.285,93	4.801.615,35	2.041.138,22	4.797.462,15	27,26	12.800.537,85
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	300.000,00	0,00	300.000,00	52.610,36	78.795,57	52.610,36	78.795,57	26,27	221.204,43
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.095.000,00	103.000,00	12.198.000,00	2.107.882,32	3.780.737,44	1.035.886,20	1.529.352,17	12,54	10.668.647,83
DESPESAS DE CAPITAL	4.075.000,00	361.000,00	4.436.000,00	324.830,53	1.120.086,26	423.795,93	844.549,97	19,04	3.591.450,03
INVESTIMENTOS	3.175.000,00	361.000,00	3.536.000,00	224.496,23	923.537,29	323.461,63	648.001,00	18,33	2.887.999,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	900.000,00	0,00	900.000,00	100.334,30	196.548,97	100.334,30	196.548,97	21,84	703.451,03
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	34.155.000,00	427.000,00	34.582.000,00	4.514.609,14	9.781.234,62	3.553.430,71	7.250.159,86	20,97	27.331.840,14
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de SIDEROPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	34.155.000,00	427.000,00	34.582.000,00	4.514.609,14	9.781.234,62	3.553.430,71	7.250.159,86	20,97	27.331.840,14
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	450.439,99	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	34.155.000,00	427.000,00	34.582.000,00	4.514.609,14	9.781.234,62	3.553.430,71	7.700.599,85	20,97	27.331.840,14

FONTE:

SIDEROPOLIS, 21/05/2013

HELIO ROBERTO CESA
PREFEITO MUNICIPAL

WILSON SCAINI
SECRETARIO DE FINANÇAS

MOISES DE MATTIA
CONTADOR CRC 036331/O-9

Município de SIDEROPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	2.405.000,00	2.405.000,00	380.794,90	15,83
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	360.000,00	360.000,00	11.532,45	3,20
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	200.000,00	200.000,00	126.474,37	63,24
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.090.000,00	1.090.000,00	208.191,82	19,10
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	550.000,00	550.000,00	24.858,99	4,52
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	55.000,00	55.000,00	1.759,28	3,20
Dívida Ativa dos Impostos	110.000,00	110.000,00	7.977,99	7,25
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	18.770.000,00	18.770.000,00	5.315.269,63	28,32
Cota-Parte FPM	8.500.000,00	8.500.000,00	2.419.911,95	28,47
Cota-Parte ITR	10.000,00	10.000,00	1.122,48	11,22
Cota-Parte IPVA	1.700.000,00	1.700.000,00	460.334,32	27,08
Cota-Parte ICMS	8.300.000,00	8.300.000,00	2.388.224,90	28,77
Cota-Parte IPI-Exportação	180.000,00	180.000,00	34.013,23	18,90
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	80.000,00	80.000,00	11.662,75	14,58
Desoneração ICMS (LC 87/96)	80.000,00	80.000,00	11.662,75	14,58
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	21.175.000,00	21.175.000,00	5.696.064,53	26,90

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	2.795.000,00	2.795.000,00	789.456,08	28,25
Provenientes da União	2.165.000,00	2.165.000,00	552.847,48	25,54
Provenientes dos Estados	630.000,00	630.000,00	236.608,60	37,56
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	2.795.000,00	2.795.000,00	789.456,08	28,25

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	8.460.000,00	8.533.000,00	2.729.984,27	31,99	2.080.899,18	24,39
Pessoal e Encargos Sociais	5.810.000,00	5.777.000,00	1.769.180,03	30,62	1.769.180,03	30,62
Outras Despesas Correntes	2.650.000,00	2.756.000,00	960.804,24	34,86	311.719,15	11,31
DESPESAS DE CAPITAL	320.000,00	351.000,00	125.836,40	35,85	122.006,40	34,76
Investimentos	320.000,00	351.000,00	125.836,40	35,85	122.006,40	34,76

Continua 1/3

Município de SIDEROPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	320.000,00	351.000,00	125.836,40	35,85	122.006,40	34,76
Investimentos	320.000,00	351.000,00	125.836,40	35,85	122.006,40	34,76
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	8.780.000,00	8.884.000,00	2.855.820,67	32,15	2.202.905,58	24,80
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	2.695.000,00	2.899.000,00	1.323.155,45	46,33	865.410,24	39,28
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.695.000,00	2.899.000,00	1.323.155,45	46,33	865.410,24	39,28
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	2.695.000,00	2.899.000,00	1.323.155,45	46,33	865.410,24	39,28
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	6.085.000,00	5.985.000,00	1.532.665,22	-14,19	1.337.495,34	-14,49
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VIIh / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						26,91
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VII - 15)/100 x IIIb]						678.401,29

Continua 2/3

Município de SIDEROPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
	-	-	-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	8.740.000,00	8.820.000,00	2.836.553,96	99,33	2.198.524,42	99,80
Vigilância Epidemiológica	40.000,00	64.000,00	19.266,71	0,67	4.381,16	0,20
TOTAL	8.780.000,00	8.884.000,00	2.855.820,67	100,00	2.202.905,58	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

SIDEROPOLIS, 21/05/2013

MOISES DE MATTIA
CONTADOR CRC 036331/O-9

WILSON SCAINI
SECRETARIO DE FINANÇAS

HELIO ROBERTO CESA
PREFEITO MUNICIPAL

Município de SIDEROPOLIS - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	34.155.000,00	
Previsão Atualizada		—	34.155.000,00	
Receitas Realizadas		3.738.455,79	7.700.599,85	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	119.523,46	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	34.155.000,00	
Créditos Adicionais		—	427.000,00	
Dotação Atualizada		—	34.582.000,00	
Despesas Empenhadas		4.514.609,14	9.781.234,62	
Despesas Liquidadas		3.553.430,71	7.250.159,86	
Superavit Orçamentário		—	450.439,99	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		4.514.609,14	9.781.234,62	
Despesas Liquidadas		3.553.430,71	7.250.159,86	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			21.276.801,23	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-285.232,47	-1.429.064,80	501,02
Resultado Primário		-21.500,00	250.862,33	-1.166,80
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	494.870,80	0,00	446.831,26	48.039,54
EXECUTIVO	493.041,51	0,00	446.831,26	46.210,25
LEGISLATIVO	1.829,29	0,00	0,00	1.829,29
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	3.395,20	0,00	0,00	3.395,20
EXECUTIVO	2.005,20	0,00	0,00	2.005,20
LEGISLATIVO	1.390,00	0,00	0,00	1.390,00
TOTAL:	498.266,00	0,00	446.831,26	51.434,74
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		1.602.906,62	25%	28,14
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		693.326,19	60%	75,69
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		434.715,23	315.284,77	
Despesa de Capital Líquida		844.549,97	3.591.450,03	

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de SIDEROPOLIS - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2013	2021	2031	2046
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	140.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.532.665,22	15,00	26,91

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente
Total das despesas/RCL (%)	0,00

FONTE:

SIDEROPOLIS, 21/05/2013

 HELIO ROBERTO CESA
 PREFEITO MUNICIPAL

 WILSON SCAINI
 SECRETARIO DE FINANÇAS

 MOISES DE MATTIA
 CONTADOR CRC 036331/O-9

Município de SIDEROPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	34.155.000,00	34.582.000,00	4.514.609,14	9.781.234,62	3.553.430,71	7.250.159,86	100,00	20,97	27.331.840,14
Legislativa	930.000,00	930.000,00	167.616,48	357.597,72	153.537,41	316.790,82	4,37	34,06	613.209,18
Administração Geral	930.000,00	930.000,00	167.616,48	357.597,72	153.537,41	316.790,82	4,37	34,06	613.209,18
Judiciária	750.000,00	750.000,00	87.319,18	180.797,42	85.278,64	166.281,93	2,29	22,17	583.718,07
Administração Geral	750.000,00	750.000,00	87.319,18	180.797,42	85.278,64	166.281,93	2,29	22,17	583.718,07
Administração	4.850.000,00	4.850.000,00	659.059,37	1.297.469,04	466.656,04	1.020.543,99	14,08	21,04	3.829.456,01
Administração Geral	3.600.000,00	3.600.000,00	464.166,91	971.848,51	342.533,13	792.307,40	10,93	22,01	2.807.692,60
Administração Financeira	1.250.000,00	1.250.000,00	194.892,46	325.620,53	124.122,91	228.236,59	3,15	18,26	1.021.763,41
Segurança Pública	78.000,00	78.000,00	2.815,00	8.989,52	2.815,00	8.989,52	0,12	11,53	69.010,48
Policiamento	78.000,00	78.000,00	2.815,00	8.989,52	2.815,00	8.989,52	0,12	11,53	69.010,48
ASSISTENCIA SOCIAL	1.370.000,00	1.453.000,00	126.980,69	169.126,76	127.403,36	167.376,76	2,31	11,52	1.285.623,24
Assistência à Criança e ao Adolescente	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
Assistência Comunitária	1.290.000,00	1.373.000,00	126.980,69	169.126,76	127.403,36	167.376,76	2,31	12,19	1.205.623,24
Saúde	8.800.000,00	8.894.000,00	1.348.645,25	2.855.820,67	1.007.469,23	2.202.905,58	30,38	24,77	6.691.094,42
Atenção Básica	8.760.000,00	8.830.000,00	1.347.337,94	2.836.553,96	1.005.167,00	2.198.524,42	30,32	24,90	6.631.475,58
Vigilância Epidemiológica	40.000,00	64.000,00	1.307,31	19.266,71	2.302,23	4.381,16	0,06	6,85	59.618,84
Educação	7.600.000,00	7.600.000,00	979.068,46	2.146.712,29	831.156,71	1.619.999,73	22,34	21,32	5.980.000,27
Alimentação e Nutrição	407.000,00	407.000,00	0,00	193.896,50	70.781,32	74.395,07	1,03	18,28	332.604,93
Ensino Fundamental	6.385.000,00	6.385.000,00	905.824,06	1.855.109,82	712.724,22	1.474.247,92	20,33	23,09	4.910.752,08
Ensino Profissional	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
Ensino Superior	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Educação Infantil	690.000,00	690.000,00	73.244,40	97.705,97	47.651,17	71.356,74	0,98	10,34	618.643,26
Educação Especial	18.000,00	18.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.000,00
CULTURA	400.000,00	400.000,00	120,00	16.866,25	430,00	16.711,25	0,23	4,18	383.288,75
Difusão Cultural	400.000,00	400.000,00	120,00	16.866,25	430,00	16.711,25	0,23	4,18	383.288,75
Urbanismo	963.000,00	963.000,00	135.333,85	201.302,65	66.638,70	132.607,50	1,83	13,77	830.392,50
Serviços Urbanos	963.000,00	963.000,00	135.333,85	201.302,65	66.638,70	132.607,50	1,83	13,77	830.392,50
Habituação	85.000,00	85.000,00	0,00	775,00	310,00	620,00	0,01	0,73	84.380,00
Habituação Urbana	85.000,00	85.000,00	0,00	775,00	310,00	620,00	0,01	0,73	84.380,00
Saneamento	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00
Saneamento Básico Urbano	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00

Continua 1/2

Município de SIDEROPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	34.155.000,00	34.582.000,00	4.514.609,14	9.781.234,62	3.553.430,71	7.250.159,86	100,00	20,97	27.331.840,14
Gestão Ambiental	590.000,00	590.000,00	117.972,04	240.755,75	59.935,31	118.695,72	1,64	20,12	471.304,28
Preservação e Conservação Ambiental	590.000,00	590.000,00	117.972,04	240.755,75	59.935,31	118.695,72	1,64	20,12	471.304,28
Agricultura	840.000,00	840.000,00	132.079,20	253.509,99	65.576,89	122.900,04	1,70	14,63	717.099,96
Promoção da Produção Vegetal	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
Extensão Rural	780.000,00	780.000,00	132.079,20	253.509,99	65.576,89	122.900,04	1,70	15,76	657.099,96
Comércio e Serviços	75.000,00	75.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75.000,00
Comercialização	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
Turismo	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Transporte	5.034.000,00	5.284.000,00	572.100,42	1.699.307,98	501.228,22	1.004.037,44	13,85	19,00	4.279.962,56
Infra-Estrutura Urbana	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00
Transporte Rodoviário	4.914.000,00	5.164.000,00	572.100,42	1.699.307,98	501.228,22	1.004.037,44	13,85	19,44	4.159.962,56
Desporto e Lazer	420.000,00	420.000,00	32.554,54	76.859,04	32.050,54	76.355,04	1,05	18,18	343.644,96
Desporto Comunitário	420.000,00	420.000,00	32.554,54	76.859,04	32.050,54	76.355,04	1,05	18,18	343.644,96
Encargos Especiais	1.200.000,00	1.200.000,00	152.944,66	275.344,54	152.944,66	275.344,54	3,80	22,95	924.655,46
Serviço da Dívida Interna	1.200.000,00	1.200.000,00	152.944,66	275.344,54	152.944,66	275.344,54	3,80	22,95	924.655,46
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	34.155.000,00	34.582.000,00	4.514.609,14	9.781.234,62	3.553.430,71	7.250.159,86	100,00	20,97	27.331.840,14

FONTE:

SIDEROPOLIS, 21/05/2013

HELIO ROBERTO CESA
PREFEITO MUNICIPAL

WILSON SCAINI
SECRETARIO DE FINANÇAS

MOISES DE MATTIA
CONTADOR CRC 036331/O-9

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de SIDEROPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2012 A ABRIL/2013

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2013
	Maio/2012	Jun/2012	Jul/2012	Ago/2012	Set/2012	Out/2012	Nov/2012	Dez/2012	Jan/2013	Fev/2013	Mar/2013	Abr/2013	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	2.442.663,65	1.872.327,15	1.783.933,25	1.768.081,18	1.781.446,11	1.845.807,96	2.204.993,33	2.529.503,10	1.895.636,00	2.178.780,42	2.009.250,98	2.043.141,60	24.355.564,73	36.374.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	429.731,21	158.825,46	149.856,07	138.853,06	102.360,24	90.898,55	264.289,50	124.266,06	118.601,39	130.494,23	304.520,51	136.338,49	2.149.034,77	3.410.000,00
I.R.T.U.	150.527,31	15.165,32	13.178,17	9.214,07	7.328,39	2.054,08	3.694,67	2.240,59	14,50	412,89	562,37	10.542,69	214.935,05	360.000,00
I.R.R.F.	10.437,96	7.251,66	7.111,82	6.963,21	6.466,63	8.139,03	153.412,19	5.051,33	12.607,99	12.006,29	244,71	0,00	229.692,82	550.000,00
I.S.S.	69.706,43	84.739,04	73.445,52	59.693,18	69.920,07	48.393,48	75.877,23	78.738,54	50.162,81	47.799,42	51.124,33	59.105,26	768.705,31	1.090.000,00
I.T.B.I.	18.281,12	19.169,04	8.740,03	8.991,03	156,21	25.235,77	28.163,60	27.027,78	47.050,14	18.014,27	29.419,90	31.990,06	262.238,95	200.000,00
Outras Receitas Tributárias	180.778,39	32.500,40	47.380,53	53.991,57	18.488,94	7.076,19	3.141,81	11.207,82	8.765,95	52.261,36	223.169,20	34.700,48	673.462,64	1.210.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	14.057,67	14.205,16	13.613,72	18.504,89	16.587,14	16.346,25	17.147,35	3.488,86	21.510,78	17.764,38	15.536,87	26.077,93	194.841,00	280.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	11.689,03	16.914,16	9.076,91	9.777,13	7.263,21	8.429,89	9.978,73	13.906,56	9.761,21	7.818,85	10.442,19	12.184,72	127.242,59	238.500,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	1.601,45	584,92	199,99	1.172,37	0,00	574,94	0,00	179.958,63	5.124,92	4.399,93	3.385,81	2.485,00	199.487,96	100.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.927.035,50	1.669.862,39	1.596.464,66	1.580.688,54	1.646.038,21	1.721.524,62	1.870.642,67	2.200.766,52	1.733.508,87	2.008.900,07	1.659.169,82	1.841.339,67	21.455.941,54	31.634.000,00
Cota-Parte do F.P.M.	665.466,28	567.874,94	424.070,02	467.952,38	409.451,46	434.851,21	587.502,49	955.053,74	612.703,20	823.749,65	474.418,61	509.040,49	6.931.934,47	8.500.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	558.697,73	577.647,86	576.441,96	559.331,94	657.009,31	619.311,62	666.228,10	672.868,66	630.935,10	561.769,13	555.984,37	639.536,30	7.275.762,08	8.300.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	196.928,75	104.028,97	151.541,47	127.197,62	106.623,89	206.966,66	69.977,61	38.271,79	66.809,08	103.867,04	110.059,82	179.598,38	1.461.871,08	1.700.000,00
Cota-Parte do ITR	69,34	37,03	1.310,84	228,08	2.676,95	5.942,98	146,48	454,88	430,19	94,41	442,42	155,46	11.989,06	10.000,00
Outras Transferências Correntes	290.277,84	210.796,52	248.913,11	213.972,51	248.393,07	240.415,91	321.754,02	320.939,44	171.255,08	278.724,39	306.429,21	256.152,59	3.108.023,69	9.664.000,00
Transferências da LC 61/1989	11.086,94	9.839,40	8.866,97	9.800,78	9.911,57	9.978,80	10.102,36	11.600,00	11.089,38	8.514,76	7.516,70	6.892,39	11.520,05	180.000,00
Transferências da LC 87/1996	3.109,15	3.109,15	3.109,15	3.109,15	0,00	6.218,30	3.109,15	3.109,15	0,00	0,00	0,00	11.662,75	36.535,95	80.000,00
Transferências do FUNDEB	201.399,47	196.528,52	182.211,14	199.096,08	211.971,96	198.039,14	211.822,46	198.468,86	240.286,84	232.180,69	204.318,69	238.301,31	2.514.625,16	3.200.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	58.548,79	11.935,06	14.721,90	19.085,19	9.197,31	8.033,71	42.935,08	7.116,47	7.128,83	9.402,96	16.195,78	24.715,79	229.016,87	711.500,00
DEDUÇÕES (II)	284.046,59	249.593,62	231.864,21	234.186,87	234.636,10	254.548,00	265.239,75	276.001,40	262.226,25	298.557,57	219.631,86	268.231,28	3.078.763,50	3.754.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	284.046,59	249.593,62	231.864,21	234.186,87	234.636,10	254.548,00	265.239,75	276.001,40	262.226,25	298.557,57	219.631,86	268.231,28	3.078.763,50	3.754.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	2.158.617,06	1.622.733,53	1.552.069,04	1.533.894,31	1.546.810,01	1.591.259,96	1.939.753,58	2.253.501,70	1.633.409,75	1.880.222,85	1.789.619,12	1.774.910,32	21.276.801,23	32.620.000,00

FONTE:

SIDEROPOLIS, 21/05/2013

HELIO ROBERTO CESA
PREFEITO MUNICIPALWILSON SCAINI
SECRETARIO DE FINANÇASMOISES DE MATTIA
CONTADOR CRC 036331/O-9

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	2.395.000,00	2.395.000,00	189.458,76	380.794,90	15,90
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	530.000,00	530.000,00	17.457,97	21.047,77	3,97
1.1.1- IPTU	370.000,00	370.000,00	11.105,06	11.532,45	3,12
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	50.000,00	50.000,00	1.163,86	1.537,33	3,07
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	100.000,00	100.000,00	5.189,05	7.977,99	7,98
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	(10.000,00)	(10.000,00)	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	200.000,00	200.000,00	61.409,96	126.474,37	63,24
1.2.1- ITBI	200.000,00	200.000,00	61.409,96	126.474,37	63,24
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.115.000,00	1.115.000,00	110.346,12	208.413,77	18,69
1.3.1- ISS	1.100.000,00	1.100.000,00	110.229,59	208.191,82	18,93
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	5.000,00	5.000,00	116,53	221,95	4,44
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	(10.000,00)	(10.000,00)	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	550.000,00	550.000,00	244,71	24.858,99	4,52
1.4.1- IRRF	550.000,00	550.000,00	244,71	24.858,99	4,52
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	18.770.000,00	18.770.000,00	2.495.307,69	5.315.269,63	28,32
2.1- Cota-Parte FPM	8.500.000,00	8.500.000,00	983.459,10	2.419.911,95	28,47
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	8.500.000,00	8.500.000,00	983.459,10	2.419.911,95	28,47
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	8.300.000,00	8.300.000,00	1.195.520,67	2.388.224,90	28,77
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	80.000,00	80.000,00	11.662,75	11.662,75	14,58
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	180.000,00	180.000,00	14.409,09	34.013,23	18,90
2.5- Cota-Parte ITR	10.000,00	10.000,00	597,88	1.122,48	11,22
2.6- Cota-Parte IPVA	1.700.000,00	1.700.000,00	289.658,20	460.334,32	27,08
2.7- Cota-Parte IOF-Curo	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	21.165.000,00	21.165.000,00	2.684.766,45	5.696.084,53	26,91

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	416.000,00	416.000,00	52.511,25	113.282,14	27,23
5.1- Transferências do Salário-Educação	320.000,00	320.000,00	47.046,80	107.551,76	33,61
5.2- Outras Transferências do FNDE	90.000,00	90.000,00	4.882,21	4.882,21	5,42
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	6.000,00	6.000,00	582,24	848,17	14,14
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	230.000,00	230.000,00	24.874,46	24.874,46	10,81
6.1- Transferências de Convênios	230.000,00	230.000,00	24.874,46	24.874,46	10,81
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	104.000,00	104.000,00	9.747,96	9.951,10	9,57
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	750.000,00	750.000,00	87.133,67	148.107,70	19,75

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.754.000,00	3.754.000,00	487.863,14	1.048.646,96	27,93
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.700.000,00	1.700.000,00	196.691,77	483.896,52	28,46
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.660.000,00	1.660.000,00	227.905,98	463.359,26	27,91
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	16.000,00	16.000,00	2.332,55	2.332,55	14,58
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	36.000,00	36.000,00	2.881,79	6.802,61	18,90
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	2.000,00	2.000,00	119,56	224,46	11,22
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	340.000,00	340.000,00	57.931,49	92.031,56	27,07
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	3.220.000,00	3.220.000,00	443.203,39	916.047,51	28,45
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	3.200.000,00	3.200.000,00	442.620,00	915.087,53	28,60
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	20.000,00	20.000,00	583,39	959,98	4,80
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-554.000,00	-554.000,00	-45.243,14	-133.559,43	24,11

DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	2.610.000,00	2.610.000,00	335.177,03	693.326,19	26,56
13.1- Com Educação Infantil	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	2.410.000,00	2.410.000,00	335.177,03	693.326,19	28,77
14- OUTRAS DESPESAS	610.000,00	610.000,00	94.860,44	200.509,61	32,87
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	610.000,00	610.000,00	94.860,44	200.509,61	32,87
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	3.220.000,00	3.220.000,00	430.037,47	893.835,80	27,76
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					75,69
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2012 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2013*					0,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)*	5.291.250,00	5.291.250,00	671.191,61	1.424.016,13	26,91
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	660.000,00	660.000,00	47.651,17	71.356,74	10,81
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	460.000,00	460.000,00	47.651,17	71.356,74	15,51
24- ENSINO FUNDAMENTAL	5.705.000,00	5.705.000,00	656.843,81	1.413.528,74	24,78
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.020.000,00	3.020.000,00	430.037,47	893.835,80	29,60
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.685.000,00	2.685.000,00	226.806,34	519.692,94	19,36
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	6.365.000,00	6.365.000,00	704.494,98	1.484.885,48	23,33
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-133.559,43
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					969,98
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					14.578,31
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-118.021,14
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					1.602.906,62
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					28,14

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	324.000,00	324.000,00	35.990,42	40.829,19	12,60
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	404.000,00	404.000,00	19.889,99	19.889,99	4,92
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	728.000,00	728.000,00	55.880,41	60.719,18	8,34
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	7.093.000,00	7.093.000,00	760.375,39	1.545.604,66	21,79
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2013 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (R)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	64.742,09	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	915.087,53	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	800.542,14	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	959,98	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	180.247,46	0,00

SIDERÓPOLIS, 21/05/2013

HELIO ROBERTO CESA
PREFEITO MUNICIPAL

WILSON SCAINI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS

MOISES DE MATTIA
CONTADOR CRC 036331/O-9

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 14.578,31, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Timbé do Sul

PREFEITURA

Lei Nº 1.671/2013

LEI Nº 1.671, DE 14 DE MAIO DE 2013.

Fixa o Índice de Revisão Geral das Remunerações dos Servidores e os Subsídios dos Agentes Políticos Municipais para o Exercício de 2013 e dá outras Providências.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, faz saber a todos os habitantes do município de Timbé do Sul que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente lei:

Art. 1º - O índice de revisão geral das remunerações dos servidores públicos municipais, extensivos aos admitidos em caráter temporário da administração direta e indireta dos Poderes Executivo e Legislativo, a ser aplicado no mês de maio de 2013, compreendendo o período de maio de 2012 a abril de 2013, será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC acumulado em 7,16% (sete inteiros e dezesseis por cento).

Art. 2º - O índice de revisão geral das remunerações dos e agentes políticos: prefeito, vice-prefeito, secretários e vereadores a ser aplicado no mês de maio de 2013, compreendendo o período de janeiro a abril de 2013, será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC acumulado em 2,65% (dois inteiros e sessenta e cinco por cento).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 14 de maio de 2013.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 1.672/2013

LEI Nº 1.672, de 21 de maio de 2013

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado e Abrir Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Vigente do SAMAE, no valor de R\$ 5.360,46 (cinco mil, trezentos e sessenta reais e quarenta e seis centavos), para a dotação abaixo especificada:

2.030-Manutenção do SAMAE.

9 - 3.3.90.00.00.00.00.0.2.080 - Aplicações Diretas R\$ 5.360,46

Art. 2º - Os recursos para atender ao crédito acima especificado decorrerão da anulação total das seguintes dotações do Orçamento vigente,

2.030 - Manutenção do SAMAE (Materiais e Serviços)

11 - 4.4.90.00.00.00.00.0.2.080 - Aplicações Diretas

R\$ 400,00

1.021-Ampliação do Sist. de Abastecimento de Água da Sede.

1 - 4.4.90.00.00.00.00.0.2.080 - Aplicações Diretas R\$ 4.030,66

1.023 - Aquisição de Equipamentos

5 - 4.4.90.00.00.00.00.0.6.080 - Aplicações Diretas R\$ 929,80

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL-SC, 21 de maio de 2013.

Eclair Alves Coelho

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Lei, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 1.673/2013

LEI Nº 1.673, de 21 de maio de 2013

Altera a Lei Municipal Nº 964 de 08 de julho de 1998, a Lei Municipal nº 1.488 de 07/07/2009 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente Lei:

Art.1º Fica alterado, em relação ao cargo mencionado neste artigo, os Anexos I – II – III, GRUPOS OCUPACIONAIS, HABILITAÇÃO PROFISSIONAL, FUNÇÕES E NÍVEL DE VENCIMENTO, da Lei Municipal 1.488 de 07/07/2009, conforme segue:

I - quanto ao número de vagas do cargo a seguir relacionado, que passa a ser o seguinte:

QUADRO PERMANENTE

Grupo	Vagas	Categoria Funcional	VENCIMENTO(R\$)
ANS	02	Fisioterapeuta 20 hs/semanais	1.393,94

Art.2º Fica criado e inserido aos ANEXOS I – II – III, GRUPOS OCUPACIONAIS, HABILITAÇÃO PROFISSIONAL, FUNÇÕES E NÍVEL DE VENCIMENTO, da Lei Nº 964 de 08 de julho de 1988, o seguinte cargo:

GRUPO I – ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR – ANS

Quantidade	Cargo	Habilitação	Carga Horária	Vencimento inicial (R\$)
01	Fonoaudiólogo	Nível Superior Completo na Área e Registro no respectivo Conselho	20	1.393,94

Art.5º As atividades específicas correspondentes aos cargos elencados no Art. 2º constituem o Anexo I da presente lei.

Art.6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul - SC, 21 de maio de 2013.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente lei, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

ANEXO I

LEI MUNICIPAL Nº 1.673, DE 21 DE MAIO DE 2013

ATIVIDADES ESPECÍFICAS

GRUPO I – ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR – ANS

Nome do Cargo	Atividades Específicas
Fonoaudiólogo	Prestar assistência fonoaudiológica, através de tratamentos específicos para cada caso, visando a promoção, prevenção, restauração e preservação da saúde. Acompanhar e manter informações sobre o quadro dos pacientes, sob sua responsabilidade. Participar de campanhas preventivas. Manter em bom estado instrumentos de sua utilização. Executar quaisquer outras atividades correlatas à sua função, determinadas pelo superior imediato e as definidas pelo conselho de classe.

Decreto 80/2013

DECRETO Nº. 80, DE 06 DE MAIO DE 2013.
ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e em conformidade com a Lei Municipal n. 1.114/2002;

DECRETA:

Art. 1º. Fica admitida TAINÁ TONETTO SOUZA, CPF Nº 103.432.059-98 e RG nº 5.929.134, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I, em substituição a Servidora Sueli da Rocha Coelho, matrícula nº 90, afastada por Férias Prêmio através da Portaria 49/2013.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL (SC), 06 DE MAIO DE 2013.

ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 81/2013

DECRETO Nº. 81, DE 06 DE MAIO DE 2013.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.647/2012, alterada pela Lei Municipal nº 1.658/2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Vigente no Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul, no valor total de R\$ 8.000,00(oito mil reais) para a dotação abaixo identificada:

02 - Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul
06.01 - Fundo Municipal de Saúde
2.021 - Mac. Ambulatorial e Hospitalar
(17)3.3.90.00.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

Art. 2º - Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial ou total das dotações abaixo especificadas:

02 - Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul
06.01 - Fundo Municipal de Saúde
1.012 - Aquisição de Veículos
(11)3.3.71.00.00.00.00.0101 - Transferências à Consórcios Públicos R\$ 6.000,00
(20)4.4.90.00.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 06 de maio de 2013.

ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 82/2013

DECRETO Nº. 82, DE 13 DE MAIO DE 2013.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.647/2012, alterada pela Lei Municipal nº 1.658/2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Vigente na Prefeitura Municipal de Timbé do Sul, no valor total de R\$ 1.000,00(um mil reais) para a dotação abaixo identificada:
07.03 - SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES/DEPARTAMENTO DE TRANSITO
2.032 - Convênio Fiscalização Trânsito
(62)3.3.90.00.00.00.00.0019 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Art. 2º - Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação total da dotação abaixo especificada:

07.03 - SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES/DEPARTAMENTO DE TRANSITO
2.032 - Convênio Fiscalização Trânsito
(66)4.4.90.00.00.00.00.0019 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 13 de maio de 2013.

ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 83/2013

DECRETO Nº. 83, DE 14 DE MAIO DE 2013.
ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e em conformidade com a Lei Municipal n. 1.114/2002;

DECRETA:

Art. 1º. Fica admitida MARIANA BIAVA, CPF Nº 072.790.329-23 e RG nº 4.261.191, para ocupar o cargo de Monitor de Creche e Pré Escolar com 30 hs/semanais, Nível 1023, Quadro de Pessoal Temporário da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL (SC), 14 DE MAIO DE 2013.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

Decreto 84/2013

DECRETO Nº. 84, DE 14 DE MAIO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBÉ DO SUL

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.647/2012, alterada pela Lei Municipal nº 1.658/2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul, no valor total de R\$ 92.865,00 (noventa e dois mil e oitocentos e sessenta e cinco reais), na dotação abaixo especificada:

Órgão 06: Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Proj./Atividade 1.013 - Unidade Central de Saúde

4.4.90.00.00.00.00.00.0023(3) - Aplicações Diretas R\$ 92.865,00

Art. 2º - Os recursos para a abertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são decorrentes do excesso de arrecadação verificado na Fonte: Convênio União/Ministério da Saúde - Proposta para Aquisição de Equipamentos e Material Permanente nº 11218352000/1120-01, conta corrente 5.944-7/ Agência 5.300-7/Banco do Brasil.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 14 de maio de 2013.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

Decreto 85/2013

DECRETO Nº 85, de 21 de maio de 2013

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.672 de 21/05/2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Vigente do SAMAE, no valor de R\$ 5.360,46 (cinco mil, trezentos e sessenta reais e quarenta e seis centavos), para a dotação abaixo especificada:

2.030-Manutenção do SAMAE.

9 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.2.080 - Aplicações Diretas R\$ 5.360,46

Art. 2º - Os recursos para atender ao crédito acima especificado decorrerão da anulação total das seguintes dotações do Orçamento vigente,

2.030 - Manutenção do SAMAE (Materiais e Serviços)

11 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0.2.080 - Aplicações Diretas R\$ 400,00

1.021-Ampliação do Sist. de Abastecimento de Água da Sede.

1 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0.2.080 - Aplicações Diretas R\$ 4.030,66

1.023 - Aquisição de Equipamentos

5 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0.6.080 - Aplicações Diretas R\$ 929,80

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL-SC, 21 de maio de 2013.

Eclair Alves Coelho

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

Decreto 86/2013

DECRETO Nº 86, DE 21 DE MAIO DE 2013.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO e POSSE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TIMBÉ DO SUL

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei nº 1.356, de 14/03/2006.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados e empossados os membros do Conselho Municipal de Educação de Timbé do Sul, conforme segue:

a) REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA:

Titular: Elen Ivone Pessetti

Suplente: Rosimeri Pazini de Souza

b) REPRESENTANTES DOS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL DAS ESCOLAS MUNICIPAIS:

Titular: Alexsandra da Rosa de Oliveira

Suplente: Elizandra da Silva Marques

c) REPRESENTANTES DOS PROFESSORES DO ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL:

Titular: Aline Pezente Ghellere

Suplente: Ivone Bordignon

d) REPRESENTANTES DOS PROFESSORES DA REDE ESTADUAL:

Titular: Orgete Isabel Biava

Suplente: Cleo Rosana Rovaris Pessetti

e) REPRESENTANTES DOS PAIS DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL:

Titular: Dinalva Panatta Mafioletti

Suplente: Cleimara Ferreira Teixeira

f) REPRESENTANTES DOS PROFESSORES DA APAE - Educação Especial:

Titular: Eliandra Daniel Rovaris

Suplente: Marilei Pezente Burigo

Art. 2º. O Conselho Municipal de Educação terá como Presidente: Alexsandra da Rosa de Oliveira e Vice-Presidente: Dinalva Panatta Mafioletti.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul/SC, 21 de maio de 2013.
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 53/2013

PORTARIA Nº 53, DE 14 DE MAIO DE 2013.
CONCEDE GRATIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor ABDIEL PELIZZARI MAGNUS, matrícula nº 2839, ocupante do cargo de Chefe do Serviço de Limpeza Pública, gratificação de 30% sobre seus vencimentos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul/SC, 14 de maio de 2013.
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

Aviso da Licitação 39/2013 - PP

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 39/2013 - Pregão Presencial - menor preço por item.

Objeto: Aquisição parcelada de gás de cozinha

Data da entrega dos envelopes: até as 09:00 horas do dia 06 de junho de 2013.

Abertura da Sessão: a partir das 09:00 horas do dia 06 de junho de 2013.

Local para entrega dos envelopes, informações e cópia do edital: Prefeitura Municipal de Timbé do Sul, sito a Rua Prefeito Aristides José Bom, 215 - Centro, no município de Timbé do Sul/SC, no horário das 08:00 as 12:00 horas e das 13:30 as 17:30 horas, em dias úteis, ou através do e-mail licita@timbedosul.sc.gov.br. Fone/fax (48) 3536-1133.

ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Timbó

PREFEITURA

Decreto Nº 3137, de 08 de Maio de 2013

DECRETO Nº 3137, DE 08 DE MAIO DE 2013

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação amigável ou judicial, o imóvel situado à Rua Tiroleses, de propriedade de Luiz Nones, destinado à regularização da Rua 28 de Agosto.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso XIII, c/c art. 70 inciso I, alíneas "d" e "n", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1.990, e com fundamento no inciso XXIV da Constituição Federal e nos artigos 2º, 5º, alínea "i", do Decreto-Lei nº 3.365, de 21/06/41, e suas alterações posteriores; e

Considerando-se a existência do Decreto de Denominação nº 021 de 15/02/2005;

Considerando-se que a denominada via já se encontra aberta e possui toda a infraestrutura básica;

Considerando-se que no local existem residências e com o intuito de melhorar as condições de vida dos moradores viabilizando o acesso aos imóveis através de um logradouro público;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação por via amigável ou judicial, nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21/06/41, e alterações posteriores, uma área de terras com 1.721,65m², destinada à regularização da Rua 28 de Agosto, assim descrita: Terreno urbano, situado no lado par da Rua Tiroleses, distando pelo lado direito do imóvel, 200,85 metros da esquina formada com o lado par da Nova Brasília, com as seguintes confrontações: frente em 11,20 metros com o lado par da Rua Tiroleses; fundos em 4,38 metros com a área remanescente de propriedade de Luiz Nones; lado direito em 291,97 metros com a área remanescente de propriedade de Emílio Leitzke Junior, transcrição 4.895, fls.7, livro 3-C; e, lado esquerdo em 8,48 metros pela curva de transição com a área remanescente de propriedade de Luiz Nones, em 268,17 metros com a área remanescente de propriedade de Luiz Nones, e em 20,79 metros com a área remanescente de propriedade de Luiz Nones. O referido imóvel encontra-se matriculado junto ao 1º. Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob no. 21.858, livro 2.

Art. 2º A desapropriação do imóvel declarado de utilidade pública por este decreto, é considerada de "urgência", razão pela qual deverá efetivar-se mediante acordo administrativo, previsto no art. 10 c/c art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365/41, e Lei Federal nº 2.786, de 21/05/56.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste decreto, correrão à conta de dotação orçamentária própria do Orçamento-Programa 2013.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 08 de maio de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº SEMFA-D0105, de 15 de Abril de 2013

PORTARIA Nº SEMFA-D0105, de 15 de abril de 2013

Concede Licença sem vencimentos à servidora Josiane Ursula Milke Haake.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, resolve:

RESOLVE:

Art 1º Concede LICENÇA SEM VENCIMENTOS, à servidora, JOSIANE URSULA MILKE HAAKE, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria de Educação, por dois anos, a contar de 01 de abril de 2013 (período 01/04/2013 à 31/03/2015), conforme processo RH13-0033.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 15 de abril de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGELICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria No SEMFA-D0095, de 02 de Abril de 2013

PORTARIA No SEMFA-D0095, de 02 de abril de 2013

Concede Promoção por Desempenho à servidora da Secretaria Municipal de Saúde.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, com fundamento nos artigos 15 à 17 da Lei Complementar nº 137, de 02 de Julho de 1998, e Considerando-se o total de pontos atribuídos na Avaliação de Desempenho efetivada pelos superiores hierárquicos dos servidores.

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER PROMOÇÃO POR DESEMPENHO, - à Servidora ocupante de cargo efetivo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 1º de Abril do corrente, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE				
Nome do(a) servidor(a)	Cargo	Referência salarial anterior	Referência salarial promoção	Processo nº
Lúcia Lada Andreazza	Téc. Em Enfermagem	32	33	RH13-0018

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de Abril de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-D0098, de 03 de Abril de 2013

PORTARIA Nº SEMFA-D0098, de 03 de abril de 2013

Concede Licença Prêmio à servidora Denise Luzia Agostini Mayer.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, resolve:

RESOLVE:

Art.1º Conceder Licença Prêmio Convertida em gozo à servidora DENISE LUZIA AGOSTINI MAYER, ocupante do cargo de Professor D, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 01.09.2006 a 31.08.2011, por trinta dias (09.04 à 08.05.2013), conforme Processo RH98-0171.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 03 de Abril de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-D0100, de 09 de Abril de 2013

PORTARIA Nº SEMFA-D0100, de 09 de abril de 2013

Concede Licença Prêmio ao servidor Lorival Ropelato.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, resolve:

RESOLVE:

Art.1º Conceder Licença Prêmio Convertida em gozo ao servidor LORIVAL ROPELATO, ocupante do cargo de Professor D, lotado na Secretaria Municipal de Educação, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 01.09.2006 a 31.08.2011, por trinta dias (15.04 à 14.05.2013), conforme Processo RH05-0424.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 09 de Abril de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-D0103 de 11 de Abril de 2013

PORTARIA Nº SEMFA-D0103 de 11 de abril de 2013

Concede Auxílio Escolar à servidora da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao 1º semestre de 2013.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2009, resolve:

RESOLVE

Art.1º Conceder Auxílio Escolar Com base no artigo 66, § 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, alterada pelas Leis Complementares nº 110, de 16/04/97, e nº 139, de 02/07/98, regulamentado pelos Decretos nº 89, de 11/08/98, e nº 02, de 25/01/99,

- À servidora da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao Primeiro semestre de 2013 - matrícula e mensalidades, conforme demonstrativo abaixo:

Nome	Curso/Semestre	% de Auxílio	Processo
Jeanne Patrícia Campestrini	Gestão Ambiental - 2º semestre - UNIASSELVI - EAD	80%	RH12-0070

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 11 de abril de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-D0104, de 12 de Abril de 2013

PORTARIA Nº SEMFA-D0104, de 12 de abril de 2013

Concede Licença Prêmio ao servidor Márcio Adriano Vavassori.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, resolve:

RESOLVE:

Art.1º Conceder Licença Prêmio Convertida em gozo ao servidor MÁRCIO ADRIANO VAVASSORI, ocupante do cargo de Dentista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 05.03.2007 a 04.03.2012, por trinta dias (02.04 à 01.05.2013), conforme Processo RH07-0167.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 12 de Abril de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-D0096, de 03 de Abril de 2013.

PORTARIA NºSEMFA-D0096, de 03 de abril de 2013.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Kátia Regina Lazarini Vilvert.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de

dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde à servidora KÁTIA REGINA LAZARINI VILVERT, ocupante do cargo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, a contar de 04.04.2013 à 01.05.2013, por vinte e oito (28) dias, conforme Processo RH13-0007;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 03 de abril de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-D0097, de 03 de Abril de 2013

PORTARIA NºSEMFA-D0097, de 03 de abril de 2013

Concede prorrogação de Licença por Acidente em Serviço à servidora Ellen Márcia Milbratz Habeck.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 179 e 180 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Prorrogação de Licença Por Acidente em Serviço à servidora ELLEN MÁRCIA MILBRATZ HABECK, ocupante do cargo de Auxiliar de serviços Administrativos, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por nove (09) dias, a contar de 09/04 a 17/04/2013, conforme Processo RH12-0137;

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 03 de abril de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-D0099 de 08 de Abril de 2013.

PORTARIA NºSEMFA-D0099 de 08 de abril de 2013.

Concede Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Rolando Gessner.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde ao servidor ROLANDO GESSNER, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, por cento e um (101) dia, a contar de 29/03 a 07/07/2013, conforme Processo RH00-0177;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 13/03 à 19/03/2013 (07 dias) / 21/03 à 28/03/2013 (08 dias) totalizando (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 29/03 à 07/07/2013 (101 dia).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 08 de abril de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-D0101, de 10 de Abril de 2013.

PORTARIA NºSEMFA-D0101, de 10 de abril de 2013.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Ademar Uecker.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde ao servidor ADEMAR UECKER, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotado na Fundação Municipal de Esportes, a contar de 09.04.2013 à 12.08.2013, por cento e vinte e seis (126) dias, conforme Processo RH11-0084;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 10 de abril de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-D0102, de 11 de Abril de 2013.

PORTARIA NºSEMFA-D0102, de 11 de abril de 2013.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Carmen Dolores Busarello.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde à servidora CARMEN DOLORES BUSARELLO, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 12.04.2013 à 06.05.2013, por vinte e cinco (25) dias, conforme Processo RH13-0008;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 11 de abril de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Aviso Pregão Presencial N.º 55 2013 PMT - Aquisição de Combustível

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 55/2013

OBJETO: aquisição de combustível óleo diesel S10 destinado ao veículo C170/ônibus Iveco de placa MKW 7276 pertencente à SEMED (Secretaria Municipal de Educação). ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 06 de junho de 2013. ABERTURA: dia 06 de junho de 2013 as 09h00min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Departamento de Licitações localizado na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes.

Timbo (SC), 14/05/2013
SERGI FREDERICO MENGARDA
Secretário Municipal de Educação

Extrato Termo de Seleção do Chamamento Nº. 36 2013

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE SELEÇÃO

O Município de Timbó leva a conhecimento dos interessados que a empresa de construção civil, Melchiorretto Sandri Engenharia Ltda, foi selecionada pelo Chamamento Público nº. 36/2013. Deverá a mesma apresentar junto à Caixa Econômica Federal, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados após a emissão do Termo de Seleção, a proposta contendo a documentação completa para análise e contratação da operação no âmbito Minha Casa Minha Vida, com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Três Barras

PREFEITURA

Ata de Registro de Preço 054/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 54/2013
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 46/2013

Interessado: * SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO;
* SECRETARIA DE AGRICULTURA;
* SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;
* FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;
* FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Aos 17 dias do mês de maio do ano de 2013, na cidade

de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa MERCADO ODACHOWOSKI LTDA ME, CNPJ nº. 16.982.129/0001-82, com sede e foro na Cidade de Três Barras - SC, cito a Avenida Abrahão Mussi, nº 3190, Bairro São Cristovão; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

MERCADO ODACHOWOSKI LTDA ME					
Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Preço Total	Descrição
001	5.400,00000	FRAS	2,1600	11.664,00	AGUA SANITARIA (FRASCO C/ 1000 ML)
003	550,00000	FRAS	4,4800	2.464,00	AMACIANTE PARA ROUPA (FRASCO COM 2 LITROS)
015	3.000,00000	FRAS	4,5700	13.710,00	CERA LIQUIDA INCOLOR (FRASCO COM NO MINIMO 750 ML)
020	3.500,00000	FRAS	3,7800	13.230,00	DESINFETANTE (FRASCO DE 2 LITROS)
024	700,00000	UNID	1,4500	1.015,00	ESPONJA DE ACO
025	1.500,00000	UNID	1,5500	2.325,00	ESPONJA DE ESPUMA DUPLA FACE - unidade
026	2.100,00000	PACO	1,8800	3.948,00	ESPONJA DE ACO P/ PANELA (PACOTE COM 06 UNIDADES)
027	200,00000	UNID	1,3900	278,00	ESPONJA P/BANHO - GRANDE E MACIA
040	20,00000	UNID	37,5000	750,00	MANGUEIRA PARA JARDIM (30 M)
042	700,00000	UNID	1,1800	826,00	PALHA DE ACO No. 2
048	1.680,00000	UNID	1,3500	2.268,00	PEDRA SANITÁRIA - unidade
051	980,00000	FRAS	7,4500	7.301,00	QUEROSENE
052	1.400,00000	UNID	5,5500	7.770,00	RODO DE ESPUMA COM CABO

053	300,00000	UNID	9,7000	2.910,00	RODO PARA AGUA (PEQUENO) COM CABO
060	2.800,00000	PACO	3,1900	8.932,00	SACO PLASTICO PARA LIXO - 50 LITROS (PCT COM 10 UNIDADES).
061	2.800,00000	PACO	2,5500	7.140,00	SACO PLASTICO PARA LIXO (PCT.C/ 05 UNID. P/100 LITROS).
062	2.800,00000	PACO	1,3500	3.780,00	SACO PLASTICO PARA LIXO (30 LITROS)
063	980,00000	FRAS	2,8900	2.832,20	SAPOLIO EM PO (FRASCO COM NO MINIMO 300 GR)
069	140,00000	UNID	13,7000	1.918,00	VASSOURA DE FIBRA DE POLI-PROPILENO COM CABO
070	1.120,00000	UNID	9,5000	10.640,00	VASSOURA DE NYLON COM CABO
071	160,00000	UNID	6,8000	1.088,00	VASSOURA PARA LIMPAR VASO SANITARIO
072	200,00000	UNID	7,6500	1.530,00	VASSOURA PLASTICA COM CABO (PARA VARRER GRAMA)
Total MERCADO ODACHOWOSKI LTDA ME				108.319,20	Julgamento: MEN. PREÇO

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafo.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 46/2013 – Procedimento Administrativo nº. 54/2013 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irredutíveis. Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 17 de maio de 2013.

ELOI JOSE QUEGE Prefeito Municipal	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA ME, CNPJ nº. 16.982.129/0001-82
---------------------------------------	---

Testemunhas:

1 NILTON AVANIR HURMUS

2 JACY DE FATIMA ABUDA

Ata Registro de Preço 054/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 54/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 46/2013

Interessado: * SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO;
 * SECRETARIA DE AGRICULTURA;
 * SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;
 * FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;
 * FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Aos 17 dias do mês de maio do ano de 2013, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa EUGENIO STEIDEL - SUPERMERCADO, CNPJ nº. 83.193.433/0001-38, com sede e foro na Cidade de Canoinhas, cito a Rua Dona Francisca, nº 585, Bairro Alto das Palmeiras; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

EUGENIO STEIDEL - SUPERMERCADO

Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Preço Total	Descrição
002	2.500,00000	FRAS	3,9800	9.950,00	ALCOOL 92 GRAUS (FRASCO 1000 ML) - LIQUIDO
004	140,00000	UNID	5,9200	828,80	BALDE PLASTICO 8 L
005	280,00000	UNID	9,9100	2.774,80	BALDE PLASTICO COM ALCA (15 LITROS)
006	30,00000	PARE	39,8300	1.194,90	BOTA DE BORRACHA BRANCA Nº 36
007	30,00000	PARE	35,8500	1.075,50	BOTA DE BORRACHA BRANCA Nº 39
008	20,00000	PARE	35,8500	717,00	BOTA DE BORRACHA BRANCA Nº 40
009	10,00000	PARE	35,8200	358,20	BOTA DE BORRACHA N 42
010	15,00000	PARE	35,8500	537,75	BOTA DE BORRACHA N. 35
011	30,00000	PARE	35,8500	1.075,50	BOTA DE BORRACHA BRANCA Nº 37

012	30,00000	PARE	35,8500	1.075,50	BOTA DE BORRACHA BRANCA Nº 38
016	1.120,00000	UNID	6,1400	6.876,80	COPOS PLASTICOS BRANCOS DESCARTAVEIS (300 ML)
017	1.400,00000	PACO	1,4200	1.988,00	COPOS BRANCOS DESCARTAVEIS PARA CAFE (50 ML)
018	2.100,00000	PACO	3,6600	7.686,00	COPOS DESCARTAVEIS (180 ML)
019	140,00000	UNID	2,2600	316,40	CORDA PARA VARRAL (COM 10 M)
028	400,00000	MACO	2,1600	864,00	FOSFOROS
029	35,00000	UNID	69,9800	2.449,30	GARRAFA TERMICA (CAPACID. 1,8 LITROS) SERVE JATO.
030	150,00000	DUZI	1,5600	234,00	GRAMPOS DE MADEIRA PARA ROUPA
031	200,00000	UNID	6,6200	1.324,00	LIMPA FORNO
032	700,00000	FRAS	3,1600	2.212,00	LIMPA VIDRO (FRASCO 500 ML)
033	42,00000	UNID	73,8700	3.102,54	LIXEIRA GRANDE FABRICADA EM POLIETILENO DE ALTO IMPACTO, COM TAMPA BASCULANTE, PARA COZINHA, DIMENSOES MINIMAS EXTERNAS 410 X 410 X 805 MM, CAPACIDADE PARA APROX. 50 LITROS
034	42,00000	UNID	21,7600	913,92	LIXEIRA PLASTICA COM PEDAL (APROX. 13 LITROS)

035	42,00000	UNID	23,9600	1.006,32	LIXEIRAS PLASTICAS C/ TAMPAS (30 LITROS)
036	280,00000	FRAS	4,3200	1.209,60	LUSTRA MOVEIS (FRASCO 200 ML)
041	280,00000	UNID	3,7000	1.036,00	PA PARA LIXO (PLASTICO MEDIA)
049	100,00000	JOGO	5,3600	536,00	PILHA PALITO
050	300,00000	JOGO	3,8200	1.146,00	PILHA PEQUENA (embalagem c/ 4 pilhas cada)
055	28.000,00000	UNID	5,4000	151.200,00	SABAO EM PO (CAIXA DE 1 KG)
056	750,00000	UNID	0,9200	690,00	SABONETE (APROX.90 GRS) NEUTRO
057	500,00000	PACO	2,9600	1.480,00	SACO PLASTICO PARA FREEZER 02 KG
058	500,00000	PACO	4,4600	2.230,00	SACO PLASTICO PARA FREEZER 05 KG
059	500,00000	PACO	2,7500	1.375,00	SACO PLASTICO PARA FREEZER 3 KG
064	140,00000	UNID	8,4800	1.187,20	SHAMPOO INFANTIL FRASCO DE APROX. 200ML
065	40,00000	FRAS	10,9200	436,80	SODA CAUSTICA - (PACOTE 01 KG)
067	280,00000	UNID	21,7000	6.076,00	TOALHA DE BANHO FELPUDA
068	400,00000	UNID	11,6800	4.672,00	TOALHA DE ROSTO
Total EUGENIO STEIDEL - SUPERMERCADO			221.835,83	Julgamento: MEN. PREÇO	

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 46/2013 – Procedimento Administrativo nº. 54/2013 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irredutíveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 17 de maio de 2013.

ELOI JOSE QUEGE Prefeito Municipal	EUGENIO STEIDEL - SUPERMERCADO CNPJ nº. 83.193.433/0001-38
---------------------------------------	---

Testemunhas:

1 NILTON AVANIR HURMUS

2 JACY DE FATIMA ABUDA

Ata Registro de Preço 54/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 54/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 46/2013

Interessado: * SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO;

* SECRETARIA DE AGRICULTURA;

* SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;

* FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;

* FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Aos 17 dias do mês de maio do ano de 2013, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa FUTURAMA SUPERMERCADO LTDA, CNPJ nº. 03.409.551/0001-00, com sede e foro na Cidade de Três Barras - SC, cito a Avenida Abrahão Mussi, nº 2600, Bairro São Cristovão; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

FUTURAMA SUPERMERCADO LTDA					
Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Preço Total	Descrição
013	350,00000	LATA	12,4400	4.354,00	CERA EM PASTA INCOLOR (LATA 400 GRS)
014	2.100,00000	LATA	7,3500	15.435,00	CERA EM PASTA VERMELHA (LATA DE APROX. 400 GRS)
021	400,00000	FRAS	6,9600	2.784,00	DESODORIZADOR DE AMBIENTES (FRASCO APROX. 400 ML)
022	3.640,00000	FRAS	1,4600	5.314,40	DETERGENTE LIQUIDO (FRASCO 500 ML)
023	200,00000	UNID	11,4400	2.288,00	ESCOVA DE NYLON COM CABO (PARA CHAO)

037	420,00000	PAR	4,9600	2.083,20	LUVAS DE BORRACHA PARA LIMPEZA - tamanho grande - unidade
038	420,00000	PAR	4,9600	2.083,20	LUVAS DE BORRACHA P/LIMPEZA TAMANHO MEDIO
039	420,00000	PAR	4,9600	2.083,20	LUVAS DE BORRACHA P/LIMPEZA TAMANHO PEQUENO
043	420,00000	PACO	3,8200	1.604,40	PANO MULTI-USO COM 33 CM x 58 CM COM 05 UNIDADES CADA
044	2.800,00000	UNID	4,4600	12.488,00	PANO PARA LIMPAR CHAO NAO ALVEJADO (GRANDE)
045	2.100,00000	UNID	2,9600	6.216,00	PANOS DE PRATO
046	40.000,00000	UNID	0,7500	30.000,00	PAPEL HIGIENICO BRANCO, FOLHA DUPLA, COM 60 MTS CADA ROLO.
047	700,00000	PACO	2,5600	1.792,00	PAPEL TO-ALHA (PCT. COM 02 UNIDADES)
054	28.000,00000	UNID	1,4200	39.760,00	SABAO EM PEDRA (PEDACO DE 200 GR)
066	200,00000	FRAS	7,2400	1.448,00	TALCO INFANTIL (FRASCO APROX. 200 GR)
Total FUTURAMA SUPERMERCADO LTDA 129.733,40 Julgamento: MEN. PREÇO					

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 46/2013 – Procedimento Administrativo nº. 54/2013 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irrevogáveis. Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir

quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 17 de maio de 2013.

ELOI JOSE QUEGE Prefeito Municipal	FUTURAMA SUPERMERCADO LTDA, CNPJ nº. 03.409.551/0001-00
---------------------------------------	--

Testemunhas:

1 NILTON AVANIR HURMUS

2 JACY DE FATIMA ABUDA

Turvo

PREFEITURA

Lei 2161/2013

LEI nº 2.161/13, de 17 de Maio de 2013

CONCEDE SUBVENÇÃO SOCIAL A ENTIDADE QUE ESPECIFICA.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Município de Turvo, através do Fundo Municipal de Saúde, autorizado a conceder subvenção social ao Hospital São Sebastião de Turvo, CNPJ 86.513.124/0001-96, no valor de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), pagos em 08 parcelas mensais de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), durante o exercício de 2013, objetivando o pagamento de despesas com medicamentos, produtos alimentícios, energia, telefones, informatização, material de limpeza e higienização, pequenas reformas de mobiliário e estrutural.

Art. 2º. A entidade beneficiada sujeita-se a aplicação dos recursos dentro de suas finalidades estatutárias e específicas no Plano de Trabalho e a sua prestação de contas de conformidade com as normas de direito financeiro e as exigências da Prefeitura.

Art. 3º. As despesas da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria inserida no orçamento anual do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Revogando em especial a Lei nº 2.147/13 de 06 de Março de 2013.

Turvo(SC), 17 de maio de 2013.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

ROBERTO CARLOS PATEL

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Pregao Presencial 14/2013 FMS - Prorrogação

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2013

MUNICÍPIO DE TURVO - SC

O Pregoeiro do município de Turvo juntamente com sua Equipe informa que fica prorrogado a data de abertura do edital 14/2013 (Contratação de empresa para o fornecimento de materiais de

procedimento / curativos para serem utilizados nos postos de saúde do município de Turvo/SC).

Entrega dos envelopes: até as 08h15min do dia 03/06/2013.

Abertura da Sessão: a partir das 08h30min do dia 03/06/2013.

Informações e cópia do edital: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Turvo, sito a Rua Nereu Ramos, 588 - Centro - Turvo/SC, no horário das 07:30 as 11:30 e das 13:30 as 17:00 horas em dias úteis. Fone (48) 3525-8100, fax (48) 3525-0186.

Turvo - SC, 21 de Maio de 2013.

NESTOR RECO

Pregoeiro

Videira

PREFEITURA

Decreto Nº 10.426/13

DECRETO Nº 10.426/13, DE 21 DE MAIO DE 2013.

Exonera, a pedido, Servidor Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 8119/2013,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a pedido, MARCOS DEMARTINI, do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo II, admitido pela Portaria nº 1.662/02.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 22 de maio de 2013.

Videira, 21 de maio de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de maio de 2013.

RENATA CHRISTINA MELILLO

Secretária de Administração em Exercício

Aplicação Penalidade PR 03-2013Fmev

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - APLICAÇÃO DE PENALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2013-FMEV

O Prefeito Municipal Interino do Município de Videira comunica aos interessados que à empresa C. SCHUMACHER & CIA LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 01.349.459/0001-68, com sede na Avenida Videira, 2668, Bairro São Sebastião, na cidade de Fraiburgo/SC, foi aplicada a penalidade de

SUSPENSÃO de participar, licitar e contratar com a Administração Pública Municipal pelo prazo de 5 (CINCO) ANOS, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/02 e por declará-la INIDÔNEA pelo prazo máximo de 2 (dois) anos previsto no art. 87 da Lei de Licitações, conforme Despacho de fls. 104.

Videira, 29 de abril de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Julgamento Habilitação CC 01-2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

JULGAMENTO DA FASE DE HABILITAÇÃO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 01/2013

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento do fase de habilitação do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA PRESTAR SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE E TRATAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E COMPACTÁVEIS, BEM COMO, COLETA SELETIVA DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, restando HABILITADAS a única empresa participante: VT Engenharia e Construções Ltda. Outrossim, fica a licitante participante notificada para, caso queira, apresente recurso, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato. Caso não apresente nenhum recurso, fica desde já marcada a data de 06/06/2013 às 10:00 horas, para abertura e julgamento da proposta habilitada.

Videira, 21 de maio de 2013.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Extrato do Contrato N. 0168/2013

Extrato do Contrato n. 0168/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DANIELA ANTUNES DE CASTRO

CPF: 944.531.109-44

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA APOSENTADA IVETE ZILDA GALLI

VIGÊNCIA: de 05 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0506/2013

Extrato do Contrato n. 0506/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: LHANA KARINA DA SILVA

CPF: 186.203.978-00

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ROSANI PAULA VIERGUTZ EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DE MEMBRO DA FAMÍLIA

VIGÊNCIA: de 03 de abril de 2013 a 30 de abril de 2013

FUNÇÃO: PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL - SÉRIES INICIAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.074,00 (dois mil e setenta e quatro reais)

Extrato do Termo Aditivo N. 0223/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0223/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ALINE APARECIDA DA SILVA TEDESCO

CPF: 065.670.339-32

VIGÊNCIA: de 04 de fevereiro de 2013 até 08 de agosto de 2013

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo de Rescisão N. 0022/2013

Extrato do Termo de Rescisão n. 0022/2013

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0168/13

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DANIELA ANTUNES DE CASTRO

CPF: 944.531.109-44

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir 06 de março de 2013.

Extrato do Termo de Rescisão N. 0056/2013

Extrato do Termo de Rescisão n. 0056/2013

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0049/13

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: EDINA CORDEIRO DOS SANTOS

CPF: 004.927.089-32

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir 01 de maio de 2013.

Extrato do Termo de Rescisão N. 0059/2013

Extrato do Termo de Rescisão n. 0059/2013

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0149/13

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SONIA REGINA DOS SANTOS

CPF: 005.107.439-78

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir 03 de maio de 2013.

Xavantina**PREFEITURA****Pe 09/2013 Pmx**

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 09/2012 PMX

Objeto: Aquisição de livros educativos para o desenvolvimento de dinâmicas, trabalhos de grupo destinados a secretaria de saúde e assistência social. Forma de Pregão: Eletrônico. Tipo: Menor Preço por Item. Recebimento das propostas: até às 16:00 do dia 07/06/2013. Início da Sessão: 11/06/2013, às 09:00, no endereço eletrônico <http://cidadecompras.cnm.org.br>, horário de Brasília - DF.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites <http://cidadecompras.cnm.org.br> e www.xavantina.sc.gov.br. Quaisquer informações sobre o edital poderão ser obtidas no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Xavantina, situado na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (0**49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 23 de maio de 2013.

MAURO JUNES POLETTI,
Prefeito Municipal.

Associações**EGEM****Aditivo ao Edital 40/2013 - Conselheiros Tutelares - AMFRI**

ADITIVO AO EDITAL Nº 40/2013 DE CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO CURSO FORMAÇÃO DE CONSELHEIROS TUTELARES: DESAFIOS TEÓRICOS PRÁTICOS

A Escola de Gestão Pública – EGEM informa a alteração da data de realização do Curso de Formação de Conselheiros Tutelares: Desafios Teóricos Práticos, a realizar-se em Itajaí de acordo com o edital nº 40/2013 publicado em 15/04/2013.

Cidade/Local	Itajaí – SC Auditório da Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí – AMFRI Rua Luiz Lopes Gonzaga, 1655 Bairro: São Vicente
Período das inscrições	15/04/2013 a 13/05/2013
Vencimento do boleto de cobrança	13/05/2013
Homologação das inscrições	15/05/2013
Período de realização	10, 24/06 e 08/07/2013
Carga horária total	30 horas/aula
Quantidade de vagas	60 vagas

Florianópolis, 21 de maio de 2013.

Consórcios**AGIR****Decreto Nº 003/2013 - AGIR**

DECRETO Nº 003/2013

NOMEIA PARA O CARGO DE OUVIDORA DA AGIR A SRA. DIANDRA MENDES MEDEIROS.

MOACIR POLIDORO, Presidente da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, Artigo 30 Inciso XI e Artigo 83 e parágrafos seguintes:

Considerando o Contrato administrativo nº 001/2013, cujo objeto é a admissão da Sra. Diandra Mendes Medeiros por tempo determinado, para o exercício das funções públicas do cargo de Ouvidor, do Anexo I do Quadro Geral de Cargos Permanentes, com a carga horária semanal de 40 (quarenta) horas e vencimento inicial correspondente à referência 63 (sessenta e três), com o fim de atender as necessidades temporárias e de excepcional interesse público; firmado em 24 de janeiro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada para o cargo de Ouvidora da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, a Sra. Diandra

Mendes Medeiros, com efeito a partir de 24 de janeiro de 2013.

Art. 2º - A servidora exercerá as funções do cargo, com lotação na sede da AGIR em Blumenau e com os vencimentos previstos nas normas de constituição da Agência, nos termos da Resolução nº 008, de 24 de janeiro de 2013.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 24 de janeiro de 2013.

Blumenau (SC), em 10 de abril de 2013.

MOACIR POLIDORO

Presidente da Diretoria Executiva da AGIR

Decreto Nº 004/2013 - AGIR

DECRETO Nº 004/2013

NOMEIA PARA O CARGO DE ADVOGADO DA AGIR O SR. LUCIANO GABRIEL HENNING.

MOACIR POLIDORO, Presidente da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, Artigo 30 Inciso XI e Artigo 83 e parágrafos seguintes:

Considerando o Contrato administrativo nº 002/2013, cujo objeto é a admissão do Sr. Luciano Gabriel Hennig por tempo determinado, para o exercício das funções públicas do cargo de Advogado, do Anexo I do Quadro Geral de Cargos Permanentes, com a carga horária semanal de 40 (quarenta) horas e vencimento inicial correspondente à referência 104 (cento e quatro), com o fim de atender as necessidades temporárias e de excepcional interesse público; firmado em 20 de maio de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado para o cargo de Advogado da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, o Sr. Luciano Gabriel Hennig, com efeito a partir de 20 de maio de 2013.

Art. 2º - O servidor exercerá as funções do cargo, com lotação na sede da AGIR em Blumenau e com os vencimentos previstos nas normas de constituição da Agência, nos termos da Resolução nº 022, de 20 de maio de 2013.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 20 de maio de 2013.

MOACIR POLIDORO

Presidente da Diretoria Executiva da AGIR

Resolução Nº 022/2013 - AGIR

RESOLUÇÃO Nº 022/2013

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR, EM CARÁTER TEMPORÁRIO EMERGENCIAL.

HEINRICH LUIZ PASOLD, Diretor Geral da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução nº 003/2013 e pelo Artigo 48, Inciso I do Estatuto do Consórcio Público e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

Considerando-se frente ao aumento significativo e de relevância não previsto de demandas jurídicas, por parte dos entes consorciados e regulados;

Considerando-se que no plano de trabalho da Agência está prevista a realização de atos legais para o provimento dos cargos, no

decorrer deste exercício;

Considerando-se que a contratação em caráter temporário emergencial tem como objeto o interesse público e assegurar que seja dada às responsabilidades reguladoras, o suporte legal e necessário para o efetivo atendimento dos interessados e, que esta contratação emergencial não serve de escudo para legitimar a não realização de processo seletivo simplificado;

Considerando-se que o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina têm interferido, legalmente e oportunamente, no sentido de acompanhar os contratos regulados;

Considerando-se que a complexidade inicial de implantação das atividades de regulação, recém-iniciada pela AGIR e ainda, que os serviços a serem contratados têm a necessidade e interesses imediatos;

Considerando-se que a necessidade desta contratação não decorre da falta de planejamento e zelo pela coisa pública, ao contrário, tem este ato a preocupação de garantir às partes o melhor e mais rápido atendimento em suas demandas;

Considerando-se tratar-se de situação anômala e a tramitação normal de processo seletivo seria neste momento inadequada, diante da necessidade de soluções imediatas e que se não adotadas, iriam trazer o risco de graves prejuízos aos valores tutelados; Considerando-se as Resoluções nº 014, 015 e 016/2016, de 22 de março de 2013, que alteram respectivamente o Protocolo de Intenções, o Estatuto Social e o Estatuto de Servidores da AGIR, o qual altera o cargo de Advogado da AGIR;

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a contratação temporária e emergencial do senhor LUCIANO GABRIEL HENNING, para ocupar o cargo de Advogado, do Anexo I do Quadro Geral de Cargos Permanentes, com a carga horária semanal de 40 (quarenta) horas e vencimento inicial correspondente à referência 104 (cento e quatro).

Art. 2º As atribuições do contratado estão elencadas na Seção VIII - ASSESSORIA JURÍDICA, Artigo 64-F e Parágrafo Único do Protocolo de Intenções da Resolução nº 014/2013, de 22 de março de 2013.

Art. 3º A presente contratação é autorizada nos termos da Lei nº 11.107/2005 c/c Decreto nº 6.017/2007, e Artigo 83 e seus parágrafos do Estatuto do Consórcio Público, ad referendum da Assembleia Geral da AGIR.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 17 de maio de 2013.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR

Resolução Nº 023/2013 - AGIR

RESOLUÇÃO Nº 023/2013

ESTABELECE O DIA 31 DE MAIO DE 2013 COMO PONTO FACULTATIVO DE SERVIÇOS PÚBLICO NA AGIR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HEINRICH LUIZ PASOLD, Diretor Geral da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução nº 003/2013 e pelo Artigo 48, Inciso I do Estatuto do Consórcio Público e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

Considerando-se que durante o feriado de Corpus Christi as repartições públicas estaduais e federais da região, bem como as instituições financeiras e a grande maioria dos órgãos públicos municipais do Médio Vale do Itajaí, estarão fechados para atendimento ao público;

Considerando-se que os serviços da AGIR ficarão prejudicados em

face da paralisação dos serviços dos demais órgãos públicos da região, e que haverá redução de despesas com a concessão de ponto facultativo e suspensão de atendimento na sede da Agência Reguladora neste dia, sem prejuízo aos municípios consorciados;

RESOLVE:

Art. 1º Declarar facultativo o expediente aos servidores da AGIR na data de 31 de maio de 2013 (sexta-feira).

Art. 2º O servidor que desempenhar suas funções normalmente na data de que trata o Artigo 1º desta Resolução, mediante justificativa e relatório apresentado e acatado pelo Diretor Geral, poderá ausentar-se oportunamente, em data a ser estabelecida pela AGIR, para compensação do ponto facultativo, sem qualquer adicional de horas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 20 de maio de 2013.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR

Resolução Nº 024/2013 - AGIR

RESOLUÇÃO Nº 024/2013

DISCIPLINA A INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE AOS SERVIDORES DA AGIR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MOACIR POLIDORO, Presidente da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 30, XI, do Estatuto do Consórcio Público e PELO Artigo 41 do Estatuto dos Servidores Público da AGIR (Anexo II do Estatuto do Consórcio Público) e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis

RESOLVE:

Art. 1º - A Indenização de Transporte devida ao servidor da AGIR que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do cargo, fica disciplinada na forma desta Resolução.

§ 1º - A indenização de que trata o "caput" deste artigo, será concedida na proporção de R\$ 0,80 (oitenta centavos de real) por quilômetro rodado.

§ 2º - A AGIR não se responsabilizará por danos causados a terceiros pela utilização do veículo particular para execução de serviços externos, bem como também por eventuais sinistros ocorridos e/ou autuações/multas de trânsito recebidas, limitando-se a ressarcir ao servidor o valor integral da franquia de seguro efetivamente utilizada para cobertura de danos registrados no veículo durante a realização do serviço.

Art. 2º - O disposto no artigo anterior dependerá de autorização do Presidente da AGIR ou do Diretor Geral, e será requerida através de Relatório de Viagem lavrado pelo interessado, na forma anexa.

§ 1º - O Relatório de Viagem de que trata o "caput" deste artigo, deverá ser instruído com comprovante de propriedade e licenciamento do veículo utilizado, bem como com cópia da respectiva apólice de seguro total.

§ 2º - Eventual pleito de ressarcimento de franquia deverá estar instruído com cópia do Boletim de Ocorrência e/ou Laudo do Acidente, bem como com comprovante da despesa suportada pelo empregado.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Resolução nº 035, de 20 de novembro de 2012.

Blumenau (SC), em 21 de maio de 2013.

MOACIR POLIDORO

Presidente da Diretoria Executiva da AGIR

RELATÓRIO DE VIAGEM

Resolução nº 024, de 21/05/2013.

Nº	
----	--

Data de Saída:	Hora:	Data de Retorno:	Hora:
Veículo Utilizado:			
Destino:			

Funcionário(s):	
Objetivo da Viagem:	

DESPESAS

INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE:

Veículo:		Placa Veículo:	
----------	--	----------------	--

Obs:

Km - inicial:		Km - final:		Km Percorridos:	
Kilometragem percorrida:		Valor indenizável (R\$/Km):	Total a Pagar:		
		R\$ 0,80			

ALIMENTAÇÃO/OUTROS:

Nº N.F. / C.F.:		Valor:	
Descrição:			

TOTAL:	
--------	--

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTOS:

Data	Assinatura:
____/____/____	_____
	Presidente / Diretor Geral

RECIBO:

Data	Assinatura:
____/____/____	_____
	Servidor

Contrato Administrativo Nº 002/2013 - AGIR

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 002/2013

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE ADMISSÃO POR TEMPO DETERMINADO DE AGENTE PÚBLICO PARA O CARGO DE ADVOGADO.

Pelo presente instrumento de contrato, a AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AGIR, pessoa jurídica de direito público, sem fins econômicos sob a forma de associação pública, dotada de independência decisória, autonomia administrativa, orçamentária e financeira, inscrito no CNPJ sob nº 11.762.843/0001-41, pelas normas da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e Decreto nº 6.017/07, com sede Rua Alberto Stein, nº 466, Bairro Velha, CEP 89036-200, na cidade de Blumenau, no Estado de Santa Catarina, junto à sede da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, aqui representada por seu Diretor Geral, o senhor HEINRICH LUIZ PASOLD, brasileiro, casado, advogado, CPF sob nº 246.473.149-87 e RG nº 1940660, domiciliado e residente na Rua Curt Hering, nº 60, Bairro das Nações, CEP 89.130-000, na cidade de Indaial, Estado de Santa Catarina doravante denominado simplesmente AGIR, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado LUCIANO GABRIEL HENNIG, pessoa física, brasileiro, casado, CPF sob nº 017.664.389-38 e RG nº 6577669-3, residente na Rua Benjamin Constant, nº 2.438 - Apto. 1.301, Bairro Vila Nova, CEP 89035-100, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, doravante denominado CONTRATADO, vêm de comum acordo, com amparo no Inciso IX do Artigo 37 da Constituição Federal, combinado com as disposições da Cláusula 75, § 1º. do Protocolo de Intenções e com o Artigo 83, § 1º. e 2º. do Estatuto dos Servidores Públicos - AGIR resolve firmar o presente Contrato Administrativo de Admissão em Caráter Temporário para o cargo de Advogado, do Anexo I do Quadro Geral de Cargos Permanentes, regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a admissão do CONTRATADO por tempo determinado, para o exercício das funções públicas do cargo de Advogado, do Anexo I do Quadro Geral de Cargos Permanentes, com a carga horária semanal de 40 (quarenta) horas e vencimento inicial correspondente à referência 104 (cento e quatro), com o fim de atender as necessidades temporárias e de excepcional interesse público.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS FINANCEIRAS

O CONTRATADO receberá como contraprestação aos serviços prestados, o valor mensal bruto de R\$ 5.564,03 (cinco mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e três centavos), deduzidos deste valor os tributos previstos em lei.

1 - Da forma de pagamento:

A remuneração dos empregados públicos da AGIR será paga no primeiro dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços.

2 - Da dotação orçamentária:

As despesas para a execução do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

05.00 - AGIR

05.001 - Secretaria Geral Administrativa/Financeira

33.00.0000.0000 - Despesas Correntes

33.10.0000.0000 - Pessoal e Encargos Sociais

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

São obrigações do CONTRATADO:

I - Cumprir as atribuições inerentes à função pública de Advogado, com zelo, probidade, desvelo e eficiência;

II - Contribuir para o Regime Geral da Previdência Social, na forma estabelecida no § 13 do Artigo 40 da Constituição Federal e de acordo com a Cláusula 73, § 7º do Protocolo de Intenções da

criação da AGIR c/c e Artigo 81, § 7º, Estatuto do Consócio Público - AGIR;

III - Cumprir a carga horária determinada e as tarefas solicitadas pelos superiores hierárquicos;

IV - Submeter-se às normas disciplinadas e aos ditames, no que for concernente ao cargo de Advogado do Quadro Geral de Cargos Permanentes do Anexo I, do Estatuto dos Servidores Públicos - AGIR, e

V - Manter as condições e os requisitos exigidos para o exercício das funções de Advogado.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do Contratante:

I - Pagar ao CONTRATADO o valor estabelecido na Cláusula Segunda deste contrato;

II - Oferecer condições necessárias ao desempenho das funções públicas;

III - Observar os direitos previstos nos Artigos 39 a 41; 44; 52 a 75 e demais artigos do Estatuto dos Servidores da AGIR, constante do Anexo II do Estatuto do Consócio Público, compatíveis com os contratados temporariamente.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato tem vigência de 12 (doze) meses a partir da assinatura do presente instrumento, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor Geral da AGIR, conforme Cláusula 75, § 3º do Protocolo de Intenções de criação da entidade e do Artigo 83, § 3º, do Estatuto do Consócio Público - AGIR.

Parágrafo único. O contrato firmado de acordo com este artigo extinguir-se-á, sem direito a indenizações, pelo término do prazo contratual ou por iniciativa do CONTRATADO, de modo que a rescisão contratual promovida pela AGIR, antes do término do prazo estabelecido em contrato, importará no pagamento ao contratado de indenização correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DISPOSIÇÕES GERAIS

O CONTRATADO não poderá receber atribuições, funções ou encargos não previstos neste contrato;

§ 1º Se aplicam aos contratos temporários as normas da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT (Artigo 83, § 8º do Estatuto);

§ 2º Os empregados temporários serão contratados, conforme disposições constantes do Protocolo de Intenções de criação da AGIR, ficando vinculado ao Regime Geral da Previdência Social (Artigo 40, § 13, da CRFB);

§ 3º As habilitações necessárias ao exercício das funções objeto deste contrato deverão ser mantidas ao longo da contratação por prazo determinado, sob pena de rescisão do contrato por justo motivo, sem direito à indenização.

§ 4º Os empregados temporários contratados não terão direito à estabilidade no serviço público (Artigo 41 da Constituição Federal da República), aplicando-se aos mesmos o disposto nos Artigos 39 a 41 (diárias e indenizações); 44 a 47 (gratificação natalina); 49 a 52 (hora extraordinária e férias remuneradas); 62 (afastamento remunerado) e demais artigos do Estatuto constante do Anexo II do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consócio Público de criação da AGIR, compatíveis com os contratados temporários.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Para as questões decorrentes da execução deste Termo de Contrato fica eleito o Foro da Justiça Comum da Comarca de Blumenau, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser.

E, por estarem assim justos e contratos, firmam o presente, junta-mente com 02 (duas) testemunhas, em 03 (três) vias, de igual teor e forma e para o mesmo fim sem emendas ou rasuras para que produza seus jurídicos e legais efeitos.



Blumenau (SC), em 20 de maio de 2013.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR

CONTRATANTE

LUCIANO GABRIEL HENNIG

Advogado/Temporário

CONTRATADO

Testemunhas:

VANESSA FERNANDA SCHMITT

Diretora Administrativa da AGIR

CPF nº 038.188.129-68

FELIPE RUEDIGER

Diretor Técnico da AGIR

CPF nº 034.930.529-36

CIGA

Extrato Contrato 149 - Programa - Coronel Freitas

Extrato de Contrato nº 149/2013

Contrato de Programa - Coronel Freitas

CONTRATANTE: Município de Coronel Freitas

CNPJ: 83.021.824/0001-75

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 92/2013

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Programa entre o Município de Coronel Freitas e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Coronel Freitas no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 13 da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Constitui objeto do CIGA o desenvolvimento, implantação, capacitação, manutenção e suporte de sistemas, voltados para a relação governo-cidadão, que empreguem tecnologias da informação e comunicação aplicadas a um amplo arco das funções de governo, em especial a gestão administrativa e a relação do Poder Público com a sociedade civil, e que promovam o acesso a informações relevantes de governos, que implementem a provisão de serviços públicos pela web (internet e/ou intranet), promovam a inclusão digital, desenvolvam formas de acesso e comunicação com os gestores e induzam a modernização de rotinas e aumento de eficiência e eficácia da gestão pública municipal. Nesse sentido deu-se a contratação do CIGA pelo Município de Coronel Freitas, a fim de que sejam publicados, por meio das ferramentas criadas pelo consórcio, os atos oficiais do Município.

VALOR: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA serão definidos em Contrato de Rateio.

VIGÊNCIA: O presente contrato entrar em vigor na data de sua publicação, e vigorará enquanto o município for consorciado ao CIGA ou enquanto este existir.

Florianópolis, 14 de maio de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 150 - Rateio - Coronel Freitas

Extrato de Contrato nº 150/2013

Contrato de Rateio - Coronel Freitas

CONTRATANTE: Município de Coronel Freitas

CNPJ: 83.021.824/0001-75

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 93/2013

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Coronel Freitas e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 92/2013.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2013.

Florianópolis, 14 de maio de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 151 - Programa - Bom Retiro

Extrato de Contrato nº 151/2013

Contrato de Programa - Bom Retiro

CONTRATANTE: Município de Bom Retiro

CNPJ: 82.777.343/0001-21

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 79/2013

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Programa entre o Município de Bom Retiro e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Bom Retiro no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 13 da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Constitui objeto do CIGA o desenvolvimento, implantação, capacitação, manutenção e suporte de sistemas, voltados para a relação governo-cidadão, que empreguem tecnologias da informação e comunicação aplicadas a um amplo arco das funções de governo, em especial a gestão administrativa e a relação do Poder Público com a sociedade civil, e que promovam o acesso a informações relevantes de governos, que implementem a provisão de serviços públicos pela web (internet e/ou intranet), promovam a inclusão digital, desenvolvam formas de acesso e comunicação com os gestores e induzam a modernização de rotinas e aumento de eficiência e eficácia da gestão pública municipal.

Nesse sentido deu-se a contratação do CIGA pelo Município de Bom Retiro, a fim de que sejam publicados, por meio das ferramentas criadas pelo consórcio, os atos oficiais do Município.

VALOR: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA serão definidos em Contrato de Rateio.

VIGÊNCIA: O presente contrato entrar em vigor na data de sua publicação, e vigorará enquanto o município for consorciado ao CIGA ou enquanto este existir.

Florianópolis, 16 de maio de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 152 - Rateio - Bom Retiro

Extrato de Contrato nº 152/2013

Contrato de Rateio - Bom Retiro

CONTRATANTE: Município de Bom Retiro

CNPJ: 82.777.343/0001-21

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 80/2013

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Bom Retiro e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 79/2013.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2013.

Florianópolis, 16 de maio de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CINCO

Aditivo N. 0001/2013

ADITIVO N. 0001/2013

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO . 0001/2013

CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

Termo Aditivo de Contrato por Prazo Determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, que entre si celebram o CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública, de natureza autárquica interfederativa, com sede sito à Rua Nereu Ramos, 761, Centro, Fraiburgo, SC., inscrito no CNPJ sob o nº. 12.075.748/0001-32, neste ato, representada por seu Diretor Executivo Sr. Elói Rönna, portador de cédula de identidade n. 1.917.493, inscrito no CPF sob o n.º 590.962.419-91, doravante denominado CONTRATANTE e JANETE APARECIDA RAMOS MUNIZ brasileira, casada, portador de RG n. 2.114.105, inscrita no CPF sob n. 649.393.409-53, residente e domiciliado na cidade de Fraiburgo, SC, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, observadas as cláusulas seguintes:

Art.1º - As partes constantes do contrato em epígrafe, em conformidade com as disposições legais, ajustam e contratam a prorrogação do prazo de vigência constante da Cláusula Segunda, passando a vigorar até 31 de dezembro de 2013, podendo ser prorrogado até o limite previsto no parágrafo segundo, do artigo 46, do Protocolo de Intenções.

Art. 2º - Ficam mantidas e inalteradas todas as demais disposições contratuais.

E por estarem justos e contratados firmam o presente em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Fraiburgo, SC, 21 de maio de 2013.

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo CINCO

JANETE MUNIZ

CPF: 649.393.409-53

CONTRATADA

TESTEMUNHAS.

1. _____ 2. _____

CIS/AMURES

Extrato de Contrato

O CIS - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATO: 028/2013

CONTRATADA: CLÍNICA DA ALMA SERVIÇOS DE PSICOLOGIA LTDA, com sede à Rua Coronel Córdova, nº 447, Centro, Lages/SC.

Objeto: Prestação de Serviços em Psicologia, Psicopedagogia e Nutrição.

Fundamento Legal: Edital de Credenciamento nº 01/2013.

PRAZO: será de 12 meses a contar da assinatura.

VALOR: de acordo com a prestação dos serviços e tabela própria CIS/AMURES.

Lages, 22 de Maio de 2013.

EDELVANIO NUNES TOPANOTI

Presidente do CIS/AMURES

Resolução Nº 01/2013

RESOLUÇÃO nº. 01, de 21/05/2013.

Regulamenta no âmbito do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS/AMURES, modalidade de licitação denominada PREGÃO para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

EDELVANIO NUNES TOPANOTI, Presidente do CIS/AMURES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, e com base na Lei 10.520/2002 e na Lei 8.666/93, e suas posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica regulamentada, na forma disposta nesta Resolução, a modalidade de licitação denominada Pregão, instituída pela lei 10.520/2002, destinada a aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS/AMURES.

§1º - Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

§ 2º - Poderá ser realizado o pregão utilizando-se recursos de tecnologia da informação, nos termos de regulamentação específica.

Art. 2º. A fase preparatória do pregão observará o seguinte:

I - a autoridade competente justificará a necessidade da contratação, definirá o objeto do certame, os prazos para fornecimento, e designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio;

II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;

III - nos autos do procedimento constarão a justificação das definições referidas no inciso I deste artigo e os elementos técnicos sobre os quais estiverem

apoiadas, bem como o orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados;

Parágrafo único - A designação do pregoeiro e da equipe de apoio deverá recair nos funcionários ou servidores da promotora da licitação ou dos Municípios que compõem o Consórcio.

Art. 3º. As atribuições do pregoeiro incluem, entre outras, a condução dos trabalhos de recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, a habilitação, a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor e a coordenação dos trabalhos da equipe de apoio.

Art. 4º. A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

I - a convocação dos interessados será efetuada por meio de publicação de aviso em Jornal de circulação municipal, pela administração do Consórcio, por meios eletrônicos e, conforme o vulto da licitação, em jornal de grande circulação, nos termos do regulamento de que trata o § 2º do art. 1º;

II - no aviso constarão a definição do objeto da licitação, a indicação do local, dias e horários em que poderá ser lida ou obtida a íntegra do edital;

III - no edital constarão todos os elementos definidos na forma do inciso I do artigo 2º desta Resolução, as normas que disciplinarem o procedimento e a minuta do contrato, quando for o caso;

IV - o prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a oito dias úteis;

V - no dia, hora e local designados, será realizada sessão pública para recebimento das propostas, devendo o interessado ou seu representante identificar-se e, se for o caso, comprovar a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame;

VI - aberta a sessão, os interessados apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e entregarão os envelopes contendo a indicação do objeto e do preço oferecidos, procedendo-se

à imediata abertura das propostas e à verificação da conformidade destas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;

VII - no curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor;

VIII - não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no inciso anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos;

IX - para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital;

X - examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao pregoeiro decidir motivadamente a

respeito de sua aceitabilidade;

XI - encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que tiver apresentado a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital;

XII - a habilitação far-se-á com a verificação de que o licitante está em situação regular perante a Seguridade Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço -FGTS- e, as Fazendas Municipal, Estadual e Federal quando for o caso, e com a comprovação de que atende às exigências do edital quanto à habilitação jurídica e às qualificações técnica e econômico-financeira;

XIII - os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação, desde que apresentem o Certificado de Registro Cadastral do Cadastro Geral de Fornecedoros do CIS/AMURES, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados nele constantes;

XIV - verificado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor;

XV - se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor;

XVI - nas situações previstas nos incisos X e XV, o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor;

XVII - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, após o que lhe será concedido o prazo de três dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr a partir do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

XVIII - o acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

XIX - a falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor;

XX - decididos os recursos, o pregoeiro fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor;

XXI - homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo definido em edital;

XXII - se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, aplicar-se-á o disposto no inciso XV.

Art. 5º. É vedada a exigência de:

I - garantia de proposta;

II - aquisição do edital pelos licitantes, como condição para participação no certame;

III - pagamento de taxas e emolumentos, salvo os referentes a fornecimento do edital, que não serão superiores ao custo de sua reprodução gráfica e ao custo da utilização de recursos de

tecnologia da informação, quando for o caso.

Art. 6º. O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias, se outro não estiver fixado no edital.

Art. 7º. Quem deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal ficará impedido de licitar e contratar com o CIS/AMURES e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro Geral de Fornecedores, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e em contrato e das demais cominações legais.

Art. 8º. Os atos essenciais do pregão, inclusive os realizados por meios eletrônicos, serão documentados no processo respectivo, com vistas à aferição de sua regularidade pelos agentes de controle, nos termos do regulamento previsto no § 2º do art. 1º.

Art. 9º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Lages, 21 de maio de 2013.
EDELVANIO NUNES TOPANOTI
Presidente do CIS/AMURES

Resolução Nº 02/2013

RESOLUÇÃO Nº. 02 de 22/05/2013.

Nomeia Pregoeiro e Equipe de Apoio para realização de licitações na modalidade pregão, e dá outras providências.

EDELVANIO NUNES TOPANOTI, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS/AMURES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, e com base nas Leis 10.520/2002 e 8.666/93, e suas posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam os profissionais, abaixo relacionados, designados para a função de pregoeiro e respectiva equipe de apoio, nos processos licitatórios realizados sob a modalidade pregão, no âmbito do CIS/AMURES:

I - Pregoeiro - Shandyego Nunes de Oliveira
II - Equipe de Apoio - Neiva Glaucia Fernandes Ribeiro
André Santos de Oliveira
Guilherme Rangel Bianchini

Art. 2º - Os Pregoeiros e a respectiva Equipe de apoio receberão a título de gratificação, o valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) para o pregoeiro e de R\$ 100,00 (cem reais) para os demais membros, pela natureza qualificada que o cargo requer.

Art. 3º - A investidura dos membros da Comissão, nomeada nesta Resolução, será por 1 (um) ano, vedada à recondução da totalidade de seus membros para a mesma comissão no período subsequente, à exceção do pregoeiro que poderá ser reconduzido.

Art. 4º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Lages, 22 de maio de 2013.
EDELVANIO NUNES TOPANOTI
Presidente do CIS/AMUR

Extrato de Contrato Nº 29/13

O CIS - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATO: 29/2013

CONTRATADA: CLÍNICA DE FISIOTERAPIA FISIOSUL LTDA, com sede à Rua São Joaquim, nº 959, Copacabana, Lages/SC.

Objeto: Prestação de Serviços de Fisioterapia.

Fundamento Legal: Edital de Credenciamento nº 01/2013.

PRAZO: será de 12 meses a contar da assinatura.

VALOR: de acordo com a prestação dos serviços e tabela própria CIS/AMURES.

Lages, 22 de Maio de 2013.

Edelvanio Nunes Topanoti - Presidente do CIS/AMURES

Homologação de Inscrições Edital 01/2013 CIS/AMURES

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CIS

Edital de credenciamento nº 01/2013

HOMOLOGAÇÃO INSCRIÇÃO CREDENCIAMENTOS NOVOS

Empresa

Clínica de Fisioterapia Fisiosul Ltda

Clínica da Alma Serviços de Psicologia Ltda

Lages, 22 de Maio de 2013.

EDELVANIO NUNES TOPANOTI

Presidente CIS/AMURES



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br